UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS
LINHA DE PESQUISA: SABERES, PROCESSOS E PRÁTICAS SOCIAIS

CRISTIAN ANDERSON PUHL

DO APAGAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO À OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS E ELEITORAIS: REFLEXOS DA LGBTFOBIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 2016, 2020 E 2024

ERECHIM
2025

CRISTIAN ANDERSON PUHL

DO APAGAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO À OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS E ELEITORAIS: REFLEXOS DA LGBTFOBIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 2016, 2020 E 2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *campus* Erechim como requisito para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Thais Janaina Wenczenovicz

ERECHIM

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Puhl, Cristian Anderson
Do apagamento sócio-histórico à ocupação de espaços políticos e eleitorais:: Reflexos da LGBTfobia na movimentação de corpos e identidades LGBTQIA+ em legislativos do Rio Grande do Sul nos anos de 2016, 2020 e 2024. / Cristian Anderson Puhl. -- 2025.
274 f.

Orientadora: Doutora Thais Janaina Wenczenovicz

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2025.

1. Interdisciplinar. 2. LGBTfobia. 3. Epistemologias do Sul. 4. Participação política LGBTQIA+. 5. Direitos Humanos. I. Wenczenovicz, Thais Janaina, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CRISTIAN ANDERSON PUHL

DO APAGAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO À OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS E ELEITORAIS: REFLEXOS DA LGBTFOBIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 2016, 2020 E 2024

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *campus* Erechim como requisito para obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 21/02/2025

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof.ª Dr.ª Thaís Janaina Wenczenovicz
Orientadora (UERGS/UFFS)

_____

Prof. Dr. Reginaldo José de Souza
Membro Interno/PPGICH (UFFS)

_____

Prof.ª Dr.ª Cláudia Cinara Locateli
Membro Externo/PPGD (UNOESC)

_____

Prof.ª Dr.ª Patrícia Ketzer
Membro Externo/PPG's Filosofia (PUCRS/UFMA)

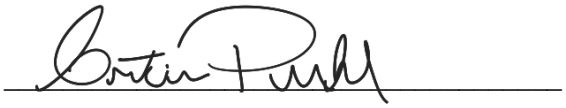
_____

Prof. Dr. Gerson Wasen Fraga
Membro Interno – Suplente/PPGICH (UFFS)

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), a Banca Examinadora e a Orientadora de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Erechim/RS, 04 de abril de 2025.



Cristian Anderson Puhl
Mestrando

A todas as sapatonas, as bixas, as travestis, as *queers* e aquelas e aqueles marcadas/os pela dissidência e que (r)existem apesar do silenciamento, do apagamento e das opressões. Aos meus pais, que defenderam a minha infância e me ensinaram que é preciso, acima de tudo, ter coragem de acreditar na vida. Ao Renan, meu grande e incansável amor e companheiro, que é presença e bálsamo diante do caos. À Urias, cuja companhia tornou cada momento mais suave. Aos sujeitos-personagens dessas narrativas. Por fim, a todas e todos que fazem da tristeza, combustível para organizar a revolta.

AGRADECIMENTOS

Em um desses dias que passeava o olho por algum livro alheio (apesar de sempre conectado) ao tema desta dissertação, me deparei com uma frase que dizia algo mais ou menos como: é necessário que muita gente participe do ato solitário da escrita. Queria ter anotado a referência, mas ela me escapou. O que importa é a mensagem: escrever, ainda que seja uma tarefa individual, não pode acontecer sem que muitas pessoas estejam envolvidas. É a estas pessoas que agradeço, porque na ausência delas essa dissertação não teria ocorrido.

A conclusão deste mestrado, que se antecipou ao próprio tempo regimental previsto pelo programa e se deu em 18 meses, somente foi possível – e nestas condições – graças a uma sólida rede de apoio e auxílio que me sustentou e amparou, tanto emocional quanto intelectualmente. Foi graças a essas pessoas que o projeto de me tornar mestre se concluiu, mesmo com todas as adversidades experimentadas nesse processo. Agradeço, portanto, aqueles e aquelas, mesmo que não nominalmente, que fortaleceram cada passo caminhado neste percurso de 18 meses de dedicação ao assunto. Agradeço, em especial, aos meus pais, Elenice e Olanir, que são fortalezas sempre que o mundo está prestes a ruir. Desde sempre, ainda que sem entender o que se passava, eles arcaram com as consequências sociais e familiares de me permitirem ser quem sou. E isso, para nós, sujeitos-viados, é imenso.

Ao Renan, meu companheiro, que materializa minha interpretação do que é o amor, me ancora quando estou naufragando, me recebe com ouvidos atentos e escuta ativa, reflete as minhas incertezas e não me deixa desistir. Esta pesquisa, em toda sua dimensão e complexidade, se concretizou também porque Renan aportou recursos financeiros quando faltaram incentivos e investimentos públicos de financiamento. A ele não apenas agradeço como dedico cada linha escrita nestas páginas. Inevitavelmente, agradeço a Urias, nossa gata-mestra. Tenho histórias de compromissos à escrita com meus animais de estimação – saudades, inclusive, Bandini. Urias se senta ao meu lado todos os dias, dorme sobre os livros e sente quando preciso sair da frente das telas. Amor incondicional (e decolonial, porque sempre temos um arco e flecha prontos para atirar no patriarcado colonizador).

Aos amigos que compreenderam as ausências, me estimularam (e seguem estimulando) intelectualmente, acreditaram (mais do que eu próprio, aliás) no meu potencial e estão sempre abertos (embora façam piadas constantes) a me ouvir sobre meus referenciais teóricos da vez. A alguns colegas de percurso e programa que compreenderam as frustrações, compartilharam os incômodos e também acreditaram que uma ciência humana sem implicação e comprometimento social é apenas uma tarefa regimental. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de Demanda Social concedida em agosto de

2024; ainda que na etapa final deste estudo, o recurso financeiro tornou possível a dedicação necessária para concluir a produção e a análise de dados. Sem investimentos financeiros, não há ciência e sem ciência social, humana e comprometida não há possibilidade de transformação social.

Esta pesquisa somente se concretizou em toda a sua plenitude, porque foi recebida e acolhida também pelos sujeitos que atenderam o convite de participar do estudo. Agradeço de forma imensurável ao carinho, as trocas, o diálogo, a recepção, os momentos bons e ruins compartilhados no processo eleitoral de 2024. Vocês foram fundamentais para que esse texto se tornasse realidade. A coragem de cada um e cada uma, a alegria do enfrentamento, o brilho nos olhos, o desejo de produzir transformação, o afeto na luta, a palavra de consolo em meio ao caos. Mais do que ninguém, eu aprendi um pouco mais sobre o que é ser LGBTQIA+ com todos e todas vocês. Meu eterno agradecimento e respeito ao Cassiano, a Cléo, ao Everlei, ao Laércio, ao Mateus e a Tais – a quem eu estendo meu afeto aos seus pais que me receberam com um almoço caprichado, uma dose de aguardente e muitas, muitas histórias sobre o que é fazer política à Esquerda em um município interiorano.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, professora doutora Thais Janaina Wenczenovicz, pelos ensinamentos, oportunidades, trocas valiosas, empenho e confiança na minha busca pelo fazer ciência. Grato!

> Para identificar a homofobia não precisa ser um lince. Qualquer um percebe isso. [...] Não precisa de mais nada para começar a fazer política, para nos converter de simples praticantes de umas quantas condutas sexuais estereotipadas em verdadeiros sujeitos políticos. A existência política nasce de uma posição de sujeito que luta. Uma posição de sujeito que nasce de uma decisão voluntária, estratégica, conjuntural a partir de uma situação de opressão e injustiça dada. E chega de precauções. Injustiça estrutural + gente que sofre essa injustiça + vontade de luta e de subverter tal situação injusta: não precisa de mais nada para o surgimento de um sujeito político capaz de realizar uma pequena, média ou uma grande revolução (Vidarte, 2019, p. 61).

RESUMO

O estudo analisa a movimentação e o tensionamento provocado por corpos e identidades autodeclaradas LGBTQIA+ em cenários político-partidários e eleitorais em municípios do Rio Grande do Sul. Busca compreender também como a LGBTfobia atua dificultando que estes sujeitos participem destes processos de caráter eletivo nas localidades em que residem. Tem como objetivo analisar a trajetória sócio-histórica e jurídica da LGBTfobia e a ocupação de espaços representativos político-partidários e eleitorais por pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ nas câmaras de vereadores em cidades do Rio Grande do Sul, que tenham sido eleitas e/ou obtido a primeira suplência nos anos de 2016, 2020 e 2024. Este período sócio-histórico é atravessado por fatores conjunturais e estruturais, entre eles o avanço de pautas conservadoras e morais e a criminalização da LGBTfobia, além da inclusão, pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos registros de candidaturas das opções para autoafirmação da orientação sexual e identidade de gênero. A pesquisa se articula em torno de um problema que considera como a colonialidade do poder e do gênero produz relações assimétricas e de hierarquias sociais, re-identificando os corpos e as identidades sexo/gênero dissidentes com as categorias alegóricas da Modernidade/Colonialidade. Sob esta perspectiva, tem assente nas Epistemologias do Sul como marco referencial teórico, além de fazer uso da interseccionalidade como ferramenta interpretativa e de análise. Alocada em um programa interdisciplinar, se sustenta no trânsito de diferentes campos e áreas de conhecimento, gerando reflexões situadas em um caráter polissêmico e complexo do problema investigado. Metodologicamente, se caracteriza como uma investigação qualitativa que combina procedimentos de pesquisa investigativa-bibliográfica com produção de dados empíricos. Para isso, faz-se uso dos métodos de observação direta, com elementos de etnografia, e aplicação de entrevistas semiestruturadas. As informações obtidas em campo são interpretadas sob as lentes da Análise Temática, conjugada ao Mapa de Associação de Ideias. Dividida em quatro capítulos, perpassa a colonização do Brasil, os imperativos do colonialismo e da colonialidade e a estruturação de um sistema-mundo moderno/colonial. São discutidas as concepções de sexo, gênero, corpo e sexualidade, compondo uma base conceitual para a interpretação dos dados coletados. Evidencia-se como esse engendramento das relações sociais de poder dificultam e/ou impedem que as populações LGBTQIA+ acessem espaços representativos políticos e eleitorais, afetando a construção de políticas públicas e de legislações que cumpram o previsto na Constituição Federal do Brasil e atendam aos pactos e declarações em Direitos Humanos dos quais o país é signatário.

Palavras-chave: Colonialidade do poder e do gênero; direitos humanos; espaços representativos eleitorais; interdisciplinaridade; LGBTfobia.

ABSTRACT

This study analyzes the movements and tensions caused by self-declared LGBTQIA+ bodies and identities in political-party and electoral scenarios in municipalities of Rio Grande do Sul, Brazil. It also seeks to understand how LGBTQIA+phobia acts as a barrier preventing these individuals from participating in elective processes within their localities. The research aims to examine the socio-historical and legal trajectory of LGBTQIA+phobia and the occupation of representative political-party and electoral spaces by self-declared LGBTQIA+ individuals in municipal councils in Rio Grande do Sul, focusing on those who were elected or secured the first alternate position in the years 2016, 2020, and 2024. This socio-historical period is marked by conjunctural and structural factors, including the rise of conservative and moral agendas, the criminalization of LGBTQIA+phobia, and the inclusion of self-affirmation options for sexual orientation and gender identity in candidacy records by the Superior Electoral Court.

The research is centered on a problem that examines how the coloniality of power and gender produces asymmetrical and hierarchical social relations, re-identifying dissident sex/gender bodies and identities through the allegorical categories of Modernity/Coloniality. From this perspective, it is grounded in the Epistemologies of the South as its theoretical framework, while also employing intersectionality as an interpretative and analytical tool. Situated within an interdisciplinary program, the study navigates across various fields and areas of knowledge, offering reflections on the polysemic and complex nature of the investigated problem.

Methodologically, the research is characterized as a qualitative investigation combining bibliographic research procedures with the production of empirical data. It employs direct observation methods with ethnographic elements and semi-structured interviews. The data collected in the field are interpreted through Thematic Analysis, complemented by an Idea Association Map.

Divided into four chapters, the study addresses the colonization of Brazil, the imperatives of colonialism and coloniality, and the structuring of a modern/colonial world system. It discusses the conceptions of sex, gender, body, and sexuality, forming a conceptual basis for interpreting the collected data. The research highlights how the dynamics of social power relations hinder or prevent LGBTQIA+ populations from accessing representative political and electoral spaces, affecting the construction of public policies and legislation that fulfill the provisions of Brazil's Federal Constitution and align with the human rights agreements and declarations to which the country is a signatory.

Keywords: Coloniality of power and gender; human rights; representative electoral spaces; interdisciplinarity; LGBTphobia.

RESUMEN

Este estudio analiza los movimientos y tensiones provocados por cuerpos e identidades autodeclaradas LGBTQIA+ en escenarios político-partidarios y electorales en municipios de Río Grande del Sur, Brasil. También busca comprender cómo la LGBTfobia actúa como una barrera que dificulta la participación de estas personas en procesos de carácter electivo en sus localidades. El objetivo de la investigación es examinar la trayectoria sociohistórica y jurídica de la LGBTfobia y la ocupación de espacios representativos político-partidarios y electorales por parte de personas autodeclaradas LGBTQIA+ en los concejos municipales de Río Grande del Sur, enfocándose en aquellas que fueron elegidas o lograron la primera suplencia en los años 2016, 2020 y 2024. Este período sociohistórico está marcado por factores coyunturales y estructurales, entre ellos el avance de agendas conservadoras y morales, la criminalización de la LGBTfobia y la inclusión, por parte del Tribunal Superior Electoral, de opciones para la autoafirmación de la orientación sexual e identidad de género en los registros de candidaturas.

La investigación se centra en un problema que analiza cómo la colonialidad del poder y del género produce relaciones sociales asimétricas y jerárquicas, reidentificando los cuerpos y las identidades sexo/género disidentes mediante las categorías alegóricas de la Modernidad/Colonialidad. Desde esta perspectiva, se fundamenta en las Epistemologías del Sur como marco teórico, además de emplear la interseccionalidad como herramienta interpretativa y analítica. Ubicada en un programa interdisciplinario, la investigación transita entre diversos campos y áreas de conocimiento, ofreciendo reflexiones sobre el carácter polisémico y complejo del problema investigado.

Metodológicamente, se caracteriza como una investigación cualitativa que combina procedimientos de investigación bibliográfica con la producción de datos empíricos. Para ello, utiliza métodos de observación directa con elementos etnográficos y entrevistas semiestructuradas. Los datos recolectados en campo se interpretan a través del Análisis Temático, complementado con el Mapa de Asociación de Ideas.

Dividido en cuatro capítulos, el estudio aborda la colonización de Brasil, los imperativos del colonialismo y la colonialidad, y la estructuración de un sistema-mundo moderno/colonial. Se discuten las concepciones de sexo, género, cuerpo y sexualidad, conformando una base conceptual para la interpretación de los datos recolectados. La investigación pone en evidencia cómo las dinámicas de las relaciones sociales de poder dificultan o impiden que las poblaciones LGBTQIA+ accedan a espacios representativos políticos y electorales, afectando la construcción de políticas públicas y legislaciones que cumplan con lo previsto en la

Constitución Federal de Brasil y atiendan los pactos y declaraciones en derechos humanos de los cuales el país es signatario.
Palabras clave: Colonialidad del poder y del género; derechos humanos; espacios representativos electorales; interdisciplinariedad; LGBTfobia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADO	Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CMVCS	Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
GGB	Grupo Gay da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso à Informação
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexos e assexuais
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDHC	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania
MI	Mandado de Injunção
ONG	Organização Não-Governamental
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PL	Partido Liberal
PMNX	Prefeitura Municipal de Novo Xingu
PPS	Partido Popular Socialista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RS	Rio Grande do Sul
SSP	Secretaria de Segurança Pública
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Descrição dos entrevistados 146

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura (01) – Procedimentos metodológicos 154
Gráfico 01 - Comparativo entre total de candidaturas no Brasil e candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ em todo o território nacional 191
Gráfico 02: Comparativo entre as orientações sexuais autodeclaradas ao TSE em 2024 192
Gráfico 03: Comparativo entre as identidades de gênero autodeclaradas ao TSE em 2024 192
Gráfico 04: Candidaturas nacionais autodeclaradas LGBTQIA+ 193
Gráfico 05: Comparativo entre total geral de candidaturas e candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ no RS 196

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Apêndice B – Critérios de inclusão e exclusão

LISTA DE ANEXOS

Anexo 01 – Parecer consubstanciado CEP/UFFS

CATEGORIAS E CONCEITOS OPERACIONAIS CENTRAIS

Colonialidade: Definida por Mignolo (2005) como o lado obscuro da Modernidade, a colonialidade, para o autor, refere-se aos processos e as relações de poder que se constituem entre o fim do colonialismo e o início da independência das regiões colonizadas. Quijano (2009) também é central para este entendimento, pois é o sociólogo peruano quem amplia a discussão, apontando que a colonialidade é a lógica de dominação e subordinação política, cultural, econômica e subjetiva que permanece com a descolonização.

Colonialismo: Conforme Quijano (2009), o colonialismo está relacionado aos fenômenos sócio-históricos de colonização e revela-se a partir do domínio formal, político e militar dos territórios colonizados, a exemplo do que ocorreu com a colonização do Brasil por Portugal, que durou entre o século XVI e o XIX.

Corpos: A partir de Connell e Pearse (2015), Lopes Louro (2020) e Nascimento (2021), esta pesquisa assume a concepção de corpo como uma entidade construída discursiva, cultural e socialmente. As pesquisadoras, neste sentido, evidenciam que, assim como o gênero, o corpo é inscrito sob determinados padrões de comportamento, estando, por isso, passível de ter a sua identificação baseada nos processos sócio-históricos a que o contornam. Ainda, a atribuição do sexo e do gênero ao corpo, transformando em um corpo sexuado (Andrade e Santos, 2020) é fundamental para que se compreenda os processos de categorização e classificação das orientações sexuais e identidades de gênero, elementos estruturantes deste estudo.

Gênero: Nesta pesquisa, o gênero é compreendido a partir de sínteses interpretativas que o tornam uma categoria de análise baseada nas seguintes premissas: 1) não se trata de uma característica essencialista e inata aos sujeitos, pois, como sugerem Bento B. (2017) e Haraway (1991), não há nenhum atributo que possa ser considerado essencialmente masculino/homem ou essencialmente feminino/mulher; 2) é resultado de processos sócio-históricos, atravessados pela cultura, refletindo com e por meio disso as dinâmicas de poder, opressão e dominação (Butler, 2020; 2024; Connell e Pearse, 2015; Rubin, 2017); 3) não pode ser percebido como um marcador social isolado para a interpretação de fenômenos sociais, pois sua concepção ancora-se na intersecção com a raça e a classe, tornando-o, por excelência, uma categoria interseccional de análise (Andrade e Santos, 2020; Gomes, 2018; Lugones, 2014; 2020; Segato, 2003; Vigoya, 2023); 4) as normas de gênero, suas performances e ordenamentos se efetivam como constituições sociais, normativas e hegemônicas, respondendo às relações sociais de dominação de um gênero sobre o outro (Butler, 2020; 2024); 5) é uma categoria permeada, permeável e permeante no tecido social.

Identidade de gênero: Está diretamente relacionada a maneira como o indivíduo se reconhece e se identifica a partir do sexo e do gênero que lhe foram atribuídos ao nascer. Lopes Louro (1997; 2020) explica que, em razão disso, a identidade de gênero é também construída socialmente, uma vez que ela não é uma categoria estável, natural e/ou universal. Neste sentido, atribuem-se duas perspectivas para caracterizá-la: se o indivíduo se reconhece e se identifica com o sexo e com o gênero atribuídos ao seu nascimento, diz-se que é uma pessoa cisgênera; se não há esta identificação e reconhecimento, tem-se, então, a transexualidade. Bento B. (2017) e Nascimento (2021) associam-se à Lopes Louro (1997; 2020) e acrescentam que a transexualidade também pode ser vista como um termo guarda-chuva que abriga outras manifestações da identidade de gênero não-cisgêneras.

Interseccionalidade: Instrumentalizada como categoria analítica, a interseccionalidade, nesta pesquisa, é compreendida nos termos de Akotirene (2023). Para a pesquisadora brasileira, o sistema de opressões não pode ser hierarquizado, uma vez que as desigualdades se interligam umas às outras. Neste sentido, se adota tal perspectiva para a interpretação de como os marcadores sociais de raça, gênero e sexualidade se interconectam, gerando deslocamento dos sujeitos LGBTQIA+ às margens da sociedade. Contribuem para este entendimento também Collins (2020) e Vigoya (2023).

LGBTfobia: Nesta pesquisa, apesar do reconhecimento dos impactos psicossociais oriundos da LGBTfobia, utilizamos como categoria de análise a criminalização do preconceito e da discriminação em razão da orientação sexual e/ou da identidade de gênero pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2019, a Suprema Corte equiparou o que ficou conhecido como LGBTfobia ao crime de racismo e, em 2023, através de Mando de Injunção, definiu-a como injúria racial. A tipificação penal orienta a atuação jurídica dos movimentos sociais, ativistas, coletivos e organizações político-partidárias em discussões e debates travados junto à sociedade, tensionando essa compreensão como um reconhecimento para a existência de sujeitos LGBTQIA+ no país.

Orientação sexual: Diz respeito a maneira como o indivíduo constrói e manifesta seus desejos afetivos e sexuais. A orientação sexual está relacionada a categoria política da sexualidade, podendo ser trabalhada a partir do binarismo heterossexualidade/homossexualidade. No contexto da heterossexualidade, a orientação sexual assenta-se no desejo e na atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo/gênero; já a homossexualidade está vinculada a outras formas de construção dessa atração. Neste sentido, a orientação sexual homossexual pode ser entendida como um termo guarda-chuva que abriga a

lesbiandade, a bissexualidade, homossexualidade (gay), travestis e transexuais e, mais recentemente, a inclusão da pansexualidade (Lopes Louro, 2020; Santos e Silva, 2021).

Re-identificados: Categoria operacional, o termo re-identificados é resultado de uma síntese de autores/as referência para o campo de estudos das Epistemologias do Sul. Sobretudo, dimensiona a perspectiva de Castro-Gómez (2005), Grosfoguel (2008), Lugones (2014; 2020), Mignolo (2005; 2020) e Quijano (2005; 2009) no que diz respeito as hierarquias e classificações impostas pela Modernidade/Colonialidade. Ao tornar a raça como o critério por excelência de distinção entre os colonizadores e os povos colonizados, os conquistadores impõe uma série de categorias que resultam na separação dos indivíduos entre humanos e não humanos, segundo a argumentação de Lugones (2014). Sob este ângulo, na contemporaneidade, os sujeitos re-identificados são todos/as aqueles/as que estão inscritos como estes marcadores raciais, de gênero, sexo, orientação sexual, identidade de gênero e classe, como as pessoas negras, as mulheres racializadas e, especificamente no caso desta pesquisa, as populações LGBTQIA+.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 25

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA 28

1.2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL E INTERSECCIONALIDADE 33

1.3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA 34

1.4 ANÁLISE DOS DADOS 37

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO 38

2 E ASSIM FEZ-SE O HUMANO EM PINDORAMA 41

2.1 ANTES DELES, UM NÓS: A COLONIZAÇÃO E OS MECANISMOS DE UM APAGAMENTO SECULAR 48

2.2 NÃO EXISTIRÁ PECADO ABAIXO DO EQUADOR? ORDENAMENTO MORAL, PADRONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E CORPOS COLONIZADOS 54

2.3 TENTÁCULOS COLONIAIS: DESUMANIZAÇÃO, INCIVILIDADE E A IMPOSIÇÃO DE UM SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA MODERNO/COLONIAL 66

2.4 E ESTE SUJEITO QUEM É? BINÁRIOS, DICOTÔMICOS E DESUMANIZADOS 77

3 INVERTIDOS, PAGÃOS E PECADORES: DA SODOMIA À CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA 86

3.1 O SISTEMA SEXO-GÊNERO E A COLONIALIDADE: DICOTOMIAS E BINARISMOS ORGANIZANDO O SISTEMA-MUNDO MODERNO/COLONIAL SOB A REGULAÇÃO DA SEXUALIDADE 94

3.2 AS HOMOSSEXUALIDADES E TRANSEXUALIDADES COMO DESVIOS À NORMA, A SEXUALIDADE COLONIZADA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRECONCEITO NO TECIDO SOCIAL BRASILEIRO 109

3.3 IGUAIS, MAS DIFERENTES: A CRIMINALIZAÇÃO DO PRECONCEITO E DA LGBTFOBIA COMO ARCABOUÇO JURÍDICO NO ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO 122

4 “RADICAL É EXISTIR SENDO QUEM SOMOS?” MOVIMENTOS E TENSÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E ELEITORAIS DE PESSOAS AUTODECLARADAS LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL NO PERCURSO DA PESQUISA 135

4.1 QUATRO BIXAS, UMA BISSEXUAL E UMA TRAVESTI INGRESSAM NA POLÍTICA: ONDE TEM LGBTQIA+ TEM PAZ? 144
4.2 PESSOAS AUTODECLARADAS LGBTQIA+ EM ESPAÇOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS: ÁREAS TEMÁTICAS, MAPA ASSOCIATIVO E ANÁLISE DE DADOS 153
4.3 2016 - 2020: NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM? A POLÍTICA NAS RUAS E AS RUAS NA POLÍTICA 157
4.4 BOTO MEU POVO NA RUA PRA TE PROCURAR: AS ELEIÇÕES DE 2024, O VOTO AUTODECLARADO LGBTQIA+ E OS NOVOS REPERTÓRIOS DAS DISSIDÊNCIAS 192
4.5 ARRANQUE SEU BIGODE, GAÚCHO TAMBÉM PODE: NÃO TEM QUE DISFARÇAR 200
4.6 NOVOS ATORES, NOVAS PERSPECTIVAS: EM 2024, O ARMÁRIO NÃO NOS PROTEGE 222
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 238
REFERÊNCIAS 248
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) 266
APÊNDICE B – Critérios de inclusão e exclusão 273
ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP/UFFS 274

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

À semelhança do que escreveu Foucault (2003) ao introduzir uma obra sobre personagens infames e marginalizados que tiveram suas vidas atravessadas pelo poder estatal, essa também não é uma obra de História, ainda que por ela se tenha transitado. Tampouco essa pesquisa se enquadra como uma produção estrita aos domínios da Filosofia, da Sociologia, da Ciência Política ou das Ciências Sociais Aplicadas. Antes e sobretudo trata-se de texto de dissertação construído e defendido junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), com finalidade de obter aprovação e a consequente legitimação do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inserida no campo da interdisciplinaridade, esta investigação se alinha à área de concentração Saberes e Identidades e à linha de estudos Saberes, Processos e Práticas Sociais. Seu foco recai sobre a exploração e explicação das dinâmicas políticas e identitárias que emergem da relação entre os atores sociais e as estruturas de poder e subjetivação. Também por este aspecto se mobilizam métodos, técnicas e procedimentos interdisciplinares de pesquisa, associando-se aquilo que Grosfoguel (2008) considera como uma força motriz de produção do conhecimento acerca dos problemas concretos que atravessam a realidade e o cotidiano dos países latino-americanos.

Neste sentido, como aponta Castro-Gómez (2005, p. 87), a justaposição de conceitos, interpretações e reflexões proporcionadas pela intersecção das diferentes áreas da ciência torna possível expor "uma forte crítica às patologias da ocidentalização" que, ao longo dos séculos, foram se constituindo em razão "do caráter dualista e excludente que assumem as relações modernas de poder" e que impactam diretamente na compreensão dos processos sócio-históricos, culturais e políticos que incidem sobre o tema central deste estudo.

A pesquisa, sob esta perspectiva, centraliza-se em interpretar como os processos de colonização, o colonialismo e os imperativos da colonialidade estruturam os espaços de representação político-partidária e eleitoral em municípios do Rio Grande do Sul e refletem na movimentação e no tensionamento de sujeitos autodeclarados LGBTQIA+[1] que participam de

1 Embora não haja um consenso quanto ao uso da sigla que melhor representaria o agrupamento de orientações sexuais e identidades de gênero não-heterossexuais e não-cisgêneras, nesta dissertação e em toda a pesquisa que dela se origina opta-se pelo acrônimo 'LGBTQIA+' tendo em vista ser esta a nomenclatura utilizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) na Portaria N.º 756, de dezembro de 2023, que institui a Estratégia Nacional de Enfrentamento à Violência contra Pessoas LGBTQIA+. Convém salientar, contudo, que as divergências quanto a definição da legenda que organiza e nomeia este estrato populacional se dão mesmo no interior das instituições governamentais e entre os membros de coletivos e organizações que atuam com esses públicos, com o uso dos termos "LGBTQIAPN+", "LGBTI+" e "LGBT+", conforme será visto em algumas entrevistas e citações diretas de autores/as consultados/as no estudo.

disputas eleitorais para câmaras de vereadores nas localidades em que residem. O tema abordado encontra respaldo técnico e legal nos direitos humanos e fundamentais, manifestados tanto na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, quanto na Constituição Federal de 1988. Nestes documentos e em seus protocolos adicionais, o exercício ao direito da cidadania política é assegurado a todas as pessoas, vetando-se quaisquer discriminações que sejam originadas pela raça, cor, sexo, religião, língua ou posicionamentos políticos de qualquer natureza.

Ocorre que entre o ordenamento jurídico e a efetiva atuação social e política destas populações no cenário brasileiro há uma significativa distância, conforme indicam Barros (2023), Facchini e Lins França (2020), Feitosa (2019), Lelis (2021) e Quinalha (2022). Além disso, um estudo divulgado pela organização não-governamental VoteLGBT (2022) contendo dados extraoficiais relativos aos processos eleitorais de 2020 e 2022 para a ocupação de cargos eletivos municipais e federais, respectivamente, demonstrou que a representação política nas casas legislativas e no Poder Executivo é uma dimensão que não contempla a pluridiversidade nacional.

No mapa político do Brasil o poder sempre foi acessado, de acordo com Cardoso (2022), majoritariamente, por homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, não jovens, ricos e conservadores - o que pode explicar, pelo menos em partes, as violações de direitos quanto a dignidade da pessoa LGBTQIA+ e a perpetuação de um silenciamento histórico sobre estes corpos e identidades. Um silêncio que, como refere Adichie (2019) e Curiel (2013), acentua a invisibilidade de grupos populacionais que não se enquadram em um modelo universal de existência e conserva a reprodução de uma história única.

Para contrapor estas narrativas hegemônicas e delimitar o objeto de estudo desta pesquisa, investe-se no potencial das Epistemologias do Sul como base de sustentação e capilarização teórica. A definição pelo uso destas epistemes apoia-se, entre outros fatores, no que Curiel (2013) e também Walsh (2017, p. 11) acreditam ser uma possibilidade de insurgência do conhecimento resgatado e instrumentalizado "sempre e desde com os de baixo"[2]. Conforme a pedagoga norte-americana radicada no Equador, pluralizar as interpretações e as lentes com as quais se olham os fenômenos sociais, históricos e políticos da América Latina é um mecanismo de enfrentamento às estruturas binárias e dicotômicas instituídas pelos processos de colonização.

2 Tradução do autor. No original: "y siempre desde y con lxs de abajo como lugar" (Walsh, 2017, p. 11).

De forma geral, as teorias do Sul, como sugere Maldonado-Torres (2020, p. 29), possibilitam "identificar e explicar os modos pelos quais sujeitos colonizados experienciam a colonização", provocando uma cisão com a exclusividade de um pensamento eurocêntrico que, ao longo dos séculos, culminou na classificação e na categorização dos povos a partir de critérios de dominação atribuídos pelos colonizadores, como ocorreu no caso brasileiro. No Brasil, pode-se constatar que, desde o processo de ocupação e povoamento, o apagamento sócio-histórico, político e cultural de parcelas expressivas de sua população levou a um cenário de múltiplas invisibilidades e encobrimentos coletivos — com efeitos que se alastram há séculos.

Com a transposição de padrões de sociabilidade, condutas e comportamentos oriundos dos conquistadores, um novo regramento moral introduz-se pela força e pela coerção de costumes aos povos originários (Fernandes, 2017). A reprodução deste ideário do colonialismo e da colonialidade terminam por encapsular as relações na colônia em uma estrutura forjada a partir da representação de um sujeito universal, constituído à imagem e semelhança do colonizador, acarretando violências e violações praticadas contra os povos nativos. Como afirmam Mignolo (2005) e Quijano (2005) é este processo que redefine a condição de existência e as novas identidades que se propagam nos territórios violados.

O estranhamento entre as concepções da modernidade e do sistema-mundo (Wallerstein, 2001) e as práticas culturais, sociais e econômicas dos indígenas provocam desdobramentos que, conforme analisa Teixeira (2021), resultam na adoção de um regime de regulação binária do sexo-gênero, engendrada na heteronormatividade compulsória em detrimento da diversidade sexual e de gênero que se manifestava entre os povos originários.

Autores como Fernandes (2017), Núñez (2022), Mott (1995) e Trevisan (2018) vão identificar essas operações como a matriz da classificação das relações afetivas e sexuais como moralmente aceitas, toleráveis e incentivadas, quando estas reproduziam o padrão normativo heterossexual; ou, em oposição, como pecado e crime, passíveis de punição e sanções sociais. Voltando-se para as histórias plurais da formação nacional, pode-se identificar como os corpos e as identidades não normativas são caracterizadas: ora como pecado, ora como doença, ora como risco de degeneração moral da nação e da família (Trevisan, 2018; Vainfas, 2022) - duas instituições seculares importadas como conceitos da modernidade e imbricadas na fundação da colônia.

O resgate destas narrativas e a instrumentalização destes conceitos buscam opor-se aos discursos antes predominantes sobre aspectos que influenciaram tanto a historicidade brasileira quanto a sua atualização na reprodução das estruturas de dominação e na cristalização de

marcadores socioeconômicos. Os mais de cinco séculos que separam a contemporaneidade da colonização parecem não ter contribuído para as violências serem superadas.

Pelo contrário: a reinterpretação do ideário do colonialismo e da colonialidade ainda sustenta as mazelas sociais que incidem na configuração e na organização do Estado brasileiro, impactando, por exemplo, na formulação de políticas públicas e nas garantias de proteção aos direitos humanos e fundamentais dos sujeitos e dos corpos racializados, generificados, dissidentes da norma e re-identificados pela ótica da colonialidade, filiando-se ao construto de Quijano (2005) sobre este aspecto.

Atuando de forma permanente e sistemática como engrenagem na produção de apagamentos e invisibilidades sócio-históricas, a colonialidade, como explicita Missiatto (2021, p. 19), promove a clivagem e a estratificação entre aqueles a quem são concedidos - e permitidos - acesso à sociedade e aos que permanecem nos "escombros colonialistas" - inclusive ao se observarem as possibilidades de tensionamento e agência destes indivíduos em espaços de poder político-partidários e eleitorais.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E JUSTIFICATIVA

Para construir o problema de pesquisa foram acionadas as categorias de re-identificação, representação político-partidário e eleitoral e participação social de corpos e identidades LGBTQIA+, por entender que elas concentram as características necessárias para que o tema investigado seja analisado em sua polissemia. Diante disso e das reflexões anteriores, constituiu-se o seguinte problema de pesquisa: como os corpos re-identificados tensionam e se movimentam em espaços de representação político-partidários e eleitorais em municípios do Rio Grande do Sul, levando-se em consideração os anos de 2016, 2020 e 2024, e como a LGBTfobia se refletiu nestes cenários?

Por meio das lentes epistêmicas do referencial teórico a que se vincula este estudo é exequível traçar uma relação entre os arranjos da colonização, do colonialismo e da colonialidade com as tensões identificadas na trajetória pós-redemocratização do cenário eleitoral brasileiro. Na esteira da reabertura política e participativa têm-se algumas tentativas produzidas por sujeitos LGBTQIA+ para suplantar o apagamento e a invisibilidade propagados pela colonialidade, colocando em movimento as disputas dos corpos pela ocupação de territórios representativos aos quais nunca foram concedidos acessos.

Com vistas a subsidiar a problemática, tem-se como objetivo geral, portanto: analisar a trajetória sócio-histórica-jurídica da LGBTfobia e a ocupação de espaços representativos

político-partidários e eleitorais por corpos e identidades autodeclaradas LGBTQIA+ em câmaras de vereadores de municípios do Rio Grande do Sul, eleitos e eleitas, ou que tenham conquistado a primeira suplência, entre 2016 e 2024.

Na esteira disso, os objetivos específicos se alinham no intuito de se identificar de que forma o ideário do colonialismo e da colonialidade constituem a estrutura sociopolítica do Brasil, analisando a intersecção entre a colonialidade e LGBTfobia como mecanismo de poder e dominação no Brasil e caracterizar o sistema sexo-gênero e a LGBTfobia para compreender sua intersecção com a violência e as violações aos direitos humanos dos corpos e identidades LGBTQIA+. Ainda, entre os objetivos específicos propõe-se analisar a movimentação e a ocupação de espaços representativos político-partidários eleitorais de vereadores e vereadoras autodeclarados/as LGBTQIA+ eleitos/as, ou que tenham conquistado a primeira suplência, em municípios do Rio Grande do Sul nos processos eletivos de 2016 e 2020 e, por fim, identificar como estes sujeitos tensionam as disputas político-partidárias no processo eleitoral de 2024, a partir da politização de suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero.

Com efeito, tanto a efetiva constituição da pergunta gênese dessa investigação e de seus Objetivos – sobre os quais se orientam todas as etapas posteriores da pesquisa – quanto as reflexões acerca da temática se devem a uma multiplicidade de fatores que, em que pese serão melhor desenvolvidos nos capítulos seguintes, respondem a uma fatídica percepção que expõe a natureza das inquietações que atravessam os sujeitos LGBTQIA+ inseridos, ainda que minimamente, em ambientes institucionais de ativismo e militância sócio-política: há um déficit de representatividade, ocupação e participação institucional de corpos e identidades sexo/gênero dissidentes nas esferas de poder em todo o Brasil, incluindo, por óbvio, as cidades do Rio Grande do Sul.

Conforme se perceberá nas próximas seções, o Rio Grande do Sul apresenta particularidades significativas que tornam possível aferir de que forma estas populações se inserem nestes ambientes, tal como revelam a omissão do Estado na produção de indicadores e estatísticas que permitiriam, por exemplo, a promoção de políticas de enfrentamento à violência LGBTfóbica – sobre a qual, inclusive, tem-se dados precários e subnotificados, uma vez que os órgãos estaduais de segurança pública sequer registram e publicizam estes crimes. Quando ascendem a posições eletivas, estes sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ se deparam com engrenagens historicamente formatadas em um padrão cisheteronormativo, tornando a exclusão e a subalternização dois de uma série de mecanismos que acentuam a vulnerabilidade e a imobilidade destas pessoas.

Um dos exemplos materiais destas conjecturas se mostra na situação experimentada por uma das pessoas ouvidas no estudo: eleito vereador em uma cidade com menos de 50 mil habitantes em 2020, L.Z vivenciou um período de atuação legislativa caracterizado por perseguições, ameaças de agressão e de morte e a tentativa de cassação de seu mandato parlamentar, a partir da abertura de um procedimento disciplinar sob a acusação de quebra de decoro parlamentar. A história, ampliada e analisada no capítulo quatro, é ilustrativa pois identifica o tratamento e as estratégias adotadas pela normatividade para isolar e oprimir as dissidências.

Tendo estes propósitos investigativos em seu cerne, a pesquisa amplia o seu escopo para uma temática que está além de uma estreita vinculação com os elevados índices de assassinatos cometidos contra as populações LGBTQIA+ no Brasil (Antra, 2024; Mendes *et al*, 2020; Peixoto, 2018; Vitali e Souza, 2023) para buscar evidências que possam sustentar ou refutar que a colonialidade do poder, enquanto constituinte da formação sociopolítica brasileira, expande a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero a um criterioso patamar de exclusão destes sujeitos dissidentes da participação representativa político-partidária e eleitoral.

O tensionamento e a aproximação dos corpos e identidades LGBTQIA+ — como categorias políticas — da ocupação de espaços eleitorais representativos no sistema político-partidário brasileiro tem levantado discussões sobre a representatividade desta população nas casas legislativas (Barros, 2023; Feitosa, 2017; Lelis, 2021; Nogueira *et al*, 2020; Santos, 2016). Não fortuitamente, os dados interpretados por Cardoso (2022), todavia, assinalam que, no Brasil, este grupo encontra-se sub-representado, pois os assentos são ocupados, predominantemente, pelos extratos cis-heteronormativos da população brasileira.

A baixa densidade eleitoral destes sujeitos em espaços decisórios de poder e as implicações que a imposição de uma gramática moral e sexual materializam na sociedade brasileira, responde a uma das intenções que justificam esta pesquisa. Mais ainda: levantamentos independentes produzidos por organizações como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), situam o Brasil no epicentro de uma ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+, com centenas de projetos de leis

tramitando no Congresso Federal com o intuito de restringir e reduzir os direitos sociais e civis conquistados por estes indivíduos nos últimos anos[3] (Diadorim, 2023; 2024).

O pânico conservador e moral amplificado por lideranças políticas evangélicas e reacionárias (Nobre, 2022; Nunes e Traumann, 2023; Machado, 2004) dificulta a mobilidade social e o avanço de pautas protetivas e promotoras de cidadania LGBTQIA+. O acionamento destes dispositivos contrários aos direitos que versam sobre a livre expressão da sexualidade, ainda que não sejam inéditos na história recente do país, como destacam Cowan (2021), Green e Quinalha (2021) e Quinalha (2021), tem se intensificado a partir da inserção de gatilhos morais e de desinformação no tecido social.

Alia-se a este panorama os indicadores de violência e letalidade praticadas contra estas populações - grande parte delas omitidas dos registros oficiais, conforme denunciam organizações de direitos humanos e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Desde 2019, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) acatou, por maioria de votos, as ações impetradas pela ABGLT e pelo, à época, Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania, julgando procedentes a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injunção (MI) 4733, equiparando a LGBTfobia ao crime de racismo e injúria racial, o FBSP vem monitorando estas violações em todas as unidades da Federação.

Conforme Pacheco (2023), os números obtidos a partir de relatórios das Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Polícia Civil, publicados no 17º Anuário de Segurança Pública (2023) e no Atlas da Violência (2023), demonstram crescimento na prática de crimes contra estes sujeitos, corroborando os levantamentos divulgados anualmente pelo GGB (2024) e pela Antra (2024), de forma independente. Em ambos os documentos, o Brasil aparece como o país que mais mata pessoas LGBTQIA+, sobretudo quando o recorte da análise recai sobre as pessoas travestis e transexuais, historicamente os indivíduos mais marginalizados entre este grupo populacional[4].

Essas características do tema de pesquisa transbordam também para outros campos possíveis de serem percorridos e investigados, uma vez que a constituição do preconceito e da discriminação contra sujeitos LGBTQIA+ se dá por uma multiplicidade de fatores (Balestro e Bahia, 2018; Bento B., 2017, Feitosa, 2016; Mott, 2001). A LGBTfobia, criminalizada pela

3 Um levantamento publicado em janeiro de 2024 pela Antra indicou que, ao longo de 2023, cerca de 300 projetos de lei discutindo questões anti-gênero e anti-LGBTQIA+ foram protocolados nas câmaras de vereadores de municípios brasileiros e na Câmara dos Deputados (Antra, 2024).

4 No Dossiê publicado pela Antra no primeiro semestre de 2024, os números relatados colocam o Brasil, pelo 15º ano consecutivo, como o líder no ranking de assassinatos e execuções cometidos contra pessoas trans. Estes indicadores, assim como os demais relativos a estas mortes, serão detalhados no capítulo três desta dissertação.

Suprema Corte do país, nesta pesquisa, entretanto, ancora-se nas interpretações interseccionais entre a colonialidade do poder (Mignolo, 2020; Quijano, 2005) e do gênero (Lugones, 2020; Segato, 2003) e a colonização das sexualidades (Fernandes, 2017).

Essas implicações das colonialidades se demonstram perceptíveis ainda hoje, século XXI, uma vez que, no Brasil, as esferas legislativas nos âmbitos municipais, estaduais e federal têm negligenciado a discussão de projetos e pautas necessárias para assegurar a promoção e a proteção da vida, da dignidade e da cidadanização LGBTQIA+; impulsionando, ao invés disso, ataques frequentes a estes avanços. Tais omissões se mostram também na ausência de dados oficiais estatísticos e demográficos ou no fato de a Justiça Eleitoral — apesar de ter regulamentado o uso do Nome Social por pessoas transexuais e travestis em registros de candidaturas — não compreender a orientação sexual e a identidade de gênero como informações relevantes para compor os dados de quem disputa um cargo eletivo[5].

Para além dos fatores mencionados acima e que dão contorno ao assunto, a dimensão sócio-histórica e política da LGBTfobia tem sido pouco explorada pelas Ciências Humanas no Brasil, principalmente quando se olha para o campo da interdisciplinaridade - área em que esta pesquisa se concentra e se desenvolve. Colling (2018), por exemplo, promove uma discussão sobre o que ele denominou de artivismo *queer* (p. 156) como ferramenta explicativa para o ingresso destes corpos e identidades dissidentes em espaços de representação; assim como Campos e Machado (2017) mostram elementos que afastam estes sujeitos das disputas políticas eleitorais.

Há, ainda, esforços empreendidos por Carrara (2012), Santos (2016) e Aguião (2017) em mapear, analisar e prospectar como sujeitos subalternizados constroem espaços de mobilização para reivindicar avanços em políticas públicas. Contudo, parece restar uma lacuna que aborde a LGBTfobia como um mecanismo de poder dentro dos parâmetros propostos neste presente estudo, assim como há um déficit em investigações empíricas que apurem quais impactos esse marcador exerce na movimentação e no tensionamento de sujeitos LGBTQIA+ nas esferas municipais de poder — especificamente, em relação às câmaras de vereadores.

Refletir sobre o pertencimento e a atuação sociopolítica destes sujeitos para além do reconhecimento identitário de suas existências é, igualmente, afirmar a complexidade da própria estrutura social em que estão inseridas estas populações. Por isso, estabelecer estas inter-relações e intersecções posicionam a pesquisa como uma problemática válida para se averiguar em que medida, para além das constantes violências e violações, a LGBTfobia e o

[5] Em 2024, de forma inédita, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inseriu o campo para autoafirmação da identidade de gênero e da orientação sexual nos registros de candidaturas, conforme discutiremos posteriormente.

ideário do colonialismo e da colonialidade produzem e sustentam os apagamentos e a invisibilidade sócio-histórica a que estão submetidas as populações homossexuais e transgêneros no Brasil contemporâneo.

1.2 EPISTEMOLOGIAS DO SUL E INTERSECCIONALIDADE

Cumpre reforçar que, nesta investigação, o aporte teórico é sustentado por autoras e autores que situam a sua produção do conhecimento a partir da compreensão de que as relações de poder perpassam as construções sociais, culturais e políticas, cooptando e colonizando, como defende Núñez (2022), não apenas os territórios, mas também a subjetividade, os valores e as formas de interpretar o mundo das populações colonizadas. Neste sentido, as Epistemologias do Sul fomentam outras maneiras de se olhar para as realidades locais (Sousa Santos, 2019), identificando nos processos sócio-históricos da Colonialidade/Modernidade as assimetrias que configuram a sociabilidade e a emergência dos saberes (Castro-Gómez, 2005; Lander, 2005; Mignolo, 2020).

Dessa forma, como justificam Ferreira e Machado (2022), compreender de que maneira a localização do sujeito no espaço/tempo instituído pela Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005) influência nas epistemes, torna possível redirecionar as formas de enxergar como, nesta estrutura social, há uma hierarquização também no entendimento acerca de quais elementos do conhecimento se constituem como modernos e civilizados e quais recebem a marca indelével do atraso e da barbárie. Neste sentido, Nunes (2008), pontua que a crítica à Modernidade e à cientificidade tecnicista e racionalizante se ancora nas alternativas de subverter o caráter hegemônico e eurocêntrico que, há séculos, vem sustentando paradigmas de gestão e controle dos sujeitos colonizados e subalternizados.

Na esteira dessa reflexão, Lander (2005, p. 8) argumenta que essas classificações hierárquicas e categóricas impostas pela Modernidade/Colonialidade dão contorno “ao contraste essencial estabelecido a partir da conformação colonial do mundo entre ocidental ou europeu (concebido como o moderno, o avançado) e os ‘outros’, o restante dos povos e culturas do planeta”. Com efeito, nas Epistemologias do Sul se estabelecem ferramentas interpretativas plurais, limiares para o desenvolvimento de análises múltiplas e fronteiriças, descentralizadas de um arcabouço forjado tendo como base a universalidade defendida e amplamente aplicada pelos modelos europeus de controle e regulação das esferas educacionais, culturais, econômicas e políticas (Sousa Santos, 2019).

Sob essa perspectiva, ainda, a presente pesquisa é pautada na interseccionalidade como instrumento de intervenção científica junto ao objeto em questão. Tal como defendido por Akotirene (2023), por meio dela é possível refletir como as opressões se conectam e permeiam o tecido social, contribuindo para que haja uma visão menos binária e dicotômica sobre as distintas desigualdades e subalternizações a que estão suscetíveis os sujeitos em contextos coloniais e de colonialidade. A pensadora brasileira tem sido uma das vozes mais produtivas na defesa dessa interligação entre a raça, a classe e o gênero, ainda que não tenha sido ela a responsável pela criação do termo – fato, inclusive, que Akotirene (2023, p. 22) sinaliza ao reverenciar outras intelectuais negras, como Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Maria Carolina de Jesus: "[...] o projeto feminista negro [...] trabalha o marcador racial para superar estereótipos de gênero, privilégios de classe e cisheteronormatividades articuladas em nível global".

Importa destacar que a interseccionalidade, neste estudo, assume viés metodológico, nos termos defendidos por Collins (2021) e Vigoya (2023). Apesar de falarem de localizações geográficas distintas, ambas as feministas reivindicam o componente político do uso da interseccionalidade como eixo analítico e metodológico para a compreensão de fenômenos sociais complexos. Para Collins (2021), por exemplo, a interseccionalidade, muito além de um conceito, deve ser vista sob a ótica do seu uso, uma vez que, defende ela, se identifica na intersecção um meio de transpor o pensamento unilateral e fragmentado acerca da realidade em que estão inseridos os indivíduos.

Ao posicionar o sujeito nestas interligações assimétricas de poder, a interseccionalidade considera as estruturas que tensionam e sustentam as opressões, como explica Collins (2021), citando entre elas as de ordem econômica, cultural, disciplinar e política. Ribeiro (2023) acrescenta que, neste entendimento, é possível conceber a interseccionalidade pela lente dos marcadores sociais que conformam a experiência dos sujeitos em suas diversidades, sejam elas as de raça, gênero, classe e orientação sexual, por exemplo.

1.3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Caracterizada como uma pesquisa qualitativa, esta investigação faz uso de métodos e procedimentos que se ancoram em processos interdisciplinares, tanto na coleta e produção de dados quanto em suas análises posteriores. Ao se assumir tais elementos, entende-se, a partir de Flick (2009), a relevância da constituição de instrumentos plurais que contribuam para uma compreensão plural e polissêmica de fenômenos sociais complexos. Se faz relevante, ainda, na

esteira do que defende Gil (2002), pontuar que não existem métodos melhores ou piores, assim como não convém hierarquizar procedimentos e técnicas a partir de critérios de valoração; o que deve prevalecer no fazer científico, em especial na área das Ciências Humanas, é a busca de ferramentas capazes de promover respostas ao problema em questão.

Posto isso, indica-se o uso do método de revisão investigativa-bibliográfica como a primeira etapa deste estudo, pois, como salientam Lima e Mioto (2007, p. 41), através dele é possível mobilizar um conjunto ordenado de processos que vão apontar desde as lentes utilizadas pelo pesquisador para investigar o objeto estudado até as interpretações e análises críticas a partir de conceitos e teóricos de referência para o assunto principal da pesquisa, envolvendo "a construção de um instrumento que permita pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo".

Na primeira etapa, de caráter teórico e conceitual, tem-se a estruturação de como o objeto de estudo vem sendo abordado, principalmente, pelas Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. A construção desse arcabouço se deu a partir de buscas no Portal de Periódicos da CAPES, CLACSO e também junto a dados públicos informados aberta e amplamente pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministério da Justiça e Ministério dos Direitos Humanos.

Para melhor compreender como esse cenário tem se comportado, definiu-se que a fase conceitual da pesquisa percorre o período entre os anos de 2001 a 2024. Justifica-se isso a partir de fatos históricos apontados pela literatura e que, resumidamente, coloca o ano de 2001 como um marco importante de luta dos movimentos sociais LGBTQIA+ no Brasil (Facchini e Lins França, 2020) e, 2024, como o contexto em que se deram as investigações mais recentes acerca da temática, com literaturas publicadas nas bases de dados públicos consultadas.

Alocada em um programa de pós-graduação interdisciplinar, a pesquisa situa-se na intersecção de diferentes campos de produção do conhecimento, sobretudo os relacionados as grandes áreas das Humanidades (história, sociologia, filosofia, antropologia, em especial) e das Sociais Aplicadas (Direito e Comunicação Social). Além disso, este estudo se utiliza dos Estudos de Gênero e dos Estudos Feministas como subsídios para um contorno amplo do objeto analisado.

Sobre a interdisciplinaridade, Costa *et al.* (2021) afirmam que o conceito vem adquirindo reconhecimento em diferentes estruturas e espaços em razão de estar se consolidando como "um poderoso aliado no desenvolvimento do pensamento crítico" (p. 121) e por ser um "pré-requisito fundamental para o ensino e a pesquisa" (p. 123), sobretudo porque "a prática interdisciplinar visa romper com os padrões tradicionais que promovem a produção

fragmentada do conhecimento, destacando semelhanças e incentivando o estudo crítico de diversas abordagens sobre o mesmo assunto" (p. 123).

Descrita a primeira etapa, delimita-se o segundo passo desta investigação: a abordagem empírica, com o uso do método de observação direta e elementos que encontram similaridades com a etnografia, além da aplicação de entrevistas. Convém salientar que, partindo do pressuposto de que este estudo é qualitativo e interdisciplinar, estes dois instrumentos de coleta de dados (a observação direta com elementos de etnografia e a entrevista) são complementares e fundamentais. Ambas as técnicas possibilitaram ao pesquisador visualizar como os sujeitos autodeclarados/as LGBTQIA+ participam da vida política em suas cidades e se a LGBTfobia está entre os elementos que circundam este tensionamento[6].

Dados os objetivos Geral e Específicos deste estudo, assim como o problema que o sustenta, justifica-se a importância do instrumento de observação direta de sujeitos LGBTQIA+ nos seus espaços de atuação político-partidária tendo em vista o que pontuam Lüdke e André (1986, p. 12), ao destacarem que "[...] as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que se possa entende-lo". Em razão disso, a intenção do ingresso do pesquisador em campo foi acompanhar e entrevistar estes indivíduos que autodeclaram sua orientação sexual e identidade de gênero e que tenham sido eleitos/as ou obtiveram a primeira suplência, em seus respectivos municípios, durante os processos eleitorais para vereança em 2016, 2020 e 2024.

A delimitação deste período atribui-se, entre outros fatores, a ocorrências políticas importantes para o cenário legislativo brasileiro, a partir de 2016; o avanço de pautas classificadas como conservadoras (Afonso-Rocha, 2023); a criminalização da LGBTfobia, revelando o movimento do campo das Ciências Sociais Aplicadas, em 2019; o processo eleitoral para Eleições Majoritárias e Proporcionais em Municípios, ocorrido em 2020, sob a égide do bolsonarismo; e, em 2024, sendo o pleito mais recente. Como os mandatos eletivos no Brasil tem a duração de quatro anos, com possibilidade de reeleição, delimitar o tempo da pesquisa de campo neste percurso permite um mapeamento de oito anos de movimentações políticas de sujeitos autodeclarados/as LGBTQIA+ para a obtenção de assentos em legislativos em cidades do RS[7].

---

[6] Para a execução da fase de coleta e produção de dados e informações em campo, obteve-se aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS), através de Parecer Consubstanciado número 6.765.352, CAAE n.º 76963124.7.0000.5564 (o documento encontra-se na seção 'Anexos', com a identificação 'Anexo 01'). O roteiro de entrevistas, enquanto instrumento de produção de dados, foi igualmente submetida ao CEP/UFFS.

[7] Todas as informações sobre o acesso do pesquisador aos campos, instrumentos de coleta e produção de dados, realização de entrevistas, direitos de imagem e resguardo dos colaboradores da pesquisa foram previstos no Termo

Os/as participantes da pesquisa foram convidados, por e-mail, individualmente, a partir de mapeamentos junto aos movimentos sociais e de ativismo LGBTQIA+ que acompanham o trabalho destes/as legisladores/as; ainda, cada liderança eleita foi convidada a sugerir um nome de outra para que se tivesse um levantamento mais preciso. É importante salientar que, no Brasil, os/as candidatos/as a cargos eletivos, em qualquer nível, até 2024, não tinham a possibilidade de declarar sua orientação sexual e identidade de gênero, fato este que impôs restrições e barreiras para uma quantificação exata de pessoas LGBTQIA+ se candidataram e/ou foram eleitas nos primeiros ciclos da investigação (2016 e 2020).

Em 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) instituiu a Resolução-TSE 23.562/2018, que permitia a adoção do Nome Social como dispositivo para candidaturas de pessoas transexuais, o que não é suficiente para se dispor de um indicador oficial. O pesquisador adotou como recurso a consulta a bancos de dados de organizações não governamentais, notícias em jornais e revistas, além de publicações de partidos políticos. Também mobilizou sua rede de contatos para identificar pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ eleitas ou que obtiveram a primeira suplência entre 2016 e 2020, conforme será detalhado no capítulo quatro.

1.4 ANÁLISE DOS DADOS

Ao se debruçar sobre a situação política destes sujeitos em municípios do Estado do RS, conjecturou-se ser possível identificar características sócio-históricas e culturais significativas para se compreender como a LGBTfobia e a colonialidade se interseccionam, tornando palpável o entendimento dos impactos desse ideário colonial na movimentação e no tensionamento dos corpos re-identificados. Direcionada para a análise e interpretação do problema investigado e orientada pelo viés da interdisciplinaridade, a pesquisa exigiu a depuração dos dados produzidos em cada fase de sua realização a partir do entrelaçamento de métodos mistos. Como destacam Rosa e Mackedanz (2021), a linguagem, as histórias e as vivências dos sujeitos investigados pelas ciências humanas estão envoltas em contextos geopolíticos, culturais e econômicos, exigindo do pesquisador uma leitura crítica e dialética em suas análises.

Tendo em vista a análise dos dados primários que foram obtidos durante a observação direta, se fez uso, como método de interpretação, da análise temática. A técnica origina-se nos estudos de Braun e Clarke (2006) e vem sendo amplamente utilizada no campo da psicologia social. Segundo Rosa e Mackedanz (2021), a ferramenta contribui para tornar credível e

---

de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), também já aprovado pelo CEP/UFFS e inserido na seção ‘Apêndices’, com o nome ‘Apêndice B - TCLE’.

criteriosa a identificação de “padrões repetidos de significados” (p. 12) que permitem ao pesquisador analisar, dentro de seus objetivos, tanto o contexto quanto às declarações dos indivíduos entrevistados. Tais instrumentos metodológicos oferecem uma abrangência interdisciplinar que assegura concretude a compreensão do objeto investigado, atendendo a um dos requisitos que atestam a cientificidade da pesquisa, pois, como reiteram Silva, Barbosa e Lima (2020), “é necessário que os dados interajam com a literatura de uma forma coordenada, em conjunto, mostrando ser uma produção autêntica e que faz sentido” (p. 112).

Em conjunto com a análise temática, as entrevistas também foram interpretadas a partir do Mapa de Associação de Ideias (Spink, 2010). Ambas as técnicas apresentam pontos de convergência e aproximação e, de acordo com Bastos e Biar (2015), se organizam como instrumentos interdisciplinares e interseccionais, permitindo que os fenômenos sociais sejam percebidos sob diferentes aspectos estruturais e de narração. Neste sentido, as narrativas, acrescentam as pesquisadoras, mostram-se como elementos discursivos perceptíveis nas histórias, falas e declarações de sujeitos, historicamente, deslocados às margens do tecido social.

Com efeito, Bastos e Biar (2015, p. 101) aderem ao método como uma maneira de reivindicar “funções mais complexas e mais comuns à experiência cotidiana, relacionadas à construção de sociabilidade, à conformação da experiência em padrões públicos de aceitação e à construção de um sentido de quem somos e do mundo que nos cerca”, sinalizando, portanto, uma concepção inerente e útil para a interpretação do problema deste estudo.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está organizada e estruturada da seguinte forma: nas Considerações Iniciais, apresentam-se os argumentos centrais que sustentam a pesquisa, a temática, as recorrentes violações aos Direitos Humanos dos sujeitos LGBTQIA+ e a ausência de proteção e promoção de políticas públicas, além de um panorama sobre o que se observa no contexto sócio-histórico que envolve esta parcela da população brasileira. Ainda, neste item, destacam-se os aspectos metodológicos, o problema central do estudo, seus objetivos Geral e Específicos, o marco referencial teórico e as ferramentas interpretativas e analíticas que conduzem o trabalho.

No capítulo dois, intitulado “E assim fez-se o humano em Pindorama”, discutem-se os processos de colonização, o colonialismo e a colonialidade como elementos estruturais e estruturantes do tecido social brasileiro. Dividido em quatro seções, o capítulo resgata a

colonização do território, da subjetividade e do corpo dos povos ameríndios para, na sequência, estabelecer como esse ideário normativo e padronizador engendra, de forma binária e dicotômicas, as relações socioestruturais. Essas assimetrias de poder, demonstra o capítulo, são fundamentais para se entender a exclusão sociopolítica das identidades sexo dissidentes.

No capítulo três, denominado "Invertidos, pagãos e pecadores: da sodomia à criminalização da LGBTfobia", produz-se uma reflexão interseccional entre o sistema-mundo moderno/colonial e o sistema sexo/gênero com vistas a constituir uma ferramenta de análise para a dimensão sexo, gênero e sexualidade. Em três seções, o capítulo aborda fatores políticos, sociais e culturais que dão contorno aos conceitos de corpo, sexo e gênero; suas relações oriundas de um ideário do colonialismo e da colonialidade que re-identifica os sujeitos a partir das alegorias da Modernidade/Colonialidade; os processos que resultam nas violências arbitrárias cometidas contra estes sujeitos no Brasil e os movimentos que levaram a criminalização da LGBTfobia no país.

O quarto e último capítulo, denominado "Radical é existir sendo quem somos?' Movimentos e tensões político-partidárias e eleitorais de pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ em legislativos de municípios do Rio Grande do Sul no percurso da pesquisa", apresenta os dados produzidos nas cidades de Barra Funda, Caxias do Sul, Cruz Alta, Marau, Novo Xingu e Palmeira das Missões, durante as Eleições Municipais de 2024. Entre agosto a outubro daquele ano, seis candidaturas que autoafirmaram suas orientações sexuais e identidades de gênero e aceitaram o convite, foram acompanhadas, entrevistadas e observadas pelo pesquisador. As visitas presenciais realizadas a esses sujeitos foram intercaladas com diálogos frequentes e interações em grupos de *WhatsApp* e outras redes sociais. Esse processo permitiu a obtenção de um volume expressivo de informações que contribuíram para a análise e interpretação dos dados, elementos que também compõem este capítulo da dissertação.

Nesta seção, além das observações e dos relatos extraídos a partir da aproximação direta pesquisador/sujeitos inseridos no estudo, se estabelecem ainda as interconexões entre a organização socioestrutural e histórica do país, a partir dos processos de colonização, e a estruturação de um sistema político-partidário e eleitoral que privilegia determinados grupos em detrimentos de outros. Para isso, foram mobilizados autores e autoras que, nos capítulos anteriores, sustentam o arcabouço teórico-referencial desta investigação, permitindo-nos aferir sob quais condições e de que maneira o colonialismo e o ideário da colonialidade se mantém em reprodução e atualização, deslocando as pessoas LGBTQIA+ às margens do tecido social, reduzindo a sua mobilidade política e refletindo na sub-representação deste estrato nos ambientes partidários, eleitorais e institucionais.

Em conclusão, nas Consideração Finais, os objetivos Geral e Específicos e o problema que orientou esta pesquisa são confrontados aos resultados obtidos durante a produção de dados em campo e à literatura que organiza e fundamenta a interpretação do fenômeno investigado. No último item desta dissertação se destacam os motivos pelos quais se considera que a investigação cumpriu seu propósito científico e de produção de conhecimento ao possibilitar um olhar interseccional, interdisciplinar e original a respeito da LGBTfobia como uma dimensão socioestrutural e histórica de controle dos corpos no Brasil, cujos desdobramentos se perpetuam e se capilarizam por todos os espaços de gestão e de poder.

Os reflexos desse engendramento e da intersecção entre os sistemas mundo/moderno-colonial (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2020; Quijano, 2005), colonial de gênero (Lugones, 2014) e sexo/gênero (Butler, 2020; 2024; Rubin, 2017) tornam-se perceptíveis quando nos dedicamos a escrutinar quais corpos e identidades ocupam e exercem funções em espaços decisórios e de representação, como as casas legislativas em municípios do Rio Grande do Sul, aspecto central deste estudo. Por fim, se elencam caminhos e possibilidades de novas abordagens e outras investigações possíveis a partir do extenso volume de informações e dados produzidos ao longo de toda a trajetória de pesquisa.

2 E ASSIM FEZ-SE O HUMANO EM PINDORAMA

Em abril de 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) anunciou a publicação de uma série de documentos contendo dados e indicadores sociodemográficos e de renda sobre a posição do país em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), no contexto do Grupo dos Vinte (G20). Formado em 1999, este fórum internacional concentra os 19 países com as maiores economias globais, além da União Europeia, em discussões comerciais e políticas transnacionais pautadas em acordos e relações de cooperação.

Na mesma oportunidade, o órgão divulgou as atualizações da nona edição do Atlas Geográfico Escolar, comumente utilizado por escolas de ensino fundamental e médio como subsídio à formação dos estudantes. Diferentemente dos números anteriores, neste Atlas o Brasil foi deslocado ao centro do mapa-múndi, reposicionando-o nas dinâmicas do poder e na escala de protagonismo entre as nações que compõem o G20. O movimento, informou o Instituto, foi realizado visando "mostrar uma forma singular do Brasil ser visto em relação a esse grupo de países [referindo-se ao G20] e ao restante do mundo" (IBGE, 2024).

Ao adotar uma estratégia de reenquadramento cartográfico, o IBGE produz um resgate do pensamento do geógrafo Milton Santos (2012), para quem a força das ideias e as transformações políticas e sociais resultariam em mudanças estruturais nas relações de poder e dominação entre as nações desenvolvidas e as em desenvolvimento. Visto sob esta perspectiva, o desenho proposto para o novo mapa-múndi brasileiro pode ser compreendido como um "movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os [...] deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado partícipe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único" (Santos, 2012, p. 14).

A assertiva de que a concepção do novo Atlas brasileiro contribui para acentuar o caráter do país como potência mundial, trazendo para o cerne do mapeamento também as populações quilombolas e os povos indígenas (IBGE, 2024), sinaliza um esforço que caminha no sentido de contrapor discursos hegemônicos sobre as práticas de dominação e coerção que estabelecem assimetrias nas relações entre o norte e o sul. Percebidos aqui para além de uma simples dimensão geográfica, como sinalizam Silva Leite e Trindade Júnior (2020, p. 44), essas categorias sintetizam um uso metafórico para "compreender as relações de ordem mundial e global que repercutem em processos socioespaciais que interessam para o entendimento das expressões de poder entre os sujeitos que definem as configurações regionais contemporâneas".

Interpretada isoladamente, a centralização do Brasil na cartografia nacional formatada pelo IBGE pode ser entendida como uma resposta técnica visando a promoção simbólica do país no cenário internacional, fortalecendo os vínculos com as demais nações do G20. Porém, como observa Santos (2012, p. 17), entre a técnica e o seu uso político há que se considerar a "intencionalidade" da ação como uma variável indissociável da caracterização dos processos sócio-históricos. Essa intencionalidade está ligada à distribuição e à disputa pelo poder geopolítico e financeiro (Santos, 2012), cada vez mais entrelaçada com as conexões entre o passado de subalternização a que foram submetidos os países colonizados e os seus desdobramentos, materializados nas desigualdades contemporâneas que os estruturam.

Justo por isso, a atualização na maneira de representar geograficamente o Brasil transcende a interface simbólica da modificação do mapa-múndi, exibindo aspectos pertinentes da formação social, cultural, moral, política e econômica nacional desde a ocupação do território pelos europeus, em 1500. Como avalia Cerqueira-Neto (2018, p. 81), o reconhecimento das disparidades que perpassam as constituições das colônias tensiona um "repensar das fronteiras internas", o que adiciona outras camadas a complexa tessitura tributária daquilo que Silva Leite e Trindade Júnior (2020, p. 46) nomeiam de "processos de dominação, exploração e resistência que caracterizam as sociedades subalternizadas em suas relações internas e naquelas mantidas com outras sociedades".

A identificação destes elementos, apontados em Cerqueira-Neto (2018), Santos (2012) e por Silva Leite e Trindade Júnior (2020), possibilita questionar as dinâmicas das relações de poder que viabilizaram a expansão do empreendimento colonial e atravessaram a historiografia brasileira. Entre o desembarque português na costa litorânea e o protagonismo sociopolítico e econômico reivindicado pelo IBGE ao alterar, no Atlas Geográfico Escolar, a localização do Brasil levando-o para o centro do mundo, mais de cinco séculos se passaram deixando, como salienta Bento (2022, p. 23), "heranças acumuladas em histórias de muita dor e violência, que se refletem na vida concreta e simbólica das gerações contemporâneas".

Nos processos de ocupação, que Romano (1995, p. 12) caracteriza explicitamente como atos de "violência, injustiça e hipocrisia" nos quais não "continham em si nenhum germe de desenvolvimento positivo, pois destinados à mais completa involução" (p. 13), a incursão de Portugal se estabelece pela subjugação e pelo estranhamento com as práticas culturais e comportamentais dos povos originários (Trevisan, 2018), que a este território já o haviam nomeado de Pindorama, uma expressão tupi para designar o que eles consideravam como a 'terra das palmeiras' (Barcelos e Maders, 2013; Magnoli, 2016; Silva, 2019).

Barcelos e Maders (2013), inclusive, indicam o extermínio e o apagamento destas populações como reflexos iniciais do contato entre as formas nativas de existência em contraste com os valores da colonização portuguesa transportados ao território de Pindorama, até então habitado por cerca de mil etnias distintas entre si. Dirão os autores que

> se olharmos para nosso passado recente — últimos quinhentos anos — veremos que cerca de oitocentos povos desapareceram. Foram, de diferentes formas, dizimados. Com eles desapareceram suas línguas, seus rituais, seus hábitos alimentares, enfim, quando some uma língua, some com ela uma cultura. Não esqueçamos que esses povos não tinham escrita. Sua comunicação era, basicamente, por intermédio da oralidade. Portanto, quando desaparece um povo com estas características é aniquilada uma civilização inteira. Desaparece sua arte, sua filosofia. Sim, sua filosofia, pois, estas civilizações possuíam um sistema filosófico de vida extremamente complexo e rico em contribuições para as demais formas de pensar a vida no planeta (Barcelos e Maders, 2013, p. 126).

Da mesma forma, Lopes (2017), apoiando-se em uma série de evidências científicas oriundas de estudos nas áreas da biologia, da antropologia e da arqueologia, reconstitui as diferentes maneiras com as quais as populações indígenas se estruturavam até o advento da colonização. O autor, por exemplo, descreve como estes povos trabalhavam o solo para a produção de alimentos, organizavam-se em assentamentos, constituíam aglomerados populacionais, mantinham rituais comunitários e celebrações religiosas dedicadas a uma gama de divindades e possuíam uma variedade linguística bastante significativa. Ainda, sugere comportamentos em torno da sexualidade a partir de outras concepções, menos dogmáticas e encapsuladas do que aquelas determinadas a partir de 1500.

Conforme o pesquisador, a multiplicidade de elementos “pré-cabralinos” (Lopes, 2017, p. 164) torna inconteste que o projeto civilizatório europeu, em realidade, suplantou civilizações existentes e com modelos organizacionais, estratégias de sobrevivência e de expansão próprias, muito conflitantes com a imagem mimetizada que, equivocadamente, ainda parece resistir atualmente em relação a estes povos. Para Lopes (2017, p. 201)

> [...] não dá para assumir que as sociedades ameríndias pouco populosas e simples do presente representam fielmente o que havia aqui antes do fatídico 22 de abril de 1500. Os dados arqueológicos sugerem que uma transformação sociocultural relativamente rápida e traumática, causada direta ou indiretamente pelo contato com os europeus, foi a responsável por dar a muitos grupos indígenas — provavelmente a maioria desses povos, ainda que não todos — a feição que reconhecemos como típica deles hoje. [...] Nem todas essas sociedades entraram em colapso por conta da invasão ibérica, obviamente [...], mas a maioria delas provavelmente teve seus alicerces chacoalhados ou destruídos por completo pelo contato entre hemisférios.

Entre as rupturas socioculturais que decorrem dessas primeiras interações dos povos de Pindorama com os viajantes portugueses, está a supressão dos rituais religiosos, em suas múltiplas manifestações e formas, como apontado por Vainfas (2022). Para além dos aspectos econômicos da exploração territorial e da espoliação das riquezas (Romano, 1995), há uma captura da subjetividade que contribuiu para "[...] o triunfo do colonialismo, [...], triunfo do sistema colonial" (Vainfas, 2022, p. 275), uma vez que a introdução de um regramento moral será bastante efetiva para a formatação de um modelo único e universal de sujeito, conforme será visto posteriormente.

Nesta abordagem interpretativa e epistêmica, a religiosidade e a implantação de um projeto catequizador para a doutrinação dos povos originários assumem um expressivo significado, pois, como irá detalhar Vainfas (2022), é também através deste instrumento que os europeus conseguiram obter êxito no empreendimento colonial. Descreve ele que

> [...] quando os portugueses chegaram ao Brasil em 1500, encontraram, além de uma natureza belíssima, terras férteis e rios caudalosos, uma numerosa população indígena que se encontrava no litoral não fazia muito tempo. Tinha se estabelecido ali, perto da praia, graças à destreza de seus guerreiros e ao incentivo de certos homens. Homens considerados especiais, que tinham o poder de conversar com os mortos, os espíritos dos ancestrais. A esses homens chamavam de caraíbas. Os caraíbas tupis faziam suas pregações desde tempos imemoriais, sendo muito respeitados pelo seu estilo de vida errante, pelo que diziam e pela festa que promoviam nas aldeias tão logo chegavam. [...] Pregavam em transe, após sorverem a fumaça de certa erva, e de conversar baixinho com suas cabaças mágicas, todas enfeitadas de penas, pintadas com olhos, nariz e boca, pois eram elas, afinal, que alojavam os espíritos dos deuses (Vainfas, 2022, p. 17).

O relato de Vainfas (2022) revela pelo menos dois fatores que permitem caracterizar movimentos internos do desenvolvimento organizacional dos povos originários no período pré-colonial — demonstrando que "o passado profundo do Brasil é tão rico quanto o do Velho Mundo" (Silva, 2019, p. 890). O primeiro deles refere-se ao contato dos portugueses com os indígenas tupis que se deslocavam em direção ao litoral para ampliar o território e assegurar a alimentação da aldeia. Lopes (2017) corrobora essa visão ao destacar como estas populações possuíam uma estrutura singular de gestão política, econômica e cultural de suas sociedades.

As manifestações religiosas e o poder de pregação dos homens que falavam "em transe, após sorverem a fumaça de certa erva" (Vainfas, 2022, p. 17) é outro fator relevante presente no argumento do pesquisador. Essa estreita vinculação entre a natureza e as celebrações indígenas tornou o processo de colonização mais árduo para os portugueses, à medida que houve resistência das populações nativas em serem dominadas por um modelo civilizatório que

impunha severas restrições às práticas de santidade e idolatrias cultuadas sob o extenso, vasto e, até então, pouco explorado solo de Pindorama.

Desta forma, Barcelos e Maders (2013) e Lopes (2017) sustentam que a ingenuidade atribuída historicamente aos indígenas se deve mais a uma distorção do que aos registros historiográficos e antropológicos que indicam o enfrentamento travado pelos nativos às visões de progresso expansionista transportadas nas caravelas portuguesas. Havia dentre estes profetas e lideranças tupis, reiteram os autores, deliberações estratégicas para obter para si e para as suas aldeias, avanços que resultassem em benefícios coletivos.

> [...] estamos acostumados a imaginar cenas do período colonial, ou mesmo dos contatos mais recentes entre europeus e ameríndios, nas quais é muito fácil conquistar a amizade e até a subserviência dos indígenas com bugigangas ditas "sem valor". [...] É essencial ter em mente que essa suposta ingenuidade nativa é só uma parte muito pequena da história. Desde os primeiros momentos da colonização, não faltaram estratégias, por parte dos indígenas, para que a presença dos portugueses e espanhóis fosse utilizada em favor dos objetivos das próprias sociedades nativas. Se relações interétnicas que pareciam (do ponto de vista ameríndio, ao menos) ter nascido como alianças entre iguais rapidamente se transformaram em conexões de dominação profundamente desigual, isso tem pouca ou nenhuma ligação com a suposta falta de habilidade política e visão estratégica do lado indígena (Lopes, 2017, p. 202).

A coletividade, a cosmovisão, as diferentes maneiras de se estar nos espaços territoriais, os conflitos travados entre etnias distintas, a singularidade de cada povo: todas essas dimensões vão contrastar com a universalização do indivíduo, conforme salienta Lopes (2017) acima. A imagem construída de que os indígenas se constituíam em uma população inocente, desprovida de inteligência e indolente diluiu-se progressivamente no senso comum desde as primeiras missivas enviadas pelas frotas portuguesas à Coroa, tornando-os suscetíveis a todo tipo de intervenção.

Essa configuração termina por fortalecer os mecanismos de controle colonial necessários para justificar "a ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo" (Krenak, 2019, p. 11), sustentada em uma motivação "de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível" (Krenak, 2019, p. 11). Mesmo que para essa inserção ocorrer, fosse necessário o uso da força, da violência e da coerção.

O acesso a este mundo novo, unificado e esclarecido, passou a ser um dos componentes que atravessavam o Atlântico no interior das embarcações portuguesas e, posteriormente, espanholas, nos séculos XV e XVI. Com a tarefa de encontrar rotas comerciais alternativas e expandir tanto a economia quanto o poderio dos impérios ultramarinos europeus, os navegadores impunham todo tipo de reprimenda comportamental, moral, cultural e política

àqueles e àquelas à quem consideravam destituídos das condições inerentes de um formato de humanidade que, segundo Krenak (2019, p. 11), orientou "muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história".

Tanto Barcelos e Maders (2013) quanto Krenak (2019), Lopes (2017) e Vainfas (2022) observam que uma destas condutas nativas frontalmente atacadas pelos europeus deu-se no campo da religiosidade, com aquilo que Nêgo Bispo [Santos] (2023, p. 19) definiu como uma prática de "cosmofobia": um profundo descolamento entre o homem e a natureza em sua pluridiversidade. Nesse sentido, o pensador quilombola defende que o cerceamento à liberdade de cultuar distintas e plurais formas de divindades está na essência de um "medo, de uma doença [...] germinada dentro do monoteísmo".

Ainda que nesta pesquisa a religiosidade assuma um papel transversal e complementar, refletir sobre essas interações contribui para uma compreensão abrangente de como se processa, a partir da introdução e da reprodução de um parâmetro moral e ético, um encapsulamento das relações sociais que vão permear o contato entre colonizadores e colonizados. A captura da dimensão religiosa e o aprisionamento das cosmovisões indígenas em uma unicidade cristã, isola e desconecta estas populações de suas tradições ancestrais, atuando na inter/intra subjetividade dos povos originários.

Para exemplificar isso, Nêgo Bispo [Santos] (2023, p. 18) produz um relato no qual estabelece como a transformação de uma cultura politeísta em uma de orientação monoteísta dará sentido a sua concepção de cosmofobia. Narra o quilombola que foi

> [...] criado numa casa de chão batido, onde andava descalço. As galinhas e os outros animais conviviam conosco dentro de casa. Quando uma galinha estercava na casa de chão batido, a parte úmida do esterco, das fezes da galinha, era absorvida pela terra. Tirávamos a parte sólida e jogávamos no quintal para servir de adubo. Para o povo da cidade, isso é um horror. Pisar as fezes da galinha? Impossível! Tem que ter uma cerâmica bem lisinha para poder enxergar qualquer outra vida, qualquer vivente que estiver ali, para poder desinfetar e matar qualquer microorganismo. Matar até o que não se vê. Para andar descalço, é preciso desinfetar o chão: a cerâmica foi criada porque os humanos não podem pisar a terra. Os calçados foram criados porque os humanos não podem pisar a terra. Porque a terra é o anseio original (Nêgo Bispo [Santos] 2023, p. 18).

A história do pensador quilombola associa-se ao que Barcelos e Maders (2013, p. 136) observam como uma das propriedades mais significativas da cultura indígena, sendo a "inseparabilidade entre os diferentes momentos do viver. Tal característica faz do fluir do viver nessas sociedades, uma completa integração entre a técnica, a arte [e] a religião". Nesta interpretação, o distanciamento homem-natureza é resultado dessa cosmofobia que, de acordo com Nêgo Bispo [Santos] (2023, p. 27), "é [a] responsável por esse sistema cruel de

armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária. [...] A cosmofobia é a necessidade de desenvolver, de desconectar, de afastar-se da originalidade".

A cosmofobia, compreendida como esse complexo emaranhado de dissociações e barreiras erigidas entre a humanidade e o ambiente que a cerca, pode também ser elencada como um dos eixos que materializam e potencializam a dominação colonial às culturas ameríndias, como irá expor Vainfas (2022). Embora o pesquisador operacionalize outros signos conceituais, ele identifica como a inseparabilidade ritualística e cultural vivida pelos povos originários se torna uma afronta aos costumes europeus, intimamente relacionados ao cristianismo e aos valores de conversão dos povos conquistados.

Seguindo estritamente os mandamentos de uma religião monoteísta e cristã, os navegadores a serviço da Coroa Portuguesa identificaram nos nativos exortações de toda ordem à natureza e aos deuses que por ela se manifestavam. Na europa[8], rituais similares vinham sendo combatidos por escaparem à racionalidade científica que se firmava na esteira do renascentismo e do iluminismo, nos séculos XV e XVI. Essa divergência de visões sobre o mundo acentuou a distância (e ampliou a violência) entre conquistadores e conquistados.

Na 'terra das palmeiras', as manifestações ainda se faziam comuns no seio das populações originárias. Vainfas (2022, p. 18), inclusive, registra um anedotário presente nos documentos oficiais da colonização no qual se proclamava que "os índios não pronunciavam as letras f, l e r porque não possuíam fé, lei ou rei, e outros [...] disseram que o gentio[9] não possuía 'nenhum conhecimento de deus'". O assombro colonizador foi tamanho com a multiplicidade de celebrações e adorações aos elementos da natureza que, com o avanço da conquista, passaram a descrevê-las como "festas verdadeiramente diabólicas, réplicas do sabá[10] europeu, idolatrias rebeldes e heréticas. Passariam da perplexidade ao medo, do desconhecimento ao pânico" (Vainfas, 2022, p. 18).

O temor dos colonizadores, ao adentrar a vegetação pouco explorada das áreas que comporiam o Brasil, era densamente estimulado pela ritualística dos profetas que, em transe,

8 Ao longo desta dissertação, a referência à "europa" será sempre feita com a primeira letra em minúsculo, seguindo um pensamento provocado por Kilomba (2019) quanto ao poder das narrativas e do escrever a si próprio, tornando-se sujeito da história. Neste sentido, entende-se que a escrita foi (e continua sendo) um instrumento de controle e regulação, capaz de conceder poder ao colonizador sobre os colonizados. Adota-se essa pequena subversão gramatical como um sinal de compromisso com a subversão desse poder.

9 De acordo com Vainfas (2022), o termo 'gentio' foi amplamente utilizado pelos navegadores e escrivães durante os primeiros anos de colonização para designar as populações nativas e originárias destas áreas colonizadas.

10 Os sabás eram celebrações comumente praticadas em períodos de plantio e/ou colheita, tendo sido classificadas pela Igreja Católica como manifestações demoníacas e/ou vinculadas ao profano, sobretudo após o início do período iluminista. Eventos políticos e econômicos que contribuíram para essa criminalização e o seu estreito vínculo com a acumulação primitiva do capital podem ser conferidos no livro Calibã e a Bruxa, de Silvia Federici (2017).

pregavam mensagens de idolatria à natureza e seus elementos, mencionados anteriormente por Vainfas (2022). Sob esta perspectiva, havia o fortalecimento da imagética demoníaca que se imprimia nos indígenas que não reconheciam o deus cristão da europa. A relação simbiótica entre homem-natureza torna-se um "filtro na percepção das religiosidades e dos costumes ameríndios" (Vainfas, 2022, p. 31), sendo encarada como uma categoria de distinção que irá se desdobrar em outras: civilização *versus* barbárie, paganismo *versus* religiosidade, profano *versus* sagrado, bem *versus* mal, humano *versus* não-humano.

Essas sobreposições culturais, políticas, religiosas e comportamentais podem ser compreendidas como a gênese de um processo de classificação social que irá alimentar as estratégias do empreendimento colonial na dominação e submissão dos povos originários. No limite, como postula Lopes (2017), o desenvolvimento técnico-científico que sustentou o projeto de crescimento da europa irá resultar no extermínio e no desaparecimento de centenas de etnias/povos que, muito antes de 1500, já haviam feito do território de Pindorama um espaço de sociabilidades plurais e multifacetadas, com complexidades típicas de outro modelo de organização social.

2.1 ANTES DELES, UM NÓS: A COLONIZAÇÃO E OS MECANISMOS DE UM APAGAMENTO SECULAR

Na seção anterior, destacou-se como a entrada dos navegadores europeus em território ameríndio introduz também uma estrutura de distinções sociais entre conquistadores e conquistados. O estranhamento inicial decorrente das diversas (e conflituosas) percepções de mundo dará lugar a imposição da violência como instrumento de legitimação de um poderio que, cada vez mais, se consolidava entre os colonizadores, mas era esvaziado de sentido para as populações originárias: a força coercitiva de um estado.

É o advento desse estado como elemento centralizador de um projeto de ampliação das matrizes econômicas, políticas, culturais e religiosas europeias, o amálgama que selará, radicalmente, a trajetória sócio-histórica das regiões invadidas nos séculos XV e XVI. Como aponta Wenczenovicz (2019, p. 17), são as relações de dominação que reorganizam as sociedades coloniais da América Latina e as inserem em dinâmicas de "formação de outro ideário de constituição assentado na exploração de recursos naturais e metais preciosos, bem como na reconfiguração das identidades locais".

Lopes (2017), igualmente, enfatiza a importância desse "outro ideário de constituição" (Wenczenovicz, 2019, p. 17) que se formata no Brasil a partir dos movimentos coloniais. Na

perspectiva do autor, a correlação de forças entre os europeus e os indígenas é profundamente desigual quando se analisam pelo menos duas condições: 1) o potencial bélico e tecnológico empregado nas grandes navegações oriundas da europa em detrimento das armas artesanais produzidas nas tribos; 2) a transmissão de doenças contagiosas para as quais os povos originários não haviam desenvolvido nenhum tipo de imunidade - o que acaba por deflagrar epidemias, acelerando a mortandade nas aldeias.

No entanto, Lopes (2017, p. 222) considera que essas questões perdem efeito "diante da principal distinção entre os dois tipos de sociedade: a presença de Estados politicamente centralizados do lado leste do Atlântico *versus* a ausência desse tipo de entidade política por aqui". Ainda que as organizações tribais mantivessem vínculos de troca e de convivência, as grandes dimensões territoriais e as próprias idiossincrasias culturais típicas de cada etnia/povo, foram um impeditivo para uma experiência unificada de combate, enfrentamento e resistência.

Com efeito, esses modelos opostos de gestão social trarão consequências drásticas para os nativos. Enquanto o estado europeu se consolidava concentrando, sob sua tutela, a política e a religião - o que viabilizou o financiamento das expedições coloniais, por exemplo —, as populações indígenas brasileiras, reporta Lopes (2017), não haviam conseguido atingir um grau de organização que pudesse fazer frente a elevada e rápida "[...] destruição da sua terra e, consequentemente, da sua gente, de forma sistemática e deliberada [...] (Gouvêa, 2022, p. 109)".

Sob a perspectiva assimétrica que caracteriza o processo de colonização, não são apenas as dimensões políticas e econômicas as únicas a sofrerem os impactos desse desequilíbrio. Romano (1995) aponta como a religiosidade e a utilização de preceitos morais e catequizadores por parte dos europeus também se tornaram essenciais para a materialização daquilo que, contemporaneamente, a pesquisadora indígena guarani Núñez (2023, p. 25), classificou como a instalação de "monoculturas" éticas, culturais e comportamentais no universo plural dos povos originários.

Na interpretação de Romano (1995), o manuseio da fé e da religião foi fundamental para garantir a continuidade do projeto expansionista da europa. Isso porque, avalia ele, os colonizadores compreenderam que, mesmo sem uma organização estatal centralizada e dispondo de armamentos considerados primitivos, os ameríndios tinham sob seu controle o conhecimento do território e técnicas milenares de combate. Assim, "a conquista, efetuada pelas armas, devia, portanto, ser mantida por outros meios" (Romano, 1995, p. 17), como a evangelização que, segundo ele, "foi [...]: uma forma complementar de agressão. Pois se trata evidentemente de agressão quando se tende a modificar, sob o pretexto da religião, hábitos que remontam às origens de um povo (p. 19)".

A captura e o enquadramento das diferentes formas de conexão mantidas pelos indígenas com a natureza e suas divindades (Vainfas, 2022) em um modelo monoteísta, resultou em um processo que, gradativamente, interditou as outras possibilidades de existência manifestadas nas terras *brasilis*[11] entre os séculos XV e XVI. Como destaca Núñez (2023, p. 28), olhando para como a "catequização ocorreu em nosso território a partir de 1500, percebemos que a ideologia monoteísta do cristianismo fazia com que, para os jesuítas, apenas a própria referência de deus contasse como verdadeira e justa".

Enfraquecidos militarmente, acometidos por doenças totalmente desconhecidas (Lopes, 2017), impedidos de manterem suas tradições ritualísticas ligadas aos elementos da natureza e a uma cosmovisão de santidades plurais (Vainfas, 2022) e transformados em mão de obra para a extração de recursos naturais (Romano, 1995), os povos nativos se percebem enredados em uma teia de opressões e dominações que, forçadamente, os inserem em um padrão que racionaliza e compartimenta a vida e as suas expressões.

De acordo com Núñez (2023), a conversão e a catequização dos indígenas aos preceitos de uma religião dominante tornam este um processo sócio-histórico marcado por arbitrariedades e determinismos, cujos efeitos produzem um pensamento binário, intransigente e homogêneo. Em sua tese de doutorado, mobilizando saberes ancestrais compartilhados por outros pensadores indígenas, Núñez (2022) propõe o entendimento de *monocultura* [grifo nosso] como esse bloco unificado de condutas, comportamentos, ações e ordenamentos sociais, definidos pelos colonizadores, como o único modelo de pertencimento ao novo formato de sociedade que se erigia.

Ao constituir o termo como um instrumento para interpretar de que maneira as relações sociais passam a ser moldadas pelo arcabouço colonizador, Núñez (2022, p. 93) considera que "o binarismo colonial impele a uma redução da experiência de si e do mundo que atinge a *todes*[12] de alguma forma, em um tempo de monoculturas que adoece não só os ditos humanos, mas também os rios, as matas, as florestas". Essa interconexão indivíduo-natureza presente na cosmovisão dos povos originários também é combatida em prol de um projeto civilizatório, unificador e universalizante, que tensiona o apagamento e a desumanização daqueles e daquelas a quem este empreendimento europeu colonial subjugou (Núñez, 2022).

---

11 O uso desta expressão é alegórico e reproduz um termo bastante utilizado nas cartas enviadas pelos jesuítas à Coroa Portuguesa, durante os primeiros anos da ocupação do território.

12 Em sua tese de doutorado, Núñez (2022) opta pelo uso da chamada linguagem neutra/inclusiva em uma tentativa de contemplar todas as pessoas, independente de orientação sexual e identidade de gênero. Palavras e expressões como *todes* permeiam o texto da pesquisadora indígena e representam um movimento interessante e importante de pluralizar o discurso e a linguagem acadêmica, popularizando, dentro do possível, o conhecimento produzido nos espaços de produção da ciência.

Dentro deste aprisionamento das existências, a alienação “do mínimo exercício de ser” (Krenak, 2019, p. 14) do sujeito é tornada um imperioso arsenal de gatilhos acionados contra a “subjetividade do coletivo” (Bento, 2022, p. 24). Olhando para a trajetória sócio-histórica da colonização do Brasil desde a perspectiva das populações originárias e dos povos africanos tornados escravos pelos comerciantes europeus a partir do século XVI, Bento (2022) também aponta como o caráter de negação das formas de vida anteriores a esse processo é indissociável da fundação dos grandes impérios coloniais.

> [...] As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da europa. [...] Analisando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como o “homem universal”, em comparação com os não europeus (Bento, 2022, p. 28).

Somando-se a esta análise, Núñez (2022, p. 22) defende, portanto, que “a colonização não incidiu apenas sobre o território-terra, mas também sobre o território-corpo, sobre [os] processos de subjetivação”. Isso teria resultado, conforme ela, em uma lógica de distanciamento e aprofundamento da construção social de um indivíduo que, ao não se reconhecer em uma cultura produzida externamente, se torna alvo do “pensamento colonial” (p. 22).

Tal estrutura do pensar se arquiteta na invisibilização, no apagamento e na estigmatização e, como ponderam Barcelos e Maders (2013, p. 126), servirá para fazer da diferença o suporte para um plano de aniquilação de “uma civilização inteira”, gestado em torno de aparatos militar, religioso, comportamental, educacional e moralizador. Mesmo que esse projeto tenha mobilizado resistências e gerado iniciativas de enfrentamento dos povos nativos (Barcelos e Maders, 2013; Núñez, 2022; 2023; Krenak, 2019), o efetivo sucesso dos conquistadores em avançar, primeiro, para o interior dos territórios, abrirá espaço para que, logo na sequência, hajam investidas nas quais os homens a serviço da Coroa Portuguesa “levarão consigo, valores, preconceitos, critérios, princípios de sua sociedade de origem” (Romano, 1995, p. 31).

Romano (1995), além disso, reitera que o ordenamento social e regulador que acompanha cada etapa da colonização contribui para a composição de um quadro socioestrutural mais amplo, que irá perpassar a maneira como estes povos conquistados serão identificados e submetidos as relações de dominação. Observa o autor que “a conquista não é uma soma de feitos, mas um conjunto [...]: cada elemento estabelecido determina a criação de outros elementos” (Romano, 1995, p. 38), em um mecanismo no qual, defende ele, “cada passo

adiante, cada pedra deslocada, cada aldeia conquistada ocasiona, inevitavelmente um outro passo adiante, o deslocamento de uma outra pedra, a conquista de uma outra aldeia" (p. 38).

Por esta narrativa é possível visualizar os vínculos que o empreendimento colonial irá adotar como estratégias para tornar os colonizadores sujeitos, moral, política e culturalmente superiores em relação aos povos colonizados, que passam a ser tratados como indivíduos aptos a salvação, seja pela adesão a um modelo econômico extrativista e exploratório, seja pela via da religião e da catequização, a exemplo do que reiteram Núñez, Oliveira e Lago (2021).

Em colaboração, esses autores imprimem relevância ao aspecto religioso por identificarem no processo de evangelização uma das armas mais eficazes manipuladas pelos colonizadores. A despeito deste tema já ter sido discutido anteriormente a partir de autores como Lopes (2017) e Vainfas (2022), é impreterível situá-lo novamente tendo em vista a relevância que a transformação nos modos de sentir, interagir, nomear e manifestar a religiosidade terá impactos na maneira como as questões morais e comportamentais, além das dimensões do sexo, do gênero[13] e da sexualidade, serão codificadas.

Durante os primeiros anos da colonização, Romano (1995) relata que o sexo e a hipersexualização das mulheres indígenas foram utilizados como incentivos para que um contingente maior de homens se aventurasse nas navegações em direção ao 'novo' território. Ainda que o historiador limite a sua interpretação a um binarismo biológico homem/mulher e desconsidere outras manifestações e práticas plurais que ocorriam entre os povos originários, sua contribuição é significativa para ilustrar o que ele denomina de "um rigoroso sistema de profilaxia social" (p. 50), circunscrevendo as populações nativas (e, em um segundo momento as pessoas escravizadas) a corpos sem alma, objetificados, dignos apenas e tão somente do trabalho que edificaria - e enriqueceria - a metrópole.

Nesse transe colonial, que Romano (1995, p. 50) caracteriza, ironicamente, como um "delírio erótico [que] dominou os conquistadores e que não seria, absolutamente, exagerado acrescentar o sexo ao 'ouro' e à 'glória', dentre suas motivações mais poderosas", é o cruzamento entre a religião e a dominação militar e política que solidifica "[...] a conversão compulsória ao cristianismo [o que] implicava a tentativa de uma passagem do selvagem ao

13 O conceito e a construção de um sistema sexo-gênero (Butler, 2020; 2024; Rubin, 2017) será especificado no terceiro capítulo desta dissertação, quando abordaremos a constituição da LGBTfobia e a sua estrutura. Nesta concepção apresentada como um limitador da teoria de Quijano (2005), conforme análise de Lugones (2020), entende-se que a dimensão sexo-gênero assume a produção de uma distinção social entre homem e mulher que se dá como tributária dos atravessamentos culturais e políticos que permeiam a colonialidade. Outras autoras também assumem esta postura e serão vistas posteriormente, tais como Bento B. (2017), Oyewumi (2021) e Segato (2003; 2021).

civilizado", segundo declaram Núñez, Oliveira e Lago (2021, p. 77), argumentando que, ao promover a divisão corpo-mente, carne-alma, os conquistadores introjetam a norma de que o "amor estava para alma, para a elevação do espírito, enquanto carne estava para corpo e pecado" (p. 78).

Núñez, Oliveira e Lago (2021) acentuam ainda que, neste sentido, a hegemonia da religião cristã, monoteísta, em detrimento das cosmovisões indígenas abrirá caminho para a constituição de ataques persecutórios, violências e violações e a adoção de um regime compulsório da fé. Prosseguem eles afirmando que

> [...] a presunção de que precisávamos ser salvos orientou todo o processo de evangelização, afinal como pontuam em suas próprias cartas, os jesuítas não vieram para cá esperando serem salvos por indígenas, mas sim serem os salvadores. Se não acreditassem que seu Deus era o único possível, [...], se concebessem a legitimidade da existência de outros deuses, a motivação para o projeto colonial não teria se estabelecido da mesma forma (Núñez, Oliveira e Lago, 2021, p. 78).

Concepção semelhante é manifestada por Wenczenovicz (2019, p. 18) também como uma das ferramentas de exploração utilizadas para descaracterizar as populações nativas que, em sua perspectiva, são destituídas de "suas referências materiais/estruturais — terras, fonte de sua sobrevivência e imateriais — aspectos artísticos, linguísticos e religiosos". Há, neste sentido, uma fonte inesgotável de táticas de controle aplicadas a estas populações, uniformizando valores e engendrando, como observa Teixeira (2021, p. 28), as bases de sustentação que constroem "uma imagem falida sobre o/a colonizado/a".

Quanto a isso, Teixeira (2021, p. 38) propõe que os processos sócio-históricos de colonização e os seus desdobramentos — que serão abordados posteriormente neste capítulo — são permeados por uma perversidade que traça "a diferença como algo desumanizado, reificado e, portanto, não passível ao reconhecimento". Desta forma, a moral colonizadora, entende o autor, se configura "enquanto reprodução sistemática dos costumes, se relaciona com a presença, com o fazer ou com o reproduzir" (p. 39).

Em relação ao objeto investigado e ao problema desta pesquisa, a reprodução e o fazer-se reproduzir da moral colonial se conectam, íntima e diretamente, às restrições e aos interditos que, ao serem impostos às populações nativas, subsidiarão normas de comportamento, conduta e utilização do corpo enquanto potencialidade de experimentação, prazer e interligação com a natureza e com os demais indivíduos, entre outras possibilidades. Tal aspecto assume centralidade no contexto das monoculturas (Núñez, 2022; 2023), por significar uma projeção

universalista, homogênea e hegemônica do gênero, da sexualidade, do afeto e da interpretação de um mundo a partir da lógica binária, dicotômica e eurocêntrica.

2.2 NÃO EXISTIRÁ PECADO ABAIXO DO EQUADOR? ORDENAMENTO MORAL, PADRONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E CORPOS COLONIZADOS

Na seção anterior deste capítulo investigou-se de que forma os processos de colonização do território brasileiro pelos europeus passam a dar contorno às questões comportamentais, culturais, sociais, econômicas, políticas e religiosas dos povos originários. Mobilizando autores como Núñez (2022; 2023), Lopes (2017), Romano (1995), Vainfas (2022) e Wenczenovicz (2019), foi possível identificar como as assimetrias entre o poderio militar e a presença de um estado fortalecido consolidaram a ocupação, com reflexos diretos na cooptação da subjetividade das populações indígenas. O resultado disso se fez perceptível ainda na imposição de uma religiosidade cristã e monoteísta em detrimento às cosmovisões plurais que havia nos nativos, provocando o aprisionamento de um modo de ser e pensar.

Como demonstrado previamente, essas características estão na base da organização social que passa a compor o cenário colonial brasileiro, entre os séculos XVI e XIX, perfazendo o período da ocupação até o ato em que, pelo menos na aparência institucional (Gouvêa, 2022), o Brasil declarou-se não mais dependente de Coroa Portuguesa, em 1822. Esses movimentos políticos e econômicos que permeiam o desenvolvimento da colônia brasileira atravessam o tecido social e irrompem em determinações que, na perspectiva de Teixeira (2021, p. 48), configuram "modelos normativos de afetividade e de sexualidade", colocando-os como a-históricos e naturalizados, portanto, as únicas maneiras de ser e estar no mundo que se forjava a partir dessas relações.

De acordo com Missiatto (2021, p. 41), esses mecanismos de controle colonial acentuaram "o confisco da dignidade humana" e foram amplamente mobilizados na outorga de direitos para os indivíduos que se adequassem às normas; ou serviram de justificativa para a exclusão daqueles e daquelas que, arbitrariamente, encontravam-se aquém das categorias classificatórias que passaram a selecionar os sujeitos. Afirma o autor que

> [...] a idealização e a materialização dessas identidades subalternizadas residiam na confecção das diferenças em marcas inegociáveis de debilidade, enquanto as características europeias eram anunciadas em superioridade, constituindo-se não apenas como ideal, mas também como norma civilizatória. Sobre esse chão marcado por contrastes valorados pela cor da pele e pela performance normativa dos gêneros, a sociedade brasileira acimentou, preconceito após preconceito, uma ideia de nação

> em que a genealogia social se concentra na dominação e subversão da humanidade dos povos locais, tendo a violência como princípio condutor da organização social e como forma sistemática de controle (Missiatto, 2021, p. 41).

A subordinação deferida contra os povos colonizados e a sua manutenção através da violência foram sistematizadas e institucionalizadas nos aparatos coloniais que se ramificaram com a instalação da Coroa em terras brasileiras, segundo destacou Missiatto (2021). Esse fenômeno encontra respaldo no que afirmam Grosfoguel (2008) e Lugones (2014). Para ambos, a chegada do homem branco, heterossexual, cisgênero e cristão às américas e os contatos que se estabeleceram desde então são, destacadamente, pautados na diferença e no uso da força como ferramentas de submissão, levando a destruição de sistemas organizados de crenças, gestão e soberania, defesa territorial, sociabilidades e comportamentos culturais que davam contorno a um outro modelo de sociedade.

Na seção anterior, Núñez (2022) afirmou que essas ocorrências sócio-históricas terminam por implantar a colonização não apenas no território físico, mas também na subjetividade das populações originárias. Essa interpretação se torna essencial para a compreensão da linha argumentativa defendida nesta pesquisa, pois se é verdade que um dos instrumentos do colonizador é o sequestro das cosmovisões e das formas plurais de vida manifestadas até a invasão europeia, também é coerente inferir que a substituição disto será feita com base no ordenamento e na organização social e moral que se fortalecia na europa.

Ainda que as transformações políticas e econômicas, somadas ao projeto expansionista e de dominação imperial da europa, estejam na base das transições culturais que serão levadas para as colônias no bojo dos processos colonizatórios, interessa a esta presente investigação[14], sobretudo, a concepção defendida por Federici (2017) no que diz respeito aos aparatos simbólicos que darão suporte a estruturação dessas mudanças e que, consequentemente, produzirão essa nova organização sobre o pensar e o agir dos colonizados, filiando-se ao que

14 A delimitação do tema proposto para esta investigação tem em vista reunir elementos capazes de apresentar respostas ao problema definido como objeto central de análise. Por isso, opta-se pela não exploração das conjunturas e dos contextos que, na europa, suscitam o desenvolvimento de um modelo social que se baseia, entre outras características, na fundação da propriedade privada, no cerceamento das dimensões da sexualidade e no capitalismo como o sistema econômico hegemônico e dominante. Estes objetos são amplamente estudados por autores como Wallerstein (2001). Mignolo (2005; 2020) e Quijano (2005; 2009) também vão se deter neste cenário para, a partir de algumas premissas — sobremaneira aquelas tributárias da economia e do tráfico de pessoas escravizadas — orientar suas interpretações quanto às relações socioestruturais que impactam na constituição das colônias da América Latina. Importa reiterar que, como argumenta Federici (2021), a colonização e todos os processos de dominação posteriores não teriam obtido tamanho êxito não fossem esses aparatos simbólicos e culturais que vão dar origem a uma estreita possibilidade de os sujeitos colonizados enquadrarem-se nas categorias classificatórias da humanidade que os europeus tencionam construir em todas as suas áreas de controle.

Núñez (2022), definiu como a matriz de um pensamento movido pelas deliberações do colonizador.

Na esteira dessa reflexão à qual a pesquisa se associa, Federici (2017) situa sob quais medidas a racionalidade científica e o aumento do poder do Estado incidirão na regulação e na gestão das sociedades constituídas na europa a partir da passagem do feudalismo para o capitalismo e, por conseguinte, da Idade Média para a Modernidade. A autora sugere que esse interregno fará com que as mulheres, de forma geral, percam visibilidade e relevância nos espaços sociais e decisórios, estabelecendo uma hierarquia que solidificará nos homens os atributos ligados ao poder; enquanto às mulheres restará a submissão e a perseguição.

Posicionando a acumulação primitiva do capital como um dos eixos dessa dominação, Federici (2017) acredita que os avanços do capitalismo, desde a sua origem, são acompanhados por um elevado grau de dicotomias e fragmentações do tecido social, que precisa ser rompido e reconstruído para comportar as demandas materiais e subjetivas necessárias para o seu funcionamento. Não à toa, a autora antecipa uma discussão que será feita posteriormente nesta pesquisa argumentando que "na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho" (Federici, 2017, p. 31), colocando o gênero também na esfera das especificidades "das relações de classe" (p. 31), ampliando, inclusive, o aspecto cultural associado a ele.

O vínculo entre a economia capitalista em seus primórdios e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle a que serão submetidas às pessoas na europa é relevante para os significados que o sexo e a sexualidade assumiram no cerne da conquista colonial (Federici, 2017). A relação entre esses fatores é complexa e inclui o uso da violência como ferramenta colonial para a efetivação de um projeto de subordinação sobre as populações colonizadas. Para Segato (2003, p. 26), isso é especialmente perceptível no tratamento direcionado às mulheres e ao feminino, uma vez que "no plano histórico, o estupro[15] acompanhou as sociedades ao longo das épocas e nos mais diversos regimes políticos e condições de existência"[16].

Nessa simbiose entre o avanço capitalista, a ampliação do poderio europeu sobre outras populações, a violência dos processos colonizatórios e a produção de um contrato social que se configurava na invenção e na padronização de ritos, tradições e normas religiosas e clericais, o

15 Segato (2003) destaca a violência sexual como uma das formas mais contundentes do exercício de poder contra as mulheres em todas as sociedades, por isso a afirmação da antropóloga argentina respalda o que Federici (2017) reporta como o uso da força para regular e controlar o corpo feminino. Ainda que partam de pesquisas distintas, ambas as autoras convergem sobre este fato, utilizando terminologias diferentes para situar a posição de subalternidade identificada em relação à presença e a participação das mulheres nos espaços sociais.

16 Tradução pelo autor. No original: "En el plano histórico, la violación acompañó a las sociedades a través de las épocas y en los más diversos regímenes políticos y condiciones de existencia (Segato, 2003, p. 26)".

corpo sob o qual se inscreve o sexo e a sexualidade passa a ser também um objeto de categorização e divisão entre o profano e o sagrado, a moralidade e a imoralidade, a castidade e a lascívia, o humano e o animalesco. O sexo enquanto discurso, pontua Federici (2017, p. 80), foi elevado a uma condição de "objeto de vergonha", circunscrito à procriação e a reprodução, com protocolos a serem devidamente seguidos, como relata a autora:

> [...] a Igreja tentou impor um verdadeiro catecismo sexual, prescrevendo detalhadamente as posições permitidas durante o ato sexual (na verdade, só uma era permitida), os dias em que se podia fazer sexo, com quem era permitido e com quem era proibido. [...] Com a adoção desta legislação repressiva, a sexualidade foi completamente politizada. [...] podemos ver a Igreja não somente espiando os dormitórios de seu rebanho, como também fazendo da sexualidade uma questão de Estado (Federici, 2017, p. 81–82).

A estatização do sexo e da sexualidade, como destaca Federici (2017), também é resgatada pela teórica feminista sul-africana Anne McClintock (2010, p. 20), para quem a domesticação do corpo e a sua posterior subjugação a preceitos morais não pode ser vistos como uma "irrelevância trivial e passageira, propriamente pertencente ao reino privado e 'natural' da família". Isso porque, reforça ela, a própria compreensão de família como uma unidade formada por um homem, uma mulher e os filhos que desta união forem gerados, é orientada por estas estratégias de dominação do Estado e da Igreja.

McClintock (2010, p. 20) aponta, portanto, que "o culto da domesticidade foi uma dimensão crucial, ainda que oculta, das identidades, tanto a masculina quanto a feminina [...], e elemento indispensável tanto do mercado industrial quanto da empresa imperial". Sob esses dois campos — o do mercado industrial, em expansão com as grandes navegações, e o da empresa imperial/colonial, impulsionada pela colonização de territórios e populações —, começam a se consolidar modelos e normas que regulam comportamentos e práticas sexuais, além de uma divisão social baseada no binarismo homem-mulher, masculino-feminino.

Nestas relações dicotômicas, os exploradores passaram a ser identificados com os símbolos masculinos de virilidade e força. Essas características foram fundamentais para garantir o desejo de explorar e fecundar áreas e regiões além dos domínios conhecidos da europa. Por outro lado, as mulheres, nesta nova concepção do espaço público e social, são deslocadas para o interior dos lares domésticos, submetidas a diversos tipos de exploração, como salienta McClintock (2010, p. 47) ao afirmar que

> [...] o conhecimento do mundo desconhecido estava mapeado como uma metafísica da violência de gênero — não como o reconhecimento expandido das diferenças culturais — e era validado pela nova lógica iluminista da propriedade privada e do

> individualismo possessivo. Nessas fantasias, o mundo era tornado feminino e espacialmente exposto para a exploração masculina, e então remontado e organizado no interesse do poder imperial massivo (McClintock, 2010, p. 47).

Tanto Federici (2017) quanto McClintock (2010) afirmam que os processos de colonização que configuraram e impulsionaram o expansionismo europeu, estavam amparados na lógica da apropriação e subordinação das mulheres e do feminino. Essa estrutura, consideram elas, vai se sustentar pelas opressões e regulações sociais e morais. Da mesma forma, ambas evidenciam que a produção de discursos e normativas sobre as práticas e possibilidades do exercício do sexo e da sexualidade[17] atua para legitimar e hegemonizar um poder centralizado na conexão entre a religiosidade e a política.

Essa configuração se expressa em dois exemplos relatados pelas autoras. O primeiro deles remonta ao início dos anos 1400, quando a aliança crescente entre igreja e estado se intensificou, focando na implementação de uma intervenção moral para regular a vida cotidiana das pessoas. Neste contexto, argumenta Federici (2017), o ato sexual, que já era alvo estatal, foi transformado em instrumento de controle religioso, levando a exortação de práticas classificadas como pecado. Uma delas era a sodomia, ou seja, a prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo — o que, em algumas regiões europeias, era bastante comum.

Vista como uma negação e uma afronta à natureza por não permitir a reprodução, a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo passou a ser moral e socialmente contestada, culminando na condenação dos sujeitos flagrados e/ou denunciados por tal costume. Aos sodomitas, pontua Federici (2017), foram aplicadas severas penitências, entre elas a expulsão e

17 A construção dos discursos em torno da sexualidade e das práticas e comportamentos sexuais, nesta pesquisa, é tomada como a produção de um ordenamento que atende a um objetivo moral da colonização. Por isso a discussão neste trabalho se baseia em autoras como Silvia Federici (2017) e Anne McClintock (2010). Ambas, apesar de partirem da análise de eventos distintos, convergem para o fato de que é esta moralização imposta e constituída pela igreja e pelo estado, o elemento que unifica e conferirá sustentabilidade a um padrão que organiza a sociedade europeia e, com os processos colonizatórios, se impõem para as áreas invadidas a partir do século XV e XVI. Ainda que tenha se debruçado a investigar o tema, ganhando relevância e importância nestas investigações, Michel Foucault, ao constituir seus três volumes sobre a História da Sexualidade, na perspectiva de Federici (2017) e de McClintock (2010), desconsidera as origens das relações de opressão e subordinação que caracterizariam o próprio exercício do poder sobre essa dimensão. Para Federici (2017, p. 36), embora as contribuições de Foucault tenham elevado grau de significância para o entendimento do corpo e do que nele se inscreve, "essa história não pode ser escrita do ponto de vista de um sujeito universal, abstrato, assexuado". Já para McClintock (2010, p. 25), nas teorias foucaultianas a sexualidade é identificada como um significado e um significante universais, deixando de lado a intersecção entre raça e gênero: "ao privilegiar a sexualidade, porém, Foucault esquece como uma elaborada analogia entre raça e gênero se tornou [...], um tropo organizador para outras formas sociais". Isso posto, convém salientar que as contribuições de Foucault asseguram contornos importantes para a interpretação sobre como a sexualidade se torna um elemento capaz de vocalizar o domínio exercido pelo Estado em relação aos sujeitos. No entanto, dadas as articulações propostas para a melhor compreensão do objeto em estudo, entende-se que a transposição acrítica e superficial desses conceitos para as submissões e subordinações coloniais seriam insuficientes diante dos trabalhos de feministas como Federici e McClintock.

o confisco de suas terras, no campo econômico; e a desmoralização do sodomita perante a sociedade e o clero.

O segundo caso, este relatado por McClintock (2010, p. 43), demonstra como a colonização irá se beneficiar dessa normatização moral, social, política, religiosa e econômica das sexualidades e do papel de subalternidade delegado às mulheres. Em 1492, ao deparar-se com a região que daria contorno ao Caribe, Cristóvão Colombo teria escrito aos financiadores europeus de sua navegação que a Terra "tinha a forma de um seio de mulher, com uma protuberância no topo na forma inconfundível de um mamilo".

Analisando cartas e documentos do período, a pesquisadora acentua que as narrativas dominantes tornam os territórios ameríndios aptos à exploração e a devastação, assim como eram objeto de tratamento semelhante tanto as mulheres na europa quanto as indígenas das áreas que seriam invadidas. Conforme McClintock (2010), os processos coloniais são indissociavelmente violentos, pois se arquitetam na espoliação e expropriação não apenas das riquezas e dos recursos naturais das regiões ocupadas, mas também da captura e da submissão das identidades dos sujeitos colonizados, em especial das sujeitas colonizadas.

Conforme a autora, "quando os homens europeus atravessavam os perigosos limiares de seus mundos conhecidos, ritualisticamente tornavam femininas as fronteiras e os limites" (McClintock, 2010, p. 47). Durante essa travessia oceânica, um novo imaginário era constituído para justificar e defender todo tipo de violação deflagrada contra as populações originárias. Essas violações incluíam ações militares e bélicas, abusos sexuais e a catequização intransigente a uma religião monoteísta que condenava os costumes ancestrais. O empreendimento colonial, segundo esta perspectiva, se empenhou em desumanizar formas de vida que não estivessem prescritas nos moldes de uma civilização pautada na racionalidade e na cientificidade, criando o que Krenak (2019, p. 69) considera uma "abstração de unidade, o homem como medida das coisas".

Apesar de abordarem sujeitos distintos, os fatos narrados demonstram conexões importantes para a compreensão e a análise do problema investigado nesta pesquisa. Primeiramente, a condenação moral e as punições determinadas aos sodomitas transformam a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo um crime e um pecado. Essa conjuntura promove a sacralização da sexualidade, com a adoção de normas e regulações binárias sobre o seu exercício (Mott, 2001). Em segundo lugar, a produção de um arcabouço religioso, econômico e político sobre o papel das mulheres cumpre o objetivo de submetê-las a uma organização patriarcal, limitando sua autonomia e controle sobre seus corpos. Esse processo é fundamental

para consolidar o projeto de poder colonial e as classificações que dele advém, conforme afirmam Federici (2017), McClintock (2010), Núñez (2022) e Segato (2003).

Na esteira desse debate, Fernandes (2017), Mott (2001; 2023) e Trevisan (2018) situam suas investigações no tensionamento do sexo e da sexualidade como fatores que vão condicionar e normatizar a ocupação do território ameríndio pelos europeus. Enquanto na europa a igreja intervinha no controle dos corpos, no Brasil os indígenas faziam do corpo um instrumento de conexão com o sagrado e a natureza; se o corpo e, por extensão, o sexo, para a igreja era um pecado, para os indígenas o corpo era uma festa[18].

Isso tanto é condizente com a historiografia que Trevisan (2018, p. 62), ao analisar as cartas jesuíticas e as correspondências entre os colonizadores e a Coroa Portuguesa, relata que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo somente passaram a ser caracterizadas como moralmente inaceitáveis nas terras *brasilis* quando os navegadores europeus, ao desbravarem as regiões litorâneas, se deparam com cenas de nudismo e uma manipulação dos órgãos genitais que os deixariam perplexos. "A verdade é que, entre os indígenas, os códigos sexuais nada tinham em comum com o puritanismo ocidental daquela época", confirma ele.

Todavia, não é apenas a nudez indígena, em especial a masculina, que causa estranhamento e acentua as diferenças entre conquistadores e conquistados. Para Trevisan (2018, p. 44), o comportamento e as distintas manifestações de sexualidade incorporadas nos costumes dos povos originários suscitaram o pudor e a incredulidade dos religiosos que se deslocavam em grande número para a terra que, nas primeiras décadas da ocupação, chegou a ser identificada como uma "ilha fantasiosa, [...], uma das tantas representações do paraíso terrestre".

Ocorre que no paraíso idealizado pelos europeus, vertiam em abundância muito mais do que o ouro e a madeira. Rocha (2023) e Rodrigues Pinto (2023), por exemplo, reforçam que o erotismo, as carícias e a volúpia que alguns indígenas homens[19] demonstravam e mantinham entre si, escandalizam os colonizadores pelas condutas vistas como socialmente negativas e

18 Essa expressão faz referência ao poema do escritor e jornalista uruguaio, Eduardo Galeano, que em um de seus poemas disse: "A Igreja diz: O corpo é uma culpa. A ciência diz: O corpo é uma máquina. A publicidade diz: O corpo é um negócio. O corpo diz: Eu sou uma festa". In: GALEANO, Eduardo. As palavras andantes. São Paulo: L&PM, 1994.

19 Fernandes (2017) e Trevisan (2018) pontuam que quase a totalidade dos registros clericais informam que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo ocorriam, majoritariamente, entre os homens. Trevisan (2018) reporta alguns relatos sobre mulheres indígenas que, conforme os jesuítas, manifestavam desejos e comportamentos permissivos com outras mulheres, mas que "como no estreito quadro ideológico da época não se supunha que a sexualidade feminina pudesse independer do homem, tal fenômeno era atribuído a uma disfunção masculina" (p. 66).

que, na europa, já estavam sendo combatidas como crime e pecado, caracterizados como sodomia.

> O longo processo de demonização das práticas homossexuais e perseguição a seus adeptos que tomou lugar na europa ao longo da Idade Média — e que viria a conhecer seu apogeu no início da Idade Moderna — transformou-se em uma espécie de delito antinatural ao mesmo tempo, ofensivo às leis dos homens e às leis de Deus. A sodomia naquele contexto era, portanto, um crime (Rodrigues Pinto, 2023, p. 91).

Trevisan (2018) pontua que estes costumes difundidos entre etnias distintas dos povos indígenas serão identificados tanto pelo ato sexual quanto pela inversão dos papéis de gênero, cujas atribuições também estão sendo hierarquizadas e definidas por critérios que reproduzem um ideário religioso, econômico e político que se consolidava do outro lado do Atlântico. Sistematizando uma série de relatos historiográficos, o pesquisador argumenta que o enquadramento dos comportamentos em um rígido controle moral, divisionista e binário do sexo, foi um dos instrumentos mobilizados para a intensa perseguição às cosmovisões originárias e, por consequência, a evangelização cristã dessas populações.

O pecado contra a suposta natureza do homem e o enfrentamento à devassidão do corpo e da alma se tornaram mecanismos de regulação colonial. Disso, inclusive, derivaram algumas expressões e nomenclaturas dirigidas aos indígenas e que, por séculos, se sustentaram como acrônimos de suas identidades. Relata Trevisan (2018, p. 66–67) que

> [...] diante disso que os cristãos consideravam ‘frouxidão de costumes’ e atribuíam evidentemente ao paganismo, não é de se admirar que os portugueses identificassem os indígenas com a prática da sodomia. Os conquistadores se acostumaram a chamar os índios de ‘bugres’ ou ‘gentios’. O primeiro termo (já na Idade Média) e o segundo (a partir da Bíblia) aplicavam-se sem distinção tanto ao herege quanto ao praticante da sodomia; isso porque o ‘pecado nefando’ era quase sempre associado com o pecado maior da incredulidade ou heresia.

Mott (2023) se soma a esta discussão destacando que, ao se defrontar com tamanha desenvoltura e liberdade sexual, os colonizadores trataram logo de nomear e criminalizar os hábitos culturais e comportamentais vinculados à sexualidade visando purificar o território das transgressões praticadas pelos nativos. Observando que pinturas rupestres localizadas no estado do Piauí comprovariam que as relações homoeróticas[20] ocorriam “milhares de anos antes da chegada dos europeus” (p. 32), o pesquisador confere à religiosidade e à moralidade cristã a

20 O uso do termo “homoerótica” é utilizado, neste e em demais momentos da pesquisa, compreendendo que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não irão, necessariamente, conformar a homossexualidade tal como a conhecemos a partir do século XIX. Nestes casos, a homoerotização dos sujeitos está vinculada à expressão do desejo, algo que, para o contexto histórico, faria mais sentido.

autoria do argumento de que estas manifestações eram abominações e, portanto, deveriam ser reprimidas.

"A tentação diabólica dos prazeres carnais, facilitados pela nudez e pela licenciosidade dos costumes" (Mott, 2023, p. 31), fará com que os europeus persigam as populações nativas visando destituí-las de seus hábitos e costumes, fartamente mantidos e sustentados sob outras perspectivas que não as associadas ao pecado do qual seriam acusados. O pesquisador, inclusive, registra que uma das etnias densamente mapeadas pelos portugueses em função de seus comportamentos sexuais são os Tupinambás, que ocupavam extensas áreas nas regiões que hoje se situam os estados do norte e nordeste e possuíam, indicam as pesquisas de Mott (2023, p. 33), expressões próprias para nominar os "praticantes dessa performance homoerótica: aos homossexuais masculinos chamavam de *Tibira* e às lésbicas, de *Çacoaimbeguira*. Condutas radicalmente opostas ao ensinamento oficial da cristandade".

Assim como os demais povos que se encontravam no território brasileiro antes da ocupação europeia, os Tupinambás estabeleciam contato com o sagrado através do corpo, do uso de ervas e poções afrodisíacas e da estreita celebração harmônica envolvendo homem e natureza. Nesse sentido, alheios à noção incriminadora sobre suas práticas homoeróticas, os indígenas exerciam-nas livremente, ainda que sob os olhares atentos — e fiscalizadores — dos colonizadores. Um cenário tão complexo quanto perfeito para a instalação de uma estrutura regulatória do sexo e do desejo, como posiciona Mott (2023, p. 33), ao resumir que a

> [...] a sexualidade do povo brasileiro, portanto, é resultado da conjunção de três complexas matrizes culturais: de um lado, o modelo sexual hegemônico dos donos do poder, representado pela moral judaico-cristã fortemente marcada pela 'sexofobia', um medo paranoico dos prazeres sexuais; de outro lado, os modelos periféricos indígena e africano, marcados por grande permissividade sexual, nos quais os próprios deuses tribais reproduzem as mesmas descarações praticadas pelos humanos. Para evitar tais ameaças desestabilizadoras, diversas instâncias da Igreja e do Estado no Brasil Colônia se mobilizaram, impondo como modelo único a moral católica, fortemente marcada pela homofobia[21], tendo como régua e compasso o *Catecismo*

21 Não há consenso entre pesquisadores/as do campo da história da sexualidade no Brasil acerca do uso do termo homofobia para designar as intervenções da Igreja e do Estado nos anos iniciais da ocupação e da colonização europeia do território. Mott (2001; 2023), por exemplo, defende que os termos identificam e institucionalizam uma prática discriminatória instalada no Brasil desde os primórdios da chegada dos portugueses, em 1500. Para isso, o pesquisador faz uso das cartas jesuíticas e de outros documentos produzidos pelos colonizadores para justificar que, ainda que sob outras terminologias, essa era a conduta padrão moral imposta aos povos originários. Já Fernandes (2017), Rocha (2023) e Rodrigues Pinto (2023) alertam para o contexto sócio-histórico em que as categorias de identidade sexual são construídas, a exemplo da homossexualidade, heterossexualidade e transexualidade. Muito embora estes autores também façam uso destes conceitos em suas obras, advertem para o que Rocha (2023, p. 61) denominou de "dificuldades histórico-teóricas", uma vez que, de acordo com ele, "a historiografia não essencialista da sexualidade tem demonstrado, há mais de quatro décadas, como a 'homossexualidade' foi uma categoria inventada pela *scientia sexualis* [grifo do autor] do século XIX, desempenhando um papel bastante específico de controle e fomentação de sujeitos a partir do binômio heterossexualidade/homossexualidade". Por questões metodológicas e de posicionamento do autor desta pesquisa,

> *romano* [grifo do autor] que acabava de ser oficializado pelo Concílio de Trento (1566) (Mott, 2023, p. 33).

Convergindo com a análise de Mott (2023) quanto a formatação de um padrão limitador para o exercício da sexualidade no Brasil colonizado, Missiatto (2021) salienta que à medida que esses processos de subordinação avançam, crescem também as condenações públicas por sodomia. Isso também resulta no cerceamento das liberdades ritualísticas celebradas pelos indígenas, a exemplo do que Núñez (2022; 2023) havia situado anteriormente como um dos reflexos diretos da captura das subjetividades originárias que decorrem da ocupação.

Segundo Missiatto (2021), os julgamentos inquisitoriais quanto a prática de relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo se tornam violências institucionalizadas e se consolidam como um *modus operandi* expiatório da Igreja e do Estado no controle da população. A concentração de poder político, somado ao manuseio da religiosidade como instrumento de dominação (Núñez, 2022; Vainfas, 2022), instala uma urgência moralizadora (Trevisan, 2018) na colônia que, desde esse período, acenava com privilégios para os sujeitos que se encaixavam na normalidade imposta pela europa (Teixeira, 2021).

> Esse confisco da dignidade humana se encontrava entalhado nos sistemas coloniais por meio das políticas de exploração que atuavam tanto para o enriquecimento das metrópoles europeias quanto na articulação de identidades dos povos coloniais formuladas a partir de uma digressão ontológica indispensável para a produção de relações de dominação que os europeus exerciam sobre os ameríndios e os africanos (Missiatto, 2021, p. 41).

Três exemplos, dentre tantos possíveis, resgatados pela historiografia das sexualidades brasileiras ajudam a compreender este "confisco da dignidade humana" (Missiatto, 2021, p. 41) que, como pontua Mott (2023, p. 34), assumiu "no Novo Mundo, uma feição muito mais agressiva e estruturante do que a observada na Península Ibérica à época dos Descobrimentos". Um deles faz referência a um indígena da tribo dos Tupinambás, assassinado pela Igreja Católica no início dos anos 1600, acusado e condenado pelo pecado nefando da sodomia.

Esta história, que por décadas ficou invisibilizada nos arquivos da Inquisição e nos documentos historiográficos do Brasil Colônia, tem sido retratada por Moira (2023), Mott (2001; 2023) e Nyn (2020), como o primeiro caso de homicídio praticado por homofobia no território brasileiro. Segundo Mott (2001; 2023), o indígena, que teve seu nome omitido dos

---

nos associamos a compreensão de Mott quanto ao uso destes termos, cientes do contexto histórico, político e social que os perpassa.

registros oficiais e passou a ser identificado apenas como *tibira*[22], foi amarrado à boca de um canhão por ordem dos monges capuchinhos franceses em São Luís do Maranhão e seu corpo estraçalhado "para desinfestar esta terra do pecado nefando" (Mott, 2023, p. 41).

Mais do que uma penalidade imposta à Tibira do Maranhão, a destruição do seu corpo serviu como advertência e alerta aos indígenas que, alheios a categorização e classificação de seu sexo e gênero a partir de conceitos normativos e dogmas religiosos e políticos, estabeleciam e mantinham práticas sociais e culturais desvinculadas de um padrão que seria implementado à força para evitar, conforme Mott (2023, p. 37), "o risco do contágio pelo abominável pecado". Disso decorre também o fato de que as pessoas escravizadas da Guiné para o Brasil vinham acompanhadas de um temeroso predicado: estes também praticavam entre si o nefasto costume de exibirem-se nus e aproveitarem-se uns dos corpos dos outros.

É na esteira desse pânico sexual na colônia que o segundo exemplo de institucionalização da perseguição às pessoas homoeróticas se materializa, nesta feita com Francisco/a Manicongo[23], ou Xica Manicongo, como passará para a história a pessoa escravizada tida como a primeira travesti a desafiar as normas de gênero no Brasil (Jesus, 2019; Mott, 2023; Rocha, 2023; Rodrigues Pinto, 2023). Jesus (2019) relata que Xica teria sido comprada por um comerciante e sapateiro da Bahia, no século XVI, quando o comércio escravagista se fortalecia no país.

Oriunda da região do Congo, na África, Francisco/a chegou ao Brasil trazendo consigo elementos ritualísticos e sagrados de sua origem. Vestia-se com roupas e acessórios que, no Brasil Colônia, eram interpretados como femininos; assim como costumava entregar-se sexualmente aos homens, vivendo sem receios o desejo que o sexo lhe gerava. Mott (2023; p. 37) registra que desde sua entrada em solo brasileiro, Xica "se recusava a usar as roupas masculinas fornecidas por seu senhor, sendo identificado como membro da temida 'quadrilha' de feiticeiros homossexuais, os quimbandas".

---

22 A desidentificação do indígena e o processo que o levou à morte são considerados por Mott (2023) como elementos importantes para entender como a colonização engendra um modelo punitivista de sociedade para os sujeitos que não-normativos. É importante salientar que a etnia Tupinambá, da qual o indígena assassinado em 1614 pela Igreja e pelo Estado colonial, utilizava a nomenclatura tibira para identificar os homens que mantinham relações homoeróticas, possibilitando inferir que a prática não era abominada entre estes indivíduos. Também por isso, na historiografia do caso, o homem morto acusado pelo crime de sodomia passou a ser nominado de Tibira do Maranhão.

23 Apesar de Mott (2023), Rocha (2023) e Rodrigues Pinto (2023) trazerem o nome da personagem conforme os registros históricos, ou seja, Francisco, Jesus (2019, p. 255) chama atenção para o fato de tratar-se de uma pessoa travesti, por isso a abordagem mais adequada seria a feminina. Mais do que isso: como se tratava de uma pessoa escravizada, a pesquisadora dirá que o nome verdadeiro de Xica "perdeu-se nos cadernos contábeis que abafaram a sua liberdade".

A inversão dos papéis atribuídos aos sexos masculino e feminino é um elemento importante destacado por Rodrigues Pinto (2023) para evidenciar como a constituição de um ordenamento moral invisibiliza outras formas de existência, instrumentalizando também ações condenatórias e práticas discriminatórias contra os sujeitos que se desvirtuavam desse padrão. Argumenta ele que "ultrapassando os domínios da opressão pertencentes ao campo das orientações sexuais, o estigma da inversão tem raízes profundamente engastadas na opressão milenar baseada na polaridade masculino/feminino" (p. 94).

Foi o que ocorreu com Xica Manicongo: denunciada aos inquisidores da Igreja Católica pelas vestimentas e "por 'usar o orifício de fêmea' nas relações sexuais que travava com os demais escravizados" (Rodrigues Pinto, 2023, p. 96), foi condenada pela sodomia e pela indolência despudorada. Como relata Jesus (2019, p. 253), condenada à morte na fogueira e apedrejada publicamente, Xica resignou-se: "o que se comenta é que Xica, para continuar viva, abriu mão de se vestir como lhe convinha e adotou o estilo de vestimenta tradicional para os homens da época".

Por último, mas não menos relevante, está o caso de Luiz Delgado. De origem portuguesa, sua história também foi resgatada por Mott (2023), Porto (2023) e Rocha (2023) como um componente indissociável da própria contradição que permeia o processo moralizador e de controle que iria se impor aos colonizados. Conta-se que Delgado, em Portugal, mantinha relações homoeróticas com diferentes homens até ser denunciado para o Tribunal da Santa Inquisição, por volta de 1689, pela prática contumaz e reiterada de sodomia. Condenado por ser "um devasso no pecado nefando" (Mott, 2023, p. 43), foi degredado para a Bahia, na colônia brasileira de Portugal.

O degredo, explica Trevisan (2018, p. 45), tornou-se uma prática comum da Coroa Portuguesa nos julgamentos de crimes cometidos na metrópole: os condenados por delitos como roubos, furtos ou por atentarem contra a moral e os bons costumes da época eram enviados para as colônias de Portugal como punição. Por conta disso, comenta o autor, a formação socioestrutural do Brasil se dá pela confluência de um "*povo* [grifo do autor] nascido de um embrião de prisioneiros e bandidos portugueses aqui deixados, que se amalgamou com indígenas dominados e, depois, com negros africanos trazidos para cá como escravos".

No Brasil, "o violeiro no Reino que ascendeu a estanqueiro de fumo na Colônia" (Mott, 2023, p. 49), não deixará de exercer o desejo homoerótico, "mantendo união estável homoafetiva quando menos com quatro parceiros, sendo também acusado de dezenas de assédios a jovens de diferentes estratos sociais" (p. 49), apesar da intensa e cada vez mais persecutória imposição de um ordenamento moral rígido e binário, no qual se excluíam e

condenavam manifestações no campo do sexo que não fossem aquelas permitidas para a reprodução, instituídas por preceitos religiosos cristãos.

Estas três histórias dão contornos aos mecanismos acionados pelos colonizadores para assegurar a consolidação, primeiro, do processo de conquista, sequestrando as subjetividades e identidades dos povos, firmando um modelo regulador para as relações sociais e determinando punições aos que desse padrão de desviassem. Com este sólido arcabouço, a construção de identidades e hierarquias classificatórias permite garantir o exercício do poder sob patamares mais amplos, enfraquecendo as resistências dos povos originários e das pessoas escravizadas que passam a ser comercializadas como mão de obra.

Na esteira desse debate, importam todas as formatações coloniais que passam a delinear a existência destas populações em um contexto de opressão (Missiatto, 2021; Mott, 2001; 2023; Trevisan, 2018). Isso porque, como salientam Nêgo Bispo [Santos] (2023), Núñez (2022; 2023) e Krenak (2019), são estas intervenções que delimitam e restringem o desenvolvimento de um outro modelo de sociedade.

A ocupação territorial se ampliou para uma colonização de costumes, valores e noções de pertencimento. Pela espada ou pela coerção religiosa (Vainfas, 2022), estas populações foram transpostas para um conjunto de práticas classificatórias e hierarquizantes que, sob muitos aspectos, questionaram a própria humanidade destes povos. Como afirma Mignolo (2005), não é possível compreender a constituição da América Latina e o seu ingresso na Modernidade sem se atentar para as estruturas que a condicionam nesse processo no qual a colonialidade será determinante — não apenas como elemento derivado, mas sim seu constituinte principal.

2.3 TENTÁCULOS COLONIAIS: DESUMANIZAÇÃO, INCIVILIDADE E A IMPOSIÇÃO DE UM SISTEMA-MUNDO CAPITALISTA MODERNO/COLONIAL

Na seção anterior, delimitaram-se como os processos de colonização se intensificam à medida que, como destacou Núñez (2022), colonizam a subjetividade dos povos originários, instituindo um ordenamento moral e religioso (Vainfas, 2022) que dará sustentação e suporte para o engendramento das relações de controle que se estabelecem desde então. Um dos instrumentos que permitiram o êxito do empreendimento colonial foi, justamente, a padronização do sexo e da sexualidade, a partir de critérios fiscalizadores e normativos. A criminalização civil e religiosa da prática homoerótica (Fernandes, 2017; Núñez, 2022, 2023;

Mott, 2023; Trevisan, 2018) consolidou a supremacia do masculino sobre o feminino e o poderio do homem em detrimento da mulher (Federici, 2017; McClintock, 2010).

Não obstante, a centralização das relações em um binarismo homem-mulher deslocou às margens e à clandestinidade outras expressões do desejo e do sexo. O que se pretendeu anteriormente foi, efetivamente, demonstrar de que forma esses elementos resultarão na produção de hierarquias e classificações sociais que, sob diferentes perspectivas, materializam o apagamento sócio-histórico das populações que não se encaixavam nas normas morais e comportamentais deflagradas desde europa e transportadas para a américa no limiar das navegações exploratórias e de ocupação territorial.

Muito embora essas dimensões da sexualidade e das diferenças de gênero sejam interpretadas como elementos derivados de um processo classificatório que colocará a raça no centro do exercício do poder (Quijano, 2005), autoras como Bento B. (2017), Cusicanqui (2015), Lugones (2014; 2020), McClintock (2010), Oyewùmí (2021), Segato (2003; 2021) e Valencia (2023), por exemplo, retomam a discussão colonial e os seus desdobramentos para situar o gênero como componente indissociável da colonialidade, cujos reflexos não são uma mera consequência das hierarquias raciais, mas sim um dos seus eixos principais.

Com assente teórico-referencial nas Epistemologias do Sul, esta pesquisa propõe-se a discutir uma maneira de compreender o problema investigado que reconheça, como salienta Castro-Gómez (2005, p. 87), que "as patologias da ocidentalização [...] se devem ao caráter dualista e excludente que assumem as relações modernas de poder". Sob uma ótica que se ampara também na interdisciplinaridade, vista como uma ferramenta plural e polissêmica capaz de tensionar os campos hegemônicos do conhecimento para que deles se extraiam novas potencialidades (Leis, 2005; Ramalho *et al.*, 2022), o estudo promove uma intersecção entre o critério por excelência da colonialidade do poder, a raça, equacionando-o com o gênero e a sexualidade, em uma prospecção abrangente acerca da temática.

Para chegar a esse ponto, todavia, é necessário retomar os debates estruturantes que circundam as questões analisadas. E isso porque, pontua Grosfoguel (2008), às américas desembarcou o homem, branco, europeu, explorador, sustentado por preceitos morais e comportamentais que reproduziam um discurso religioso conservador cristão. É este sujeito quem irá colonizar e determinar regras, classificações e um ordenamento para a existência dos povos originários, das pessoas escravizadas e, no desenrolar da história, dos indivíduos colonizados.

Como evidencia Wenczenovicz (2019, p. 11), "sabe-se que a questão racial é uma invenção histórica colonial cujos efeitos afetam o destino social e a existência cotidiana

daqueles que habitam essa região". É partindo deste marcador criado pela história colonial, portanto, que a América se tornará, para Quijano (2005), uma primeira experiência do exercício de poder global, fundamentada por meio da instrumentalização do conceito de raça para definir e hierarquizar a sociedade.

Nesta complexa teia de dominação e regulação sociopolítica, Quijano (2005, p. 117), o qual é um dos principais teóricos da Modernidade/Colonialidade e um dos pensadores mais influentes da sociologia latino-americana (Wenczenovicz, 2019), pontua que a racionalidade estruturada a partir dos amplos processos colonizatórios conferirá materialidade às relações de opressão forjadas neste novo "espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial" que, por consequência, inaugura "a primeira identidade da modernidade".

Modernidade esta que, segundo Castro-Gómez (2005, p. 87), tensiona e "exclui de seu imaginário a hibridez, a multiplicidade, a ambiguidade e a contingência das formas de vida concretas", operando na produção de dicotomias e binarismos como instância "a partir da qual são dispensados e coordenados os mecanismos de controle sobre o mundo natural e social" (Castro-Gómez, 2005, p. 88). O autor reforça que essa entrada na "modernidade demandava o cumprimento de um receituário normativo que servia para distinguir os membros da nova classe urbana que começava a emergir em toda a América Latina" (p. 89) das populações nativas e originárias, identificadas com o atraso e a incivilidade.

De acordo com Quijano (2005, p. 117), são dois os movimentos históricos que convergem para que a América Latina, ao ser atravessada pela Modernidade, geste este novo padrão global de poder:

> [...] por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, consequentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p. 117).

O entrelaçamento entre esses dois grandes processos impactará definitivamente na organização política, econômica e cultural das sociedades colonizadas, pois dos seus transbordamentos é que se formatam não apenas as novas identidades, mas também se promovem reposicionamentos das identidades já historicamente demarcadas, como as populações europeias, por exemplo, que assumem uma condição universalista, desenvolvida,

civilizada, cristã, heterossexual e cisgênera. Nesse cruzamento, tudo aquilo que não estivesse incorporado a este padrão seria alocado no *status* da diferença.

A codificação da raça e da identidade racial como pilares desta fundação colonial efetivam a distinção que subsidiou o avanço do colonialismo e a instalação de relações sociais ancoradas na dominação de um grupo pelo outro. Segundo Quijano (2005, p. 118), esse modelo é, sistematicamente, manipulado para assegurar o controle e a hegemonia da europa sobre as populações postas sob sua supremacia. Isso terminará por legitimar "as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados", uma vez que acentua a divisão europeus/não-europeus e naturaliza um poder disciplinador, tributário de práticas discriminatórias baseadas nestas novas identidades.

Castro-Gómez (2005, p. 91) considera, sob a ótica de Quijano, que a incompatibilidade imaginada e socialmente produzida pelo contraste colonial sustentará "diferenças incomensuráveis entre o colonizador e o colonizado", oficializando, por meio da criação de um aparato estatal e da elevação da racionalidade científica como condição singular da categoria humano, a reprodução ininterrupta destas identidades modernas. Reflete o autor que

> [...] o colonizado aparece assim como o "outro da razão", o que justifica o exercício de um poder disciplinar por parte do colonizador. A maldade, a barbárie e a incontinência são marcas "identitárias" do colonizado, enquanto que a bondade, a civilização e a racionalidade são próprias do colonizador. Ambas as identidades se encontram em relação de exterioridade e se excluem mutuamente. [...] O imaginário do progresso, de acordo com a qual todas as progridem no tempo de acordo com leis universais inerentes à natureza ou ao espírito humano, aparece assim como um produto ideológico construído do dispositivo de poder moderno/colonial (Castro-Gómez, 2005, p. 91).

A forma e a complexidade que este Estado assume na Modernidade é fundamental para que se compreenda os mecanismos de subordinação instalados pelo colonialismo em todas as regiões nas quais os conquistadores obtiveram vantagens econômicas, políticas, sociais e culturais advindas da espoliação dos povos originários e da exploração dos recursos naturais. Conforme explica Wenczenovicz (2019, p. 18), está presente na matriz deste estado moderno também as esferas que amparam o colonialismo e que, de acordo com a pesquisadora, podem ser resumidas em quatro eixos: "controle da economia, da autoridade, do gênero e sexualidade e do conhecimento e subjetividade".

Perpassadas por estas dimensões citadas por Wenczenovicz (2019), a raça e a identidade racial atribuídas como marcadores da Modernidade são, contudo, para Quijano (2005; 2009) e Mignolo (2020), a base sobre a qual se edificam as demais organizações do empreendimento colonial. Este processo, ininterruptamente, reitera e repactua essas alegorias classificatórias,

impulsionando-as ainda como indissociáveis da consolidação do capitalismo enquanto sistema produtivo e econômico hegemônico e impositivo. Federici (2017), embora a partir de outro enfoque, também aponta para isso em sua teoria sobre a acumulação primitiva do capital e controle dos corpos das mulheres na europa medieval.

É sobre o critério de raça que, no entendimento de Quijano (2005; 2009), serão alocadas as condições objetivas e subjetivas para a expansão do capitalismo global. Na esteira disso, as populações nativas e, posteriormente, as pessoas escravizadas em África a partir do século XVI (Mignolo, 2005), serão transformadas em mão de obra para atender a divisão e ao controle das relações de trabalho que se firmam e se alimentam visando mutuamente a produção de mercadorias para um mercado agora tornado mundial.

Quijano (2005, p. 119) observa que a "distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial", o que justificou todo e qualquer tipo de exploração, gerando, em consequência, o fato de que o "controle de uma forma específica de trabalho podia ser ao mesmo tempo, um controle de um grupo específico de gente dominada" (p. 119).

E foi esse cenário desencadeado no cerne dessa equação de subalternidade e dominação pró trabalho racializado que facilitou a opressão dos indígenas e das populações negras escravizadas, pois ao vincularem o trabalho não remunerado como uma atividade redentora aos dominados, os dominantes ratificam a classificação de inferioridade a estes indivíduos, como descreve Quijano (2005, p. 120) ao afirmar que

> [...] o vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. [...] A reorganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. [...] E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra. A classificação racial da população e a velha associação das novas identidades raciais dos colonizados com as formas de controle não pago, não assalariado, do trabalho, desenvolveu entre os europeus ou brancos a específica percepção de que o trabalho pago era privilégio dos brancos. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos (Quijano, 2005, p. 120).

Outro expoente do campo epistêmico que *suleia* a presente pesquisa, Dussel (2020) sublinha estas colocações sobre a racialização e argumenta que a conquista do território

ameríndio estabeleceu a política como uma das forças legitimadoras do exercício do poder colonial contra as populações colonizadas. Neste sentido, o autor pontua que não apenas o colonialismo se constitui enquanto processo sócio-histórico, mas também os seus desdobramentos darão forma a um controle hegemônico mantido mediante uma identidade senhorial, na qual a hierarquia entre dominantes e dominados é fundamental para assegurar a subalternização e a regulação dessas sociedades.

Para Dussel (2020, p. 22), a expansão econômica e política da europa, durante os movimentos de colonização, fará com que os europeus assumam que as áreas colonizadas são meramente extensões de seus domínios. "O mundo começou a ser o *lar dominado* [grifo do autor] pelo europeu", escreveu o autor, indicando que as categorias de distinção fundadas na diferença colonial é que organizam essa estrutura em que poder político, na Modernidade, é um poder empregado como dominação. Pontua ele que "o europeu, branco, macho, possuidor de riquezas obtidas pelo domínio sobre indígenas e escravos africanos, culto nas 'cidades letradas', fez presente [...] a autocompreensão de ser o 'senhor'" (Dussel, 2020, p. 22).

Ainda, na perspectiva dusseliana, o mecanismo da conquista colonial posto em prática pela europa se apoiava também nas fragilidades militares dos povos dominados, sobre os quais o uso da força provocou a subjugação psicológica e subjetiva, a exemplo do que cita Romano (1995) ao descrever como a militarização e a capacidade bélica dos conquistadores, em detrimento aos artefatos produzidos como armamentos pelos ameríndios, acentuou as assimetrias que materializaram a ocupação dos territórios da américa. Esse fator, retoma Dussel (2020, p. 22), possibilita aos europeus "exercer sobre as populações ameríndias primeiro um domínio militar e, depois, político, econômico, cultural e religioso".

Nesta nova configuração de poder implantada, os povos subalternizados e incluídos na Modernidade pelas armas e pela fé (Romano, 1995; Vainfas, 2022) são destituídos das suas próprias construções sócio-políticas, negativando o conceito de suas identidades originárias. Isso, para Dussel (2020, p. 23), confirma uma "concepção do poder exclusivamente como *dominação* [grifo do autor]", gestando uma sociedade onde "as metrópoles europeias organizam um mundo colonial assimétrico onde a relação político-metropolitana se concretizava como uma relação social de domínio" (p. 23).

O mundo colonial, deformado pelas relações de opressão, intensifica a produção de hierarquias e distinções sociais. Partindo dos critérios raciais destacados por Quijano (2005), Castro-Gómez (2005) acrescenta que a racionalidade técnica-científica, que sustenta a divisão entre a civilização e a barbárie como ferramenta de classificação, e a formação dos estados modernos respaldam a maneira como esses marcadores interferem no poder político da

colonização, conforme explicitado por Dussel (2020), fomentando a colonialidade como instrumento e dispositivo operacional deste poder.

Não sem finalidade, observa Castro-Gómez (2005, p. 89), o monopólio da violência disciplinar adotado pelos estados fundados no e pelo colonialismo, constrói um tipo de sujeito ideal para pertencer à Modernidade: "homem, branco, pai de família, católico, proprietário, letrado e heterossexual". Todas/os que não performam esse padrão serão absorvidos pela ação predatória da desumanização. "Os indivíduos que não cumpram com estes requisitos (mulheres, empregados, loucos, analfabetos, negros, hereges, escravos, índios, homossexuais, dissidentes) ficarão de fora da "cidade letrada", reclusos no âmbito da ilegalidade", afirma o autor (p. 89).

A manutenção desse fenômeno classificatório pelo colonialismo — que Césaire (2020, p. 24) denomina de "coisificação" do sujeito colonizado —, se expressa na racialização dos indivíduos marcados pelas hierarquias formatadas na Modernidade e que, como afirmado por Quijano (2005), são a gênese de um novo padrão global de poder que transforma a América Latina neste espaço e tempo sob o qual se erguem as estruturas de um sistema capitalista global. Neste sistema, não somente a dimensão econômica organiza a sociedade, mas também a produção de componentes subjetivos, simbólicos e imateriais para atender as necessidades do capitalismo é estimulada.

É dessa integração colonialismo/capitalismo que Wallerstein (2001) sugere a concepção de um sistema-mundo, gestado para administrar, expandir e dar suporte ao desenvolvimento dos estados modernos. Grosso modo, o filósofo estadunidense compreende que os movimentos sócio-históricos, políticos e culturais, além das categorias de classificação racial universalizantes forjadas nas relações de dominação coloniais, sistematizam o capitalismo em uma dinâmica global de opressão e subordinação. Diante disso, os estados europeus, civilizados, letrados (Castro-Gómez, 2005) e detentores do poder, mantém sob sua dependência os estados colonizados, identificados com o atraso civilizatório, dispostos na periferia desse sistema e responsáveis por fornecer matéria-prima e mão de obra para garantir o expansionismo do sistema-mundo capitalista (Martins, 2015).

Ainda que não seja o objetivo desta pesquisa discutir a estrutura deste sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001), sua breve compreensão importa porque é deste conceito que Quijano (2005) sustentará que há, apesar do término do colonialismo, a continuidade e o fortalecimento dos processos de dominação, regulação, exploração, controle e expropriação colonial, uma vez que o novo padrão global de poder germinado nas colonizações não se findará

com os movimentos de independência e descolonização[24] que, no Brasil, por exemplo, ocorreu no século XIX.

Sob esta interpretação do capitalismo global e de um sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001), Quijano (2005) discute como a modernidade se relaciona com o mundo colonial em uma simbiose sistemática entre o moderno-colonial. Neste panorama, o autor argumenta que é a concentração do poder político e econômico na europa expansionista das grandes navegações e do tráfico de pessoas escravizadas que promoverá uma visão distorcida, porém hegemônica, da europa como centro fundador da Modernidade e, por conseguinte, detentora legítima das categorias dicotômicas e binárias de classificação social que transformam o empreendimento da colonização em uma missão civilizatória.

O eurocentrismo e a imposição da raça como hierarquia organizadora desta estrutura é que tornam a colonialidade do poder uma dimensão tributária do fim do colonialismo. A colonialidade, dessa forma, como defende Quijano (2005; 2009), é constitutiva de todos os processos da Modernidade, porque é dessa colonialidade do poder, segundo o autor, que se revelam as maneiras pelas quais esse controle é determinado e sob o qual as populações colonizadas são agrupadas — o que, para Castro-Gómez (2005, p. 90), também significou "primariamente destruição e espoliação" infligidas a estas sociedades situadas como primitivas.

A racionalidade técnica-científica que se associa a um conhecimento socialmente produzido e baseado nas distinções hierarquizantes desta modernidade colonial eurocentrada, para Quijano (2005, p. 122), "foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus", moldando, a partir disso, um "jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Ocidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, europa e não-europa" (p. 122). O autor reitera que essas alteridades — Núñez (2022, p. 15) utilizará a expressão "outrificações" para referir-se ao mesmo tema — formuladas no bojo do eurocentrismo não reconheciam a humanidade das populações ameríndias e das escravizadas em África. "Estes eram simplesmente 'primitivos'" (Quijano, 2005, p. 122), observa ele, complementando que

> [...] Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. Essa perspectiva binária, dualista, de conhecimento, peculiar ao eurocentrismo, impôs-se como mundialmente hegemônica no mesmo fluxo da expansão do domínio colonial da europa sobre o mundo. Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a ideia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na europa.

24 O uso do termo refere-se aos movimentos e aos processos de independência dos países colonizados.

> E dois, outorgar sentido às diferenças entre europa e não-europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo (Quijano, 2005, p 122).

Esses mitos da Modernidade, forjados para promover o eurocentrismo e a europa como elementos nucleares de um desenvolvimentismo civilizatório, são também identificados por Lander (2005, p. 8), para quem a efetividade deste modelo de pensar alicerçado na colonialidade do poder reside, justamente, na "naturalização das relações sociais, a noção de acordo com a qual as características da sociedade chamada moderna são a expressão das tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da sociedade".

Nessa "autoconsciência europeia da modernidade" (Lander, 2005, p. 10), as divisões e hierarquias sociais são artificialmente naturalizadas para subsidiar o exercício da regulação e do controle dos dominados perante os dominadores. A todo instante, os marcadores da diferença colonial são instrumentalizados para possibilitar a identidade do subalterno e do colonizado como o lado incivilizado, bárbaro, atrasado e racializado dessa modernidade. Não à toa, Mignolo (2020, p. 9), dirá que a "emergência das Américas" se confunde com o despertar de uma "ordem mundial colonial/moderna", responsável por formar, a partir do século XVI, um construto no qual a modernidade não pode ser entendida sem a colonialidade, de tal forma que a colonialidade se configura como o "lado reverso e inevitável da 'modernidade' — seu lado sombrio" (Mignolo, 2020, p. 46–47).

Para Mignolo (2020), as transações comerciais pelo Atlântico, no século XVI, são importantes para compreender as condições políticas, geográficas e econômicas que darão fôlego às navegações colonizadoras, possibilitando, como consequência, essa organização colonial do mundo a partir da e pela europa e que resultarão, ainda, na elevação da raça e da divisão racial do trabalho (Quijano, 2005) como eixos universalizantes dessa modernidade/colonialidade.

Motivado por essas interpretações, Mignolo (2020) subsiste que a colonialidade do poder não pode ser entendida sem a presença da diferença colonial como amálgama dessa forma de ordenamento sócio-histórico e cultural que dá forma ao sistema-mundo moderno/colonial, pois, defende ele,

> A diferença colonial é o espaço onde emerge a colonialidade do poder. A diferença colonial é o espaço onde as histórias locais que estão inventando e implementando os projetos globais encontram aquelas histórias locais que os recebem; é o espaço onde os projetos globais são forçados a adaptar-se, integrar-se ou onde são adotados, rejeitados ou ignorados. A diferença colonial é, finalmente, o local, ao mesmo tempo, físico e imaginário onde atua a colonialidade do poder, no confronto de duas espécies

> de histórias locais visíveis em diferentes espaços e tempos do planeta (Mignolo, 2020, p. 10).

Sob a diferença colonial é possível visualizar como as sociedades dominadas pela colonização europeia aderem, forçosamente, à modernidade e a um modelo de organização social que reproduz as dinâmicas políticas, culturais e econômicas que incidem neste sistema-mundo (Wallerstein, 2001) moderno/colonial desenhado por Lander (2005), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009). Com razão, Lander (2005) destaca que a transformação desse imaginário moderno/colonial e a colonialidade do poder em práticas colonizadoras passa a hierarquizar os sujeitos, racionalizando-os e os identificando-os de forma binária, dicotômica e universalista. O pesquisador reflete que

> A "superioridade evidente" desse modelo de organização social — e de seus países, cultura, história e raça — fica demonstrada tanto pela conquista e submissão dos demais povos do mundo, como pela "superação" histórica das formas anteriores de organização social, uma vez que se logrou impor na europa a plena hegemonia da organização liberal da vida sobre as múltiplas formas de resistência com as quais se enfrentou. [...] Esta é uma construção *eurocêntrica* [grifo do autor], que pensa e organiza a totalidade do tempo e do espaço para toda a humanidade do ponto de vista de sua própria experiência, colocando sua especificidade histórico-cultural como padrão de referência superior e universal (Lander, 2005, p. 13).

Assim, na esteira desse pensamento universalista, eurocêntrico e classificatório que compreende o europeu/colonizador como o moderno/civilizado, enquanto desloca para as margens o sujeito colonizado/racializado, a diferença colonial suscitada por Mignolo (2020) determina uma narrativa linear e unidirecional da história, deslegitimando as existências e organização próprias das sociedades que são anteriores ao colonialismo. Para constituir esse raciocínio, Mignolo (2020) e Castro-Gómez (2005) pontuam que o sujeito das letras, alfabetizado, era o humano, capaz de codificar e contar a história pelo domínio da "escrita alfabética" (Mignolo, 2020, p. 23).

Impondo a racionalidade técnica-científica como extrato da diferença, o sistema moderno/colonial agrupa, conforme Mignolo (2020), o conhecimento e tudo a ele vinculado em um padrão a-histórico, disciplinar e regulador. Isso, salienta ele, faz com que a colonialidade do poder formate "uma energia e um maquinário que transformam diferenças em valores" (p. 36), a exemplo do critério racial, defendido por Quijano (2005; 2009) como o fundante desse novo padrão de poder global.

Na classificação e reclassificação das populações globais, observam Castro-Gómez (2005), Lander (2005), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009), a identificação dos sujeitos com os atributos alegóricos da modernidade/colonialidade faz com que o poder, nesta

caracterização, seja, além de disciplinar e regulador, também tributário das relações de opressão e dominação sobrepostas pelos processos históricos do colonialismo e, na sequência, pela colonialidade do poder, uma vez que a colonialidade, reforça Mignolo (2020, p. 47), "traz para o primeiro plano a coexistência e interseção tanto dos colonialismos modernos quanto das modernidades coloniais".

Sistematizando as hierarquias e distinções sociais do sistema-mundo moderno/colonial (Mignolo, 2020), a colonialidade do poder, enquanto dispositivo de exercício e operacionalidade das dinâmicas de opressão, é resumida descritivamente por Quijano (2009) em cinco pontos centrais que atuam articuladas entre si. São eles:

> [...] 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjetividade e os seus produtos, materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças (Quijano, 2009, p. 76).

Nestes elementos elencados por Quijano (2009), observa-se como a gestão e a dominação das populações racializadas, sob os quais a modernidade/colonialidade impôs suas ramificações, fabrica as identidades modernas, re-identificando os sujeitos a partir de critérios hierárquicos historicamente sediados no interior da colonialidade do poder. Atravessado por esses discursos, o poder na colonialidade se arquiteta tensionado escalas e medidas de subalternidade diretamente vinculadas ao ordenamento sócio-histórico, político e cultural que sustentou a exploração e a racialização dos corpos desde 1500, quando os portugueses ocuparam o Brasil.

Refletindo a partir do problema investigado nesta pesquisa, contudo, a redução proposta por Quijano (2009) para a dimensão do sexo neste construto é um limitador para a compreensão acerca da maneira como tanto o sexo quanto o gênero e a sua produção pela colonialidade, são eixos fundantes das relações de dominação nas Américas. Este é, aliás, um dos principais pontos de divergência entre teóricas do Sul, como Lugones (2020) e Segato (2003; 2021) e os teóricos da Modernidade/Colonialidade, muitos deles citados anteriormente.

Sem desconsiderar a arquitetura modular elaborada por Quijano (2005; 2009) quanto a colonialidade do poder, Missiatto (2021, p. 43) salienta que Lugones irá propor um avanço significativo na leitura sobre como a diferença e a violência colonial serão ainda mais expressivas em relação às mulheres e aos sujeitos que não performam a identidade e as características assemelhadas e assimiladas pelo homem/masculino. "[...] a racialização dos

gêneros fez com que as mulheres brancas ocupassem o lado visível/iluminado da colonialidade, enquanto que mulheres não brancas fossem relegadas ao lado oculto/obscuro do sistema colonial de gênero", explica ele.

Conforme Missiatto (2021), a contribuição de Lugones no campo epistêmico promove o gênero a um dos tipos de colonialidade sob o qual se elabora a distinção tanto racial quanto generificada, adicionando uma outra camada a este complexo e emaranhado tecido de explorações.

2.4 E ESTE SUJEITO QUEM É? BINÁRIOS, DICOTÔMICOS E DESUMANIZADOS

Na seção anterior, partindo de autores como Castro-Gómez (2005), Lander (2005), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009), investigou-se de que maneira a colonialidade e a modernidade são faces do mesmo processo sócio-histórico que constituiu a europa como o espaço, por excelência, ainda que mitológico (Quijano, 2009), da civilização e do progresso; enquanto à América colonizada foi classificada e categorizada pela racialidade (Quijano, 2005; 2009) e pela diferença colonial (Mignolo, 2020). Nesta configuração, as hierarquias sociais são naturalizadas e instrumentalizadas nas relações de opressão que se expressam tanto política quanto econômica e culturalmente.

Sob esta perspectiva, os movimentos expansionistas da europa em direção a outras regiões são revestidos também de um ideal de civilização, que buscará a hegemonia do poder e o controle das populações tanto pelo exercício da força militar (Romano, 1995) quanto pela imposição de práticas e hábitos culturais e comportamentais que promovem a distinção e a classificação étnico-social, a partir de um padrão normativo e moralizador (Mott, 2001, 2023; Núñez, 2022; Trevisan, 2018). Em vista disso, há um sequestro das subjetividades dos povos originários e, com o desenvolvimento do comércio escravagista de pessoas em África, no século XVI, conforme aponta Mignolo (2020), também das populações negras, resultando em um enquadramento eurocêntrico do mundo.

Ainda, visualizou-se como o colonialismo organiza um dispositivo que, com a descolonização, operacionaliza a reprodução e a re-identificação dos sujeitos colonizados com as alegorias deste sistema-mundo moderno/colonial, como definiu Mignolo (2020). A colonialidade do poder, nos termos propostos por Quijano (2005; 2009), possibilita evidenciar a maneira como o poder atravessa essas relações sociais, engendrando e formatando os tensionamentos em torno de uma pretensão de universalidade global, surgida no que Quijano

(2005) denominou de um novo tempo/espaço fundado com a colonização das regiões ameríndias.

Ocorre que, como destacado por Missiatto (2021), a análise de Quijano (2005; 2009) considera que a colonialidade do poder concentra todos os elementos interpretativos para compreender a organização e a gestão da sociedade, transformando a dimensão do sexo, da sexualidade e do gênero em um reflexo desse controle e não como uma categoria própria que a colonialidade dispõe para subordiná-la e transformá-la em uma outra classificação opressora. No Brasil, aponta o pesquisador brasileiro, as configurações sociais e a historiografia indicam que "as violências às quais as pessoas estavam sujeitas dependiam da forma com que se interseccionavam em seus corpos a raça, gênero, sexualidade e classe, sendo a raça o principal recurso para a degradação dos direitos" (Missiatto, 2021, p. 41).

Dessa forma, o cruzamento destes indicadores classificatórios construídos pela modernidade/colonialidade situam o gênero, na visão de Missiatto (2021, p. 42-43), no limiar de um mecanismo colonial de regulação e controle dos sujeitos, operacionalizando um modelo de "cognição racial da colonialidade" no qual, ao mesmo tempo, em que atravessa o poder e a dominação política, também naturaliza e materializa as esferas do sexo-sexualidade-gênero com base em comportamentos, hábitos e ordenamentos morais eurocêntricos, "impactando decisivamente no modo como a pluralidade sexual passou a se relacionar subjetiva e intersubjetivamente".

Como destacado por Núñez (2022), a sustentação de um modelo normativo, binário e que criminaliza as diferenças sexuais e de gênero contribuiu significativamente para que um projeto universalista e violento fosse amplamente capilarizado por meio da colonialidade. Segundo aponta Grosfoguel (2008), a violência é uma das marcas indeléveis desse processo, porque determina uma gramática de submissão aos sujeitos colonizados que se ampara tanto na materialidade — a escravização de pessoas em África como mão de obra racializada, por exemplo — quanto na condição de se pensar sujeito para além das atribuições eurocêntricas.

Para situar suas interpretações acerca da colonialidade no sequestro do conhecimento ancestral, incluindo neste campo as distintas cosmovisões massacradas pela diferença colonial (Mignolo, 2020) face a uma racionalidade técnica-científica que categoriza os povos em civilizados e bárbaros (Castro-Gómez, 2005); e do poder, que hegemonicamente é concentrado nos colonizadores e em suas estruturas (Quijano, 2009), Grosfoguel (2008, p. 118) indica a expressão "corpo-política do conhecimento", situando de que maneira a raça/etnia, o gênero e a sexualidade das pessoas colonizadas são produtos de uma enunciação que denuncia o espaço em que ela é produzida.

Este entendimento proposto por Grosfoguel (2008) é interessante para o problema investigado nesta pesquisa, por oferecer condições de, em referência a Lugones (2014; 2020), nomear e posicionar a identificação e a re-identificação dos sujeitos no interior das hierarquias modernas/coloniais. O autor explica que sua defesa do "corpo-política do conhecimento" (p. 118)

> [...] não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o fato de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* [grifo do autor] da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. [...] O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Nesta proposição, Grosfoguel (2008) expõe o caráter exclusivista e normativo que o gênero e a sexualidade vão assumir a partir da colonialidade, reduzindo e apagando não apenas a pluralidade como também a maneira pela qual o sujeito racializado e colonizado se constitui nesta sociedade. Entre as implicações percebidas nisso, refletem Missiatto (2021) e Teixeira (2021), está a "dessubjetivação, isto é, a fabricação de uma condição animalizada que precisa ser, a todo custo, controlada" (Teixeira, 2021, p. 54) através da diferença e da violência colonial. "[...] A colonialidade, enquanto tessitura de poder, implementa constantemente ações, sentidos e representações de mundo que fazem com que o ódio, velado ou não, emerja em nossa vida cotidiana" (Teixeira, 2021, p. 54–55).

Essa relação apresentada por Teixeira (2021) é reiterada por Grosfoguel (2008, p. 119), quando este afirma que "o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes". Para Missiatto (2021, p. 43), é também na supressão das formas de vida descaracterizadas pela modernidade/colonialidade que reside a "razão que manteve os homens negros heterossexuais, embora vítimas do sistema colonial, leais ao colonizador em seu projeto violento de exploração de mulheres e LGBTQI+[25] negros e negras".

25 A construção deste acrônimo e o conceito que o estrutura serão elaborados no próximo capítulo, quando trabalharmos com a construção e a definição da LGBTfobia.

Soma-se como um elemento desta re-identificação dos corpos subalternizados pela Modernidade/Colonialidade, o que Kilomba (2019) considera uma exaltação do suposto progresso implantado pelo empreendimento colonial nas regiões invadidas pelos europeus, sobretudo com a intensificação do comércio de pessoas escravizadas em África, no movimento que Mignolo (2020) identifica como um dos pilares da expansão desse sistema-mundo moderno/colonial.

Na visão de Kilomba (2019), portanto, a produção de um ideário que atribui superioridade a uma população, enquanto imputa marcadores de inferioridade e atraso para outra, resulta na objetificação desse outro a quem, se quer, é concedida a condição de sujeito. Ao referir-se à escrita como um ato de tornar-se este sujeito que narra suas próprias histórias, a pesquisadora promove o conhecimento de si a um estado de consciência que expõe e revela as amarras coloniais que ainda dão suporte a uma estrutura silenciadora, binária, dicotômica e que, como avalia Lugones (2014, p. 935), inscrevem-se em uma "lógica categorial dicotômica e hierárquica", essenciais para a consolidação e a reprodução desse modelo hierárquico e de distinções sociais.

Lugones (2014) observa que, na esteira do colonialismo, o gênero atua como um eixo de dissolução da humanidade dos sujeitos subalternizados, por transformar a relação humano / não-humano em um instrumento de controle tão efetivo quanto o poder político de dominação (Dussel, 2020) forjado pela colonialidade do poder, nos termos que situa Quijano (2005; 2009). Para a feminista argentina, por conseguinte, o homem ocidental, branco, cristão, burguês, heterossexual e cisgênero é quem irá sobrepor, pela diferença colonial (Mignolo, 2020), as características toleráveis aos demais indivíduos, restringindo a existência e a sociabilidade daqueles e daquelas que não se encontram respaldadas pelas alegorias categóricas da Modernidade/Colonialidade.

> Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas — como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (Lugones, 2014, p. 936).

É no entre-tecer, utilizado por Lugones (2014) como um conectivo que intercala a maneira como as relações sociais foram constituídas, que Fernandes (2017) diz residir as

opressões que cristalizam e ramificam os marcadores sociais de gênero e sexualidade no Brasil. Segundo ele, ao operar impondo aos povos colonizados uma hierarquia baseada na Modernidade e em preceitos de base eurocêntrica, os conquistadores formatam um modelo que atenda as demandas e as exigências econômicas, políticas, religiosas e culturais (Mott, 2001; Núñez, 2022; Trevisan, 2018) que vão nutrir o crescimento e a expansão do sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2001).

Neste sentido, reforça Fernandes (2017, p. 15), "ao se impor às sociedades colonizadas esse arcabouço de práticas, cabe às justificativas morais e filosóficas fundamentar o esvaziamento desses povos de si mesmos". Interssecionalizando-se com o aspecto racial, o gênero e a sexualidade, sublinha o pesquisador, compõem uma nova tríade de investiduras contra as cosmovisões, os hábitos e as práticas sociais que davam sentido e organizavam os povos/etnias não modernos, conforme os definiu Lugones (2014) ao colocá-los em oposição à Modernidade/Colonialidade e aquilo que a constitui (Dussel, 2020; Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2020; Quijano, 2005, 2009).

Essa inferiorização dos colonizados terá um enorme impacto no estabelecimento de uma sexualidade normativa e compulsória, impregnada de categorias morais e religiosas erigidas como pilares de sustentação da exploração econômica e da colonização das subjetividades. "O inferior sabe que é inferior desde que nasce, mas é ensinado a pensar que isso é culpa sua, e não efeito de relações de poder e sistemas de conhecimento que garantam a manutenção do *status quo*" (Fernandes, 2017, p. 15), defende o pesquisador brasileiro.

Quijano (2009, p. 74) considera haver, nos âmbitos produtivos e de espoliação dos recursos naturais, o ponto central da elaboração discursiva de identidades e formas de condução da vida nas colônias. Como pondera ele, a racionalidade técnica-científica promove o conhecimento moderno a um patamar tamanho que todas as relações sociais passam a ser permeadas pelas categorias e classificações que configuram as "novas identidades societais da colonialidade". Neste processo, tanto o autor quanto Lugones (2014) ratificam que a distinção humano/não-humano, civilizado/bárbaro, superior/inferior/racional/irracional são a base na qual se amparam as demais hierarquias que engendram as relações socioestruturais da Modernidade/Colonialidade.

Lugones (2014, 2020), não obstante, propõe que o debate sobre as relações sociais de dominação seja ampliado para que o gênero também seja equiparado a um dos dispositivos pelos quais a colonialidade se instrumentaliza. Para a pesquisadora, diferentemente do que entende Quijano (2005; 2009), o gênero não é tributário apenas de uma dimensão biológica e sobre o qual se exerce o poder. Em sua concepção, o construto social do colonialismo engendra

um arcabouço discursivo no gênero que acentua as distinções e as hierarquias da Modernidade, tendo por base a "imposição brutal do sistema moderno colonial de gênero. Sob o quadro conceitual de gênero imposto, os europeus brancos burgueses eram civilizados; eles eram plenamente humanos" (Lugones, 2014, p. 936).

Por meio dessa interpretação é possível observar como a desumanização se torna uma marca definitiva associada aos corpos colonizados. Estes são manipulados não somente pelo sexo visto sob sua condição biológica, mas pelo gênero enquanto produto de um tipo específico de colonialidade. Conforme Lugones (2014), no projeto do empreendimento colonial, a pretensão de salvar as almas e civilizar as populações não europeias — em função disso, identificadas pela racialidade e pelos atributos de negação de suas características plurais — fez com que os colonizadores se sentissem autorizados a utilizar todo tipo de violência e arbitrariedade, incluindo a separação sexo-sujeito como ferramenta de captura da subjetividade dos colonizados. A autora explica que

> A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, consequentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido de sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica. Assim, à medida que o cristianismo se tornou o instrumento mais poderoso da missão de transformação, a normatividade que conectava gênero e civilização concentrou-se no apagamento das práticas comunitárias ecológicas, saberes de cultivo, de tecelagem, do cosmos, e não somente na mudança e no controle de práticas reprodutivas e sexuais (Lugones, 2014, p. 938).

Justamente pela catequização e conversão ao cristianismo, deflagrada por meio de um aparato religioso e moral instituído pelo colonialismo à Modernidade/Colonialidade, é que Fernandes (2017) pontua haver um processo ininterrupto de "colonização das sexualidades" (p. 21). Isso se dará, conforme o pesquisador, pela intersecção de discursos e "dispositivos políticos, ideológicos, raciais, econômicos e científicos mais amplos e intrinsecamente interligados" (p. 22). Para o autor, à medida que o colonizador naturaliza determinados hábitos e comportamentos e criminaliza outros, a sexualidade vai se incorporando a um modelo normativo de existência, qual seja: heterossexual e cisgênero, cuja finalidade explícita era a reprodução.

Com esse ideário sobreposto às formas alternativas pelas quais se constituíam as sociedades não modernas (Lugones, 2014), Fernandes (2017) ressalta o fato de que o surgimento de uma nova gramática moral e sexual é o vetor que condiciona e perpassa a diferença colonial, apontada anteriormente por Mignolo (2020), uma vez que é através dela que o colonizador irá operacionalizar e instrumentalizar o poder sobre os corpos, sobre a

sexualidade e sobre o gênero dos colonizados — tornando, para Fernandes (2017, p. 99), o processo de colonização das sexualidades indissociável "das relações de trabalho e de um modelo de moral e de família da época".

A interligação entre a moral, o ordenamento familiar, a divisão do trabalho e a imposição de um modelo normativo para a prática da sexualidade, proposta por Fernandes (2017), é relevante para que se compreenda como as diferenças neste campo são invisibilizadas e apagadas — seja pela condenação religiosa, pela criminalização perante o Estado ou pelo encapsulamento das práticas em um padrão binário e compulsoriamente heterocentrado. É também por essa possibilidade de interligação que a presente pesquisa se filia ao que Lugones (2020) centraliza como a intersecção entre a raça, classe, gênero e sexualidade na produção da violência contra os corpos re-identificados com estas identidades forjadas e manuseadas desde a gênese da Modernidade/Colonialidade.

Como destacado e sustentado por diversos/as pesquisadores/as ao longo deste capítulo, a ocupação territorial, que tem início em 1500 com a chegada portuguesa em Pindorama, e se expande por meio da potencialização do empreendimento colonial e de seus desdobramentos, dos quais a formação sócio-histórica do Brasil é tributária, sequestrou as manifestações plurais dos povos originários, destituiu a conexão homem-natureza, categorizou como profano e bárbaro as atividades ritualísticas, tornou pecado o sexo que não tivesse como objetivo a reprodução, hierarquizou a raça como critério de classificação social e, pela violência, assentou um ordenamento binário do sexo e do gênero.

A colonialidade do poder, nos termos defendidos por Quijano (2005; 2009), ancorou a hegemonia eurocêntrica e fortaleceu um projeto autoritário, excludente, classificatório e, como pontua Missiatto (2021, p. 43), estruturado sob assimetrias "na escala de humanização e desumanização elaborada pelo sujeito europeu". Na aplicabilidade desse poder, a opressão e a subordinação das populações colonizadas foram essenciais para o surgimento do que Quijano (2005) convencionou denominar de um novo tempo/espaço que, ao despertar, trouxe em seu interior o desenvolvimento de um padrão global de dominação.

Neste padrão de poder, majoritariamente concentrado nas mãos do homem, branco, heterossexual, letrado, burguês e cisgênero, a diferença e a violência colonial restringem as existências e as formas plurais de vida que se desenvolviam alheias — e sobre outros paradigmas — ao projeto universalista da Modernidade. Se "ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno", como declara Grosfoguel (2008, p. 118), também é

correto afirmar que todos e todas os/as sujeitos/as colonizados/as estão inscritos sob tais distinções, repetidamente reinscritas no tecido social da contemporaneidade.

Em seu interior, o padrão colonial de poder produz o sexo e o gênero como discursos de controle, o que para Lugones (2020) acentua o caráter preponderante dessas dimensões na gestão e na regulação das populações subalternizadas. Para a pesquisadora, aliás, é sob esta condição que a colonialidade faz do gênero um instrumento de subjugação, em especial das mulheres colonizadas, mas com efeitos também extensivos aos homens, uma vez que as práticas e as estratégias de dominação empregadas pelos colonizadores não previam, como destaca a autora, dar a condição de humano aos dominados.

Dessa forma, ao sugerir que o poder sustentado pela colonialidade se intersecciona com as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade, Lugones (2020) amplia a perspectiva analítica a respeito deste assunto. A autora indica que a bestialização e a hiperssexualização dos corpos colonizados e a consequente desumanização dos sujeitos, são indissociáveis dessa Modernidade, descrita habilmente por Castro-Gómez (2005), Dussel (2020), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009). Por isso, a feminista argentina defende que o gênero não pode ficar limitado a uma interpretação binária e dicotômica que o reduz nesse mecanismo operacional de poder, uma vez que, segundo ela, "o olhar de Quijano pressupõe uma compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, seus recursos e produtos" (Lugones, 2020, p. 56).

No conceito defendido por Lugones (2020, p. 57), a colonialidade não se restringe a uma distinção racial que o poder colonial engendra, mas a um fenômeno com maior amplitude, "um dos eixos do sistema de poder [que] atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas". Neste sentido, sob a ótica lugoniana[26], "toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade".

Semelhantemente ao manifestado por Lugones (2020), Grosfoguel (2008, p. 124) posiciona o sexo, a sexualidade e o gênero como eixos constitutivos e não apenas partes que se somam a sistema-mundo colonial/moderno. Para o autor, a formatação da estrutura de dominação social e a normatização eurocêntrica que se expande com os processos de colonização e com o colonialismo "foram [...] transformadas assim nos critérios hegemônicos

26 "Lugoniana" é um neologismo que, nesta pesquisa, será utilizado intercambiavelmente para nos referirmos ao pensamento e a teoria da pesquisa e feminista argentina María Lugones.

que iriam racializar, classificar e patologizar a restante população mundial de acordo com uma hierarquia de raças superiores e inferiores".

As condições sócio-históricas, políticas e econômicas que dão origem aos processos expansionistas da colonização vão assegurar que os europeus tenham capacidade de tensionar e impor sua Modernidade aos povos ameríndios. Atravessados por essas relações de dominação e sob o exercício de um poder hegemônico, disciplinador e assimétrico, estas populações veem-se atreladas a um projeto civilizatório, moralizador e normativo que as identifica nas categorias alegóricas artificialmente naturalizadas pela colonialidade, que as reproduz ininterruptamente.

Na esteira desses processos, além do apagamento de parcelas expressivas de sujeitos oprimidos, tem-se a re-identificação contemporânea dos corpos sob os mesmos marcadores, em um ciclo de opressão e dominação que, no limite, tornam o Brasil atual um dos mais violentos para as populações LGBTQIA+, segundo indicam os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e organizações não-governamentais. É a partir destes aspectos que o terceiro capítulo será constituído.

3 INVERTIDOS, PAGÃOS E PECADORES: DA SODOMIA À CRIMINALIZAÇÃO DA LGBTFOBIA

As estatísticas e os números sobre as violências praticadas contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil refletem exatamente aquilo que propõem: indicadores de letalidade, a abjeção aos sujeitos que não conformam o padrão de uma sociedade constituída a partir de um modelo binário e heterossexual, o grau de exposição a uma série de violações a que são submetidas, a omissão do Estado brasileiro em assegurar o cumprimento da Constituição Federal e dos acordos, pactos, convenções e declarações em Direitos Humanos dos quais o país é signatário e que deveriam garantir a proteção de um direito humano fundamental a esta parcela da população.

A contar dos primeiros levantamentos produzidos por ativistas e militantes de movimentos sociais vinculados a grupos homossexuais e de transexuais, ainda na década de 1970 (Green, 2019; Mott, 2018; Peixoto, 2018; Quinalha, 2021, 2022; Trevisan, 2018), até a sistematização dos dados por meio da articulação entre organizações internacionais e associações brasileiras (Fórum de Segurança Pública, 2023; Mendes *et al*., 2020), como a *Transgender Europe*, o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a dinâmica de publicização da hostilidade brasileira contra a diferença sexual e de gênero se repete.

Na falta desta insistência na divulgação de relatórios anuais, o mundo, talvez, não soubesse que Brasil foi, em 2023, pelo 15º ano consecutivo, o país com o maior número de assassinatos de pessoas trans*[27], de acordo com um dossiê elaborado pela Antra e corroborado pela Transgender Europe (Antra, 2024). Neste ano — mais um ano em que, conforme Benevides (2024), não houve espaços seguros para as pessoas que manifestam publicamente sua identidade de gênero travesti e transgênero transitarem — foram 155 casos notificados, sendo 145 assassinatos praticados com crueldade e 10 suicídios.

É também através deste esforço não-governamental que, pelo menos desde os anos 1980, o GGB comunica a sociedade de que não há trégua para a criminalização da vida e da existência de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos, uma vez que os boletins noticiados pela entidade registram, mesmo com uma alta taxa de subnotificação

[27] Para contemplar todas as identidades transexuais e as travestilidades, além da não-binaridade de gênero, utiliza-se o asterisco como elemento gráfico ao lado da palavra trans para referências a estas diversas construções de identidade de gênero não-cisgêneras.

(Mendes *et al.*, 2020), o acumulado de mortes destes indivíduos em decorrência do ódio gerado pela LGBTfobia (Mott, 2018).

Em 10 anos (2013–2023), o GGB contabilizou que pelo menos 3.577 pessoas LGBTQIA+ perderam a vida em crimes cujas motivações foram a ojeriza, a repulsa e as implicações de uma estrutura sócio-histórica erigida em uma gramática moral e reguladora da sexualidade e de suas possibilidades de manifestação (CEDOC LGBTI+/Grupo Dignidade, 2024)[28]. Quando a base de dados consultada é a do Observatório de Mortes e Violência LGBTI+[29] e o período da coleta se expande para os últimos 23 anos (2000–2023), esse índice se amplia para um total de 5.965 vítimas de crimes praticados e/ou mortes decorrentes por LGBTfobia.

O uso de números como estratégia política é, para Galbieri (2023), uma das ferramentas disponíveis aos movimentos sociais LGBTQIA+ para reivindicar e tornar concreta a necessidade de que o Estado dê atenção para esse estrato populacional. Como reforçam Santos e Silva (2021), a ausência de dados oficiais tanto sobre o tamanho dessa população no Brasil quanto a sua situação socioeconômica e demográfica, impedem a produção de políticas públicas de proteção e promoção da cidadania dessas pessoas — o que também é apontado por Facchini e Lins França (2020) como um dos percalços para a cidadanização dos sujeitos não heterossexuais e não cisgêneros.

Galbieri (2023, p. 187), inclusive, argumenta que a "produção de metodologias alternativas" para computar tais informações responde a um déficit governamental bastante

28 Fundado nos anos 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) é uma das organizações sociais mais longevas do movimento LGBTQIA+ brasileiro. Criada e presidida, desde sua estruturação, pelo professor e historiador Luiz Mott, a entidade possui um dos maiores acervos sobre a trajetória histórica das mobilizações nacionais em defesa da criação de políticas públicas para essa população, além de ser a pioneira na produção de dados relativos aos crimes de ódio praticados contra sujeitos sexo-dissidentes. Em 2007, por meio de uma parceria com o Grupo Dignidade e apoio do Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX) e da Aliança Nacional LGBTI+, o GGB passou a constituir uma hemeroteca digital com esta ampla documentação armazenada ao longo de toda a participação social do Grupo. Denominado de Centro de Documentação LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott (CEDOC/Grupo Dignidade), o espaço virtual permite acesso amplo a indicadores, mapeamentos e também jornais e outros produtos informativos que resgatam o lastro histórico da atuação de ativistas e militantes LGBTQIA+ no Brasil. Para acessá-lo, consulte a seção "Referências", ao final da dissertação.

29 Para fortalecer a coleta e a análise de dados relativos aos assassinatos cometidos contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil, construindo novas metodologias e procedimentos de pesquisa, foi criado, em 2020, o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. A entidade, autodefinida como uma organização sem fins lucrativos da sociedade civil, é uma parceria entre os grupos Acontece — Arte e Política LGBTI+, Antra e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT). Alimentado periodicamente com estudos e indicadores oriundos, principalmente, de fontes não-governamentais, como outros coletivos homossexuais, e de órgãos institucionais, como as secretarias estaduais de Segurança Pública, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, o Observatório deve se tornar uma das referências para consultas sobre números e indicadores da violência no país, conforme apontam as entidades fundadoras. Na hemeroteca digital do Observatório também já é possível visualizar os dados armazenados no CEDOC/LGBTI+ Prof. Dr. Luiz Mott, representando um volume expressivo de informações e dados para verificação. Para acessar o Observatório, consulte a seção de "Referências", ao final desta dissertação.

criticado pelos movimentos sociais, que enfrentam barreiras estruturais e institucionais para promover levantamentos estatísticos capazes de sustentar decisões políticas e administrativas eficazes e incontestes. Para o pesquisador, a atuação de entidades como a Antra e o GGB na coleta de dados a respeito dos assassinatos de pessoas LGBTQIA+, revela que os números da violência não são neutros e não estão desconectados das tensões que perpassam o tecido social e a totalidade da cultura hegemônica.

Lidos sob esta perspectiva, comenta Galbieri (2023, p. 188), os indicadores "transformam e convertem as qualidades, como as identidades sexuais e de gênero, em quantidades que possibilitam a criação de novos nomes, sujeitos e agregados. Dessa forma, pode tornar certas identidades mais reais do que outras pela sua existência numérica". Neste processo, as assimetrias que caracterizam o debate público em torno da efetivação do que prevê a Constituição Federal de 1988, como salientam Santos e Silva (2021, p. 1221), se mostram perceptíveis ao exporem a "insuficiência da correta aplicação desse dispositivo [referindo-se à Constituição] quanto a promover ao menos a sensação de igualdade entre os brasileiros [...] quando o assunto é identidade de gênero e orientação sexual".

Não fossem estes métodos outros de captura de informações sobre a realidade cotidiana enfrentada pelas pessoas LGBTQIA+ em território nacional, possivelmente a notícia de que, entre 2018 e 2019, o governo federal, então sob o comando de Jair Bolsonaro, um político reacionário de extrema-direita (Rodrigues Gomes, 2019; Nobre, 2022; Medeiros, 2019), censurou a divulgação de dados relativos ao lastro histórico da violência perpetuada sobre estes corpos não teria vindo à tona. Perfazendo o período da Ditadura Militar, instalada em 1964, até o ano de 2018, o relatório, solicitado à Advocacia-Geral da União (AGU) pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, apontava que aproximadamente nove mil pessoas sexo/gênero dissidentes teriam sido mortas no Brasil, em mais de cinco décadas, em razão da discriminação e do ódio LGBTfóbico (Mendes *et al.*, 2020; Sobrinho, 2019).

Similarmente, o manuseio de instrumentos metodológicos distintos contribui para mapear estados e regiões em que há maior vulnerabilidade para estas populações. Mesmo que de forma extragovernamental e concentradas em iniciativas particulares, pesquisas de opinião e análises de territorialidade revelam, por exemplo, que em São Paulo, a maior cidade da América Latina, o número de denúncias e notificações de violências contra LGBTQIA+ cresceu 970% entre 2015 e 2023 (Instituto Pólis, 2024).

Os registros, obtidos a partir de protocolos dos órgãos locais em saúde, mostram não apenas que as cidades brasileiras, de forma geral, se mantêm como espaços não seguros para estes sujeitos, mas também que mesmo com a criminalização da LGBTfobia pelo Supremo

Tribunal Federal (STF), em 2019, os governos municipais, estaduais e federal continuam falhando na gestão dos dados que, no limite, poderiam constituir iniciativas globais de defesa da vida desta comunidade.

Além disso, ao buscar os números na esfera da saúde, o Instituto Pólis (2024) identifica as mesmas subnotificações que, reiteradamente, são denunciadas pelos movimentos sociais e pelas entidades e instituições que atuam com estas populações (Antra, 2024; CEDOC LGBTI+/Grupo Dignidade, 2024; Mendes *et al.*, 2020). Para o Instituto, os dois principais bancos de dados que identificam estas violências suscitam duas formas diferentes de olhar para o mesmo problema sócio-histórico que é a LGBTfobia — ainda que a "subnotificação de dados sobre as vítimas [seja] um problema para analisar a LGBTfobia" (Instituto Pólis, 2024, p. 32).

> Os dados da Saúde registram as violências mais graves que geraram demanda de atendimento no sistema de Saúde: violências físicas, sexuais, psicológicas, etc. Já os dados da Segurança Pública demonstram as ocorrências que foram denunciadas via boletim de ocorrência à Polícia Civil do Estado de SP, sejam elas provocadas por agressões verbais, simbólicas ou físicas. Nem toda violência LGBTfóbica chega ao sistema de Saúde e nem toda ocorrência LGBTfóbica é registrada nos meios de denúncia da Segurança Pública. Seguindo o mesmo raciocínio, nem toda violência que é atendida por um serviço de saúde é, devidamente, notificada a autoridades policiais para que se faça o registro da ocorrência. Entre 2015 e 2022, a Segurança Pública registrou 525 casos de lesão corporal e violência doméstica em ocorrências classificadas por "homofobia/ transfobia". No entanto, a Saúde atendeu um total de 1.147 vítimas de violências físicas no mesmo período. Outros exemplos: no mesmo período, foram denunciados à Polícia Civil apenas 3 casos de violência psicológica e 6 estupros, mas a Saúde atendeu 733 vítimas de violência psicológica e 269 de violência sexual (Instituto Pólis, 2024, p. 11).

Ao examinarem as notificações que resultaram em boletins de ocorrência nas delegacias no município de São Paulo, os pesquisadores do Instituto Pólis se depararam com uma expansão ainda mais significativa: de 2015 a 2022, ocorreu uma elevação de 1.142% nos casos registrados, totalizando, no período, mais de 3,8 mil ocorrências (Instituto Pólis, 2024). Apesar de restrito a esfera municipal, o estudo coordenado por esta organização estimula o debate acerca da urgência de o Executivo Federal se dispor a construir mecanismos que atuem, sobretudo, em duas frentes de atuação: 1) fundamentar uma base sólida e unificada de dados, inclusive com o recenseamento demográfico e populacional vinculado aos aspectos de orientação sexual e identidade de gênero[30]; e 2) enfrentar o preconceito e a discriminação por

[30] Nesta pesquisa, os aspectos vinculados as questões de orientação sexual e identidade de gênero são articulados dentro de uma interpretação na qual tais elementos se tornam categorias políticas para compreender a posição dos sujeitos no tecido social. Não estão em discussão, neste estudo, a dimensão psicológica que circunda a temática. Opta-se por este direcionamento tendo em vista a centralidade assumida pelos fatores políticos inerentes à investigação. Desta maneira, a orientação sexual define-se como a dimensão a quem o indivíduo orienta o seu desejo e afeto, sustentando suas relações afetivo-sexuais com outros indivíduos do mesmo sexo e gênero e/ou de sexo e gênero diferentes; enquanto a identidade de gênero é recepcionada na interpretação pela qual o sujeito é

orientação sexual e identidade de gênero, entendendo a complexidade da pauta e a sua intersecção com os marcadores sociais de raça e classe.

O documento elaborado pelo Instituto Pólis (2024) demonstra como a sociedade civil está implicada nesta questão, seja como autor ou como vítima da proliferação de discursos de ódio. No entendimento de Santos e Silva (2021), em maior ou menor grau essas posições vão resultar na concretização da violência física e no elevado volume de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos assassinados, anualmente, no país. Para estes pesquisadores, portanto, tais crimes não podem ser dissociados de uma compreensão estrutural da sociedade brasileira, pois, afirmam eles (p. 1228), a LGBTfobia é revestida de um "conjunto de preconceitos e equívocos presentes socioculturalmente que estão relacionados a tudo o que envolve a diversidade sexual e de gênero, especialmente aquilo que é diferente/dissonante do padrão cis-heteronormativo".

Na esteira desse debate, o Estado é provocado a se manifestar de forma ativa e resolutiva. Acionando estes interruptores dissidentes (Vidarte, 2019) que proporcionam maneiras distintas e plurais de dar visibilidade a segregação sistemática imposta aos homossexuais e transgêneros, os movimentos e coletivos inserem na agenda pública brasileira a corporalidade, a orientação sexual e a identidade de gênero como dispositivos de reconhecimento à pluridiversidade nacional. Com o tensionamento e a aparente abertura ao diálogo, o então reformulado Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) recriou, em 2023, no primeiro ano de governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, potencializando a discussão pública acerca das violações sofridas por estas pessoas no país.

Se os números, como destacado por Galbieri (2023), são também dispositivos estratégicos para a disputa política e social por sinalizarem a possibilidade de propor políticas públicas capazes de reduzir o distanciamento entre o preceito constitucional protetivo e a sua execução prática, há que se observar como a Secretaria e o MDHC estão agindo. Depois do silenciamento, dos interditos e da censura institucional à diversidade sexual e de gênero, que Rodrigues Gomes (2019, p. 147) caracterizou como o exercício de um poder machocrático, sustentado em um "regime político em que seres humanos do gênero masculino dominam a cena política e transformam o machismo, a misoginia, a LGBTfobia e o repúdio às diferenças numa pauta política", entram em cena mecanismos que, embora tímidos, mapeiam violências e crimes de natureza LGBTfóbica.

---

identificado e se reconhece com o gênero ao qual foi designado, podendo ser a cisgeneridade (quando o gênero designado é o mesmo com o qual se identifica) ou a transexualidade (quando não há esta identificação).

Um exemplo disso são os relatórios parciais divulgados, semestralmente, pelo governo com os dados oriundos de denúncias feitas em todo o Brasil através do Disque 100, um canal específico para o recebimento de comunicações de crimes no território nacional. Em 2023, conforme o Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, foram contabilizadas mais de seis mil notificações de violências e violações praticadas contra homossexuais. Apenas entre os meses de janeiro a maio daquele ano, foram recebidas 2.536 denúncias, representando um salto de mais de 300% em relação ao mesmo período de 2022, quando a plataforma foi acionada 565 vezes. Em 2024, entre janeiro a dezembro, o Disque 100 recebeu mais de oito mil denúncias, perfazendo um total superior a 48 mil violações de direitos humanos infligidas a este estrato da sociedade brasileira.

Pelo Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos é possível visualizar uma parte da extensão da violência diagnosticada pelos movimentos sociais e pelas organizações que atuam junto à comunidade LGBTQIA+. De acordo com o MDHC, cada denúncia feita ao Disque 100 pode conter relatos de uma ou várias violações cometidas contra o mesmo indivíduo, na mesma situação vivida ou em mais de um episódio. A Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ destaca também que os indicadores revelam, em sua maioria, agressões físicas e/ou simbólicas, sistemáticas e reiteradas, exercidas em relações de poder físico, patrimonial, religioso e psicológico (MDHC, 2023), dificultando ou impedindo a vítima de exercer o seu direito à livre manifestação de orientação sexual e identidade de gênero.

A produção destas estatísticas e a sistematização dos números se desdobram em gráficos, mapas de calor, nuvens de palavras, relatórios e documentos, governamentais ou não, que ilustram, parafraseando artigo de Santos e Silva (2021), quem a LGBTfobia matou hoje. Na investigação proposta pelos autores, os dados obtidos junto aos movimentos sociais e órgãos institucionais dão contorno a realidade diária experimentada pelos sujeitos LGBTQIA+ no Brasil, o país que, há pelo menos uma década, ostenta uma posição de destaque em um ranqueamento perverso em relação aos locais mais violentos para se existir enquanto pessoa sexo-dissidente. Nesse contexto, ponderam eles, os levantamentos são essenciais não apenas porque materializam os crimes, mas porque deveriam fazer com que o Estado brasileiro "possa, em algum momento, se envergonhar do extermínio [...] perpetrado tanto pelo discurso (religioso, médico, jurídico) quanto pelas mãos de homens e mulheres homicidas" (p. 1238).

O que os números não revelam, pelo menos não de forma explícita, são as engrenagens que historicamente constituem a produção da subalternidade, do silêncio, do apagamento e da submissão em torno dos corpos e sexualidades não normativas. A exemplo do que se

demonstrou no capítulo anterior e como destaca Peixoto (2018), a prática da discriminação em função da identidade de gênero e da orientação sexual se capilariza no tecido social brasileiro há séculos, formando classificações hierárquicas embasadas em uma moralidade repressora, diretamente associada a um padrão de reprodução do poder que atravessa a fundação do estado moderno/colonial e categoriza os indivíduos a partir de dicotomias e binaridades.

Não obstante, essa forma de organizar o mundo proposto pela Modernidade/Colonialidade se assenta em maneiras diversas de tornar os sujeitos colonizados, alvos prioritários de todo tipo de exploração e brutalidade. Justo por esse aspecto, Peixoto (2018) antecipa o argumento reforçado por Santos e Silva (2021) acerca da estruturalidade institucional na qual está apoiada a LGBTfobia, descartando, em face disso, que o preconceito e a discriminação sejam atitudes isoladas entre os atores sociais. Pontua a pesquisadora que

> a violência contra LGBTs no Brasil é histórica e corrobora com os padrões de comportamentos que fundaram os padrões sociais e morais brasileiros, portanto, ela não pode ser entendida como um fenômeno com um significado interpessoal, particular e exclusiva entre pessoas. Ela não começa nem termina num ato violento de um sujeito isolado (o/a violador/a) contra um outro indivíduo LGBT, mas fundamentalmente é uma ação repleta de símbolos, inferências e linguagens que correspondem às estruturas das relações sociais de poder e opressão sexual e de gênero. Portanto, essa violência é construída por paradigmas da opressão de gênero, por repressões sexuais, por padronizações de comportamentos e, sobretudo, por uma bagagem histórica, cultural e social dos componentes relacionais que substancializam a ordem patriarcal (Peixoto, 2018, p. 8).

Um dos eixos que sustenta esse fenômeno citado por Peixoto (2018), sobretudo no campo da sexualidade e das questões de gênero, é a manipulação da religiosidade como discurso ordenador de condutas permitidas e estimuladas, quando estas se inserem na gramática da moralidade cristã; ou a sua configuração como crime e pecado, caso sejam associadas a um ideário que reidentifica os corpos com as alegorias da Modernidade/Colonialidade, conforme explicitado anteriormente por meio de autores como Castro-Gómez (2005), Lander (2005), Lugones (2014; 2020), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009).

Em que pese esta dimensão ter sido explorada no capítulo dois, quando se mobilizou esse elemento como um dos mais significativos para conformar o engendramento das relações sociais e a captura da subjetividade dos povos originários, facilitando não apenas a colonização territorial, mas, sobretudo, a dos corpos e identidades ameríndias (Núñez, 2022, 2023; Vainfas, 2022), fazer alusão a ela ao se discutir o que os números e as estatísticas acerca da violência contra pessoas LGBTQIA+ não pontuam é interessante sobre um aspecto central: seja na catequização e conversão indígena a uma religião monoteísta, reguladora, que determina formas de pertencimento e de condenação, ocorrida a partir de 1500; seja na contemporaneidade, com

discursos proibicionistas, a igreja se mantém como um dispositivo regulador das possibilidades plurais de existência dos sujeitos.

Entre os exemplos que poderiam ilustrar esta questão, o emprego recente de influenciadores digitais como disseminadores de uma aventada possibilidade de curar orientações sexuais não heterossexuais e identidades de gênero não cisgêneras[31], se torna uma ação tributária dessas iniciativas seculares da religião, instrumentalizada como artífice da manutenção das relações de poder e dominação gestadas no sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2008). A adoção da medida recebeu notoriedade após a imprensa nacional relatar como discursos de pessoas que, supostamente, tiveram suas orientações sexuais dissidentes revertidas pela atuação de pastores estão sendo difundidos pelas redes sociais e ganhando notoriedade na internet.

Alegando intervenção divina, chamado de deus e limpeza espiritual, os influenciadores contam como tiveram suas vidas transformadas pela homossexualidade e como a religião cristã os teria resgatado dos vícios e atribulações mundanas provocadas pelo desejo (Folha de S. Paulo, 2024). Em um dos depoimentos utilizados pela reportagem, a influenciadora, uma mulher de 29 anos, moradora do estado do Rio de Janeiro, destaca como, segundo ela, abdicou da lesbiandade e pode ajudar outras pessoas a seguirem os mesmos passos. “Sua caminhada para se livrar do lesbianismo[32] foi transformada em livro, depois em um workshop [....] voltado principalmente a jovens pentecostais — aqueles que reconhecem ser pecadores e veem a possibilidade de vencer o desejo por meio da fé” (Folha de S. Paulo, 2024), situa a publicação.

Em um cenário de intensa polarização sociopolítica, com a calcificação das opiniões conservadoras e o crescimento do poderio religioso no tecido social (Nunes e Trauman, 2023), as manifestações digitais destes influenciadores reacendem a tensão acerca da condenação moral do gênero e da sexualidade. Isso retoma os debates iniciados no capítulo anterior e sobre os quais esta pesquisa se detém. A sodomia que resultou no assassinato torpe de Tibira do Maranhão, levou à prisão Luiz Delgado e apagou da historiografia Xica Manicongo, tornou

[31] As chamadas terapias de reversão sexual — popularmente conhecidas como ‘cura gay’ — foram vedadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), órgão que exerce a função regulatória e estabelece diretrizes da conduta profissional da psicologia no Brasil, através da Resolução 01/99, de 1999. Apesar disso, o debate em torno do assunto nunca esteve pacificado no país. Recentemente, inclusive, um grupo de psicólogos acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) reivindicando a derrubada da Resolução. No entanto, após o CFP apresentar extensa documentação e pesquisas científicas embasando a decisão, a Corte decidiu pelo arquivamento da ação judicial, mantendo a proibição destes tratamentos em todo o território nacional. Uma discussão mais ampla sobre as implicações jurídicas e a ofensiva aos direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ submetidas, ilegalmente, a estes procedimentos pode ser encontrada em Vieira (2019).

[32] Manteve-se a redação original da reportagem, mas adverte-se que desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou o sufixo -ismo da palavra homossexualidade, nos anos 1990, não se utilizam mais termos como ‘lesbianismo’ e ‘bissexualismo’.

aqueles e aquelas marcados com o sinal da inversão e da dissidência sexual menos humanos do que os sujeitos heterossexuais e cisgêneros, como pontuou Lugones (2014) ao defender que a colonialidade e a reprodução de um ideário colonial reidentificam de forma indelével os indivíduos colonizados, garantindo-lhes não a possibilidade de existência plena, mas sim o aprisionamento em mais um sistema dicotômico e generificado.

3.1 O SISTEMA SEXO-GÊNERO E A COLONIALIDADE: DICOTOMIAS E BINARISMOS ORGANIZANDO O SISTEMA-MUNDO MODERNO/COLONIAL SOB A REGULAÇÃO DA SEXUALIDADE

Como citado, a letalidade da violência que perpassa o cotidiano dos sujeitos sexo-dissidentes foi destacada como um dos elementos sensíveis para se compreender de que forma a constituição de hierarquias e classificações sociais, introduzidas a partir do ideário do colonialismo e da colonialidade, produz tanto as distinções que categorizam os indivíduos quanto o ordenamento sócio-histórico que, no limite, impõe severas restrições a um conjunto de populações que não se encontram contempladas nas alegorias da Modernidade/Colonialidade (Mignolo, 2020; Quijano, 2005; 2009).

Matizada pela diferença colonial, como propõe Mignolo (2020), a violência contra os sujeitos colonizados é um dos atributos que, para Grosfoguel (2008; 2020), mantém e propicia a reprodução de um sistema-mundo (Wallerstein, 2001) que se ancora em um projeto sexista, eurocêntrico, racista, cristão, binário e dicotômico, impondo às populações mundiais uma reiteração ininterrupta da colonialidade do poder, nos moldes estabelecidos por Quijano (2005). Desta forma, as cerca de seis mil LGBTQIA+ assassinadas no Brasil entre os anos de 2000 a 2023, conforme dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+, seriam enquadradas como um efeito colateral nesse tensionamento entre a norma e a dissidência, o padrão e a anomalia.

A anomalia, compreendida aqui como o lado avesso deste padrão europeu instituído pelo colonizador, é um atributo que se depreende das definições apresentadas por Lugones (2014), para quem a colonização, seguida do colonialismo e da colonialidade, interdita a pluralidade e as concepções de mundo dos povos originários, substituindo-as por preceitos galvanizados no interior dessa Modernidade europeia. Neste sentido, a oposição entre o humano e o não humano, defende Lugones (2014), se estabelece como a dicotomia central desse processo histórico e social, derivando dele as demais formas de exercício do poder e das relações assimétricas que deslocam para as margens do sistema-mundo moderno/colonial

(Grosfoguel, 2008), os corpos e as identidades não normativas, não modernas e não inseridas no, ainda que mitológico (Quijano, 2009), escopo universal da europa moderna.

Essa soma de nãos (não normativo, não moderno, não inserido) se interseccionam sob os sujeitos oprimidos pela colonialidade (Vigoya, 2023). Sob esta perspectiva, a raça e a identidade racial atribuída aos colonizados é elevada a uma primeira grande distinção, a exemplo do que suscita Quijano (2005; 2009). A estrutura do poder no sistema-mundo capitalista está, portanto, intrinsecamente associada ao racismo e as suas formas de dominação e controle, como a divisão do trabalho, o comércio escravagista e a exploração dos recursos econômicos, naturais e subjetivos que asseguram, de um lado, o enriquecimento da europa e, de outro, o empobrecimento dos povos ameríndios (Grosfoguel, 2020; Lander, 2005; Martins, 2015).

Todavia, o fato de ser a primeira distinção fundante de um sistema de coerções constituído na América Latina (Vigoya, 2023), não faz da raça/identidade racial/racismo, o único marcador social empregado como estratégia de subordinação. Outros mecanismos serão acionados para fortalecer a hegemonia de um sistema moderno/colonial estabelecido por e na diferença/violência, resultando em uma "imbricação de opressões que se afetam mutuamente[33]" (Vigoya, 2023, p. 21). Para a pesquisadora, essa imbricação se desdobra em camadas de vulnerabilidades que se agrupam sobre aqueles e aquelas que a sociedade moderna, pensada pelos europeus e gestada no interior dos processos que se pressupunham civilizatórios (Núñez, 2022; Nêgo Bispo [Santos], 2023; Krenak, 2019), não alcançou.

Vigoya (2023) aponta, então, a inseparabilidade histórica da dominação estabelecida a partir do controle da raça, da sexualidade e do gênero como o fator preponderante para se investigar de que maneira e sobre quais inflexões as populações colonizadas são perpetuadas no domínio dos imperativos da colonialidade. A autora sublinha a tese de Lugones (2014; 2020) quanto a necessidade de se olhar também para o gênero como uma estrutura dessa colonialidade e não somente como um reflexo dela, uma vez que a matriz de dominação é patriarcal, envolta na supremacia do masculino e do homem moderno, branco, burguês, capitalista, letrado e civilizado (Castro-Gómez, 2005; Grosfoguel, 2008).

Se é verdade, como argumenta Mignolo (2005), que a colonialidade é a outra face da modernidade, também é possível asseverar que o gênero e a sexualidade pertencem a essa mesma categoria estruturante e estrutural da Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005). De acordo com Gomes (2018), é factível de se afirmar, inclusive, que o gênero é produzido

[33] Tradução do autor. No original: "imbricación de opresiones que se afectan mutuamente" (Vigoya, 2023, p. 21).

histórica e socialmente com a raça e não como uma condição secundária desse processo. Para a pesquisadora, essas duas categorias (gênero e raça) necessitam ser articuladas para se tornarem categorias de análise interseccional, pois, acredita ela, o gênero é "capaz de desestabilizar o que é *ser homem* [grifo da autora] ou *ser mulher* [grifo da autora] quando percebido não como uma categoria primária, secundarizando a raça, mas como categoria junto a ela produzida" (Gomes, 2018, p. 69).

Logo, conforme Gomes (2018), a construção das normas de gênero são atravessadas e atravessam o tecido social, se interconectando para operar, segundo entendimento de Missiatto (2021), na gestão das hierarquias binárias e dicotômicas que se instalam nos povos colonizados, a partir da colonialidade. Nesse sentido, o autor afirma que a interseccionalidade dessa categoria com os demais marcadores de classificação atribuídos às pessoas cujas identidades são re-identificadas pela Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005), é o instrumento que faz "fluir as muitas camadas das experiências de pessoas assinaladas como desviantes da norma" (Missiatto, 2021, p. 42).

Reflete ainda o pesquisador:

> [...] o fato é que se a norma de gênero operasse isoladamente, sua mobilidade seria drasticamente reduzida, chegaríamos a um momento em que a norma teria de resolver seu próprio dilema de acepção de pessoas. Quando ela se intersecciona com outros marcadores de desigualdades torna ilimitada suas formas de ação, além de deixar ainda mais complexa a sua rede de exclusão. Observe que embora atualmente nos seja absolutamente claro que raça, classe e gênero operem em conjunto para a marginalização das identidades inferiorizadas, constatações desse nível só vieram a acontecer há pouco mais de cinco décadas[34]. A interseccionalidade se manteve quase que totalmente oculta em nossa história, sem que se discutisse como o adensamento de gênero com a raça tornava a vida de mulheres negras e LGBTQI+ negros altamente desafiadores. A persistente indiferença com que a interseccionalidade é tratada, ou ao menos foi durante muito tempo, decorre do pensamento categorial com o qual a europa estava habituada (Missiatto, 2021, p. 42).

A complexificação das redes de opressão, que, para Missiatto (2021), é desnudada pela interseccionalidade, reafirma a teoria de Lugones (2014; 2020) quanto a importância de se compreender como a colonialidade recorre ao gênero como eixo aglutinador de subordinação,

34 O autor faz referência ao fato de que a interseccionalidade, sob esta nomenclatura, enquanto método interpretativo e ferramenta de análise de fenômenos sociais, somente passou a ser utilizada com amplitude no universo acadêmico a partir de 1989, quando a advogada Kimberlé Crenshaw, nos Estados Unidos, produz uma reflexão sobre as opressões que se interconectavam e se sobrepunham umas às outras, aprofundando as desigualdades e as violências sofridas pelas mulheres, em especial as mulheres negras, utilizando o termo 'intersecção' para explicá-las. Diferentes pesquisadoras, apesar de reconhecerem a importância de Crenshaw para a popularização do termo (Vigoya, 2023), destacam que a expressão já vinha sendo utilizada pelo movimento de mulheres negras não só nos Estados Unidos, mas sobretudo em países do Sul Global, como a brasileira Lélia Gonzalez, citada por diferentes feministas como uma das principais teóricas acerca do tema. Atualmente, no Brasil, as interpretações interseccionais têm sido bastante utilizadas como parte fundamental da crítica social, tendo como elementos centrais aqueles apresentados por Akotirene (2023).

e não como um mero deslocamento das relações de poder. Nessa disputa, Hija de Perra (2015) posiciona a crítica ao fundamentalismo moral que organiza as sexualidades latino-americanas e se centraliza em uma dominação binária que separa e isola o sexo do gênero, descartando os corpos e as identidades não-normativas. Isso reproduz, ainda na contemporaneidade, os "parâmetros herdados por estes violentos conquistadores através de uma valoração social, moralista e religiosa, que mudou para o bem e para o mal, ordenando essas estúpidas formas de pensamento em nossa vulnerável e adormecida sócio cultura latino-americana" (Hija de Perra, 2015, p. 2).

A pensadora travesti chilena salienta que as concepções e ordenamentos eurocêntricos acerca da dimensão corpo-sexo-gênero-desejo ignoram a existência de formas plurais e diversas de se experimentar a sexualidade enquanto elemento ativo da constituição subjetiva dos indivíduos. Questionando a incorporação de um léxico para explicar e/ou conceituar as práticas e manifestações relacionadas a este aspecto dos sujeitos colonizados, Hija de Perra (2015) ironiza como o próprio conhecimento associado ao tema despreza e descaracteriza as formações anteriores aos processos de colonização.

> Existimos desde que nos descobriram? Parece ser que nossa voz só se valoriza quando o dominante nos encontra, nos faz existir. Como se a história anterior à colonização não existisse e tudo partisse do descobrimento da América para estes indivíduos que não sabiam nem sequer onde estavam e que nós existíamos havia muitos anos livres das suas misérias imundas. De onde falamos hoje em dia? De uma terra com história ou de um novo terreno descoberto por outros? Hoje falo situada geograficamente no Sul, mas muitas vezes parece que me valido falando a partir do Norte, como seguindo um pensamento que nos guia a matriz do dominador. Refiro-me com isto a como os novos saberes de Gênero se acumulam de repente em nossos limites territoriais e nos enquadram com novas etiquetas para fomentar e entender o exercício da existência e suas diferenças sexuais. Assim, hoje em dia os do Norte nos indicam uma nova leitura para compreender o que já existia em nossas terras... Sim! A cultura da viadagem sempre existiu dentro de nossos limites, mas não se havia enfocado sob um olhar que unisse esses fatos como matéria de luta ao modo de uma tropa ou um movimento no sentido do percurso histórico das novas identidades sexuais e suas manifestações socioculturais implícitas (Hija de Perra, 2015, p. 2).

O que Hija de Perra (2015) evidencia é que a ancestralidade, as conexões entre corpo-sexo-desejo, os hábitos, costumes e comportamentos dos povos ameríndios foram totalmente modificados a partir dos processos de colonização e, posteriormente, com a constituição de um ordenamento moral imposto pela europa às regiões colonizadas. O colonialismo, enquanto ferramenta de coerção, não se extingue com as independências políticas e econômicas conquistadas por estes países. Até porque, como afirma Oyhantcabal (2021), houve outros mecanismos e técnicas de controle e dominação adotados para que o colonizador não perdesse o domínio e o poder sobre tais populações. A pesquisadora uruguaia inclui, neste escopo de

hegemonia, o controle sobre os corpos, o desejo e os afetos dos subalternos, uma vez que, para ela, o pressuposto da universalidade eurocêntrica é inalcançável aos povos racializados.

Em 2013, Hija de Perra ocupou espaço de fala em uma marcha da diversidade sexual e de gênero realizada em uma pequena cidade portuária chilena. No seu país de origem, Hija tornou-se uma ativista pelo direito ao exercício do corpo e da sexualidade sob a égide do que Oyhantcabal (2021, p. 98) classificou como a "luta pela autodeterminação de nossos corpos"[35], tendo como princípio não mais um pretenso universalismo sustentado pelo sistema mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2008), mas sim a reivindicação pelo reconhecimento da pluridiversidade que permeia as diferentes nações surgidas no entroncamento da expansão da europa com os territórios dos povos originários das Américas.

Traduzido e publicado por Wosniak (2023), o discurso de Hija de Perra (2013) inflama essa leitura unilateral e binária embutida da normatividade delimitada aos sujeitos colonizados — uma norma padrão que, para ela, contém um excesso "de normalidade predominante em nossa sexualidade ocidentalizada ou obscurecida" (traduzido por Wosniak, 2023, p. 105). Esse obscurecimento, argumenta a performista, é reflexo de uma estrutura generificada e subsidiária da interferência da igreja nos comportamentos e na constituição moral, determinando o tolerável e o inadmissível, o correto e o equívoco, o humano e o não humano, como destacou Lugones (2014).

Neste campo minado desenhado por Hija de Perra (2013), as atribuições e as funções do que é ser homem e o que é ser mulher são deterministas, biologizantes e padronizadoras de como e quais identidades sexuais são possíveis de serem aceitas socialmente. Por essa razão, conforme ela,

> ao estabelecer o que é considerado normal e apropriado, inevitavelmente se define o que é considerado divergente e anormal. No contexto em que vivenciamos, os estudos de gênero têm contribuído para o entendimento de que a sexualidade é uma construção histórica e cultural. Esta, por sua vez, é moldada pelos padrões impostos pela sociedade, restringindo o seu livre fluxo natural, que é, evidentemente, mais caótico e espontâneo. Tanto o gênero quanto a sexualidade são elementos de caráter político, inseridos em sistemas de poder que promovem e recompensam certas atividades individuais, enquanto relegam outros indivíduos à exclusão, punição e repressão. Ou seja, aqueles que se distanciam das normas convencionais relacionadas ao sexo e ao gênero — sejam eles gays, lésbicas, transexuais, intersexuais, bissexuais, jovens não casados, trabalhadoras do sexo ou mulheres heterossexuais que buscam viver uma vida social e erótica que não se encaixa nos padrões tradicionais — enfrentam diversos tipos de ameaças em nossa sociedade (Hija de Perra, 2013, traduzido por Wosniak, 2023, p. 105).

[35] Tradução do autor. No original: "a la lucha [...] por la autodeterminación de nuestros cuerpos" (Oyhantcabal 2021, p. 98).

A compulsoriedade com a qual estas hierarquias são instaladas no tecido social, fortalecem o entendimento que considera o gênero, assim como a raça, uma categoria de análise indispensável para se interpretar o objeto de investigação desta pesquisa (Gomes, 2018; Lugones, 2014, 2020; McClintock, 2010; Segato, 2003; Vigoya, 2023). Isso porque, conforme destacado anteriormente por Lugones (2014), a categorização rígida do sexo em duas formas distintas (masculino e feminino) é determinante para as relações de poder e opressão derivadas da ocupação e colonização. Nesta concepção, o masculino ascende à classificação de humano, portanto, detentor de direitos e da autoridade sobre os sujeitos que não se inserem nessa dimensão, como as mulheres, os negros e as pessoas LGBTQIA+.

Nesse contexto, são estas dicotomias que vão sustentar e legitimar o que Hija de Perra (2013) denunciou como o enraizamento da norma heterossexual nas sociedades colonizadas pelo projeto patriarcal europeu. Seguindo a linha de Lugones (2014), pode-se constatar que essa matriz sexual se assenta também na construção da diferença entre os indivíduos, tendo em vista as tarefas e os papeis exercidos por cada sexo. Isso constitui uma noção em que o sexo biológico era inseparável do gênero. Ou seja, para a feminista argentina, na esteira dos processos de dominação colonial, o sexo constituía o gênero e vice-versa.

No entanto, a sistematização dessa lógica sedimentou um binarismo perverso e assimétrico para a produção das identidades destes sujeitos. Conforme aponta Lugones (2014), no limite, essa maneira de interpretar o sexo e o gênero serviu para consolidar a classificação humano / não humano, uma vez que se baseava em um ordenamento que isolava essas dimensões (sexo e gênero) como estratégia para manter a hierarquia instituída pela racialização dos colonizados. De acordo com ela, "[...] gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo vinculados inseparavelmente e racializados. O dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana" (p. 937).

O dimorfismo sexual referenciado por Lugones (2014), ainda que tenha sido objeto de discussão e problematização pelos estudos contemporâneos de gênero e pelas epistemes feministas (Bento B., 2017; Haraway, 1995), é pertinente a este objeto de investigação, porque aponta a delimitação de um conceito que, ao longo dos capítulos, vem sendo vinculado às relações de poder, partindo das concepções sócio estruturais e das epistemes do Sul que tensionam o seu caráter histórico, político e cultural. O gênero, assim como o sexo, o desejo e a sexualidade, não é um fenômeno a-histórico, natural e dado organicamente — ainda que os discursos da colonialidade assim o erigiram.

Diante disso, Lugones (2014, p. 939), sugere que "[...] pensar sobre a colonialidade do gênero permite-nos pensar em seres históricos compreendidos como oprimidos apenas de forma

unilateral", pois as idiossincrasias contidas na operacionalidade do gênero no interior de uma estrutura colonial provoca a bestialização, justamente, destes sujeitos que não se enquadram no padrão heteronormativo, cisgênero e masculino do sistema-mundo moderno/colonial, conforme alegam também Hija de Perra (2013; 2015), Grosfoguel (2008; 2020) e Missiatto (2021).

Na unilateralidade forjada pela colonialidade, a própria concepção de gênero se torna um *lócus* sob o qual se revelam múltiplas perspectivas e problemáticas. Para Butler (2024), essa discordância é a chave interpretativa mais comum neste campo. "A miríade de debates em curso a respeito da palavra mostra que nenhuma abordagem para definir ou compreender o gênero é dominante" (Butler, 2024, p. 9), provoca ela, acrescentando ser na complexidade do assunto que residem as possibilidades de descortinar uma compreensão atrelada aos fatores políticos, econômicos, culturais e históricos, sobretudo aqueles sustentados por dominações e assimetrias coloniais.

O gênero, por conseguinte, não é facilmente definível; tampouco cabe em uma forma uníssona e unânime para ser compreendido. A multiplicidade de acepções e os embates entre os feminismos, as ciências sociais e as humanidades, amplamente, tornam-no uma categoria que reflete as relações de poder e as dinâmicas de regulação e opressão que a ele se vinculam ou que dele se desdobram, como apontam Connell e Pearse (2015). Segundo as pesquisadoras, a produção discursiva em torno do gênero — que Butler (2024) vem denominando de fantasmagórico devido ao seu potencial de provocar reações das mais diversas, em todo o mundo — também se altera de acordo com a posição de quem enuncia: se o conhecimento é constituído ao 'Norte', tem-se uma interpretação; se originado no 'Sul', abarcam-se outros eixos que revelam os movimentos de subordinação inscritos na concepção hegemônica.

Nesta perspectiva, Connell e Pearse (2015) associam-se a Butler (2020; 2024), Federici (2017), Lugones (2014; 2020), McClintock (2010) e a Rubin (2017) para posicionar o gênero na intersecção de outras categorias, como a raça e a classe, vinculando-o a um ordenamento de gestão e controle dos corpos, tradicionalmente exercido pelos homens em detrimento às mulheres — mesmo que essas identidades (homem/mulher) também possam ser questionadas. Por isso, Connell e Pearse (2015, p. 26) destacam que "há diferentes formas de privilégio e desvantagens, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar. [...] Até mesmo a definição de quem pode ser considerado homem ou mulher é passível de contestação".

A percepção cotidiana de que o gênero é algo dado naturalmente e que características atribuídas aos sexos masculino e feminino são produtos único e exclusivo da natureza, complexifica ainda mais as discussões acerca do tema. Desconstruir este ideário, que se reproduz e é reproduzido, ininterruptamente, por meio de diferentes dispositivos e estratégias

discursivas e materiais, exige a superação de valores e crenças arraigadas desde os processos de consolidação deste ordenamento classificatório, no qual se associam elementos de força, coragem, racionalidade, dominação e poder como *naturalmente* masculinos; enquanto a fragilidade, a submissão, a emotividade e a irracionalidade constituem-se como *naturalmente* femininas.

Connell e Pearse (2015) argumentam, em vista disso, que essas idealizações são artificialmente construídas para tensionar as estruturas sociais em direção a um padrão normativo, que estabelece relações sociais de dominação e regulação sobre as pessoas. Sob esta concepção, portanto, "ser um homem ou ser uma mulher, então, não é um estado predeterminado. É um tornar-se; é uma condição ativa em construção" (p. 38). No processo de *tornar-se* este sujeito, que também é provocado por Kilomba (2019) como um aspecto fundamental da constituição do indivíduo forjado em um contexto colonial, as experiências do masculino e do feminino não "podem ser fixadas pela natureza" (Connell e Pearse, 2015, p. 39).

Da mesma forma, pontuam as pesquisadoras, essas normas que dão contorno ao que é ser homem e ao que é ser mulher não podem ser entendidas simplesmente como uma imposição externa. Conforme elas, "as pessoas *constroem a si mesmas* [grifo das autoras] como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero — ou respondemos ao lugar que nos é dado —, na maneira como nos conduzimos na vida cotidiana" (Connell e Pearse, 2015, p. 39). A *construção de si,* proposta pelas autoras, sugere ainda que as fronteiras entre os gêneros no interior desse arcabouço que elas denominam de "ordem de gênero" (p. 39) não são fixas e, tampouco, estáveis.

Há uma pluralidade de maneiras de performar (Butler, 2020) e construir o ser homem e o ser mulher. Os feminismos, inclusive, historicamente, constituíram-se na indagação do que, de fato, é ser uma mulher (Haraway, 1995); o que também permite que se formule um questionamento sobre o que é ser homem, uma vez que, para Lopes Louro (2020), essa figura masculina também é produto de uma construção sócio-histórica, confeccionada artificialmente, mas naturalizada no tecido social a partir de mecanismos essencialmente vinculados ao exercício do poder e da dominação política, econômica e cultural.

Com efeito, a linha argumentativa desta pesquisa se associa a uma compreensão de gênero que não se pretende essencialista, pois, como sugere Haraway (1995), não há nenhuma característica *essencialmente* feminina ou *essencialmente* masculina que possa ser utilizada para definir, por consequência, o gênero como inato ao sujeito social. Também por este motivo, considera-se a significância de se pensar gênero como uma categoria de análise (Bento B., 2017;

Gomes, 2018; Lugones, 2014; 2020), permeada, permeável e permeante pelo contexto e pela historicidade no qual ele se inscreve.

A tríade estimulada (permeada/permeável/permeante) supõem atributos que se conectam e se interseccionam tanto à colonialidade do gênero, nos termos de Lugones (2014; 2020), quanto à colonização das sexualidades, como sugere Fernandes (2017). Esses aspectos são essenciais para a investigação deste estudo, ao residir nessas formulações a subordinação colonial sobre os corpos sexuados (Andrade e Santos, 2020) dos povos ameríndios e, posteriormente, na re-identificação dos sujeitos que se tornam homens e mulheres no cerne da colonialidade (Quijano, 2005).

Neste entendimento, o gênero assume dimensões socioestruturais distintas, cujas fronteiras (Lopes Louro, 2020) se dilatam com os movimentos culturais, econômicos, políticos e sociais. Na esteira do que apresentam Connell e Pearse (2015), se pode afirmar, a partir disso, que "arranjos sociais (p. 48)" não "expressam diferenças biológicas" (p. 48), como se convencionou e se vinculou, historicamente, o sexo ao gênero. "Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais" (p. 47).

> De maneira informal, gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências desse "lidar" para nossas vidas pessoais e nosso destino coletivo. [...] Essa definição produz importantes consequências. Entre elas: o gênero, como outras estruturas sociais, é multidimensional. Não diz respeito apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. Padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes em contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los, mas ainda é possível pensar (e agir) entre culturas em relação ao gênero. O poder das estruturas na formação da ação individual faz com que o gênero quase sempre pareça não se transformar. No entanto, os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas se desenvolvem tendendo a crises. Por fim, o gênero teve um começo e pode ter um fim (Connell e Pearse, 2015, p. 49).

Ao situar estes arranjos estruturais como instrumentos pelos quais o gênero se organiza e também é organizado, Connell e Pearse (2015) fundamentam uma reflexão que, embora anterior a essa concepção, contribui para que se entenda como esse processo constitui aquilo que Rubin (2017) e, posteriormente, Butler (2020) configuram como um sistema do sexo-gênero, sinalizando para a conformação de um modelo organizacional no qual o binarismo e a dicotomia com a qual se produziam os discursos acerca do sexo e do gênero (homem/mulher — masculino/feminino) são as características centrais desse construto.

Ainda que tenham divergências quanto à fundamentação deste sistema, ambas as pesquisadoras do campo dos Estudos de Gênero e dos feminismos apontam razões pelas quais a elaboração deste recurso interpretativo contribui para uma amplitude investigativa sobre as relações de opressão que perpassam a conformação do gênero no tecido social, além de destacarem como a heterossexualidade e a cisgeneridade se tornam, assim como Hija de Perra (2013; 2015) havia diagnosticado, uma matriz compulsória "obsessivamente imposta pelos colonizadores ao longo do processo histórico de colonização" (Hija de Perra, 2013, traduzido por Wosniak, 2023, p. 106).

Para Rubin (2017), que sugere a criação deste conceito em 1975, ao publicar o clássico 'Tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo'[36], a vida social das mulheres e de outros grupos que ela define como compostos por "minorias sexuais" (p. 11) é transpassada por opressões sistêmicas que categorizam esses sujeitos a partir de um repertório de classificações e hierarquizações. Dessa forma, argumenta a pesquisadora, "uma mulher é uma mulher. Ela só se transforma em mulher do lar, em esposa, em escrava, em coelhinha da Playboy, em prostituta, em um ditafone humano, dentro de determinadas relações" (p. 10).

Ou seja, conforme Rubin (2017), não são os aspectos biológicos que determinam a posição social do sujeito, mas essas dinâmicas que, no seu entendimento, "[...] na falta de um termo mais elegante (p. 11)", originam um "sistema de sexo/gênero" (p. 11), por ela assim classificado: "[...] um sistema de sexo/gênero consiste em uma série de arranjos por meio dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (p. 11). A satisfação dessas necessidades sexuais, reforça Rubin (2017), é uma das razões pelas quais o sexo também é "algo culturalmente definido e adquirido" (p. 17).

Neste aspecto, Rubin (2017) anuncia o que Hija de Perra (2013; 2015) usará como combustível para inflamar as concepções e determinações de sexo e gênero impostas e instaladas pela colonialidade nas sociedades colonizadas. Para Rubin (2017, p. 31), "a organização social do sexo é baseada no gênero, na heterossexualidade compulsória e na imposição de restrições à sexualidade feminina", sendo a opressão e a subalternização das mulheres e das minorias sexuais tributárias desse sistema de sexo/gênero binário e heteronormativo, profundamente sedimentado nas estruturas econômicas e políticas que retroalimentam essa esfera de subordinação dos corpos e das identidades dissidentes.

[36] Tradução do autor. No original, o título do artigo de Gayle Rubin, publicado em 1975, é: "The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex".

Importante para a consolidação dos feminismos e dos Estudos de Gênero, Butler (2020) propõe que o conceito defendido por Rubin (2017) seja aprofundado para que dele se extraiam outros elementos que possam configurar como esse sistema é mantido para acentuar a opressão não só das mulheres — categoria por excelência deste campo de investigações —, mas também desses sujeitos que, conforme Butler (2020), não performam e não se integram aos padrões delimitados nesta construção. Justo por isso, a autora defende que os usos (e abusos) de uma concepção universalizante de gênero é totalitária, excludente e violenta, sobretudo quando o entendimento é assimetricamente manipulado, negando-se as trajetórias sócio-históricas das populações negras, escravizadas e colonizadas.

Essa guinada teórica de Butler (2024) contribui para pensar que forma e em que medida o gênero e suas performances são amparados por um sistema sexo/gênero que, ao determinar condutas, hábitos e comportamentos vai estabelecer também contornos ao desejo e as práticas sexuais — o que, historicamente, levou à condenação moral das pessoas LGBTQIA+ pelo pecado nefando de sodomia (Fernandes, 2017; Mott, 2001, 2020; Trevisan, 2018). Exemplos disso, inclusive, foram apresentados no capítulo anterior em relação aos casos do indígena Tibira do Maranhão, o português degredado Luiz Delgado e a travesti/transexual escravizada Xica Manicongo.

Argumenta-se a respeito desta inflexão teórica de Butler (2024) tendo em vista que, ainda que em sua obra as relações de poder e dominação ocupem uma posição central para se entender o complexo manuseio do conceito de gênero como categoria política de análise (Butler, 2020), são nas suas produções recentes que a pesquisadora destaca com maior abertura como a subjugação e a subordinação das mulheres e das pessoas sexo-dissidentes nas regiões colonizadas são reflexos diretos dessa estrutura sistêmica e sistematizada de construção de valores, papeis e funções atribuídas ao masculino e ao feminino, como se esse agrupamento de características fosse, como discutido anteriormente, *essencialmente* naturais e inatas aos seres humanos. “Será que a nomeação do sexo de uma criança já é um momento definidor da imaginação adulta dessa vida?” (Butler, 2024, p. 187), questiona ela.

Na indagação de Butler (2024) está contido um elemento crítico para os contornos do objeto desta pesquisa, pois se é fato que a nomeação do sexo irá impor aos sujeitos também um gênero, dando-lhes propriedades e atributos socialmente construídos e reconhecidos a partir destas relações estruturais, é correto afirmar que aqueles e aquelas que rompem esse padrão normativo serão alocados (e nomeados) na dissidência. Dito de outra forma, o que se observa é que a normatização desse sistema sexo/gênero, que se constitui, entre outros aspectos, pela compulsoriedade da heterossexualidade e da cisgeneridade (Hija de Perra, 2013, 2015; Rubin,

2017), desloca às margens as identidades que não se enquadram nesta forma de organização da vida em sociedade.

> [...] O que não nos permite ver e como o que não é observável determina, até certo ponto, o campo do observável? Se concordarmos que as formas de ver afetam o que vemos [....] e que existem diferentes maneiras de observar o corpo, bem como diferentes referenciais em que a observação ocorre, o resultado são caos e negação puros, ou a condição de possibilidade para um modo mais amplo de conhecimento? E se essas várias formas de ver e sentir estiverem, na verdade, carregadas de pressupostos sobre o significado do que há para ser conhecido — como a ideia de que o dimorfismo funciona como um critério suficiente para distinguir entre os sexos e que a relação binária é sempre clara, sem nenhuma outra formação existente fora desse quadro de referência? Quantas vezes, ao observarmos as características sexuais primárias de uma criança, percebemos também, ao mesmo tempo, a trajetória social normativa dessa criança, a vida generificada e reprodutiva do futuro da criança, sua eventual materialização como menina ou menino, mulher ou homem? Esses pensamentos não nos ocorrem apenas naquele momento. Fazem parte do próprio referencial através do qual muitas pessoas veem, sentem e confirmam o sexo da criança (Butler, 2024, p. 186–187).

O que Butler (2024) sinaliza é a reprodução deste imaginário em torno do sexo e do gênero sustentando a própria normatividade do sistema. A imposição de um tornar-se sujeito, como pontuam Connell e Pearse (2015) e Kilomba (2019), neste sentido, se dá mediante o acesso e a aderência, pelo indivíduo, a um modelo normativo organizado em meio a sedimentação dessa binaridade dicotômica (homem/masculino, mulher/feminino). Quando há incoerências no formato socialmente estabelecido como adequado para a existência social, a exemplo das pessoas LGBTQIA+, os marcos do reconhecimento social e simbólico tensionam as hierarquias e categorizações, acentuando a produção da diferença e da distinção como mecanismos de exclusão.

Ainda, a afirmação de Butler (2024) pode ser entendida à luz da operacionalidade do gênero como categoria analítica, uma vez que, conforme Missiatto (2021, p. 42), as assimetrias instaladas no seu interior sugerem que as relações de poder e de opressão estão intimamente conectadas, fundamentando-se como "mecanismo eficiente de dominação" que "também se versatiliza, fazendo e refazendo os sentidos dos gêneros dentro de seu próprio campo de ação, pluralizando, como resultado último, as experiências de dor e os privilégios demarcados pelos gêneros" (p. 42).

Na esteira desse debate, Gomes (2018) sustenta a perspectiva de Missiatto (2021) a respeito da versatilidade com o que o gênero incide sobre outros marcadores, sobretudo a sua intersecção com a raça. Para a pesquisadora, pensar o gênero como uma face desse sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2008; 2020) significa considerar que a hierarquia que se estabelece como base para a opressão das relações sociais homem e mulher, ascende com a

colonialidade do poder e do gênero, tornando-se um fator indissociável deste construto sócio-histórico tributário dos processos de colonização.

Para a pesquisadora, adensar um conceito de gênero que se aplique ao modelo de sociedade colonizada, importa na adoção de ferramentas que considerem a universalização genérica e totalizante com a qual os sujeitos passam a ser socializados. Gomes (2018) argumenta ainda que é necessário compreender que os povos não modernos (Lugones, 2014) pautavam estas dimensões a partir de outros entendimentos, mais plurais e diversos, menos categorizados e duais, prevalecendo, em muitos modelos de agrupamentos das populações originárias, formas outras de manifestar e compreender o sexo, o gênero e a sexualidade.

> [...] Tais referências são fundamentais para se perceber que a colonial/modernidade entrega o que já havia retirado, como aponta Rita Segato: povos que possuíam outro fazer do gênero tem suas redes de relações que funcionam de modo dual ou múltiplo esgarçadas pela violência colonizadora. A normatividade rígida de gênero, centrada na reprodução e na domesticidade e feita como ideal civilizatório contra os males de uma relacionalidade "desviante" em termos de gênero e sexualidade, faz parte do arsenal racista da colonialidade e, uma vez imposta como ideal e parâmetro de relações, modifica as conformações de relacionalidade dos colonizados, reforçando estruturas e hierarquias de gênero que tinham outras dinâmicas (Gomes, 2018, p. 70–71).

O desenvolvimento dessas reflexões interdisciplinares e interseccionais tornam factíveis, teórica e metodologicamente, a aproximação entre dois grandes sistemas de gestão e controle dos sujeitos no contexto da colonialidade, tanto a do poder (Castro-Gómez, 2005; Mignolo, 2005; 2020; Quijano, 2005; 2009) quanto a do gênero (Lugones, 2014; 2020). Ainda que possam apresentar divergências e contradições — inequívocas a toda teoria, em qualquer campo de produção do conhecimento —, é possível visualizar pontos de confluência entre a organização e a formatação de um sistema-mundo moderno/colonial e a de um sistema sexo/gênero. Em ambos, a adoção de práticas e modelos normativos e compulsórios determinam a posição social dos sujeitos. Enquanto a raça se torna o primeiro critério de hierarquização e a primeira identidade da Modernidade, como defende Quijano (2005); a produção discursiva e a valoração binária associadas ao padrão de sexo e gênero informam a operacionalidade de um poder concentrado no homem e no masculino, forjando uma heterossexualidade não apenas presumida, mas também compulsória (Butler, 2020).

Este é outro fator que viabiliza a intersecção proposta entre os dois sistemas descritos acima. Como visto, a ocupação dos territórios dos povos originários se dá por uma soma de estratégias, indo além das questões militares e bélicas (Romano, 1995). A colonização da subjetividade, a catequização forçada dos indígenas a uma religião monoteísta, a captura da

pluralidade com a qual estas populações manifestavam seus rituais e o engendramento das relações sociais e afetivas a partir de uma matriz eurocêntrica (Fernandes, 2017; Mott, 2001; 2020; Núñez, 2002; 2023; Trevisan, 2018), resultam em uma fundamentação existencial na qual resistem e são estimulados, como norma a serem seguidos, comportamentos e modelos heterossexuais de manifestação do desejo.

Isso significa dizer, conforme indica Fernandes (2017), que há um processo de colonização das sexualidades inserido como mecanismo de regulação e controle do sexo, da sexualidade e do desejo. Dessa forma, a gestão moral das colônias ampara a dominação imposta pelos europeus e revela a centralização denunciada por Hija de Perra (2013; 2015), Lugones (2014) e Segato (2003) no homem/branco/masculino/heterossexual como o sujeito *universal*, a quem deveriam ser concedidos acessos irrestritos tanto aos territórios quanto aos corpos e às subjetividades identificadas como não pertencentes a este modelo.

A universalidade, quando vista sob a perspectiva de Butler (2020; 2024) e Rubin (2017), informam a compulsoriedade de um sistema que se funda tendo como base a interconexão imposta do sexo/gênero/desejo. Para as pesquisadoras feministas, essa tríade organizará, de forma bastante complexa e violenta, a inscrição dos sujeitos como sujeitos *naturalmente* condicionados a performar o gênero e o desejo a partir do sexo biológico. Grosso modo, ao que concerne essa pesquisa, interessa a proposição das autoras quanto ao exercício do poder sobre os corpos sexuados como masculino/feminino (Andrade e Santos, 2020), pois dele se observam como serão forjados comportamentos e práticas identificadas como masculinas e femininas, de homem e de mulher.

O desejo, nesta equação, tem a finalidade de orientar tão somente a reprodução, levando a condenação de outras possibilidades deste desejo heterossexualizado se manifestar. Butler (2020, p. 44) explica que "[...] a heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre "feminino" e "masculino", em que estes são compreendidos como atributos expressivos de "macho" e de "fêmea"". Justo por isso, o sistema sexo/gênero e o sistema-mundo moderno/colonial dialogam entre si, uma vez que as categorias de racialização, como argumenta Gomes (2018), se desenvolvem tornando a identidade racial e o gênero fundantes de opressões que se interseccionam ao mobilizarem a reprodução de um padrão universal de sujeito, confeccionado à imagem e semelhança do colonizador europeu.

Por consequência, essa análise demonstra de que maneira a intersecção entre estes dois marcadores (raça e gênero) asseguram a manutenção e a continuidade do poder colonial sobre os sujeitos identificados e re-identificados com as categorias alegóricas da Modernidade/Colonialidade (Mignolo, 2005; 2020; Quijano, 2005; 2009). Gomes (2018)

reitera que, neste aspecto, o pensamento colonial imposto pela e na diferença e na violência (Mignolo, 2020), inferioriza os sujeitos que não conformam estas identidades. Pontua ela: "organizado em torno da produção do "outro" como inferior, o pensamento colonial, euro e antropocentrado funciona mediante as relações hierarquizadas que cria e esconde essa criação com atribuições de natureza ou essência, funcionando em sua dicotomia principal" (p. 72).

Nessa dicotomia citada por Gomes (2018) reside outro ponto fundamental para se entender como os sistemas sexo/gênero e o moderno/colonial se cruzam. Para Lugones (2014), a separação entre humanos e não humanos é um dos eixos centrais que configuram as relações de poder e de opressão inscritas pela colonialidade. É razoável, portanto, admitir que esse arcabouço heterossexista, cisgênero e gendrado, permeado pela regulação moral, comportamental e do desejo, recorre a mecanismos totalizantes e classificatórios para se impor em uma lógica binária e estruturalmente arquitetada para assegurar a reatualização desse ideário.

Dessa forma, acredita Bento B. (2017), "gênero e sexualidade são categorias analíticas potentes quando não estão isoladas e não são utilizadas como variáveis independentes de contextos econômicos, raciais, nacionais (e outros marcadores da diferença) mais amplos" (p. 24), isso porque, defende a pesquisadora, "na divisão globalizada dos corpos generificados, sexualizados e racializados" (p. 31), as hierarquias de dominação, reiterada e frequentemente, se amparam na classificação contida na distinção dicotômica sustentada por Lugones (2014). Nesta perspectiva, o sistema-mundo moderno/colonial se fortalece enquanto o sistema sexo/gênero, mesmo nos marcos de suas contradições, alimenta a produção de uma normatividade excludente para as dissidências e sujeitos que, na dicotomia lugoniana, ocupam o espaço do não humano.

Aos não humanos, portanto, deflagram-se a violência, as violações, a abjeção e as opressões interseccionais destes complexos sistemas, fundados e fundantes por/de hierarquias e classificações sócio-históricas mobilizadas em um padrão heterossexual, masculino, branco e cisgênero de existência universal. Como articula Butler (2020), a matriz socio estrutural sexista e generificada "exige que certos tipos de "identidade" não possam "existir" — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não "decorrem" nem do "sexo" nem do "gênero" (p. 44).

Nas tensões marginais desses sistemas (o sexo/gênero e o moderno/colonial), contudo, as fronteiras, como argumenta Lopes Louro (2020), se flexibilizam, se fragmentam e expõem os desvios da norma e do padrão. Isso revela como, mesmo diante de inúmeras ofensivas, sujeitos e identidades LGBTQIA+ transcendem as rígidas estruturas condicionantes do gênero.

Se, como defendem Catrileo+Carrión (2021, p. 3), "o gênero é uma imposição colonial que persistiu" aos processos de descolonização, pode-se argumentar que a sujeição e a subordinação dos corpos e das identidades sexo-dissidentes se mantêm como uma prática de exclusão racializada e generificada dos indivíduos na contemporaneidade, conforme será visto na próxima seção deste capítulo.

3.2 AS HOMOSSEXUALIDADES E TRANSEXUALIDADES COMO DESVIOS À NORMA, A SEXUALIDADE COLONIZADA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PRECONCEITO NO TECIDO SOCIAL BRASILEIRO

Na seção anterior, discutiu-se de que forma os processos de colonização, o colonialismo e a colonialidade do poder e do gênero fundamentaram e sustentam a formatação de um sistema-mundo moderno/colonial. Sob esta perspectiva, entende-se que a Modernidade/Colonialidade, nos termos defendidos por Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009), impõe aos sujeitos colonizados uma estrutura hierárquica e classificatória que determina, entre outras questões, os comportamentos, os hábitos e as práticas desses indivíduos a partir de critérios técnico-científicos, racionais, civilizatórios e normativos eurocêntricos. Nesta maneira de compreender a organização social, o poder assume uma característica de opressão que, conforme Lugones (2014; 2020), é transposta também para o gênero, tornando-o não uma dimensão do exercício desse poder, mas sim um de seus elementos constitutivos.

Em razão disso, configurou-se uma definição de gênero que, ao se integrar ao referencial teórico e epistêmico desta pesquisa, possibilitasse operacionalizá-lo como uma categoria de análise nos processos sócio-históricos e culturais que o instrumentalizam nas relações de poder e dominação erigidas por este sistema-mundo moderno/colonial, como defende Grosfoguel (2020). Para o sociólogo, as contribuições de Wallerstein (2001) e de pesquisadores/as do Sul Global[37] na formulação de um construto conceitual acerca de um sistema-mundo, introduzem

[37] Em sua análise, Grosfoguel (2020) argumenta que, embora o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein tenha sido um dos responsáveis pela popularização da teoria do sistema-mundo, nos anos de 1990, é fundamental reconhecer que outros pesquisadores latino-americanos e de países colonizados ao Sul Global elaboraram conceitos semelhantes, com o mesmo potencial de interpretação e compreensão das relações sociais, que foram tornados invisíveis pelo que o autor classificou como uma "epistemologia racista/sexista das ciências sociais eurocêntricas (p. 57)", que atribui apenas a um homem, branco, ocidentalizado a criação de um importante instrumento de análise social. Entre os intelectuais que construíram uma teoria similar está, conforme Grosfoguel (2020), o sociólogo e economista nascido em Trinidad e Tobago, Oliver Cox, que migrou para os Estados Unidos nos anos 1950 para cursar sociologia e economia. Neste período, aponta Grosfoguel (2020), Cox produziu uma tese em que raça e classe seriam dois marcadores interseccionais, produzindo desigualdades e contribuindo para o fortalecimento do capitalismo global, a partir de classificações e distinções sociais, a exemplo do que Wallerstein propõe em sua investida acadêmica. Esse apagamento sócio-histórico, pondera Grosfoguel (2020), prossegue

um método para pensar as formações coloniais que considera fatores econômicos e geopolíticos, ampliando o alcance da leitura a respeito dos reflexos dessa Modernidade infligida aos povos ameríndios.

Conforme Grosfoguel (2020, p. 56), "a ideia da teoria do sistema-mundo é que existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que as dos "Estados-nações""[38]. Necessariamente, a colonialidade insere um espaço/tempo linear para se pensar a ocupação territorial e os eventos que desse processo decorrem. Também por isso, o autor argumenta que a raça e a identidade racial — que, para Quijano (2005), estabelecem a primeira identidade da Modernidade — são estruturais e estruturantes de

> [...] todas as relações de dominação da modernidade, desde a divisão internacional do trabalho até as hierarquias epistêmicas, sexuais, de gênero, religiosas, pedagógicas, médicas, junto com as identidades e subjetividades, de tal maneira que divide tudo entre as formas e os seres superiores (civilizados, hiper-humanizados, etc., acima da linha do humano) e outras formas e seres inferiores (selvagens, bárbaros, desumanizados, etc., abaixo da linha do humano) (Grosfoguel, 2020, p. 59).

Neste sentido, a concepção de um sistema-mundo moderno/colonial que se organiza e se edifica pela racialização dos sujeitos, acentua as assimetrias das relações de poder que forjam a vida no tecido social. Grosfoguel (2020) ainda observa que a colonialidade, no cerne deste sistema-mundo, faz com que as opressões interconectem, tornando inteligível "entender uma hierarquia de dominação sem as outras" (p. 60). Não sem sentido é que Lugones (2014; 2020), portanto, eleva o gênero a esta categoria analítica, uma vez que se as dominações se acumulam sobre os sujeitos na colonialidade, então, para a feminista argentina, o gênero, como produto sócio-histórico, político e cultural, não pode se configurar em um eixo secundário dessa estrutura.

É sob esta condição que o gênero, nesta pesquisa e com vistas a contribuir para a investigação do problema proposto, foi descrito na seção anterior a partir dos seguintes

---

mesmo após Wallerstein ter referenciado Cox em diversas obras como um dos intelectuais mais prósperos acerca da teoria do sistema-mundo.

[38] Grosfoguel (2020) propõe uma discussão relevante quanto ao uso da expressão sistema-mundo em substituição ao conceito de sociedade por entender que este responde ao léxico da Modernidade/Colonialidade, se efetivando como um sinônimo do que ele classifica como "Estados-nação", que surgem a partir do colonialismo e da colonialidade. Afirma ele: "o conceito de "sistema-mundo" é uma alternativa ao conceito de "sociedade". Ele é utilizado para romper com a ideia moderna que reduz "sociedade" às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um "Estado-nação" (p. 55)". A reflexão do autor é importante para situar uma compreensão mais ampla acerca das perspectivas decoloniais, no entanto, nesta pesquisa, este não é um objeto de discussão. O uso do termo sociedade, em algumas passagens deste texto, justifica-se pelo seu significado mais comum, sendo o de um agrupamento de sujeitos, organizados em uma estrutura cultural, histórica, econômica e política. Em outros contextos que não o do recorte estabelecido para a investigação do objeto em questão, compreende-se que a advertência de Grosfoguel (2020) tenha uma maior aderência, justificando sua menção nesta nota.

significados: 1) não se trata de uma característica essencialista e inata aos sujeitos, pois, como sugerem Bento B. (2017) e Haraway (1991), não há nenhum atributo que possa ser considerado *essencialmente* masculino/homem ou *essencialmente* feminino/mulher; 2) é resultado de processos sócio-históricos, atravessados pela cultura, refletindo com e por meio disso as dinâmicas de poder, opressão e dominação (Butler, 2020; 2024; Connell e Pearse, 2015; Rubin, 2017); 3) não pode ser percebido como um marcador social isolado para a interpretação de fenômenos sociais, pois sua concepção ancora-se na intersecção com a raça e a classe, tornando-o, por excelência, uma categoria interseccional de análise (Andrade e Santos, 2020; Gomes, 2018; Lugones, 2014; 2020; Segato, 2003; Vigoya, 2023); 4) as normas de gênero, suas performances e ordenamentos se efetivam como constituições sociais, normativas e hegemônicas, respondendo às relações sociais de dominação de um gênero sobre o outro (Butler, 2020; 2024); 5) é uma categoria permeada, permeável e permeante no tecido social.

Há, ainda, outro elemento ao qual o gênero está entrelaçado e que, sob determinadas circunstâncias, se impõe como um entrave para a compreensão sócio-histórica, política e cultural que circunscreve a temática: o sexo. Como visto anteriormente, o sexo e o gênero constituem-se como faces de uma dimensão em que estão inseridas tanto a distinção dos sujeitos, considerando-se seus aspectos biológicos, quanto ao que Connell e Pearse (2015) classificam como os arranjos sociais que os organizam, ordenando comportamentos, práticas e hábitos. Não obstante, na seção acima, partiu-se de Lugones (2014) e sua crítica ao dimorfismo sexual como base na qual se ancoram os primeiros estudos acerca da questão para, em Butler (2020) e Connell e Pearse (2015), estabelecer que o sexo é também atribuído aos corpos, tornando-os sexuados (homem/mulher). Isso não significa, contudo, descartar por completo a biologia (que separa os corpos a partir de características morfológicas e reprodutivas), mas inseri-la como uma das variáveis que, de acordo com Connell e Pearse (2015), fundam uma "arena reprodutiva da vida social" (p. 113), na qual os sujeitos se constituem e são constituídos também a partir da reprodução sexuada dessa espécie.

A esse processo, complexo e permeado por uma série de fatores e relações sociais de poder, controle e regulação, as pesquisadoras nomeiam de "corporificação social" (Connell e Pearse, 2015, p. 112). O corpo, para além do sexo e do gênero, sob estas influências, assume, portanto, relevância nesta investigação, sobretudo porque é na sua materialidade que o sexo e o gênero se atravessam, convergem ou divergem e no qual, afirma Butler (2020), são produzidas as categorias, as regras e as normas socialmente atribuídas às identidades do homem e da mulher, do masculino e do feminino, da cisgeneridade e da transexualidade, da heterossexualidade e das homossexualidades. "[...] o "corpo" é em si mesmo uma construção,

assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero” (Butler, 2020, p. 30), observa a autora.

Seguindo esta linha, Connell e Pearse (2015) admitem que os corpos “são interconectados por meio de práticas sociais e de coisas que fazemos em nosso cotidiano. Simultaneamente, corpos são objetos e agentes de práticas sociais” (p. 111) e que, em razão dessa interconexão e da agência que os circunda, encontram-se, concomitantemente, na posição de serem afetados por estas mesmas práticas de regulação, controle e dominação. Com efeito, essa produção de discursos e orientações sobre o corpo, sua interação com o sexo e o gênero e as construções tributárias dessa equação permitem compreender de que maneira a intersecção entre o sistema-mundo moderno/colonial e o sistema sexo/gênero sedimenta um construto em que as identidades e os sujeitos são re-identificados com as categorias alegóricas da Modernidade/Colonialidade (Mignolo, 2020; Quijano, 2005; 2009), impelidos a reproduzirem e a performarem um binarismo de sexo e gênero constituído e normalizado como a único modelo possível de ser reconhecido social-histórica-política e culturalmente.

O corpo, portanto, é também receptáculo desses discursos socioculturais que constroem o sexo e o gênero, perfazendo as relações de poder, opressão, dominação, objetificação e abjeção, sobretudo quando este corpo, como discute Viviane V (2014), transita pelas margens e periferias desses dois sistemas de gestão e regulação dos sujeitos subalternizados e colonizados. Para a pesquisadora trans*[39], a intensidade com a qual o gênero é performado desvela o caráter normativo e centralizador dessas vivências, tornando-se um aspecto de sujeição e submissão a um modelo organizado pela compulsoriedade da heterossexualidade e da cisgeneridade.

Como produtos de uma construção sistemática, estas identidades (heterossexual, cisgênero) são incorporadas e niveladas como *naturais,* alicerçando processos de exclusão, violação e violência aos indivíduos que não aderem a esse formato (Hija de Perra, 2013; 2015; Missiatto, 2021; Viviane V, 2014) cronicamente imiscuído no tecido social. Há que se destacar, todavia, que os conceitos que amparam essas três dimensões discutidas (corpo, sexo, gênero) são tributárias de uma concepção imposta pelos colonizadores, uma vez que, conforme apontam anahata (2024) e Fernandes (2017), estas categorias sociais não faziam parte dos arcabouços sociais, ético e políticos manifestados pelos povos ameríndios.

[39] Neste caso, destaca-se a identidade de gênero da pesquisadora porque ela assim se autodescreve e se posiciona, reivindicando, com isso, o espaço social e a localização dela na produção do conhecimento científico. Este é um ponto discutido por autoras como Donna Haraway (1995), para quem a localização do sujeito é importante como elemento do fazer ciência, em especial quando este fazer se dá no interior de uma sociedade patriarcal e masculinista.

Para estes autores, o gênero, o sexo e o corpo são *invenções* da Modernidade/Colonialidade, determinantes para a organização de uma sociedade indelevelmente marcada pelo binarismo e pela dicotomia. Segundo anahata (2024, p. 32), "[...] enquanto a colonização infectocontagiosa ceifava milhares, os invasores também fincaram outra arma, tão danosa quanto é com tentáculos presentes até hoje em diversos aspectos da nossa sociedade: o pensamento calcado na binaridade".

Essa forma de pensar resulta, no entendimento da pesquisadora, em uma série de intervenções que partem de uma matriz segregadora e classificatória, também considerada por Lugones (2014) uma das mais significativas para se compreender a exploração e a barbárie praticada contra os povos ameríndios e as pessoas escravizadas em África, que é a distinção entre humanos e não humanos. Sob essa hierarquia recaem os mais diversos tipos de subordinações e contradições, como reforça anahata (2024) ao observar que

> a primeira raiz, de uma série de violências dicotômicas, se manifestou quando os europeus se autointitularam civilizados, enquanto aos povos indígenas coube a categoria de selvagens. [...] Outras foram ramificadas dentro do guarda-chuva da chamada "selvageria", como sodomitas, canibais e pecadores. A ausência de valores cristãos nos povos indígenas, que possuem seus próprios princípios e práticas espirituais, foi motivo de escândalo e reprovação. O plano de colonização teve como um de seus pilares o caráter missionário de "salvar" todos esses povos da influência do que eram considerados demônios. Mesmo que o conceito cristão de demônios não fizesse parte das crenças originárias e que ninguém tivesse pedido para ser salvo. A convicção em forças binárias tais como Deus (o "bem celestial") e demônio ("mal, infernal"), foi motor para sacerdotes transformarem relações de alteridade em assimetrias de poder (anahata, 2024, p. 32).

Como sugere Grosfoguel (2020), o sistema-mundo moderno/colonial restringe as experiências políticas, econômicas, culturais e sociais dos povos ameríndios ao contato com os colonizadores, invisibilizando e inviabilizando outras narrativas sobre a construção de laços comunitários que não aquelas produzidas dentro destes processos lineares do espaço/tempo da Modernidade/Colonialidade. Semelhantemente, anahata (2024), Fernandes (2017; 2019), Lugones (2014; 2020), Mott (2001; 2020), Rosa (2021) e Trevisan (2018) ponderam que esse ideário se mantém em reprodução, operando por meio da colonialidade, para sustentar uma repetição de normas, hierarquias e concepções atreladas a um poder colonial, hegemônico e totalizante.

Também por isso, anahata (2024) considera que, além da categorização entre humanos e não humanos, civilizados e selvagens, a colonialidade produz a distinção entre humanidade e natureza, intervindo nas relações entre os sujeitos e as cosmovisões que dão sentido às formas plurais com as quais os povos originários estabeleciam seus rituais e sua interação com o

trabalho. Disso tem-se, como aponta Quijano (2005), uma nova forma de divisão do trabalho em que a racialização é um dos eixos que a fortalece, pois, "antes do controle da terra, é preciso controlar os corpos que nela habitam" (anahata, 2024, p. 34).

Na esteira dessas reflexões, Rosa (2021) sublinha que a regulação do sexo e do gênero se tornam cruciais para a legitimação destas dicotomias e binaridades. Sem esse domínio, apontados como reflexos da violência e da diferença colonial, conjectura a pesquisadora, a confecção de uma supremacia masculinista e heteronormativa, centrada na identidade de um sujeito masculino-branco-heterossexual, logo, pressuposto como *universal*, teria um peso menor nas relações de poder. No entendimento da autora, o patriarcado[40] se estabelece em terras colonizadas justamente pela adoção de estratégias e imperativos eurocêntricos, fundamentados pelo encapsulamento de uma teoria na qual os homens, portanto o gênero masculino, exercem controle sobre todas as outras formas de vida, sejam elas humanas ou não.

> É evidente que padrões e estéticas coloniais representam hoje um modelo que prevalece de forma violenta: a masculinidade sobre a feminilidade. E que caracteriza um patriarcado de alta intensidade na dominação das relações e privilégios do homem sobre a mulher e sobre corpos afeminados. E que, diante desse modelo, os corpos diferentes — as minorias diante do majoritário homem-branco-cristão-europeu —, o corpo LGBTQIA+, a mulher negra, os corpos não brancos, os não binários, são inferiorizados e marginalizados (Rosa, 2021, p. 64–65).

A prevalência e a preponderância do masculino sobre o feminino e as disputas em torno do sexo, do gênero e do corpo se traduzem de múltiplas formas, obedecendo, como reiterado anteriormente, as classificações hierárquicas impostas desde a colonização. Os papeis de gênero e as atribuições delegadas aos sujeitos com base em critérios eurocêntricos caracterizam a maneira como essas assimetrias entre "homens" e "mulheres" se manifestam. "[...] até o momento da invasão, os gêneros 'homem' e 'mulher', em português, correspondiam a um conjunto de normas desconhecidas para indígenas" (p. 34), situa anahata (2024), confirmando o que Fernandes (2017) classificou como uma colonização das sexualidades, inferindo

[40] Em razão dos objetivos, do objeto de estudo e do recorte desta pesquisa, não nos aprofundaremos nas linhas teóricas que discutem a produção, a sustentação e a historicidade do patriarcado. Ainda assim, entendemos que o termo, em alguns momentos, contribui para a compreensão das estruturas de poder que organizam tanto a colonialidade do poder e do gênero quanto a re-identificação dos sujeitos na contemporaneidade. Para isso, assumimos as acepções quanto ao termo produzidas a partir das epistemes do feminismo interseccional que, de forma sistematizada, foram reunidas por Rosa (2021). Neste sentido, quando nos referirmos a expressão 'patriarcado' e suas variações, como 'patriarcalismo' e 'patriarcais', partimos de uma concepção na qual seu significado é o de uma "estrutura de poder social centralizada no homem e/ou no masculino, um sistema hegemônico em que o homem mantém o poder primário e predominante nas funções de lideranças políticas, econômicas, como autoridade moral, de privilégios sociais e com o controle das propriedades, bem como o domínio da família e a hierarquia sobre as mulheres e/ou feminino. É o patriarcado um alicerce da sociedade moderna, modelo de civilização presente ainda hoje como uma ferida colonial (Rosa, 2021, p. 63)".

princípios e dogmas religiosos, morais e comportamentais à sexualidade ameríndia — e que, como postulado por Rosa (2021), mantém-se em ativa reprodução na atualidade.

> É a partir dessa imposição dicotômica hierárquica que se costuram as relações históricas: a mulher inferior diante do homem, o negro diante do branco, os corpos latinos diante do europeu, a tradição oral diante da escrita, os saberes e heranças ancestrais diante dos saberes da ciência, a homossexualidade diante da heterossexualidade, etc. Os paradigmas de representação categorial eurocêntrica, assim chamados modernos, são ancorados na lógica dicotômica (Rosa, 2021, p. 67).

Não obstante que estes elementos sócio-históricos tenham sido discutidos no capítulo dois, quando se investigou a constituição desse engendramento generificado do tecido social através dos movimentos de invasão e colonização dos territórios ameríndios, trazê-los novamente, agora sob a ótica das discussões em torno do sexo, do gênero e do corpo, é essencial. Isso porque, neste movimento, pode-se aprofundar como essas relações, ancoradas em uma gramática moral, dão contorno a um rígido controle sobre o exercício da sexualidade. Este controle produz e nomeia como dissidentes aqueles e aquelas que se encontram deslocados dessa heteronormatividade cisgênera — ou seja: todas as identidades e experiências contidas nas homossexualidades e transgeneridades, como pontua Mott (2001).

Transformar as homossexualidades e transgeneridades "em crime abominável e o mais detestável de todos os pecados" (Mott, 2001, p. 42) para, em seguida, configurá-las como dissidências em uma estrutura normativa, foi um mecanismo acionado pelo empreendimento colonial como ferramenta para consolidar uma dominação integral dos povos ameríndios. Neste sentido, as orientações sexuais e as identidades de gênero que não se enquadravam no ordenamento colonizador foram, desde 1500, fortemente combatidas. Por consequência, Fernandes (2019) acredita que a manutenção das formas de regulação e opressão coloniais, mesmo após o fim do colonialismo, acentua o controle do gênero e da sexualidade "com vistas a se conformar ao controle da economia e da autoridade. A moralidade cristã, a ideia de família e superioridade patriarcal foram impostas ao mesmo tempo em que a homossexualidade foi condenada e posta ao lado do demônio" (p. 41).

A produção de discursos religiosos e criminalizadores condenando as práticas homoeróticas no Brasil Colônia (Fernandes, 2017; Mott, 2001; Trevisan, 2018) e o enraizamento de uma gramática moral sustentada por um padrão de sociedade que se consolidava na europa a partir de uma normatização compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade, centrada na identidade universal do homem, branco, civilizado, letrado, heterossexual e cisgênero, detentor de atributos *natural* e *essencialmente* vinculados a sua

constituição enquanto sujeito, atravessa a linearidade da Modernidade/Colonialidade e se fundem ao tecido social.

Esse cenário, avalia Peixoto (2018), garante a contínua reprodução de disparidades entre os corpos e identidades normativos e os não normativos, tendo como reflexos imediatos, primeiro, a exclusão e o apagamento sócio-histórico desses sujeitos dissidentes e, em segundo lugar, a violência deflagrada como resposta ao não enquadramento à normalidade colonial e colonizadora. No mesmo sentido, Rosa (2021) acrescenta que a colonialidade do poder e do gênero indicam de que maneira os marcadores sociais de raça e gênero se interseccionam, materializando uma gama de desigualdades que, sobre os corpos racializados se tornam ainda mais severas.

O aprofundamento destas distinções hierárquicas impostas aos corpos generificados e racializados, mencionadas por Rosa (2021), é enunciada e organizada por Lugones (2014; 2020), conforme destacado anteriormente, como um sistema de gênero moderno/colonial. Para a feminista argentina, essa condição opressora e reguladora sobreposta aos sujeitos colonizados faz com o que o gênero se torne uma camada adicional de intervenção e dominação a serviço dos colonizadores, que exploram a subjetividade, o corpo e a sexualidade destes indivíduos sobre os quais foram atreladas classificações de selvagens, bárbaros e não humanos, em oposição aos critérios de superioridade associados aos europeus e sua Modernidade.

Justo por isso, Rosa (2021), ao falar sobre a forma pela qual Lugones (2014; 2020) conceitua os aspectos relacionados ao gênero e a sexualidade, inserindo nisso as práticas, os hábitos e comportamentos e as próprias relações afetivo-sexuais que perpassam essas dimensões, salienta haver, na colonialidade e em suas assimetrias, a produção de um predomínio cis-heteronormativo como norma a ser, reiteradamente, mantida e ampliada. Nesse contexto, as identidades sexuais passam a ser englobadas nas diversas camadas de opressão que irão se interseccionar diante do sujeito colonizado.

De acordo com ela, “quando problematizamos raça e gênero como imbricadas nas opressões do poder colonial, conseguimos perceber como são violentos a heterossexualidade e o patriarcado nas sociedades resultantes do modelo de modernidade” (Rosa, 2021, p. 70). Esse modelo a que se refere a pesquisadora está entrelaçado e hiperconectado ao controle e a regulação que a colonialidade implanta no sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2008; 2020), transbordando para as dicotomias e os binarismos do sistema sexo-gênero (Butler, 2020; Rubin, 2017). Logo, comenta Rosa (2021, p. 70), “entender gênero como um processo civilizatório moderno nos possibilita perceber as máscaras que carrega o projeto colonial: um sistema de gênero racializado, capitalista e heterossexual”.

Sob essa concepção incide a afirmação de Fernandes (2017; 2019) quanto à colonização das sexualidades, entendidas nesta pesquisa como um eixo de organização desses sistemas que vem sendo explicitados no decorrer desta análise. O antropólogo, ao se dedicar a investigar a formação e a constituição das sexualidades no Brasil desde os povos originários, reitera que, no tempo e espaço linear da Modernidade/Colonialidade, as identidades e as categorias ditas *normais* e *naturais* são aquelas que respondem ao modelo padronizado no cerne do pensamento eurocêntrico, que passa, obrigatoriamente, sobretudo a partir do século XVI, a "taxonomizá-las conforme uma hierarquia de tempo e de espaço" (Fernandes, 2019, p. 41).

A taxonomia cumpre um papel central no fortalecimento do colonialismo e na sustentação da colonialidade do poder e do gênero. É por meio da positivação dos discursos sobre o sexo, o gênero, o corpo e a sexualidade que são constituídas as distinções e as classificações que identificam e re-identificam os sujeitos, tendo por base os critérios alegóricos do sistema-mundo moderno/colonial e as suas implicações na constituição de uma gramática moral e comportamental que ordena e regula esses fundamentos (Castro-Gómez, 2005; Lander, 2005; Lugones, 2014; Mignolo, 2020; Quijano, 2005; 2009).

A racionalidade técnica-científica, a ciência positivista, a captura e a colonização da subjetividade, a racialidade e o racismo (vinculados aqui com o uso da raça como mecanismo de poder e separação socioestrutural), a catequização e a inclusão forçada dos indígenas e ameríndios em uma religião monoteísta e condenatória, além da violência pela qual a diferença colonial é sobreposta às formas de autorregulação das sociedades não modernas, aponta para o que Cubillos (2021) considera como preponderante tanto para a sedimentação do colonialismo quanto para tornar "[...] visíveis os mecanismos de poder que reproduzem atualmente o legado colonial em contextos que carregaram ('carregam') com o jugo colonialista" (p. 446)[41].

O pesquisador corrobora as argumentações acima a respeito da intersecção entre o gênero e a raça como indissociáveis da colonialidade, reforçando que reside nestes dois dispositivos de poder, que ele também considera como categorias analíticas para se interpretar os fenômenos sociais em contextos de colonização, o usufruto da força, da coerção e da dominação das populações colonizadas, mesmo com o fim do colonialismo. No entanto, Cubillos (2021) acrescenta que as identidades coloniais se efetivam como "regimes de representação" (p. 446)[42] da diferença hierárquica que circunda estes indivíduos.

[41]Tradução do autor. No original: "[...] visibles los mecanismos de poder que reproducen en la actualidad el legado colonial en contextos que cargaron ("cargan") con el yugo colonialista" (Cubillos, 2021, p. 446).
[42]Tradução do autor. No original: "regímenes de representación" (Cubillos, 2021, p. 446).

Com efeito, a lógica dicotômica e binária que permeia essas relações socioestruturais tem como resultado direto a própria experiência que os sujeitos colonizados terão no interior deste sistema-mundo moderno/colonial. Cubillos (2021) evidencia que a configuração do poder e do gênero na colonialidade e a estratificação social, levada a cabo por meio das distinções constituídas pela classificação moderna/colonial, engendram os comportamentos, hábitos e as práticas destas populações em identidades (ou "regimes de representação" (p. 446), como aponta o pesquisador), "divisórias e antagônicas" (p. 449)[43] que, no limite, produzem

> [...] um panorama de violência (racial, sexista, etc.), que exerce seu domínio inviabilizando sua própria operação. [...] Essa gramática do poder não é localizável empiricamente, ela é constituinte e, nesse sentido, opera no plano do ser (experiência racial do sujeito colonizado) e do gênero (relações patriarcais) (Cubillos, 2021, p. 449).[44]

Nesta conjuntura em que a produção das identidades se revela tributária das relações de poder e opressão constituídas pela colonialidade do poder e do gênero, as práticas e os comportamentos homoeróticos, conforme descritos no capítulo dois, são transformados em uma distinção sócio-histórica para classificar os sujeitos a partir de imperativos que designam a normatividade dos sistemas (tanto o sistema-mundo moderno/colonial quanto o sistema sexo/gênero) e, em oposição, as suas dissidências. Pode-se afirmar, por consequência, que ao identificar, nomear e hierarquizar maneiras padrões e naturais de se existir enquanto sujeito, esses sistemas identificam, nomeiam e estabelecem as divergências como elementos a serem patologizados, criminalizados e condenados.

É o caso das homossexualidades e transgeneridades que, para Preciado (2020), são tornadas marcadores identitários no século XIX para aprofundar as assimetrias do poder sobre os corpos das populações racializadas e colonizadas. De acordo com ele, as formas de expressar o desejo sexual e o afeto, além da possibilidade de o sujeito se reconhecer em um gênero diferente daquele com o qual foi nomeado, transformam-se em hierarquias classificatórias visando potencializar a sujeição dos indivíduos a um sistema que ordena um determinado modelo de pertencimento e existência social.

---

[43]Tradução do autor. No original: "divisorio y antagónico" (Cubillos, 2021, p. 449).

[44]Tradução do autor. No original: "[...] un panorama de violencia (racial, sexista, etc.), que ejerce su dominio invisibilizando su misma operación. [...] Esta gramática de poder no es localizable empíricamente, es constituyente y en ese sentido opera en el plano del ser (experiencia racial del sujeto colonizado) y del género (relaciones patriarcales)" (Cubillos, 2021, p. 449).

Não se trata, portanto, relata Preciado (2020), de investigar as possíveis (e plurais) origens históricas das homossexualidades e das identidades de gênero que divergem da norma[45]; mas, sim, de compreender que essas categorias respondem a um processo sócio-histórico que instrumentaliza o poder e o gênero como dispositivos de controle do sistema-mundo moderno/colonial, patriarcal, capitalista, binário e dicotômico. "[...] A segmentação de alma e corpo, reproduz, na ordem da experiência, a epistemologia binária da diferença sexual. Só existem duas opções, masculino e feminino" (Preciado, 2020, p. 23), pontua.

Sob essa maneira de enxergar o mundo, os colonizadores transportam para todas as regiões invadidas as concepções bilaterais que darão insumos para a consolidação do projeto expansionista da europa, incluindo neste empreendimento colonial as amarras a uma heterossexualidade compulsória e normativa que ora criminalizava, ora condenava moralmente aqueles e aquelas que adotassem para si formas outras de utilizar o próprio corpo. Historicamente, Preciado (2020) argumenta que os termos 'heterossexualidade' e 'homossexualidade' passam a integrar os cenários discursivos da europa a partir de 1868, quando documentos enviados entre militantes e ativistas do que, atualmente, se constitui nos direitos das minorias sexuais, revelam a construção destas expressões para designar uma maneira alternativa de as pessoas que tinham relações com outras do mesmo sexo serem caracterizadas.

Como relatado no capítulo dois, as práticas homoeróticas eram julgadas pela Igreja como pecados mortais, condenando o corpo e o espírito a todos os tipos de expiação religiosa; sendo a sodomia e o nefando as duas definições costumeiramente utilizadas em descrições desta natureza (Mott, 2001; Trevisan, 2018). Preciado (2020) resume da seguinte forma este momento:

> Em 6 de maio de 1868, Karl Maria Kertbeny, militante e defensor dos direitos das minorias sexuais, envia uma carta manuscrita a Ulrichs na qual inventa a palavra "homossexual" para referir-se ao que o amigo chamava de "uranista". Ele defende, contra a lei antissodomia promulgada na Prússia, a ideia de que as práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo são tão "naturais" quanto aquelas que ele chama, também pela primeira vez, de "heterossexuais". Se para Kertbeny homossexualidade e heterossexualidade eram simplesmente duas formas naturais de amar, para os representantes da lei e da medicina do final do século XIX, a homossexualidade será recodificada como doença, desvio e crime. [...] Enquanto a noção de "uranismo" se

[45] Assim como Preciado (2020), entendemos que esta pesquisa, apesar de discutir aspectos históricos das homossexualidades e transgeneridades, não tem entre seus objetivos a construção de uma linha argumentativa que nos remeta a uma busca pelas origens das práticas e dos comportamentos homossexuais ou as formas distintas de os sujeitos experienciarem suas identidades de gênero. Nos interessa, sobremaneira, a constituição de um instrumental que possibilite analisarmos como estas práticas tornam-se categorias políticas e de classificação social, uma vez que é desse processo que se derivam as violências, violações e exclusões demonstradas ao longo do estudo.

> perdia nos arquivos da literatura, as noções criadas por Kertbeny transformaram-se em autênticas técnicas biopolíticas de gestão da sexualidade e da reprodução no século XX (Preciado, 2020, p. 26).

Esse pensamento categórico universalista e totalizante transcende as questões políticas e culturais europeias, se qualificando como uma das classificações de distinção inseridas no colonialismo e reproduzidas pela colonialidade. Como defende Rosa (2021), com base nas hierarquias entre humanos e não humanos (Lugones, 2014), os sujeitos colonizados são, reiteradamente, re-identificados pela norma e deslocados às margens quando se revelam em suas dissidências. Isso também é resgatado por Nascimento (2021) ao situar a experiência de pessoas trans* neste sistema-mundo moderno/colonial e no sistema sexo/gênero.

A autora, que se autodeclara pessoa travesti, defende que, se as homossexualidades sempre estiveram na periferia do padrão sexual gramaticalmente construído pela colonialidade, os corpos e as identidades trans* sequer estão posicionados em uma esfera passível de serem lidos como partes de uma estrutura social. “Em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero” (Nascimento, 2021, p. 49), sublinha a pesquisadora.

Se analisado o tema pelo viés da colonialidade, Carvalhaes e Francisco (2023) reiteram que a patologização das homossexualidades e transgeneridades se insere como um mecanismo de controle e regulação para assegurar a predominância das relações de poder que a submissão a um sistema hegemônico e dominante vinculado à sexualidade enseja. Desta forma, as identidades de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos são promovidas como um estigma, uma doença ou um crime, passíveis de punições e sanções, como apontado por Bento B. (2017), ao relatar que as violências a que são submetidas essas populações nos países colonizados tendem a ser ainda mais brutais.

No entendimento de Bento B. (2017), a abjeção às orientações sexuais e identidades de gênero não normativas se associam intimamente à diferença colonial que, amparada em um arcabouço técnico-científico, racional e excludente imposto pela Modernidade/Colonialidade, é um dos mecanismos acionados para hierarquizar os sujeitos. Assim como Grosfoguel (2020), Bento B. (2017) defende que a formação dos Estados-Nações modernos, resultantes da expansão colonial, do colonialismo e da colonialidade, fomenta essas violações, em especial no caso do Brasil. A socióloga considera que a constituição do Estado brasileiro se dá pela exploração e encapsulamento das distintas formas de expressão das sexualidades que perpassavam os povos originários.

Logo, argumenta a pesquisadora, a estrutura sócio-histórica e a institucionalização destes padrões cis-heteronormativos fazem com que o Estado atue "como um ente que sacrifica legalmente vidas" (Bento B., 2017, p. 55), sobretudo tomando como ponto de intervenção o ordenamento de um discurso universalista que, para Bento B. (2016, p. 511), apoia-se no "esvaziamento da diversidade". Galbieri (2023), na esteira dessa reflexão, propõe que este tratamento dado pelo Estado às populações LGBTQIA+ integra uma dinâmica na qual todo comportamento que não pudesse ser acolhido pela normatividade que se constituía em um modelo eurocêntrico, era transformado em pecado e/ou crime. Neste movimento, o pesquisador acredita existir uma imposição, tanto subjetiva quanto estrutural, que "evidencia os esforços na supressão de possíveis dissidências de gênero ou sexualidade em relação ao regime da heterossexualidade compulsória com vistas à procriação" (p. 189).

A exemplo de Preciado (2020), Galbieri (2023) salienta que os discursos médico-legais passam a orientar o ordenamento das relações e práticas sociais em torno da sexualidade, no século XIX, prospectando a patologização do que não se configurava como *normal* e *natural*. É diante disso, por exemplo, que os sufixos '-ismos' são incorporados às orientações sexuais dissidentes (homossexual*ismo*, lesbian*ismo*, bissexual*ismo*, transexual*ismo*), adicionando ao tecido social manipulado pelo sistema-mundo moderno/colonial e pelo sistema sexo/gênero uma costura extra de bestialização e desumanidade aos sujeitos não-normativos.

Galbieri (2023) destaca ainda que, embora a sodomia tenha sido descriminalizada em 1889 "no Código Penal do Governo Republicano, nas décadas posteriores é possível visualizar o recrudescimento da influência do discurso biomédico na criação de termos, categorias e pesquisas que enfatizavam o caráter patológico das identidades LGBTI+" (p. 190). Em função disso, Peixoto (2018) reitera que compreender os espaços de exclusão e as violações praticadas contra esses indivíduos, englobando nisso a re-identificação desses corpos, demanda analisar o modelo de organização moral e de pertencimento social instalado no Brasil com a colonização. Para ela, a linearidade introduzida pela Modernidade/Colonialidade e as suas alegorias hierárquicas não deixa dúvidas quanto ao fato de que "o corpo e o comportamento abjeto de LGBTs foi e é construído sócio historicamente" (Peixoto, 2018, p. 10).

> Ao explorar a ideia da relação tripartite entre gênero, sexo e raça é notável que tais dimensões estão alinhadas com a condução de um paradigma relacionado ao corpo, ou seja, estabelecem um padrão físico, estético e comportamental. Aqueles indivíduos que se encorajassem a não seguir as normas prescritas pelo discurso institucionalizador ou que estivessem fora dos padrões, seriam considerados "anormais". É importante ainda salientar que essas indicações de "anomalia" ou "desvio" correspondente ao discurso médico e ao procedimento policial da época, sendo estes legalmente institucionalizados, eram aceitos e legitimados pela sociedade.

> Dessa maneira, a naturalização do que hoje considera-se como violência era não apenas inquestionável, como também consentida e necessária (Peixoto, 2018, p. 11).

Todos esses elementos também são mobilizados por Mott (2001) e Trevisan (2018). Os pesquisadores destacam que, embora no século XX, os movimentos sociais tenham obtido êxito em algumas reivindicações, como a retirada do sufixo '-ismo' das categorias 'homossexualidade', 'lesbiandade', 'bissexualidade' e 'transexualidade', as populações LGBTQIA+ continuaram (e continuam) sendo alvos dessa normatização decretada desde 1500, e resumida desta forma por Peixoto (2018): "é inequívoco que o Brasil possua ao longo da sua formação sócio-histórica, uma matriz que pungência as vidas de pessoas que exercem uma identidade de gênero e uma orientação sexual oposta ao paradigma heterossexual" (p. 18).

Sob todos os aspectos apresentados recaem, consequentemente, as implicações dos processos sócio-históricos que, desde a ocupação, organizaram e sedimentaram o colonialismo em solo brasileiro. Mesmo com o fim desse mecanismo exploratório, a colonialidade se manteve, permeando e determinando as relações de poder que, de forma indelével, marcaram a sociedade. Neste construto, o gênero, o sexo, o corpo e a sexualidade assumem um elevado grau de relevância, pois, ao abordarem eixos também da subjetividade dos sujeitos, contribuem para o ordenamento de um modelo compulsório e padrão de existência. Isso posto, identifica-se como as homossexualidades e transgeneridades assumem o caráter de dissidência e subalternização em uma arquitetura de um sistema-mundo moderno/colonial que, interseccionado ao sistema sexo/gênero, amplia as assimetrias para aqueles e aquelas que não se encontram respaldados pela cis-heternormatividade do tecido social do Brasil.

3.3 IGUAIS, MAS DIFERENTES: A CRIMINALIZAÇÃO DO PRECONCEITO E DA LGBTFOBIA COMO ARCABOUÇO JURÍDICO NO ENFRENTAMENTO À DISCRIMINAÇÃO[46]

Na seção anterior, foram destacadas as intersecções entre dois grandes sistemas que organizam, regulam e controlam a vida dos sujeitos em contextos coloniais. Assentada no marco referencial-teórico das Epistemologias do Sul, essa pesquisa dialoga com a construção de um arcabouço que compreende a produção das subjetividades e a tessitura da estrutura social

[46] Partes desta seção compõem o artigo intitulado "Gênero, raça e sexualidade: a intersecção que resultou na criminalização da LGBTfobia no Brasil", produzido em parceria com a orientadora deste estudo e publicado, em janeiro de 2025, no periódico Revista Culturas Jurídicas, do PPGDC/UFF.

tendo como elementos centrais as relações de poder e dominação impostas pela colonização e seus imperativos, como o colonialismo e a colonialidade do poder e do gênero.

Sob este ângulo, se tem objetivado tensionar as diferentes maneiras como o poder atravessa o ordenamento moral, os comportamentos, hábitos e práticas associados à sexualidade das populações subalternizadas, em especial às LGBTQIA+. Este recorte é importante, porque é pôr e com ele que se investiga como a Modernidade/Colonialidade e seus instrumentos hierárquicos e de classificação efetivaram-se como dispositivos que hegemonizaram determinadas normas e padrões, atualizando um ideário que re-identifica os indivíduos ainda na contemporaneidade.

Em função disso, a análise a partir do sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2008; 2020; Mignolo, 2020; Quijano, 2005; 2009; Wallerstein, 2001) é importante para que se entendam os eixos que, associando-se ao patriarcado e ao capitalismo, sustentam um projeto expansionista da europa. Para além da dimensão econômica, estão inseridos no empreendimento colonial a adoção de costumes centrados em um sujeito universal, forjado à imagem e semelhança do colonizador: homem, branco, heterossexual, cisgênero, letrado, burguês e detentor de características que, Lugones (2014), dirá serem fundamentais para conferir a condição de *humano* a este sujeito.

É Lugones (2014; 2020), inclusive, a pesquisadora que, em paralelo a essa organização do poder, instrumentalizada e mantida pela colonialidade, discute como o gênero, nesta seara, é elevada a uma categoria de análise tão importante quanto o exercício de um poder dominador sobre as regiões colonizadas. Neste sentido, a colonialidade do gênero (Lugones, 2014; 2020; Segato, 2003) se constitui como um aspecto indispensável para a interseccionalidade entre dois marcadores sociais intimamente relacionados: a raça e o gênero (compreendendo as dimensões do sexo, do corpo e da sexualidade).

Por isso, também na seção anterior, se analisou em que medida outro sistema de regulação do gênero e do sexo se impõe com maior relevância nestas populações. O sistema sexo/gênero, proposto, inicialmente, por Rubin (2017) e ampliado por Butler (2020; 2024) para absorver o desejo enquanto fator vinculado ao exercício dessa sexualidade, se conecta ao sistema-mundo moderno/colonial por engendrar e categorizar a performance e a construção do sexo e do gênero, estabelecendo aquilo que denominamos de cis-heteronormatividade. Ao identificar e dar nome à norma, os sistemas em questão produzem, na mesma medida, as dissidências.

Esse deslocamento às margens e periferias da estrutura social faz com que as homossexualidades e transgeneridades, como se discutiu acima, sejam vistas ora como pecado,

ora como crime, ora como abjeção. No limite, essas características materializam-se nos altos índices de violência e na letalidade infligida aos sujeitos LGBTQIA+ no Brasil, tornando o país, conforme dados demonstrados no início deste capítulo, o mais perigoso e com o maior número de assassinatos destas populações (Antra, 2024; CEDOC LGBTI/Grupo Dignidade, 2024; Observatório de Mortes e Violência LGBTI+, 2024).

O apagamento sócio-histórico LGBTQIA+, a estrutura cis-heteronormativa que incide sobre a sexualidade, as violações e violências deflagradas contra estes sujeitos se revelam tributárias deste contexto de opressão e de relações assimétricas entrecortadas pelo poder colonial e pelo gênero. Mas, como destaca Lugones (2014), há também frestas de resistência e enfrentamento a essas classificações binárias e dicotômicas que reproduzem, reiteradamente, um modelo normativo de existência social.

No Brasil, esse confronto tem se dado a partir da atuação de movimentos sociais, militantes e ativistas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos junto às estruturas institucionais do Estado[47], provocando a produção de políticas públicas que possam instrumentalizar o combate ao preconceito e à discriminação de pessoas LGBTQIA+. Com o recrudescimento democrático e o crescimento do conservadorismo (Nobre, 2022), estas tensões têm sido recepcionadas, em grande medida, pelo Poder Judiciário, conforme apontam Monica (2020) e Vieira e Filho (2020) ao argumentarem que, mesmo havendo críticas quanto ao teor de alguns posicionamentos dos magistrados, "a trajetória de reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos e dos direitos relativos à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero tem passado decisivamente pelo Supremo Tribunal Federal" (Vieira e Filho, 2020, p. 1086).

Com uma perspectiva similar, Barboza e Buss (2022) defendem que a ineficácia do Congresso Federal em estabelecer legislações estruturais para a proteção da vida dos sujeitos LGBTQIA+ é o aspecto que orienta uma busca cada vez mais significativa desta população às

[47] Cumpre observar, a partir da discussão proposta por Vieira e Filho (2020), que o Estado, nesta interpretação e em consonância com a linha argumentativa desta pesquisa, faz-se também como ator nos cenários em que é provocado pelos movimentos sociais. Conforme os pesquisadores, a tensão gerada entre o contexto sócio-histórico e político e o crescimento das demandas dos sujeitos pelo reconhecimento de suas identidades, pressiona a institucionalidade estatal a tomar posições que reorganizam os arranjos e as estruturas de poder. Por isso, na esteira do que alegam os autores, entende-se que o Estado "[...] não consiste em um "ente" ou sujeito a conjugar verbos por si mesmo. "Estado" consiste em seu próprio fazer, de que é parte inclusive o exercício de sua invocação como ente ou sujeito, tal qual é parte o esforço de construção de sua separação em relação àquilo que é tido, do outro lado, como sendo "a sociedade", "a economia", "a religião" ou "a sexualidade". Sendo assim, faz-se Estado nas práticas e em seus agenciamentos, até mesmo no conflitivo processo de constituição de suas fronteiras. Práticas de Estado se realizam em decisões judiciais [...] [que] concernem, enfim, aos conflitos a respeito da fixação da imagem de um Supremo que decide e, com isso, reconhece ou não direitos, conforma ou não sujeitos de direitos" (Vieira e Filho, 2020, p. 1090–1091).

decisões legais do Judiciário[48]. "A população LGBTQIA+, que existe e vive dentro do corpo social, passou a compreender a judicialização como um caminho necessário para a reafirmação de sua legitimidade" (p. 1226), justificam eles.

Sob este ângulo, uma das conquistas mais recentes, na esfera jurídica, efetivou-se, justamente, no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2019, equiparou a LGBTfobia,[49] ao crime de racismo e, em 2023, ao de injúria racial. Ao acolher essas ações, impetradas por grupos da sociedade civil e partidos políticos, a Suprema Corte reconhece a omissão do Legislativo e do Congresso Nacional em constituir legislações federais capazes de garantir a proteção da vida e da dignidade desses indivíduos, seguindo os preceitos da Constituição Federal de 1988 que, conforme aponta Vecchiatti (2019), assegura a todos e todas os/as brasileiros/as o "direito fundamental e humano a não-discriminação" (p. 451).

Com efeito, Bezerra, Ribeiro e Almeida (2024) atentam para o fato de que as idiossincrasias da sociedade brasileira, produzidas, em grande medida, com os processos colonizatórios e as ocupações territoriais, dos corpos e da subjetividade dos povos originários (Núñez, 2022), fazem com que as diferenças no campo das sexualidades sejam interpretadas a partir de uma lógica dicotômica, binária e normalizadora. Esse quadro, avaliam os pesquisadores, tensionam valores e regras comportamentais inscritas sob um código moral implantado sobre a população nacional, refletindo diretamente na agência dos sujeitos e na

48 Em que pese não esteja no escopo desta pesquisa, consideramos importante mencionar uma discussão provocada por Monica (2020) quanto aos discursos liberais que, segundo ele, têm sido, em sua maioria, inseridos no interior das decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no que concerne às questões LGBTQIA+, assim como nas associadas às de raça e gênero, reduzindo a criticidade e colonizando as pautas vinculadas aos direitos homossexuais. No entendimento do pesquisador, os movimentos sociais ideologicamente alinhados à Esquerda do espectro político visualizam na Suprema Corte uma esfera capaz de garantir conquistas para a proteção dos direitos humanos e dos direitos fundamentais desses sujeitos. Ocorre que estas deliberações terminam por resultar em anuências situacionais concedidas por um dos atores que, sistemática e estruturalmente, estão alinhados à manutenção de um poder hegemônico que, historicamente, se concentra sob o domínio de uma camada bastante restritiva da população. Com isso, Monica (2020) alerta para o fato de que muitas das decisões do STF não produzem transformações na matriz de dominação de um grupo sobre o outro (neste caso em específico, o de pessoas cis-heterossexuais em detrimento aos LGBTQIA+), reproduzindo, em larga escala, as hierarquias de opressão que, se não impedem, tornam pouco provável a emancipação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos. Expõe ele: "[...] será que quando esses grupos realizam algum tipo de solicitação por mudanças político-jurídicas ao Estado, ainda conseguem guardar o viés crítico e promover mudanças para além do paradigma liberal ou são absorvidos por esse paradigma hegemônico? Partindo do pressuposto de que estamos efetivamente diante da hegemonia liberal, compreende-se que a maioria das ações por mudanças na estrutura do Estado, quando promovidas por intermédio de seus próprios instrumentos burocráticos, transitarão dentro das possibilidades concedidas pela própria hegemonia, já que, para ser hegemônico, precisa guardar intacto o seu núcleo fundante (Monica, 2020, p. 1360)".

49 Embora seja um termo relativamente recente, nesta dissertação utilizaremos a expressão "LGBTfobia" para nos referirmos ao preconceito e a discriminação deflagradas em razão das orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, tendo em vista que é esta a nomenclatura adotada a partir do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que se trata de crime equiparado ao racismo, em 2019. Por extensão, quando o seu uso for em demasia, considerando-se critérios de redação, serão adotados os termos adjacentes "homofobia" e "transfobia". Este último, por sua vez, quando a discussão se tratar de preconceito direcionado às pessoas trans*.

capacidade de o Estado se demonstrar apto a reconhecer a pluridiversidade de pessoas que o compõem.

De forma similar, Bento B. (2017) pontua que, sob esta perspectiva, o Estado brasileiro tem se demonstrado, em larga escala, um espaço de oposição entre este reconhecimento das populações LGBTQIA+ e as condições materiais e socioestruturais para garanti-lo. Neste sentido, Peixoto (2018) acrescenta que as violências e brutalidades aplicadas contra estes sujeitos estão direta e proporcionalmente associadas a uma estrutura de sociedade calcada em um padrão cis-heteronormativo e excludente, tanto dentro quanto fora das instituições políticas que detém o poder no país.

Para a pesquisadora (Peixoto, 2018), ainda que haja divergências teóricas e conceituais em torno das definições dos números da LGBTfobia[50], sua criminalização é um marco importante para se discutir como o preconceito e a discriminação que resultaram no assassinato de cerca de seis mil pessoas LGBTQIA+ entre os anos de 2000 a 2023 (Observatório de Mortes e Violência LGBTI+, 2024) estão inscritas nos eixos da colonialidade, significando mais do que uma violência de ordem subjetiva, como o sufixo '-fobia' acrescentando ao acrônimo 'LGBT' sugere. Observa ela que

> sejam os nomes "homofobia"[51] ou "LGBTfobia", ambos direcionam para a compreensão da violência como algo "fóbico", ou seja, como se fosse um medo, um pânico ou uma aversão a algo ou a alguém motivado por questões muito mais subjetivas, psíquicas e alheias aos incrementos históricos e socioculturais. Apontam para a psicopatologização do sujeito homofóbico, o que esvazia do horizonte de compreensão a dimensão sociocultural e material desse tipo de violência, colocando mais ênfase em estados psicológicos individuais e não em processos constitutivos da nossa sociedade patriarcal e heteronormativa (Peixoto, 2018, p. 19).

Assim, resta evidenciado por Bezerra, Ribeiro e Almeida (2024) e Peixoto (2018), que a parcela LGBTQIA+ da população brasileira é um alvo constante de uma ofensiva anti-gênero e da imposição de uma gramática moral e sexual que, sublinham os autores, se configuram tributárias de uma relação hierárquica e socialmente constituída, tendo como norma um modelo

[50] Peixoto (2018), assim como Bento B. (2017), apontam haver uma hierarquização nas mortes envolvendo pessoas LGBTQIA+ no Brasil. Para ambas, as estatísticas, apesar de comprovarem os altos índices de violência denunciados pelos movimentos e organizações sociais, não necessariamente apontam que estes índices são mais elevados entre as pessoas trans*, historicamente a parcela mais segregada dentre o que se constituiu como comunidade LGBTQIA+. Peixoto (2018) também pontua que a própria concepção deste acrônimo reúne as dimensões da identidade de gênero e da orientação sexual, sendo um dos fatores que provoca essa invisibilidade. As críticas das pesquisadoras são relevantes para se pensar sobre os recortes e os apagamentos que ocorrem no interior dos movimentos de lutas por direitos das minorias sexuais.

[51] Peixoto (2018) faz referência a uma das formas pelas quais o preconceito e a discriminação contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos se constituiu. Apesar de ainda utilizada, a expressão 'homofobia' tem dado espaço à expressão 'LGBTfobia', sobretudo após 2019, quando o Supremo Tribunal Federal criminalizou este tipo de conduta discriminatória.

de indivíduo que reproduz a binaridade dicotômica do sistema sexo-gênero (Rubin, 2017; Butler, 2020). Contudo, há trincheiras de resistência confrontando essa estrutura, produzindo rupturas no tecido social no qual as sexualidades não normativas são deslocadas à dissidência. Desde que os movimentos LGBTQIA+ passaram a atuar organizadamente no país, começando a ocorrer, segundo Quinalha (2022), no final dos anos 1970, uma das demandas centrais que concentra os ativismos é a produção de um constructo para acolher institucional e legalmente esta população.

Diante deste quadro no qual a defesa do direito fundamental à vida, ao não encontrar respaldo na esfera legislativa, se torna uma exigência para o Judiciário, é que se identifica de que maneira a intersecção entre as categorias de raça, gênero e sexualidade foram articuladas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) durante os julgamentos da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26) e do Mandado de Injunção (MI) 4733. Ocorridos em 2019 e em 2023, respectivamente, são estes debates que vão resultar na equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo e injúria racial.

Impetradas, à época, pelo Partido Popular Socialista (PPS) — atual Cidadania — e por organizações LGBTQIA+, sendo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) a entidade responsável por levar o tema para a Suprema Corte, as contendas judiciais pleiteavam o reconhecimento das discriminações por orientação sexual e identidade de gênero como crimes por meio do STF. Apesar de constantemente provocado, o parlamento brasileiro tem se omitido de suas prerrogativas constitucionais vinculadas ao assunto, materializando o conservadorismo do Congresso e deslocando para outros entes federativos as intervenções que possam assegurar a proteção das minorias sexuais e de gênero.

Na complexa cadeia de opressões e hierarquias que resistem como reflexos desse engendramento sócio-histórico produzido pela colonialidade, as vidas das pessoas LGBTQIA+ se tornam aspectos sensíveis para os movimentos sociais e organizações políticas constituídas por ativistas e militantes que, ao politizarem suas identidades sexuais, materializam aquilo que Lugones (2014) enunciou como “proliferação relacional subjetiva/intersubjetiva de libertação (p. 939)”. Para a pesquisadora argentina, ainda que a colonialidade se mantenha, reiteradamente, em atualização, os sujeitos em contextos coloniais recorrem a estratégias e mecanismos que fraturam o *lócus* em que estão inseridos, tensionando movimentações que rompem o tecido social desse sistema-mundo moderno/colonial e do sistema sexo/gênero.

> A subjetividade que resiste com frequência expressa-se infrapoliticamente, em vez de em uma política do público, a qual se situa facilmente na contestação pública. Legitimidade, autoridade, voz, sentido e visibilidade são negadas à subjetividade oposicionista. A infrapolítica marca a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação. Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/ as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a "libertação" perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas (Lugones, 2014, p. 940).

Os aspectos que incidem sobre a infrapolítica, seguindo a compreensão de Lugones (2014), levam as organizações sociais a provocarem as esferas institucionais destes sistemas buscando a contenção da violência e/ou a efetiva proteção dos sujeitos re-identificados pela colonialidade. Dessa forma, como pontua Quinalha (2021), identifica-se, no Brasil, mobilizações de resistência LGBTQIA+ organizadas nos anos 1970, no período em que o país enfrentava a Ditadura Civil-Militar. Silenciado entre os anos de 1964 a 1985, o movimento de luta por direitos e pelo enfrentamento ao preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, se tornou mais uma das organizações sociais inseridas na extensa lista de inimigos da moral e dos bons costumes no país dos militares.

O movimento homossexual era, neste período, incipiente, composto por homens e mulheres que estavam deslocados às margens dos partidos e organizações sociais de Esquerda, provocando um debate interpretado como secundário para a luta dos trabalhadores (Trevisan, 2018). O apagamento das sexualidades, inclusive, é também uma estratégia política, assinalada por Quinalha (2021) como um dos dispositivos de controle e regulação dos sujeitos. Durante os 21 anos em que os militares exerceram um poder autoritário e ditatorial no Brasil, o que restou aos sujeitos LGBTQIA+ foram as políticas repressivas que tinham o intuito de invisibilizar as formas de existências que não reproduziam um padrão de pertencimento à norma social, conforme apontam as investigações de Cowan (2021), Fernandes (2021), Fraccaroli e Vieira (2018), Ocanha (2018), Rodrigues (2021) e Serrano (2020).

Neste sentido, a gramática moral e a pauta de costumes foram mecanismos acionados pelo governo militar para, de acordo com Rezende (2013), estabelecer um ordenamento social, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, no qual as identidades sexo-dissidentes eram combatidas como sendo inimigas da família e, em última instância, da pátria. Na esteira desse debate, Serrano (2020, p. 184) observa que embora não houvesse uma perseguição institucionalizada às dissidências sexuais e de gênero, os grupos minoritários passaram a ser

identificados como “adversários do progresso brasileiro”, justificando, com isso, as violações e violências a que estas pessoas eram submetidas.

Porém, ainda que tenha contribuído para alargar e fortalecer o preconceito e o apagamento sócio-histórico de pessoas LGBTQIA+, seria irresponsável afirmar que é a Ditadura Civil-Militar quem inaugura a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no Brasil. Revisitando a história do país desde a colonização é possível mapear os traços de opressão e as regulações e controles impostos aos povos originários, engendrando a sexualidade do brasileiro no interior de uma estrutura colonial de poder e gestão do sexo, do gênero e do desejo (Butler, 2020; Mott, 2001; Trevisan, 2018).

Se é verdade, portanto, que a segregação social prescrita aos sujeitos LGBTQIA+ não se inicia com o avanço de uma política conservadora e antiprogressista, também é coerente afirmar que é em razão deste processo que se intensificam o ódio, o estigma e a marginalização destes indivíduos. Tanto Quinalha (2021) quanto Serrano (2020) citam, por conseguinte, este como um ambiente desfavorável para o enfrentamento destes estereótipos. Ao intensificar a reprodução de um ordenamento moral e restritivo em relação à sexualidade, a Ditadura Civil-Militar contribuiu para a marginalização dos movimentos homossexuais no Brasil. Mas, com a redemocratização do país, a partir de 1986, estes associativismos, gradualmente, começaram a ganhar espaço e representatividade nas instâncias partidárias.

Por mais que a homossexualidade e a transgeneridade continuassem sendo percebidas como um elemento capaz de promover distúrbios sociais, reforçando as distorções e os estereótipos sobre as orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, como argumentam Câmara (2018), Pires Lima e Sampaio (2018) e Serrano (2020), os militantes tributários desta causa tensionam as esferas de poder por transformações na emancipação social dos sujeitos LGBTQIA+. Apoiando e se incorporando nas trajetórias e nas reivindicações dos movimentos negros e feministas, que também amealhavam crescer em meio a retomada da democracia brasileira, os coletivos LGBTQIA+ partem de um contexto de isolamento para, conforme MacRae (2018), se interseccionarem aos chamados grupos minoritários. Essa intersecção entre a raça, o gênero e a sexualidade, ocorrida no final dos anos 1980 e que será mobilizada décadas mais tarde pelo Supremo Tribunal Federal, também é diagnosticada por Pereira (2018).

Motivada também por esse aspecto, Facchini (2018) reflete acerca do amadurecimento do processo político, no decorrer dos anos 1990, em que as identidades sexuais são politizadas e estabelecem relações institucionais com o Estado. O que a autora chama de “centramento” (Facchini, 2018, p. 318) produz um “sujeito político estável” (p. 318), destacadamente inserido,

mesmo que sub-representado, nas esferas de gestão governamental. Um marco significativo neste quadro é a incorporação da comunidade LGBTQIA+ na agenda do Estado brasileiro, com a criação de novas associações e entidades de defesa de direitos destes indivíduos atuando concomitantemente ao Executivo.

Ainda que o impacto político da formatação de redes, coletivos e movimentos organizados em defesa dos direitos humanos e dos direitos fundamentais das populações LGBTQIA+ seja discutido no capítulo quatro, quando o ingresso desses sujeitos na arena política institucional estará em evidência, cumpre mencionar como essa atuação ativista e militante produzirá efeitos legais na construção de garantias de promoção e proteção das identidades dissidentes no país, tendo como exemplo a criminalização e a equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo e injúria racial. Neste cenário, o ingresso em cena de novos atores sociais possibilita tanto a pressão por avanços quanto permite uma ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ identificada no Brasil nas últimas duas décadas, como salientam Quinalha e Souto Maior (2023).

Facchini (2020) argumenta que esta aparente contradição responde às políticas de repressão e estigmatização fortemente vinculadas às pessoas LGBTQIA+, ampliadas durante o regime militar; e a mudança de contexto político internacional, com o despontar de projetos neoconservadores e autoritários de gestão. Nesta correlação de forças, os anos 2000 iniciam com um aceno favorável à promoção da cidadania LGBTQIA+, conforme descreve Facchini (2020, p. 42), explicitando que

> o processo de reconhecimento dos sujeitos do movimento como sujeitos de direitos desenvolve-se como desdobramento dos ciclos de mobilização relacionados à Constituinte, e é concomitante à abertura de espaços de diálogo e de participação socioestatal, como comitês e conselhos. O ápice desse processo de cidadanização ocorre nos anos 2000, com a criação de estruturas de gestão dedicadas a políticas para mulheres, igualdade racial e combate à homofobia, além da convocação de conferências em âmbito municipal, estadual e federal, destinadas a embasar a formulação e a avaliação de políticas públicas (Facchini, 2020, p. 42).

Essa cidadanização institucional se traduz como políticas afirmativas para as pessoas sexo-dissidentes — não obstante seu alcance e acessos guardem proporções que merecem ser detalhadas em uma análise específica. Tanto pela via do Executivo quanto pela do Judiciário, o reconhecimento aos LGBTQIA+ como sujeitos de direitos assegura a estes indivíduos a possibilidade concreta de, no limite, sentir-se cidadão, conforme atesta a Constituição Federal. O mesmo, porém, não ocorre em relação ao Legislativo, que ora se mantém omisso, ora tensiona a derrubada das garantias legais obtidas pelos movimentos sociais nos últimos anos. Se soma a

isso o fato de a violência e as violações contra os direitos humanos das pessoas LGBTQIA+ continuarem crescendo sem nenhuma intervenção do Congresso Federal que assegure a proteção da vida destes sujeitos.

Como visto anteriormente, a subjugação moral e comportamental dos povos originários, assim como o engendramento das relações sociais, afetivas e sexuais imposto pelo processo de colonização (Fernandes, 2017; Núñez, 2022; Mott, 2001; Trevisan, 2018), terminam por encapsular a diversidade sexual e de gênero em um padrão binário, dicotômico e sustentado por um modelo ideal de sujeito universal. Ou seja, como situa Fernandes (2017), desde a ocupação do território que daria contorno ao Brasil, a possibilidade concreta de existir enquanto indivíduo está, diretamente, vinculada a condição da categoria de humano, atribuída àquelas e aqueles que se incluíssem no constructo alegórico da Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005), reproduzindo o ideário do colonialismo no qual o masculino, o sujeito homem-branco-cis-heteronormativo, detém a hegemonia sócio estrutural.

O transcorrer dos séculos entre a colonização e as mudanças ocorridas no país não foram suficientes para o ordenamento social tornar as identidades sexo-dissidentes parte constituinte da sociedade. No período que antecede a Ditadura Civil-Militar, assim como durante e após a sua ocorrência, a mobilização de um arcabouço moral e em defesa da família nuclear, mantém a marginalização, o estigma e a brutalização contra os corpos LGBTQIA+, conforme aponta Facchini (2020). Na esteira desses movimentos históricos, defendem Ferreira Souza e Feliciano (2020), as violências e as discriminações sofridas por estas populações se perpetuam sob diferentes aspectos e com intensidades e formas também distintas, misturando-se às violações institucionais, como o acesso precário à saúde e a educação públicas, por exemplo; e ao índice permanentemente elevado de assassinatos tendo como origem a LGBTfobia.

Facchini (2018) situa a operacionalização desta categoria analítica e de enquadramento nos anos 1990, sobretudo a partir da publicação de indicadores e levantamentos conduzidos por organizações não-governamentais, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), relacionando os números de crimes e homicídios motivados pela intolerância às orientações e identidades sexo-dissidentes. Mendes *et al*. (2021, p. 5616) corroboram o uso da ferramenta interpretativa citada por Facchini (2018), provocando a intersecção com a ojeriza e a abjeção aos corpos das pessoas trans* para potencializar o conceito e as atribuições a ele vinculadas. Os autores, que partem do termo homofobia para posicionar o desdobramento do tema, complementam ainda que

> apesar do conceito de homofobia significar uma manifestação arbitrária, que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal, restringindo-se as identidades afetivo-sexuais de lésbicas, gays e bissexuais, os assim denominados

> "crimes de ódio" representam também as manifestações de discriminação, medo ou ódio com base na identidade de gênero, configurando-se como transfobia. Contudo, o neologismo usado atualmente pelo movimento social de LGBT internacional é intitulado como LGBTfobia, que tem englobado no referido termo, a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia, demarcando que as vítimas são escolhidas porque são consideradas ou percebidas como LGBT (Mendes *et al*. 2021, p. 5616).

Ao analisar os números de assassinatos registrados contra as pessoas LGBTQIA+ no Brasil nesta última década, Mendes e Silva (2020) argumentam que a omissão do Congresso Federal é um dos fatores que sustenta a reprodução da violência no país, uma vez que a ausência de mecanismos para o enfrentamento do problema acentua a distância entre o direito, a política pública e o cidadão. Nesta perspectiva, mesmo cercada de limitações, os autores avaliam como positiva a deliberação do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em 2019, equiparou o crime de LGBTfobia ao de racismo e injúria racial.

Ocorre que entre as mobilizações do então movimento homossexual brasileiro, ainda durante a Ditadura Civil-Militar, e o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e do Mandado de Injunção (MI) 4733, mais de 40 anos de violações aos direitos humanos e de homicídios foram registrados sem que o parlamento brasileiro legislasse em prol da defesa da vida destes sujeitos. Em um cenário marcado pelo apagamento sócio-histórico e pela repressão à diversidade sexual e de gênero, a negligência do Estado em legislar sobre a efetiva proteção de uma parcela de sua população faz com que a sociedade, de forma geral, encontre maneiras de naturalizar as agressões que perpassam essa comunidade. Peixoto (2020, p. 245) destaca este aspecto evidenciando que as instituições "disciplinam e punem os corpos", podendo "contribuir para a repulsa, o cerceamento à liberdade e a violação de direitos humanos de LGBTs, obstruindo um conjunto de direitos sociais básicos dessas pessoas".

É em razão desse panorama que Silveira (2023) aponta para a emergência dos debates levados ao STF pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) e pelo então Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania, entre os anos de 2012 e 2013, respectivamente. Nas ações, tanto a organização social quanto a partidária, buscam uma manifestação da Suprema Corte em face à omissão do legislativo em constituir um arcabouço legal para a criminalização e a tipificação penal do preconceito e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Na instância mais elevada do Judiciário brasileiro, entre prós, contras e abstenções, as argumentações requerendo a criminalização das discriminações, discursos de ódio e violências físicas e/ou psicológicas motivadas na orientação sexual e identidade de gênero (Vecchiatti, 2018), terminaram por obter êxito e o Plenário deliberou, em junho de 2019, por maioria, pelo enquadramento da LGBTfobia

ao crime de racismo, definido pela Lei 7.716/1989, até que o Congresso Nacional edite lei específica sobre a matéria.

Já em 2023, ainda sem o Legislativo assumir sua competência constitucional em produzir leis capazes de enfrentar a problemática da violência contra LGBTQIA+, o STF posiciona-se, outra vez, na proteção destas populações, instrumentalizando a aplicabilidade da decisão proferida quatro anos antes. Em agosto daquele ano, o Pleno da Corte considerou que atos ofensivos e discriminatórios infligidos em desfavor da comunidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos podem ser classificados como injúria racial, conforme artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal. A equiparação da LGBTfobia ao crime de racismo, defendida pela maioria do Supremo, é o elemento que intersecciona a raça, o gênero e a sexualidade no Brasil, considerando todas as dimensões sócio-históricas inseridas nestes eixos de opressão, como explica Akotirene (2023).

Embora se caracterizem como elementos suscetíveis de serem interpretados em maior profundidade por estudos de natureza hermenêutica jurídica, as ações impetradas junto ao STF, nesta investigação, assumem relevância em razão da articulação possível entre as categorias sociais que se apresentam, conforme descrito anteriormente, hierarquias constituídas pela Modernidade/Colonialidade (Quijano, 2005). Esta compreensão se sustenta a partir do teor da decisão proferida pela maioria dos ministros da Corte. Em 2019, ao enquadrarem a LGBTfobia como crime de racismo, os magistrados declaram que o racismo precisa ser encarado à luz de sua dimensão social, ou seja, para além das questões exclusivamente fenotípicas e biológicas. Na tese da ADO 26 (Supremo Tribunal Federal, 2019), tem-se delineado que

> o conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito (Supremo Tribunal Federal, 2019).

O reconhecimento do racismo como um fenômeno sociocultural possibilita ao ordenamento jurídico estender o alcance deste conceito para abrigar as violências e discriminações motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero. Essa ampliação permite inferir que o enquadramento realizado pela Suprema Corte se traduz em possibilidade concreta de aplicação penal. Isso porque se compreende que o gênero e a sexualidade, enquanto

dimensões de poder, contribuem para a fragilização dessas populações em um país estruturalmente moldado por um padrão masculino, branco, binário, dicotômico e cis-heteronormativo. Lugones (2020) acrescenta que a intersecção entre as categorias de raça, gênero e sexualidade explicita as opressões sistemáticas impostas pela colonialidade do poder e do gênero às relações sociais que se estabelecem nos países colonizados, como o Brasil. Para a autora argentina, a colonialidade, por consequência, deve ser compreendida em sua amplitude também como um sistema que organiza e atravessa os sujeitos na sua subjetividade. Justamente por isso, defende ela, o grau de violência destinado às populações LGBTQIA+ é tão expressivo.

Como resultado da transferência de um modelo baseado no binarismo de gênero e na cis-heterossexualidade compulsória, tem-se a supressão e o apagamento de uma série de práticas, comportamentos e manifestações afetivas e sexuais que se registravam entre os povos originários. A criminalização das identidades sexo-dissidentes destas populações se mostra diretamente relacionada a expansão histórica da colonização, terminando por encapsular e hierarquizar as formas de existência dos sujeitos. Nestes processos, as orientações sexuais e identidades de gênero não-normativas são, assim como o critério racial, utilizadas pela colonialidade como dispositivo de controle e regulação disciplinar dos corpos. Ao mobilizar estes elementos como fenômenos socioculturais, equiparando os crimes de LGBTfobia ao de racismo, o Supremo Tribunal Federal sinaliza para a vulnerabilidade a que as pessoas LGBTQIA+ estão inseridas, sustentando a intrínseca relação entre as opressões de raça, gênero e sexualidade.

4 "RADICAL É EXISTIR SENDO QUEM SOMOS?"[52] MOVIMENTOS E TENSÕES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS E ELEITORAIS DE PESSOAS AUTODECLARADAS LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL NO PERCURSO DA PESQUISA

O presente capítulo será mobilizado com a finalidade de se diagnosticar como e em quais condições os corpos e as identidades re-identificadas vão provocar tensionamentos ao se movimentarem em espaços de representação político-partidários e eleitorais de municípios do Rio Grande do Sul, observando-se também se a LGBTfobia compõem este cenário. Ao colocar seus corpos e suas identidades sexo-dissidentes nas disputas por cargos eletivos em câmaras de vereadores, estas populações adentram um território que, conforme Barros (2023) e Lelis (2021, p. 20), no Brasil é, historicamente, marcado por "discriminações fundantes [e] elementos desencadeadores de desumanização, produtores de desigualdades concretas", cujos enfrentamentos, contraditoriamente, passariam também pela pluralização de sujeitos que ocupam essa esfera representativa.

Neste sentido, convém apresentar de que maneira se deram as construções dos campos de pesquisa, suas delimitações, instrumentos e procedimentos metodológicos. Para Beaud e Weber (2007), tornar próximo aquilo que, aparentemente, se supõe distante e desconhecido é uma das razões pelas quais os cientistas sociais deveriam se dedicar a elaborar, em suas investigações, a desnaturalização de estruturas e práticas "que se acredita serem 'naturais' uma vez que foram naturalizadas pela ordem social como práticas econômicas, alimentares, escolares, culturais, religiosas ou políticas, etc." (p. 10). Os pesquisadores acreditam que, sobretudo em contextos de opressão e subordinação, esses estudos contribuem para que as narrativas tenham condições de serem também disputadas e contadas a partir da perspectiva dos dominados, podendo "por vezes reabilitar práticas ignoradas, mal compreendidas ou desprezadas" (p. 10).

Com efeito, ao estimularem uma outra forma de olhar para os fenômenos sociais, culturais e políticos que circundam as sociedades, Beaud e Weber (2007) destacam a importância que assumem as pesquisas de campo e as produções de dados empíricos como instrumentos intrínsecos ao fortalecimento do próprio fazer científico, uma vez que o conhecimento compartilhado advindo dessas intersecções amplia a compreensão sobre as

[52] Declaração feita pelos entrevistados M. K. K. L (2024) e T. M (2024) ao falarem sobre como suas campanhas foram vistas em suas respectivas cidades.

realidades complexas e multifacetadas que atravessam diferentes dimensões dos espaços sociais nos quais distintos grupos estão inseridos.

Nesta pesquisa, conforme descrito no item 1.3 (Métodos e Procedimentos de Pesquisa), além da consolidação de uma linha argumentativa e interpretativa ancorada em um marco teórico-referencial oriundo das Epistemologias do Sul, se adotam os procedimentos de observação direta do cotidiano político-partidário e eleitoral de pessoas LGBTQIA+, com o uso de técnicas e subsídios de etnografia, e a aplicação de uma entrevista semiestruturada, além da adoção de um caderno de notas de observação como mecanismo de registro de pontos de interesse do pesquisador. A combinação destes instrumentos e métodos foi desenhada tendo em vista a necessidade de se ampliar o volume e as fontes de informações para que, desta forma, o fenômeno social analisado pudesse ser examinado em toda sua complexidade.

A observação direta e o uso de técnicas etnográficas, baseadas na esteira do que posicionam Ataídes *et al.* (2021) e Beaud e Weber (2007), permitiram ao pesquisador perceber e registrar situações de violência simbólica e material, discursos e práticas discriminatórias, bem como inúmeras tentativas de apagamento e invisibilidade social e política durante o período eleitoral de 2024[53], quando ocorreu a produção de dados em seis cidades do Rio Grande do Sul.

Estes instrumentos metodológicos adotados em uma pesquisa de campo fomentam a aproximação e fortalecem os vínculos de confiança e reciprocidade entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados - sendo estes dois dos elementos que Becker (1993) considera como fundamentais na produção de estudos e análises qualitativas. Essas interações, tendencialmente, originam dados primários e descrições que, reforça o autor, são essenciais para que os comportamentos, hábitos e dinâmicas coletivas sejam interpretados em acordo com a realidade experimentada pelos grupos e pessoas estudados, como é o caso deste em questão.

Observar, descrever, refletir sobre o que se identificou e conceituar o que se descreveu: Ataídes *et al.* (2021), assim como Becker (1993) e Beaud e Weber (2007), pontuam que as tarefas da pesquisa de campo demandam disposição, disciplina, olhar crítico para a produção de dados e objetividade, bem como exigem criatividade e capacidade de improvisação do pesquisador para trabalhar com as ambiguidades que atravessam tanto os sujeitos quanto os espaços pelos quais eles transitam - em especial quando esta esfera se dá nos ambientes político-partidários e eleitorais.

53 As Eleições Municipais de 2024 ocorreram entre os dias 16 de agosto a 06 de outubro. Em cidades com segundo turno, o período eleitoral se estendeu até 27 de outubro.

A cientificidade dos métodos utilizados nesta pesquisa encontram assente nas posições defendidas por Ataídes *et al.* (2021), Becker (1993), Beaud e Weber (2007) e em Lima *et al.* (2007) Para estes autores e autoras, a definição sobre quais procedimentos funcionam melhor para responder ao problema investigado deve estar suficientemente amparada em instrumentos que tornem possível conferir credibilidade, rigor e confiabilidade aos resultados. Justo por isso, afirma Becker (1993), é aconselhável "saber o que estamos escolhendo *[em relação aos métodos e procedimentos]* quando de fato escolhemos" (p. 40); principalmente, porque, como advertem Beaud e Weber (2007), as ciências humanas e sociais não estão desvinculadas de um proceder que, ao se debruçar sobre a realidade e a agência dos sujeitos, é também político.

> Mesmo que se esforce sempre por respeitar normas de cientificidade e não cesse de interrogar-se sobre a estranheza do fato social, a pesquisa etnográfica nas sociedades contemporâneas não é um instrumento neutro da ciência social. É, também, um instrumento de um combate ao mesmo tempo científico e político. [...] Por princípio, manifesta ceticismo diante das análises "generalistas" e dos recortes preestabelecidos do mundo social. [...] Preocupa-se sempre com ir ver mais de perto a realidade social, livre para ir de encontro às visões oficiais, a opor-se às forças que impõem o respeito e o silêncio, àquelas que monopolizam o olhar sobre o mundo. Se quiser tornar-se pesquisador, armar-se com essa curiosidade rebelde e crítica, seu primeiro ato deve ser ao mesmo tempo científico e político. É essa curiosidade que conduzirá você a impelir suas investigações, a observar nos detalhes, a agir por aproximação ou zooms [...] (Beaud e Weber, 2007, p. 11).

Orientada por essas premissas e diante de um cenário em que a atualidade dos fatos exige uma postura crítica e interdisciplinar para a produção de um conhecimento científico polissêmico, esta pesquisa propôs-se a investigar, no âmbito de municípios do Estado do Rio Grande do Sul, como as pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ se movimentam e tensionam os pleitos eleitorais com o objetivo de conquistar cargos eletivos em câmaras de vereadores. Ainda, se busca refletir a respeito da incidência da LGBTfobia como uma estrutura colonial de poder nestes locais. Conforme referenciado no item 1.1 (Problema de pesquisa, objetivos e justificativa) desta dissertação, são os legislativos municipais as instâncias de poder mais próximas dos cidadãos e sob os quais recaem o maior número de demandas relacionadas ao cotidiano das cidades, independente da densidade demográfica e populacional, extensão territorial ou de sua estrutura administrativa.

Por consequência, ponderam Barros (2023), Feitosa (2019) e Santos (2016), são estas casas legislativas que absorvem discussões emergentes e que potencializam debates de cunho econômico, cultural, religioso e moral, com impactos profundos na regulação e na gestão da agenda política dessas localidades, instrumentalizando tanto a busca por garantias legais de proteção e promoção de direitos humanos quanto o avanço de pautas conservadoras, como

notadamente acrescenta Afonso-Rocha (2023) ao contrapor o aumento da participação de movimentos e organizações LGBTQIA+ na esfera pública com a ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ em curso no Brasil nos últimos anos, em especial a partir da ascensão de Jair Bolsonaro (atualmente filiado ao Partido Liberal) à presidência da República, em 2018.

Nas cidades brasileiras e em suas estruturas institucionalizadas de representação político-partidário, tomando-se, nesta pesquisa, o caso específico dos parlamentos municipais, Cardoso (2022) indica que a estratificação do poder reproduz um perfil hegemônico de ocupação de espaços eletivos nos legislativos: homem, branco, cisgênero, heterossexual, não jovem, detentor de meios de produção e empresários, assim como muitos destes sendo integrantes de famílias que transferem de um membro a outro o exercício das funções políticas.

De forma semelhante, Santos (2016) ressalta que a baixa representatividade de grupos subalternos e "socialmente desprivilegiados" (p. 62) nestas esferas se traduz na ausência latente nos debates públicos que versam sobre a obtenção de conquistas e direitos legais para as populações marginalizadas e periféricas, afastando-as das dinâmicas participativas no âmbito das políticas partidárias e eleitorais e, consequentemente, do ingresso desses sujeitos nestas estruturas. Conforme o autor, mulheres, pessoas LGBTQIA+, populações racializadas, indígenas, quilombolas e os imigrantes são deslocados às margens deste modelo de sociedade que se produz e se reproduz a partir de um padrão único e universal de pertencimento, limitando o acesso tanto a recursos materiais e financeiros que subsidiam candidaturas, por exemplo, quanto a própria "ambição por ocupar posições de poder e das habilidades pressupostas para a ação na esfera política institucional" (Santos, 2016, p. 62).

A este cenário de grupos socialmente re-identificados com as categorias hierárquicas e de classificação da Modernidade/Colonialidade, com baixa representatividade política e eleitoral em espaços institucionais e eletivos, se acrescenta outro fator significativo para que a investigação tenha como foco a análise da movimentação e do tensionamento provocado por sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ em legislativos municipais do Rio Grande do Sul: a ausência de estudos qualitativos e interdisciplinares empreendidos tendo como objeto a atuação de pessoas sexo-gênero e identidades dissidentes nestes locais, conforme demonstrado no item 1.1.

No caso específico do Rio Grande do Sul, se observa um contexto onde as dinâmicas de representatividade e exclusão nas câmaras municipais revelam um contraste significativo entre a diversidade populacional e a hegemonia de determinados perfis políticos. Oliveira (2018), ao analisar a historiografia político-partidária do Estado e compará-la a resultados eleitorais pós-redemocratização; e Coelho (2022), ao sistematizar as construções das linhas programáticas das

legendas partidárias, reforçam que as disputas entre as forças progressistas e conservadoras na região conferem uma característica singular para o estudo das práticas e resistências LGBTQIA+ no espaço político, seja porque os partidos políticos conferem identidades políticas aos sujeitos (Coelho, 2022) ou pelo fato de que as fragmentações sociais "estruturam as dimensões do conflito político" (Oliveira, 2018, p. 95) e reposicionam estas mesmas identidades no interior das estruturas representativas.

Não obstante o fato de ser o Rio Grande do Sul o Estado de residência do pesquisador, a definição por este território como o ambiente macro para a produção de dados empíricos atende não apenas os critérios de proximidade e de amplitude de acesso aos locais de investigação (Becker, 1993; Beaud e Weber, 2007), mas também aos objetivos Geral e Específicos do estudo. Do mesmo modo, para um estudo aprofundado, o recorte geográfico foi restringido a seis cidades, o que permitiu ingressos contínuos e mais frequentes e favoreceu uma análise detalhada das dinâmicas locais. Além disso, essa delimitação facilitou a observação de como as pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ se movimentam e tensionam o contexto político em seus municípios em busca de representatividade, enquanto enfrentam o avanço de pautas conservadoras que se intensificam nas cidades (Afonso-Rocha, 2023).

Quando comparado aos demais Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul apresenta outras nuances que o tornam um espaço relevante para se compreender como as populações LGBTQIA+ são percebidas e inseridas nas estruturas e na própria burocracia administrativa que o organiza. Uma delas é a omissão e a ausência de dados estatísticos atualizados capazes de garantir um mapeamento, transparência e informações oriundas de dados abertos a respeito da violência LGBTfóbica praticada contra estes sujeitos, conforme denuncia Brandão (2024).

A pesquisadora do FBSP argumenta que essa invisibilidade nas estatísticas reforça uma condição de negligência acerca destas vidas, além de representar uma falha na própria aplicação penal da legislação que tipificou como crime de racismo e injúria racial os casos de preconceito, discriminação e ataques cometidas contra pessoas sexo-gênero-identidades dissidentes. Declara Brandão (2024) que

> Algumas modificações legislativas, seguidas e entremeadas por decisões judiciais, compõem a trajetória do regramento jurídico antidiscriminatório brasileiro. A salvaguarda formal alimentou justificáveis expectativas de melhora, na garantia de direitos para a população negra e LGBTQIAPN+. Porém, a equação insiste em mostrar resultados que tanto apontam para (i) um vacilante reconhecimento dos marcadores da diferença e (ii) a persistência da naturalização de cidadanias apartadas da dignidade humana. [...] a subnotificação segue como marca da homotransfobia e da violência contra LGBTQIAPN+, que inclui lesão corporal dolosa, homicídio doloso e estupro. Estamos lidando como uma violência oculta, que deixa vítimas sem

> guarida legal, que favorece a impunidade e evidencia a inércia do Estado Brasileiro (Brandão, 2024, p. 110).

Diferentemente do que retratam os levantamentos do 18º Anuário do FBSP (2024) em relação a outras regiões brasileiras, no Rio Grande do Sul, por exemplo, não foram notificados pelos órgãos de segurança pública nenhum crime de lesão corporal, estupro ou homicídio doloso contra pessoas LGBTQIA+ nos anos de 2022 e 2023 (Brandão, 2024). "Desde 2019, o FBSP trata da insuficiência das fontes referentes à população LGBTQIAPN+, problematizando a precariedade dos dados como fator crucial a ser enfrentado" (Brandão, 2024, p. 118).

Goulart (2023) antecipa a crítica de Brandão (2024) enaltecendo que as divergências entre as notificações declaradas pelos governos e aquelas registradas por organizações da sociedade civil, indica a inexistência de um padrão institucional a ser adotado pelo sistema nacional de segurança pública e a morosidade com que o assunto é abordado. Isso acaba por refletir na fragilidade dos levantamentos, prejudicando a composição de bases sólidas destas informações. Justo por isso, Brandão (2024) sinaliza uma diversidade de fontes de consulta que, em múltiplos aspectos, dificultam a produção de instrumentos legais de proteção e promoção de direitos desta população.

Na base de dados abertos da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, que publica desde o ano de 2002, através do Observatório de Segurança Pública, indicadores de diferentes tipos de crimes e de violências, não há campos disponíveis para estratificar os números a partir da orientação sexual e/ou da identidade de gênero das vítimas. A inexistência desses registros públicos impede uma análise expressiva quanto ao cenário de letalidade e de violações de direitos das pessoas LGBTQIA+ no Estado.

Em contrapartida, de forma independente, o Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, composto por uma rede associativa de organizações da sociedade civil, apontou que, em 2023, pelo menos três pessoas LGBTQIA+ foram assassinadas no Rio Grande do Sul vítimas de LGBTfobia (Observatório, 2024). "A violência letal de pessoas LGBTI+ ocorreram dispersas por todo o território brasileiro em 2023. Foram registrados óbitos nas cinco macrorregiões do país e nas 27 unidades da federação, em 149 dos 5.568 municípios existentes no Brasil" (Observatório, 2024, p. 51), revela o documento divulgado pela organização, comprovando a subnotificação de casos no RS.

De forma similar ao divulgado pelo Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ (2024), Goulart (2023) demonstra que a escassez de registros oficiais nos canais governamentais do Rio Grande do Sul não pode ser vista como a ausência de atos de violência cometidos contra as populações LGBTQIA+ no Estado. Mediante solicitação formal à SSP/RS,

via Lei de Acesso à Informação (LAI), e cruzando dados com um levantamento produzido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2022), ela cita que, em 2022, houve 106 ocorrências com indícios de LGBTfobia registradas em território gaúcho; sendo que menos de 20% delas viraram indiciamentos. “A discrepância entre os Estados demonstra que não há uma padronização no registro dos casos de LGBTfobia, dificultando qualquer tipo de interpretação sobre a ocorrência do crime no país” (Goulart, 2023).

A contraditoriedade entre as notificações oficiais e os números publicizados por organizações da sociedade civil se revela uma constante na seara relacionada às condições estruturais e sistêmicas da vida de pessoas LGBTQIA+, o que também reflete, na perspectiva de Zaffaroni (2023), em uma produção ininterrupta de classificação e re-identificação de quais grupos são passíveis de serem reconhecidos como sujeitos de direitos em sociedades colonizadas. Como se buscou demonstrar nesta pesquisa, as estratégias de controle, regulação e dominação das populações colonizadas se atualizam na medida em que estes corpos e identidades sexo-gênero dissidentes se movimentam por diferentes áreas e locais, sejam eles territórios físicos, como as cidades gaúchas, ou ambientes de representatividade, como as esferas político-partidárias.

Todos os fatores expostos estão interligados e justificam a delimitação do estudo para além de uma questão espacial. Tem-se, no Rio Grande do Sul, arbitrariedades e silenciamentos que mascaram as violências, as omissões e os apagamentos sócio-históricos a que estão submetidas as populações LGBTQIA+ que residem em cada um dos 497 municípios gaúchos. Em que pese haja, portanto, um recorte geográfico que estruture esta pesquisa, o critério por excelência na definição dos entrevistados que compuseram a produção de dados em campo se deu pela expressão de um ato político e afirmativo de visibilidade: a autodeclaração de identidade de gênero e orientação sexual não-normativas[54], durante os períodos eleitorais de 2016, 2020 e 2024 - quando ocorreram eleições para vereanças municipais.

Conforme informado no Apêndice B (Critérios de inclusão e exclusão), tal definição se revestiu como o principal eixo de inclusão por representar, além de um dado de identificação, também uma condição de centralidade das trajetórias e da potência de se assumir publicamente em esferas marcadas pela normatividade cisheterossexual. Desta forma, esta pesquisa busca para além de mapear essas experiências dissidentes, captar o modo como tais candidaturas, ao se afirmarem no espaço público, reconstroem os limites simbólicos e materiais da representatividade.

[54] Trata-se aqui das orientações sexuais não heterossexuais - lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, assexuais, etc. - e das identidades de gênero não cisgêneras.

Percorrendo notícias de jornais, informativos partidários, levantamentos elaborados por organizações não-governamentais, entidades e grupos de ativismo LGBTQIA+; contatando candidaturas e lideranças político-partidárias em diferentes regiões do RS e, mais recentemente, acessando a base de dados do Tribunal Superior Eleitoral, chegamos a um total contatado de 12 pessoas autodeclaradas LGBTQIA+, perfazendo o período delimitado (2016, 2020 e 2024). Desse número, oito encaixaram-se nos critérios de inclusão; e seis delas aceitaram participar integralmente do estudo qualitativo, que prioriza a análise aprofundada das vivências e contextos, em vez da quantidade. Essa abordagem permite uma compreensão pormenorizada das experiências políticas dessas candidaturas, com foco nas especificidades e nuances de cada cidade.

A partir destes retornos positivos, os campos para a produção dos dados foram abertos nas cidades de Barra Funda, Caxias do Sul, Cruz Alta, Marau, Novo Xingu e Palmeira das Missões, com duração entre 05 de agosto e 31 de outubro. Convém reiterar que não é, necessariamente, apenas a geografia das cidades gaúchas que nos interessa, mas a maneira como elas se transformam em cenários de enfrentamento, onde se efetivam tanto a presença dessas identidades quanto a atualização das estratégias de resistência. Cada candidatura autodeclarada LGBTQIA+ representa uma transgressão às práticas eleitorais convencionais (Santos, 2016) inscrevendo novos sentidos e reivindicações no imaginário político e desestabilizando, ainda que em pequenas proporções, as estruturas de exclusão que permeiam as esferas de poder e decisão (Feitosa, 2019; Santos, 2016).

Uma vez instalados, os locais de pesquisa passaram a ser visitados em diferentes momentos ao longo do processo eleitoral. Estas idas às cidades respeitaram, por princípio, a agenda de cada candidatura, adequando-se ao contexto da pessoa entrevistada, as atividades e reuniões que foram consideradas importantes e significativas para elas, assim como o tempo disponível que foi concedido ao pesquisador nestas agendas. Com exceção de um dos sujeitos ouvidos, os demais colaboradores estavam expostos e diretamente envolvidos na construção e nas tarefas de suas próprias campanhas.

Nos encontros, houve uma interação mútua entre pesquisador e fontes de pesquisa. Em cada atividade, a interlocução possibilitou o uso de adesivos de campanha e a distribuição de material pelas ruas; visitas aos comitês e residências; caminhadas por praças, ruas e a zona rural; presença em sessões plenárias de legislativos, comícios e carreatas; almoços com familiares entre uma agenda e outra. Com anuência das pessoas candidatas, o pesquisador se inseriu em grupos de *WhatsApp* e pode acompanhar a produção de conteúdo para as redes

sociais, além de receber informações sobre publicações e o andamento das etapas entre o início e o fim das eleições de 2024.

Todos estes momentos foram registrados em diário de campo, como notas de observação para serem utilizadas na construção das narrativas que compõem este capítulo[55]. Após as visitas presenciais, foi mantido o contato semanal com cada uma das seis pessoas, acompanhando o desenvolvimento e a evolução de suas iniciativas eleitorais. As entrevistas foram realizadas durante os encontros com o objetivo de compreender como se deram os envolvimentos político-partidários, elementos da trajetória pessoal e da vida pública, a organização das candidaturas, desafios e vivências como pessoa LGBTQIA+ e os impactos da autodeclaração da identidade de gênero e orientação sexual nos cenários locais.

Os diálogos foram captados e armazenados seguindo as orientações firmadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como os arquivos das transcrições decorrentes dos áudios brutos. Os sujeitos ouvidos foram informados e autorizaram a gravação de todas as conversas, assim como concederam aval para a produção de todo e qualquer dado em campo. Por fim, as seis pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ acompanhadas durante a realização desta investigação qualitativa foram notificadas sobre a integralidade do teor do TCLE, mas optaram por não terem as suas identidades postas em anonimato, bem como não autorizaram que fossem criados nomes fictícios para este estudo. Estas questões foram respeitadas tendo em vista a natureza da investigação[56].

Como definido no item 1.4 (Análise dos dados), as entrevistas aplicadas às pessoas autodeclaradas LGBTQIA+, nos limites deste trabalho e que estavam em disputas político-partidárias nos processos eleitorais para cargos de vereança em seus respectivos municípios, foram analisadas por meio da combinação de dois instrumentos metodológicos: a Análise Temática, seguindo o que explicitam Braun e Clarke (2006), Silva *et. al* (2020) e Souza (2019), e o Mapa de Associação de Ideias/Mapas (Spink, 2010). Tais procedimentos permitem a intersecção entre as diferentes dimensões que organizam os discursos, as observações e as notas

[55] Essas anotações serão operacionalizadas como elementos textuais, pois contribuem para mostrar as nuances e as contradições que atravessam os discursos, as práticas e as vivências tanto do pesquisador quanto das pessoas entrevistadas e acompanhadas durante a produção dos dados nos campos. Por se tratarem de notas de observação e, por isso, carregarem o olhar de quem as registrou, sempre que forem utilizadas serão acompanhadas de referência e numeração sequencial, como segue o exemplo: "Nota de campo do pesquisador (NCP 1), 2024".

[56] Ciente das questões legais implicadas em estudos no campo das ciências humanas e sociais e também da urgente e necessária adoção de boas práticas em pesquisas deste cunho, optamos por respeitar a decisão das seis pessoas entrevistadas na investigação qualitativa tendo em vista dois fatores: primeiro, a manifestação de suas vontades em ter as suas histórias e identidades preservadas e, em segundo lugar, o fato de que cinco destas pessoas candidatas declaram seus nomes, orientações sexuais e identidades de gênero ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre os meses de julho e agosto de 2024, quando registraram suas candidaturas. Essas informações estão publicadas e foram divulgadas antes mesmo de a produção dos dados iniciarem.

de campo coletadas, tornando viáveis a mobilização dos conceitos e as suas interpretações dentro de contextos experimentados por estes sujeitos e proporcionando, concomitantemente, uma coerência no conjunto dos processos de pesquisa.

Como registrado pelo pesquisador em uma das notas de campo enquanto articulava a instalação dos seis locais de pesquisa, "tenho sentido uma dificuldade de visualizar o que cada passo significa, porque não é apenas um levantamento de dados; é a história de cada uma dessas pessoas que vai me receber. Espero conseguir fazer jus a essa confiança" (NCP 1, 2024). Sob essa perspectiva, portanto, a análise das entrevistas será precedida por uma apresentação de cada um destes sujeitos que transcendem a cisheterossexualidade normativa e compulsória e tentam, como argumenta Vidarte (2019), modificar as circunstâncias sociais em que se inserem e nas quais serão inseridas as próximas gerações de pessoas LGBTQIA+.

4.1 QUATRO BIXAS, UMA BISSEXUAL E UMA TRAVESTI INGRESSAM NA POLÍTICA: ONDE TEM LGBTQIA+ TEM PAZ?

Logo nas primeiras páginas de uma obra magistral[57] em que resgata a história e a vida radical de mulheres negras e pessoas *queers*[58] nos Estados Unidos dos anos 1920, Hartman (2022) relata as dificuldades de se acessar arquivos e documentos sobre estas trajetórias, assim como a unilateralidade com a qual estes sujeitos passam a ser retratados. Para a autora, contudo, a perversidade e as violências com as quais os corpos subalternos são confrontados não reduzem a beleza e as formas de resistência encontradas por eles para existir em uma sociedade que se estrutura hierarquizando e impondo restrições ao exercício do direito à humanidade de cada pessoa. Justo por isso, ela descreve o seu projeto como "uma narrativa escrita de lugar nenhum, do não lugar do gueto e do não lugar da utopia" (Hartman, 2022, p. 11).

O não lugar de Hartmann (2022) e de suas "pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas" (p. 11) é também o não lugar em que habitam as pessoas entrevistadas neste percurso científico. Em suas cidades, nos seus grupos de convivência, nas legendas partidárias às quais se vinculam, no trabalho e nas funções que exercem: não há um espaço em que o

[57] A obra em questão é "Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais", publicada em 2022 pela editora Fósforo.

[58] Assim como não há consenso sobre qual é o acrônimo mais adequado para se referir ao grupo de pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero não-heterossexual e não-cisgênera, também não há unanimidade sobre o que significa o termo *queer*. Em que pese não seja este o objetivo do presente trabalho, cabe ressaltar que a expressão tem múltiplos significados e atende a diferentes usos políticos, epistêmicos e de reconhecimento de identidade, conforme discutem Butler (2020; 2024), Bento B. (2017), Colling (2018), Jesus (2016) e Pelúcio (2014). Neste estudo, *queer* é compreendido como uma expressão de gênero e de sexualidade que ressignifica diferentes estereótipos com os quais foram, historicamente, identificadas as pessoas LGBTQIA+.

trânsito de suas vivências se dê sem a marca indelével da insegurança, do pertencimento questionado e da aridez da norma que as regula e as controla.

Tanto as personagens revividas em sua historiografia de insurgência (Hartmann, 2022) quanto os sujeitos que compõem este estudo de campo, compartilham de um complexo e multifacetado referencial simbólico e material da inexistência de locais em que suas identidades e suas orientações sexo-gênero dissidentes possam ser experimentadas sem que sobre elas recaiam as pesadas dicotomias de classificação que, desde o colonialismo e, por consequência a colonialidade do poder e do gênero (Castro-Gómez, 2005; Grosfoguel, 2008; 2020; Lugones, 2014; 2020; Mignolo, 2020; Quijano, 2005; 2009), sustentam uma repressão e um ordenamento exacerbados.

Em suas investigações, a pesquisadora estadunidense parte de documentos oficiais do governo para confabular sobre estas pessoas, dando a elas o protagonismo que a história branca, sexista, cisheteropatriarcal e colonial fez questão de silenciar. Guardadas as devidas proporções, busca-se, neste estudo, potencializar as vozes de sujeitos que ocupam, mesmo que sob fortes resistências, os espaços político-partidários e eleitorais para quem sabe, fazer da transitoriedade do não lugar um terreno fértil para evidenciar aquilo que Hartman (2022) posiciona como uma ferramenta de imaginação "contranarrativa" (p. 12) às formas hegemônicas de se categorizar a sociedade.

Se assumir, mesmo que na atualidade, uma pessoa LGBTQIA+ diante das conjunturas históricas e socioestruturais especificadas nos capítulos anteriores, exige, como descreveu Vidarte (2019), uma capacidade individual de tornar-se alguém cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero será sempre alvo de uma intensa vigilância social. Esta repressão, argumenta Peixoto (2018), é escancarada à medida em que as relações sociais vão se constituindo tendo como eixo central uma gramática moral e universal que as ordena e dicotomiza.

Fazer desta característica de natureza privada uma categoria de identidade política e coletiva em meio ao avanço do conservadorismo (Afonso-Rocha, 2023; Nobre, 2022; Nunes e Trauman, 2023) e o aumento do pânico moral (Machado, 2004), demandam a formulação de estratégias para enfrentar não apenas o controle imposto por uma estrutura cisheteronormativa, mas também os seus desdobramentos em uma escala de tensionamentos públicos em que estas dissidências serão inscritas como marcadores sociais da diferença. Com efeito, Silva (2019) sinaliza como estas "dinâmicas de diferenciação e hierarquização interseccionais próprias da colonialidade" (p. 30) configuram, inclusive, o não lugar ao qual estes sujeitos transitam.

Conforme Silva (2019), é na teia dos processos coloniais que o exercício de um novo padrão global de poder (Quijano, 2005) emerge e se funde às sociedades colonizadas para estabelecer critérios de distinção que irão produzir

> [...] possibilidades limitadas de subjetivação [e] também os significados sociais atribuídos aos corpos, aos gêneros e às sexualidades, em termos da replicação, em contornos particulares a cada nova época situada, da rígida matriz identitária do colonizador, a qual é estabelecida como critério de hierarquização e (des)legitimação das vidas e das subjetividades das pessoas colonizadas (Silva, 2019, p. 32-33).

É no processo de recriação de categorias hierárquicas e classificatórias, fundamentadas em um modelo padrão e universal do sujeito colonial, que, segundo Silva (2019), ocorre a reprodução de uma "rígida matriz identitária do colonizador (p. 33)". Sob este panorama, Cardoso (2022) pontua que a baixa densidade de ocupação de espaços de poder por corpos e identidades que estão às margens desta universalidade colonial responde a esse elemento de dominação. A hegemonia de representação cisheteronormativa, masculina e branca nas câmaras legislativas municipais, assim como nas demais áreas institucionais, consolida-se, também como denotam Barros (2023), Feitosa (2019), Lelis (2021) e Santos (2016), por meio dessa reiterada atualização do ideário do colonialismo e da colonialidade.

Nesse contexto, a movimentação e o tensionamento promovidos por sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ em ambientes político-partidários e eleitorais nas suas cidades extrapolam os limites da participação e das posições sociais de subalternidade e inferioridade tradicionalmente impostas a essas populações re-identificadas, levando-as a disputar o debate público acerca do reconhecimento de suas identidades e de suas pautas. A constante busca pela ruptura com esses paradigmas sócio-históricos e estruturantes da sociedade brasileira, na compreensão de Barros (2023) e Lelis (2021), é significativa, mesmo que a incidência política das pessoas sexo/gênero não-normativas ainda enfrente barreiras materiais e simbólicas para que seja possível atingir uma maior amplitude.

> A possibilidade de os grupos sub-representados estarem nestes espaços políticos permite que os interesses e perspectivas futuras destas pessoas possam ser ampliadas. [...] Em um país em que a LGBTfobia mata, fazendo do Brasil um dos recordistas em crimes de ódio contra pessoas de sexualidades e gêneros dissidentes, a necessidade de representatividade é uma luta diária para transformação dessas estatísticas através da implementação de políticas públicas em defesa desse e dos demais grupos sub-representados (Barros, 2023, p. 194).

Por conseguinte, e frente a esse sistema de vigilância e controle que regula a presença das populações LGBTQIA+ nos espaços públicos e políticos, os sujeitos participantes desta

pesquisa emergem como exemplos representativos de resistência e reinvenção identitária no contexto das cidades em que residem e constroem suas movimentações. Ao se autodeclararem gays, bissexual e travesti, essas pessoas se rebelam contra as sistemáticas violações de direitos a que são submetidas, incitando alterações nas dinâmicas sociais que organizam as fronteiras entre o público e o privado e que, conforme Peixoto (2018, p. 18), se constituíram, no Brasil, como "uma matriz que pungência as vidas de pessoas que exercem uma identidade de gênero e uma orientação sexual oposta ao paradigma heterossexual".

Um dos reflexos desse quadro é o confronto entre a dissidência e a normatividade, que carrega consigo o conservadorismo e as categorias hierárquicas da colonialidade instituídas pelo sistema-mundo moderno/colonial. Desta forma, a análise das vivências e práticas políticas desses seis entrevistados e entrevistadas permite compreender as estratégias cotidianas de enfrentamento, além de revelar como tais sujeitos reinterpretam o espaço público e os papéis sociais a eles negados, questionando, na perspectiva de Santos (2016, p. 64), as próprias "estruturas mais amplas e profundas que condicionariam o acesso privilegiado de determinados grupos sociais às esferas decisórias".

No campo teórico-conceitual, os fatores mobilizados acima nos permitem aferir que os legislativos nas cidades do Rio Grande do Sul tendem a reproduzir as estruturas cisheteronormativas e masculinas que, historicamente, hegemonizaram a ocupação de espaços político-partidários e eleitorais no Estado. Nas relações de poder e dominação que sustentam as esferas institucionais de representatividade, a colonialidade se mantém como um mecanismo operacional de controle e gestão, produzindo, como instrumento de penalização, o preconceito e a discriminação às orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes. A LGBTfobia, como popularmente se convencionou denominar essa forma de marginalização, portanto, defende Peixoto (2018), não pode ser entendida como uma mera fobia individual, mas sim compreendida como um processo gestado no interior desse sistema gendrado, binário e dicotômico.

De modo a cumprir com os objetivos do estudo, os campos tiveram o intuito de acompanhar os reflexos destes panoramas na prática cotidiana das pessoas selecionadas para comporem a produção dos dados empíricos. Partindo dos critérios, dos métodos e procedimentos explicitados no item 1.3 (Métodos e procedimentos de pesquisa) e na abertura deste capítulo, o Quadro 1 mostra quem são os sujeitos autodeclarados e autodeclaradas LGBTQIA+ acompanhados entre 05 de agosto a 31 de outubro de 2024.

Nome*	Cidade	Orientação sexual	Id. de gênero	Gênero	Idade**	Partido***	Ano mandato/1ª suplência	Sit. Eleitoral de 2024
C.P.	Barra Funda	Gay	Cisgênero	Masculino	38	PDT	-	Concorrendo pela primeira vez
C.F.A.	Caxias do Sul	Não informado	Transgênero	Feminino	45	PT	1ª suplente em 2020	Concorrendo pela segunda vez
E.M.	Cruz Alta	Gay	Cisgênero	Masculino	42	PT	Vereador em 2012 e 2016, suplente em 2020	Apoiando candidatura
L.Z.	Marau	Gay	Cisgênero	Masculino	36	PSB	Suplente em 2016, vereador em 2020	Concorrendo à reeleição
T.M.	Novo Xingu	Bissexual	Cisgênero	Feminino	21	PT	-	Concorrendo pela primeira vez
M.L.K.K.	Palmeira das Missões	Gay	Cisgênero	Masculino	29	PT	-	Concorrendo pela primeira vez

* Neste caso, serão utilizadas as iniciais dos nomes das pessoas entrevistadas, assegurando um grau de proteção às identidades.
** Em 2024, quando os dados foram coletados.
*** Informação relativa ao período de coleta de dados.

Quadro 1: Quadro contendo as informações gerais que descrevem quem são os entrevistados da pesquisa. Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Além de terem autodeclarado suas orientações sexuais e identidades de gênero de forma pública, primeiro em suas redes sociais, nas instâncias partidárias às quais se vinculam e nas cidades em que residem e, depois, de forma oficial, no registro de suas candidaturas junto ao Tribunal Superior Eleitoral (um fato inédito e que será detalhado posteriormente neste capítulo), estas pessoas LGBTQIA+ participaram de processos e movimentações eleitorais durante o período definido para este estudo, compreendendo os anos de 2016, 2020 e 2024, tendo sido eleitos e eleitas ou conquistado a primeira suplência de vereança em algum destes eventos. Ainda, a adesão destes sujeitos a investigação tornou possível visualizar, nas Eleições Municipais de 2024, como os cenários políticos se modificaram nos últimos oito anos no Brasil e em que medida a LGBTfobia pode ser compreendida como um mecanismo da colonialidade do poder e do gênero.

Como observa Afonso-Rocha (2023), alguns setores e grupos sociais foram deslocados, acentuadamente, para as margens da estrutura social com o crescimento dos discursos conservadores e a mobilização de pautas de cunho moral e de comportamento, nas quais Barros (2023), Facchini e Lins França (2020), Feitosa (2019), Peixoto (2018), Quinalha (2021; 2022), Santos (2016), Silva (2019) e Teixeira (2021), incluem as de gênero e sexualidade e as populações LGBTQIA+. Afonso-Rocha (2023) faz referência explicita a ascensão de políticos como Jair Bolsonaro (PL)[59], eleito presidente da República em 2018, como circunstância central destas conjunturas nas quais corpos e identidades sexo/gênero dissidentes estiveram sob ataques de um ordenamento cisheteronormativo, patriarcal e normatizador.

No regime de uma "machocracia" (Rodrigues Gomes, 2019, p. 147), alimentada e reproduzida durante a gestão de Bolsonaro, a imposição de um ideário colonial de gestão, controle e hierarquização dos corpos - que, de acordo com o pesquisador, encontrava-se "adormecido" (p. 149), mas nunca ausente - se tornou um mecanismo eficiente de produção de desigualdades e interditos quanto a possibilidade de se existir para além de um modelo padrão, universal e uniforme de sujeito.

Sob este entendimento, Rodrigues Gomes (2019) pondera que o revisionismo e o negacionismo histórico funcionam como dispositivos para refutar estratégias que possam constituir espaços político-partidários e institucionais de representação mais diversos e plurais. "Negando o passado histórico de desigualdade podemos defender que a meritocracia branca, heteronormativa decide quais vidas merecem ou não ser vividas ou dizimadas" (p. 154), reforça o autor, complementando que são estas categorias de valor e significância que reacendem as hierarquias e os imperativos de um processo civilizatório colonial que cristalizou a diferença como um marcador social. "[As] ideias de meritocracia e machocracia constituem um pretexto para afirmar um suposto lugar natural e privilegiado para o homem branco e subalternizar outros sujeitos, pondo em risco a democracia" (p. 154).

A deterioração da esfera político-partidária e a consequente precarização do trânsito eleitoral de pessoas sexo/gênero dissidentes no Brasil, mapeada pelos pesquisadores no âmbito dos estudos sobre o avanço de uma estrutura de poder que reinterpreta as classificações sociais enraizadas no tecido social do país, se fez sentir na trajetória e na prática cotidiana de uma liderança comunitária e estudantil que, pelo menos desde o início dos anos 2000, esteve à frente de movimentações coletivas em prol da garantia de direitos para as pessoas em sua cidade.

[59] Até novembro de 2024, o ex-presidente Jair Bolsonaro estava filiado ao Partido Liberal. Considerado inelegível até 2030, Bolsonaro tem uma trajetória de mudanças recorrentes de legendas partidárias: foram oito ao todo ao longo de sua carreira como político profissional.

Natural de Cruz Alta, um município situado na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul e com uma população estimada em 60 mil pessoas (IBGE, 2024), E.M. (42 anos) se constituiu como uma pessoa política participando de movimentos de juventude do Partido dos Trabalhadores (PT). À época de sua inserção nestes espaços, os debates sobre gênero e sexualidade surgiam como uma pauta de reconhecimento da diversidade que se identificava entre os militantes da legenda, ainda que o fato de haver pessoas LGBTQIA+ reivindicando políticas públicas para saúde e educação não pudesse ser considerado como uma inovação nos ambientes partidários (Facchini, 2020; Santos, 2016).

Da militância para a disputa de um cargo eletivo, em 2012, foi necessário migrar de um partido a outro. Eleito pelo PSB, E. M. conquistou o título de primeiro vereador assumidamente LGBTQIA+ do interior do Estado[60]. Em quatro anos de trabalho consolidado junto à comunidade, com pleitos por avanços na educação pública e em programas socioeducacionais, a reeleição se mostrou uma opção viável. Para atingi-la, contudo, novamente por questões internas partidárias, ele precisou buscar uma nova legenda. Recepcionado no PCdoB, o vereador gay, defensor do direito humano à cidadania das populações LGBTQIA+, criador da organização não-governamental Diversidade e um dos principais nomes para a efetivação de um campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) em Cruz Alta[61], passou a enfrentar ataques ainda mais severos contra a sua orientação sexual e a sua atuação política. “Parece que de uma eleição à outra as coisas foram ficando mais difíceis. Ser LGBTQIA+ na política nunca foi fácil, mas o golpe contra a presidenta Dilma [em 2015] e o que se seguiu depois parece ter ampliado as barreiras que nós enfrentamos”, disse E.M (2024) em entrevista.

Em 2016, apesar do crescimento da violência política e das campanhas contrárias ao seu mandato, E.M. se reelegeu, não sem dificuldades, pelo PCdoB, conforme seu relato aponta:

> Os últimos quatro anos de mandato, principalmente depois de 2018, foram os piores. Sofri todo tipo de ataque e de denúncias infundadas. Tive relações pessoais prejudicadas, problemas para transitar com minhas propostas e uma perseguição digital que nunca imaginei vivenciar. Em 2020, eu não queria ir novamente para a disputa, mas eu tinha um compromisso com quem acreditava em mim. Eu me coloquei, mas eu sabia que não teria êxito, não no cenário que estávamos. E foi assim que eu senti como o bolsonarismo modificou as coisas e o ambiente eleitoral se tornou isso que a gente viu no país inteiro (E.M, 2024).

[60] Conforme biografia registrada no canal institucional da Câmara de Vereadores de Cruz Alta. Disponível no endereço: https://www.camaracruzalta.rs.gov.br/vereador/everlei-martins-120012. Último acesso em 12 de nov. 2024, às 11h.

[61] Considero importante registrar uma curiosidade: após ter contribuído para a instalação da UERGS em Cruz Alta e fazer da educação uma de suas principais linhas de trabalho na Câmara, E.M. graduou-se em Pedagogia na instituição. A conquista do título de pedagogo, segundo ele, foi muito importante em sua trajetória pessoal e profissional. (NCP 3, 2024).

Os tensionamentos observados e vividos pelo legislador cruz-altense se inscrevem como elementos que, para Peixoto (2018), sintetizam o complexo cenário de lutas por acessos à direitos sociais e civis[62] em que as populações subalternizadas e colonizadas, entre elas as pessoas LGBTQIA+, historicamente, precisam enfrentar. Neste sentido, Santos (2016) defende que o ingresso nestas esferas institucionais e a ocupação de cargos eletivos por sujeitos que, assumidamente, declaram suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes à norma cisheterossexual são atravessados por múltiplas condicionantes que incluem, entre outras, a capacidade de dilatar o debate público para que nele sejam incorporados temas que refletem as questões de sexo, gênero e sexualidade.

No relato de E.M (2024) pode-se constatar de que maneira, entre a sua primeira eleição, em 2012, e a reeleição, em 2016, as mudanças sociais e os discursos persecutórios às pautas de gênero e sexualidade agravaram o panorama de marginalização de sujeitos LGBTQIA+ nas esferas político-partidárias e eleitorais. “Não ter sido eleito em 2020 foi também resultado de todo esse contexto. Nacionalmente, o quadro deixou de ser favorável para a diversidade e, aqui [em Cruz Alta] não foi diferente”, ponderou E.M. (2024), complementando que a manipulação de discursos morais e de cerceamento das liberdades individuais esteve presente nas discussões locais, de forma acentuada, entre 2016 e 2020.

Essa convocatória em torno de uma gramática moral e sexual na qual a cisheterossexualidade normatiza as relações sociais, identificada na entrevista de E.M (2024), produz efeitos deletérios na capacidade de articulação e movimentação de corpos e identidades dissidentes, como aponta Quinalha (2021). Para o pesquisador, configurações autoritárias de gestão governamental e a manipulação de discursos conservadores, amplamente utilizados pelo grupo político alinhado ao bolsonarismo (Afonso-Rocha, 2023; Nobre, 2022), produzem conexões entre as esferas pública e privada, constrangendo a diversidade e impondo uma forma padrão e única de existência a todos os sujeitos tanto em cenários externos, como na política-partidária, quanto na dimensão interna e familiar destas pessoas.

Pautada no binarismo de gênero e em uma compulsoriedade da heterossexualidade, esse modelo engendra as práticas, os comportamentos e as distintas maneiras de se experienciar e

[62] Como destacam Bezerra, Ribeiro e Almeida (2024), as populações LGBTQIA+ tem reivindicado, historicamente, que os direitos humanos fundamentais sejam assegurados e ampliados, garantindo proteção e promoção do Estado. Justo por isso, se utiliza a expressão direitos sociais e civis como ferramenta para aglutinar tanto a defesa pelas condições dignas de vida e de bem estar, como o direito à educação e a saúde, por exemplo, quanto pela proteção das liberdades individuais, como o direito à vida e a livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero. “Foi no âmbito do judiciário que se deram os avanços mais importantes na garantia e avanço dos direitos LGBTI+. Por meio de julgamentos no STF, a Constituição Federal foi interpretada e aplicada de forma a inserir a população LGBTI+ no sistema de direitos” (Bezerra *et. al*, 2024, p. 162), argumentam.

viver a sexualidade, compondo o que Curiel (2013), assim como Butler (2020; 2024), Rubin (2017) e Wittig (2022), classificaram como um regime político e econômico que organiza, sustenta e reproduz uma normalização moral do sexo e da sexualidade. Na esteira dessa reflexão, compreende-se que a construção de ambientes político-partidários e eleitorais respondem a essa hierarquia do poder, no qual o seu usufruto se dá, hegemonicamente, pelos sujeitos que externalizam e performam (Butler, 2020) as categorias de universalidade circunscritas no âmbito de uma colonialidade arquitetada no sistema moderno colonial de gênero (Lugones, 2014; 2020; Segato, 2013).

Vista a partir da perspectiva das Epistemologias do Sul, a moralidade performática do sujeito universal se mostra como um instrumento de colonização e dominação, reinterpretada e reintroduzida no tecido social através da atualização de marcadores sociais de raça, gênero, orientação sexual e identidade. A rigidez na vigilância sobre o corpo, o sexo tendo como única finalidade a procriação, a colonização das subjetividades (Krenak, 2019; Núñez, 2023), o uso da religiosidade como dispositivo de regulação social (Vainfas, 2022) e a condição de humano estando atrelada a comportamentos e ações inseridas nestas referências europeias de humanidade, consolidam um ordenamento que instala e sistematiza o que Lugones (2020) pontua como uma imposição que subjuga as populações colonizadas.

Nos mecanismos de exclusão e produção da diferença por meio da violência colonial (Mignolo, 2020), as características e atributos da dissidência se situam como categorias de segregação que delimitam os espaços e ambientes aos quais estas populações re-identificadas têm acesso. “É como se tivesse uma linha e a gente [pessoas LGBTQIA+] não pudesse ultrapassar. Podemos ser LGBTQIA+ só até determinado ponto, depois disso só tem espaço para as outras pessoas”, constatou E.M. (2024).

A moral colonial e a classificação dos espaços como possíveis/não possíveis de serem acessados pelas pessoas LGBTQIA+ são duas das áreas temáticas que atravessam as narrativas dos seis entrevistados deste estudo. Em maior ou menor ênfase, o tema se mostrou latente nas manifestações de C.P., C.F.A., E.M., L.Z., M.L.K.K. e T.M., indicando uma imagem compartilhada acerca da concepção sócio-histórica e estrutural das posições que estes corpos e identidades ocupam em suas cidades e nos ambientes pelos quais transitam[63].

[63] Durante as entrevistas e nos dias em que acompanhei as movimentações de cada pessoa ouvida no estudo, a dimensão simbólica destes limites territoriais e institucionais possíveis ou não de serem ocupados por estes corpos ficou bastante evidente. Em pelo menos três cidades registrei em minhas notas de observação o quanto os sujeitos aparentavam sentir-se deslocados ou julgados perante os demais candidatos/as e/ou pelas pessoas que as observavam. Em Barra Funda, Caxias do Sul e em Marau, esse cenário foi mais acentuado. Em Barra Funda, por exemplo, nos encontramos em uma praça da cidade e a todo instante pessoas de partidos concorrentes ou servidores da Administração a qual C.P. fazia oposição transitavam perto de onde estávamos, ouvindo partes isoladas do

4.2 PESSOAS AUTODECLARADAS LGBTQIA+ EM ESPAÇOS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS E ELEITORAIS: ÁREAS TEMÁTICAS, MAPA ASSOCIATIVO E ANÁLISE DE DADOS

As informações e os relatos de E.M. (2024) introduzem o contexto em que esta pesquisa se insere e contribuem para posicionar as pessoas entrevistadas nas disputas político-partidárias e eleitorais nas quais as suas orientações sexuais e identidades de gênero se tornam aspectos indissociáveis das trajetórias e movimentações individuais. Tanto em Cruz Alta, cidade de E.M., quanto em Barra Funda, Caxias do Sul, Marau, Novo Xingu e Palmeira das Missões, os tensionamentos do debate público e a mobilização de uma estrutura condicionada pela colonialidade do poder e do gênero, classificam os sujeitos à medida em que produzem discursos e narrativas que materializam uma estratificação do poder, implementam categorias de exclusão social e identificam quais deles se enquadram nas exigências de um modelo restritivo e hegemônico de ocupação de espaços institucionais de representação social.

Atribuída a um apagamento sócio-histórico que se constitui desde a ocupação colonial do território e das subjetividades (Núñez, 2023) dos povos originários e que atravessa os mais de cinco séculos de dominação estrutural arquitetada em um sistema-mundo moderno/colonial, a baixa densidade representativa dos corpos e das identidades sexo/gênero dissidentes (Cardoso, 2022; Feitosa, 2019; Santos, 2016) nestes ambientes retrata em que medida e sob quais condições estas populações re-identificadas ascendem a cenários e dinâmicas de visibilidade e participação social, política e eleitoral.

Para endossar as interpretações e discussões que permeiam estas reflexões, parte-se da combinação de métodos, procedimentos e técnicas de pesquisa qualitativa e de produção de dados descritas anteriormente. Tais instrumentos foram adotados tendo em vista os objetivos, o problema e as especificidades que dão contorno à temática do estudo. O uso de múltiplas fontes primárias e secundárias[64] e a consulta às bases diversificadas de informações ampliaram

nosso diálogo; nas ruas do bairro Fátima, em Caxias do Sul, C.F.A. precisava esforçar-se mais do que as demais candidatas mulheres para conseguir espaço ao lado da candidatura à Majoritária no trajeto. Já em Marau, L.Z. fez uso da tribuna na Câmara de Vereadores para falar sobre uma pauta da diversidade sexual e de gênero e, do público que assistia presencialmente a sessão, ouviu palavras de xingamento e grosserias direcionadas especificamente a sua orientação sexual. "Ouvindo o discurso do [L.Z.] e observando a reação do público não deixo de pensar que a raiva que eles demonstram não é só pelo conteúdo, mas também pela pessoa que está falando. O comentário de 'lá vem esse *tipo* falar disso de novo' diz respeito mais ao fato dele ser gay (esse *tipo de gente*) do que ele chamar atenção para a visibilidade bissexual" (NCP 3, 2024).

[64] Estão incluídas nestas fontes primárias e secundárias tanto as entrevistas feitas pelo pesquisador com os sujeitos inseridos no estudo, quanto às notas de campo construídas durante as observações diretas em suas respectivas cidades; os levantamentos, indicadores e boletins de organizações não-governamentais; dados abertos do Tribunal

o processo investigativo, tornando-o abrangente e multifacetado. As mais de sete horas de gravações de áudios das entrevistas e as entradas do pesquisador nas cidades das pessoas acompanhadas, além do acesso às redes sociais e aos levantamentos oficiais e extraoficiais, geraram um volume expressivo de material acerca das atuações dessas candidaturas.

Diante de todo o complexo contexto em que transitam, política e socialmente, C.P., C.F.A., E.M., L.Z., M.L.K.K. e T.M., elaborar significados objetivos as movimentações cotidianas demanda, conforme orienta Spink (2010), se manter conectado aquilo que os próprios sujeitos produzem como sentido de/em suas atuações. Com efeito, a Análise Temática, nos termos recomendados por Braun e Clarke (2006), Silva *et. al* (2020) e Souza (2019), e de forma integrada ao Mapa de Associação de Ideias/Mapas (Spink, 2010), possibilitam que o rigor metodológico e científico, intrínseco a um trabalho acadêmico, não negligencie a singularidade e a individualidade de cada pessoa escutada.

> O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta. [...] Produzimos sentidos o tempo todo. Não se trata de atividade que fazemos de repente: entrei no consultório médico, então agora vou produzir sentido. Não é isso. [...] Produzir sentido, portanto, é o que permite lidar com situações e fenômenos do dia-a-dia, do cotidiano. [...] Podemos fazer um recorte das atividades do cotidiano e analisar os processos de produção de sentido. Nós, como pesquisadores, é que decidimos: quero entender como é construído o sentido sobre ‘x’, ‘y’, ‘z’. Então, esse ‘x’, ‘y’, ‘z’ provém de um interesse nosso como pesquisadores, pois o processo de produção de sentido é contínuo e não se limita a essa escolha temática para fins de pesquisa (Spink, 2010, p. 34-35).

Tal como destacado por Spink (2010), portanto, a produção de sentidos sobre as ações e as narrativas do cotidiano atravessa todas as práticas sociais dos sujeitos, combinando-se com os discursos que enunciam e com as formas pelas quais se manifestam. É a partir deste entendimento que o presente estudo se dedica a revelar como os corpos e as identidades LGBTQIA+ compõe o cenário político-partidário e eleitoral em seus municípios, posicionando e confrontando de que forma e em que espaços essas movimentações e tensionamentos se inserem em um sistema de opressões que sustentam e reproduzem a LGBTfobia, compreendida como um mecanismo institucionalizado e operado através da lógica estruturante de um sistema-mundo moderno/colonial.

À luz destas relações sociais de poder e dominação que configuram a colonialidade como um instrumento de subalternização das populações dissidentes à norma, as entrevistas e

---

Superior Eleitoral (TSE), sobretudo em relação ao pleito eleitoral de 2024; e os conteúdos produzidos e publicados em redes sociais, jornais, informativos e boletins partidários.

os demais procedimentos metodológicos para a geração de dados utilizados no decorrer desta investigação resultaram no mapeamento e na definição de cinco áreas temáticas para a análise dos enunciados das seis pessoas que participam como sujeitos do estudo qualitativo. São elas: 1) identidade de gênero e orientação sexual como elementos políticos; 2) participação social; 3) relações políticas e representação eleitoral; 4) ser LGBTQIA+ em cidades do interior do Rio Grande do Sul; e 5) violência política.

Os cinco eixos analíticos apresentados derivam da codificação/decodificação das entrevistas, da contextualização das informações oferecidas pelos sujeitos ouvidos e pela combinação disso com as reflexões oriundas destes processos, seguindo as etapas delineadas por Braun e Clarke (2006), Silva *et. al* (2020) e Souza (2019) para a Análise Temática. Se soma a este método de interpretação do fenômeno social averiguado também o Mapa de Associação de Ideias/Mapas, defendido por Spink (2006) pela sua capacidade de oferecer reflexões abrangentes, consistentes com o procedimento de observação direta adotado nas imersões do pesquisador nas cidades dos candidatos e candidatas LGBTQIA+ ao pleito eleitoral de 2024.

Segundo Spink (2010), em investigações cuja abordagem se dá qualitativamente, os discursos e enunciados dos sujeitos não podem ser desconectados dos ambientes e espaços pelos quais eles/elas se inserem. Argumenta a pesquisadora que, em razão disso,

> Os mapas possibilitam preservar o contexto interativo. [...] [e] são instrumentos de visualização do processo de interanimação que possibilitam, entre outras coisas, mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Possibilitam, sobretudo, nos sensibilizar para a existência de múltiplas modalidades de diálogos (Spink, 2010, p. 38).

A conjugação destes métodos analíticos, por conseguinte, organizam a leitura e a interpretação de todos os dados gerados em campo, compondo um quadro em que a interseccionalidade, como pontua Akotirene (2023), pode ser operacionalizada como uma chave de conexão acerca das violações e das opressões vividas pelos sujeitos. Neste estudo, por consequência, tem-se uma conexão entre a Análise Temática, os Mapas e a interseccionalidade propondo a consolidação de uma visão abrangente e multilateral dessas camadas que estruturam a sociedade. É pertinente destacar que o exame das informações se efetiva também por meio da operacionalização do referencial teórico-conceitual constituído durante a fase de investigação bibliográfica deste estudo. A descrição e a análise do que se obtém como elementos de base empírica, explicitam Beaud e Weber (2007), precisam estar associadas a um sólido arcabouço de conceitos técnicos e operacionais.

Desse modo, a análise se deu, nas próximas seções deste capítulo, dividida em dois períodos de tempo (correspondendo aos pleitos eleitorais percorridos na investigação): a) 2016 e 2020; b) 2024. Entendemos, sob esta perspectiva, ser possível discutir aspectos pertinentes a dois momentos sócio-históricos significativos para a compreensão dos posicionamentos e das movimentações das pessoas LGBTQIA+ nos cenários político-partidários e eleitorais, além de contemplar uma diversidade maior de sentidos elaborados pelos/pelas próprios/próprias candidatos/candidatas.

O primeiro momento de análise (2016 e 2020) registra as mobilizações nacionais e os desdobramentos regionais pela criminalização da LGBTfobia, além de marcarem o aumento dos discursos e da ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ (Afonso-Rocha, 2023; Cardoso, 2022; Facchini, 2020; Feitosa, 2019; Santos, 2016). O período posterior (2024) ocorre com a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em implementar, no registro de candidaturas, a opção de as candidaturas informarem, oficialmente, a orientação sexual e a identidade de gênero; assim como se mantém os elevados índices de crimes cometidos contra estas populações e a ampliação, no Congresso Federal, de ações persecutórias às identidades e orientações sexo/gênero dissidentes (Antra, 2024).

Em que pese a opção metodológica de separarmos a discussão nestes dois ciclos, as áreas temáticas que conduzirão as análises serão as mesmas cinco listadas acima. De igual modo, o arcabouço teórico-conceitual e os Mapas de Associação serão os mesmos definidos ao longo do estudo. Como ferramenta de ilustração, a Figura (01) demonstra o percurso metodológico e os procedimentos utilizados para, na próxima seção, adentrarmos na análise dos dados.

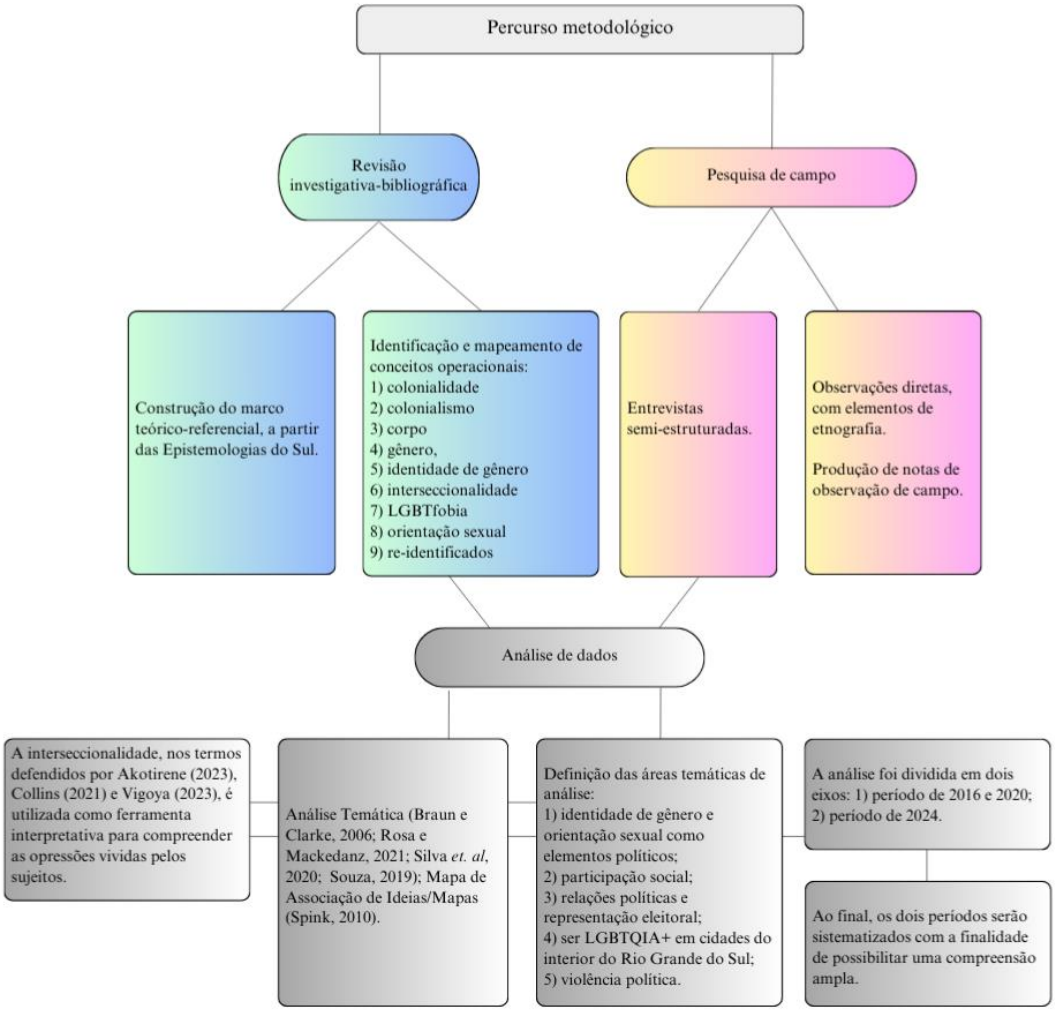


Figura (01): Imagem ilustra o percurso metodológico seguido ao longo da pesquisa, desde a etapa de revisão investigativo-bibliográfica até a análise dos dados. Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.3 2016 - 2020: NINGUÉM SOLTA A MÃO DE NINGUÉM? A POLÍTICA NAS RUAS E AS RUAS NA POLÍTICA

Compreendida como uma ferramenta de interpretação e análise plural e polissêmica dos fenômenos sociais, a interseccionalidade, como defendem Akotirene (2023) e Vigoya (2023), permite olhar para a realidade identificando as opressões vividas pelos sujeitos a partir dos atravessamentos e conexões por elas constituídas. Sob esta perspectiva, as relações de poder e dominação que estruturam e organizam a sociedade, sobretudo àquelas assentadas em trajetórias coloniais, geram desigualdades que afetam de maneiras distintas e multifacetadas os grupos sociais, tornando alguns mais vulneráveis e subalternizados do que outros.

Nesta condição, hierarquizar as opressões se torna um mecanismo interpretativo obsoleto, uma vez que as classificações que privilegiam determinados aspectos em detrimento

de outros ignoram a complexidade sócio-histórica e política na qual os indivíduos estão inseridos. Justo por isso, Vigoya (2023) argumenta que um sujeito político construído a partir da interseccionalidade modula-se em coalizão com e entre os diversos eixos que incidem na produção e na reprodução de marcadores sociais que sustentam o funcionamento desse modelo opressivo de organização e marginalização das diferenças.

Em uma sociedade forjada pela diferença e na violência colonial (Grosfoguel, 2008; Mignolo, 2020) e que se impõe através da força e do sequestro das formas plurais de existência (Vainfas, 2022), colonizando tanto o território quanto as subjetividades das populações (Núñez, 2023), as matrizes de dominação, acentua Vigoya (2023), diluem-se na tríade gênero/sexo-raça-classe. Na medida em que avançam os processos de complexificação sócio-histórica, porém, estes eixos desdobram-se em outros elementos com caráter opressivo e que fomentam as desigualdades, como é o caso da identidade de gênero e da orientação sexual.

Isso, para Garcia (2022), assume relevância para se investigar de que forma algumas características são invisibilizadas no interior dessas configurações e refletem na articulação das dinâmicas que irrompem na marginalização, no deslocamento e no apagamento de grupos populacionais, como é o caso das pessoas LGBTQIA+. A autora destaca ainda que o "reconhecimento da inseparabilidade das relações sociais" (p. 113) contribui para explicar os processos de "opressão, dominação e exploração sobre os sujeitos" (p. 115), uma vez que a imbricação destas interações consolidam normas e modelos de pertencimento que acarretam violências e violações cruzadas às pessoas cujas corpos e identidades não se conciliam com este padrão normativo.

Reivindicar o direito à própria existência em uma sociedade forjada sobre o conceito de um sujeito universal - sustentado por binarismos e hierarquias dicotômicas - foi a primeira das inúmeras ações políticas protagonizadas por C.F.A. (45 anos). Mulher indígena da etnia Terena e transgênero, sua trajetória entrelaça lutas coletivas e desafios pessoais que atravessam seu corpo e sua identidade. Graduada em Direito, artesã, ativista, militante de movimentos sociais e vereadora suplente pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em Caxias do Sul em dois mandatos (2020–2024), C.F.A. experimenta as intersecções de múltiplas estruturas de opressão que, como discutido anteriormente, revelam como as desigualdades são reproduzidas de forma sistemática e contínua.

Viver sob estes marcadores identitários e nestas condições sócio-históricas se configura, portanto, como uma fratura no sistema-mundo moderno/colonial em que a rigidez da normatividade se impõem aos sujeitos, deslocando às margens da estrutura os corpos e as identidades sexo/gênero dissidentes (Lugones, 2014). Neste ato político de (r)existir apesar de

circunstâncias adversas, C.F.A instrumentaliza, cotidianamente, a luta pela garantia do direito humano fundamental à vida - eixo central sob o qual se operam as demais mobilizações em prol da conquista de avanços em direitos civis e sociais, como defende Herrera Flores (2009).

Ao considerarmos as ações deflagradas pelo empreendimento colonial em suas missões civilizatórias (Zaffaroni, 2022) e a extensão dos danos provocados às populações originárias (Krenak, 2019; Núñez, 2023), delineados nos capítulos acima, emerge um panorama de apagamentos e violências socioestruturais que, no caso específico de C.F.A., tornam a sua movimentação político-partidária e eleitoral um aspecto que transcende a mera disputa por um cargo eletivo à câmara de vereadores de sua cidade.

O que C.F.A. personifica e materializa ao se colocar na posição de candidata à vereadora é, indiscutivelmente, a resistência de populações histórica e socialmente marginalizadas e subalternizadas pelas categorias hierárquicas da colonialidade/modernidade. Em um país que se constituiu sob um genocídio indígena (Barcelos e Maders, 2013) e no qual a expectativa de vida das pessoas travestis e transgêneros é de, em média, 35 anos (Antra, 2024), a politização de suas identidades de gênero e étnica (no resgate de sua ancestralidade Terena), a situam na intersecção de enfrentamentos que não apenas requerem espaços de representatividade, mas desafiam ativamente as bases de um arranjo político e social excludente.

À medida que C.F.A. consolidava sua trajetória de militância social em defesa da população LGBTQIA+ e da pauta da diversidade em Caxias do Sul - coordenando os trabalhos de uma organização não-governamental, promovendo atos pelo direito à educação de adolescentes transgêneros em escolas municipais e articulando sua candidatura à vereança em 2020 -, E.M. observava, em Cruz Alta, os impactos do avanço de discussões morais fomentadas pela ascensão, em 2018, de um governo conservador e reacionário à Presidência da República (Afonso-Rocha, 2023; Lynch e Cassimiro, 2022; Nobre, 2022; Nogueira *et al.*, 2020; Nunes e Trauman, 2023).

Eleito o primeiro vereador autodeclarado gay de um município com menos de 100 mil habitantes do Rio Grande do Sul em 2012, reeleito para um segundo mandato em 2016 e imbuído de uma tarefa político-partidária de tentar manter o espaço do seu partido no cenário local em 2020, E.M. acompanhava com preocupação, desconforto e uma série de incômodos o desenrolar dos tensionamentos sociais e comunitários que vinham ocorrendo desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), em agosto de 2016.

A abertura do processo de impedimento político contra a presidenta Dilma, em 2015, transformou parte das relações sociais e fez com que muitas pessoas passassem a criticar grupos, legendas partidárias e lideranças alinhadas ao campo político da Esquerda, precarizando

o debate e trazendo para o primeiro plano fatores que, desde o começo de sua trajetória de vida pública, ainda não haviam sido, necessariamente, uma questão central, como a sua orientação sexual.

As discussões nacionais em torno do mandato de Dilma intensificaram a temática do gênero e da sexualidade em todas as regiões do Brasil, estimulando uma ofensiva pública às questões da orientação sexual e da identidade de gênero dissidentes, como avalia E.M. ao dizer que "a situação *[após as eleições de 2014 e o começo das movimentações que iriam resultar na derrubada do governo Dilma Rousseff]* foi ficando mais difícil e pesada, com muitas questões problemáticas sendo discutidas de forma superficial (2024)". Em seu relato é possível visualizar como isso teve impactos também em Cruz Alta:

> [...] sou filiado a um partido político desde 1998. Quando fiz meu título de eleitor, eu já me filiei. Neste período, a minha orientação sexual não era pública, mas sempre vinha à tona. Até na disputa da eleição do Grêmio Estudantil, por exemplo, da escola, foi pauta da campanha a questão da orientação sexual. Na minha primeira eleição para vereador em 2004, a pauta de campanha era juventude, mas não falava diretamente de orientação sexual. Tinham propostas como a defesa dos direitos humanos, da diversidade, enfim, da livre orientação sexual. Depois dessa eleição, [...] o nosso partido ganhou a prefeitura. [...] Eu assumi um cargo público, que era uma coordenação de juventude, direitos humanos, e aí a gente começou a trabalhar essas questões. Eu comecei a trabalhar mais publicamente a minha orientação sexual. [...] Na eleição de 2012, quando eu me elegi, daí já era público e aberto, era pauta de campanha, era bem mais debatida. [...] Nunca senti resistência do partido *[à época, o PSB, nesta questão da orientação sexual]*, pelo contrário, senti interesse e disposição para participar. [...] Também acho que era um outro momento político do país em que essa pauta de direitos humanos, de diversidade, de liberalização sexual era uma pauta positiva. [...]. Eu vivi momentos bem difíceis quando era vereador. O *impeachment*, a Escola Sem Partido, a ideologia de gênero, todas essas questões que começaram a surgir, eu estava na Câmara de Vereadores, então foi bem tenso, principalmente a Ideologia de Gênero e a Escola Sem Partido. Tu viveu isso lá em Passo Fundo também, né? Só que para um vereador LGBT do PCdoB a carga foi muito maior. [...] Prejudicou bastante a minha vida social e me trouxe uma decepção com a política. Em determinados momentos, tipo na última eleição que eu não me reelegi, eu não queria me reeleger. [...] Eu coloquei o nome porque as pessoas trabalhavam comigo e [...] dependiam daquilo até certo ponto. Então, eu tinha esse dever com elas de tentar manter elas, entendeu? Mas não era mais minha vontade, não tinha mais ânimo pra seguir. Ah, eu vou fazer isso, eu vou pautar isso, eu vou brigar por isso. Não tinha mais. Era... parecia que a gente estava dando um murro em ponta de faca por causa do contexto todo, desse clima no país (E.M., 2024).

Entre 2016 e 2020, as crises políticas e sociais que acirraram os ânimos a partir das decisões deferidas em Brasília, repercutiram, além de Cruz Alta, também em Marau, um município com menos de 50 mil habitantes no Rio Grande do Sul, quando L.Z. (36 anos) transitava entre o movimento estudantil e a militância partidária. Naquele ano de 2016, o PT era a legenda com o maior potencial de acolher a revolta e o desejo de mudança do jovem

publicitário que, desde as aulas de teatro, ainda no Ensino Médio, vinha se recusando a permanecer em silêncio sobre sua orientação sexual.

Homem, branco e autodeclarado cisgênero e gay, L.Z. revela que passou a entender que estas características eram mais do que apenas uma questão de foro íntimo. Foi na escola que os primeiros apontamentos sobre sua sexualidade desviante começaram a ocorrer, a maior parte deles vindo de outras crianças. Porém, aceitar-se como homossexual e transformar essa identidade em uma identidade política começou a fazer sentido, de acordo com seu relato, a partir do momento em que os espaços decisórios e de representatividade não contavam com nenhuma pessoa autodeclarada LGBTQIA+ em sua cidade - situação que ele percebia também nos municípios próximos a Marau.

Assim como em Cruz Alta, as relações de poder em Marau, argumenta L.Z., se organizavam em torno de um perfil hegemônico de sujeito, o que, consequentemente, se refletia na ocupação majoritária de assentos no legislativo por homens, brancos, empresários e que, em alguns casos, vinham de famílias cujos sobrenomes indicavam uma forte vinculação com as formações históricas dessas localidades. A ausência de uma pluralidade populacional neste estrato de representação despertou a atenção de L.Z. Em sua constatação, era preciso ampliar a participação popular, porque a Câmara de Vereadores se mostrava cada vez mais masculina, heterossexual e cisgênera, além de sinalizar aderência aos discursos conservadores como os da Escola Sem Partido e da ideologia de gênero que, tal qual Cruz Alta, acentuavam a marginalização das pessoas sexo/gênero dissidentes (L.Z., 2024).

Mesmo que tenham construído suas militâncias em regiões diferentes e experimentado formas variadas de tornar-se um sujeito político (Vidarte, 2019) assumidamente gay em cidades com populações menores, a trajetória de E.M. e de L.Z. se interseccionam e se vinculam em alguns pontos que, em 2016, culminam em um enfrentamento similar: a defesa da manutenção do mandato presidencial de Dilma Rousseff. Ambos passaram pelo movimento estudantil e precisaram construir estratégias para existir enquanto homens gays no espaço público e político-partidário. Contudo, é o impedimento da presidenta que os coloca em confronto com o moralismo que aflora nas pautas suscitadas nas localidades em que residem.

Para L.Z., a sua filiação ao PT durante aquele período e o interesse em disputar uma vaga para vereador em Marau reforçaram a compreensão de que era relevante estar disposto a se expor publicamente. Comenta ele que:

> O PT precisava de um candidato jovem e que estivesse conectado com a cidade, vivendo com os movimentos sociais. Eu tinha muitos amigos que já eram do partido e quando eles me convidaram, aceitei de pronto. Antes do PT, eu fui filiado ao MDB,

> mas eu sempre soube que o fato de ser gay seria um problema dentro dessa legenda; eu via como eles atuavam para não me dar espaço. Então, diante do convite do PT e do que estava acontecendo com a Dilma *[o processo de impeachment*], que era uma injustiça, eu troquei de partido. A política já era parte da minha vida e eu queria fazer algo naquele momento. Foi quando a gente fez aquela pós juntos, não foi? Enfim, foi ali a primeira vez que senti um pouco da violência contra pessoas LGBTQIA+ nestes espaços. Os discursos ainda não eram tão pesados, mas eu ouvia comentários negativos e todos eram sobre o fato de eu ser gay. O PT nunca viu um problema nisso *[no fato dele ser gay]*, eles me apoiaram. Foi uma boa campanha, fiz 331 votos, um número razoável diante daquele período turbulento que a gente vivia. Ouso dizer que se não tivesse esse clima todo contra o PT, eu teria sido eleito, porque me orgulho muito de todo o trabalho que fizemos naquela época (L.Z., 2024)

Nos depoimentos de E.M. e de L.Z. é possível identificar como a politização de suas orientações sexuais se torna um elemento do cenário político e eleitoral em suas cidades. Tanto em Cruz Alta quanto em Marau, o fato de existirem sujeitos LGBTQIA+ ocupando e disputando uma cadeira legislativa a partir de uma autodeclaração a respeito de suas sexualidades nos permite condensar as narrativas que dão contorno a Área Temática 1 (identidade de gênero e orientação sexual como elementos políticos), uma vez que estes enunciados apontam para como a decisão de falar abertamente sobre o assunto produz tensionamentos nos ambientes em que, tradicionalmente, a dimensão normativa e compulsória da heterossexualidade é hegemônica.

Ainda, o uso dos Mapas (Spink, 2010) permite associar a esta Área Temática a perspectiva da participação social (Área Temática 2) e das relações políticas e representação eleitoral (Área Temática 3). Nos discursos de E.M. e de L.Z., estes aspectos se aproximam a tal ponto que, de acordo com ambos, a construção de suas figuras políticas como pessoas autodeclaradas gays permeia seus vínculos e suas atuações comunitárias, sendo indissociáveis umas das outras. Essa correlação é manifestada na declaração de L.Z.:

> Quando presidi a associação de estudantes de Marau, por exemplo, eu já fazia e falava coisas que a sociedade não enxergava com bons olhos, vamos dizer assim. Eu me soltei muito no teatro, comecei a entender quem eu era de verdade e isso foi, ao mesmo tempo, libertador e uma questão que me trouxe uma carga de preconceito bem significativa. Acho que as pessoas olhavam meus vídeos na internet interpretando personagens e fazendo paródias de clipes e pensavam 'olha o que ele faz na rua, vai querer fazer isso aqui na associação também'. Só que eram coisas normais, não tinha nada de muito ousado. Por isso, na eleição para a presidência dessa entidade, que eu venci, inclusive, eu já senti que ser gay seria sempre algo que me acompanharia em qualquer processo político. Já tinha tido esse pensamento quando saí do MDB, porque eles me ofereceram cargos e outras posições, mas nunca apoio para eu disputar eleições. Eu queria ser candidato e isso não teria como fazer estando ali *[no MDB]*, eles nunca iam permitir um LGBT na nominata deles. Foi o que eu disse quando pedi minha desfiliação. Falei que a liberdade de expressão era importante e eles entenderam o que eu queria dizer [...], nem foi preciso entrar especificamente na questão de ser gay. [...] No PT eu fui acolhido, gostei, eles me deram liberdade e a campanha foi linda (L.Z., 2024)

A transposição do privado para o público de uma categoria como a sexualidade afeta a participação social e as relações políticas e eleitorais dos sujeitos LGBTQIA+, como citado acima por L.Z. O ser gay em uma cidade com menos de 50 mil habitantes, em um Estado imageticamente reconhecido pelas performances de uma masculinidade associada ao trabalho nas propriedades rurais e a um estilo de vida fortemente pautado na dominação, também emerge em sua manifestação (Área Temática 4). Neste sentido, se denotam os atravessamentos entre a orientação sexual, a politização de uma identidade e a percepção social desse conjunto de elementos.

Em sua primeira candidatura, em 2016, L.Z. revela que o receio sobre como seria recebido pela comunidade em Marau fez com que a temática central de sua campanha não estivesse diretamente vinculada à sua sexualidade. Essa escolha refletia não apenas a supremacia de um perfil institucional padronizado para os sujeitos que participam de processos eleitorais, mas também as condições sob as quais corpos e identidades sexo/gênero dissidentes conseguem acessar esses espaços. Para além de uma estrutura política e cultural que reproduz os marcadores sociais da diferença impostos pela modernidade/colonialidade, observa-se, como apontam Feitosa (2017) e Santos (2016), a internalização de uma sensação de não pertencimento a ambientes dominados por normas de representação tradicionais, como câmaras de vereadores e outras esferas político-partidários institucionais.

Essa condição influencia diretamente as escolhas estratégicas de L.Z., que, em sua campanha de 2016, optou por trabalhar com temas mais amplos relacionados à diversidade e aos direitos humanos. Segundo ele,

> O que eu observei comparando as campanhas seguintes *[2020, 2022 - quando foi candidato a deputado federal - e 2024]* é que, em 2016, talvez por puro preconceito meu, acabei camuflando a bandeira LGBTQIA+. Não é que eu escondia minha orientação sexual, mas eu preferi não fazer dela o discurso principal, entende? Mesmo a diversidade foi trabalhada de forma abrangente, não era a diversidade sexual e de gênero, especificamente. [...] Não foi uma questão imposta pelo partido, eu simplesmente camuflei isso. Agora eu tenho bastante clareza desse movimento. Naquele período eu me perguntava porque estava agindo assim se todo mundo sabia que eu era gay, enfim. Foi diferente em 2020, eu já estava no PSB, e decidi erguer totalmente a bandeira *[LGBTQIA+]*. [...] Lá em 2016, eu fiquei com preconceito comigo mesmo, com quem eu era. Foi isso, eu tinha muitas amarras da sociedade, com medo do que pudesse me acontecer [...] Tive receio pelo que a sociedade diria, aí eu fiquei: 'meu deus, o que será que vai acontecer? Será que vai dar certo? Será que eu vou perder votos por ser assim?' Vinham esses pensamentos e eu nunca falei disso com ninguém, nem a minha equipe sabia do que se passava comigo. Então, sim, hoje eu consigo afirmar que nós trabalhamos com medo do que as pessoas diriam e como reagiriam a mim sendo um homem gay e falando abertamente sobre sexualidade e gênero (L.Z., 2024).

O conturbado período vivido pelo país com o impedimento da presidenta Dilma em 2016 (Nobre, 2022; Prandi e Carneiro, 2018), o desgaste político e eleitoral do PT (Braz, 2017; Miguel, 2019) e o medo latente de uma violência dirigida a sua orientação sexual, colocaram a candidatura de L.Z. em um terreno árido para um jovem autodeclarado gay disposto a, pela primeira vez na história da sua cidade, ocupar um cargo eletivo na câmara de vereadores. Os 331 votos recebidos naquele pleito não foram suficientes para elegê-lo, mas, em sua interpretação, contribuíram para posicioná-lo no panorama político e eleitoral marauense, sinalizando para a classe de lideranças locais que havia uma parcela da sociedade potencialmente apta a se movimentar em direção ao centro do poder institucional.

Sem um mandato parlamentar, L.Z. continuou com sua militância na juventude e nos movimentos sociais, ampliando suas relações e, segundo ele, resolvendo internamente algumas arestas com sua exposição pública. Longe dos holofotes da representatividade institucional, o candidato derrotado nas urnas em 2016, venceu as barreiras do reconhecimento LGBTQIA+ e passou a fazer deste um dos fatores mobilizadores de seu ativismo. “Passado o período eleitoral, eu via que as pessoas se identificavam comigo, porque eu fazia algo que elas, talvez, não tivessem coragem, que era me assumir. E isso foi crescendo até 2020”, declara L.Z. (2024).

Dentre as manifestações da liderança política marauense, destaca-se um aspecto significativo que irá encontrar similaridade nas demais pessoas entrevistadas neste estudo: a adesão a um partido alinhado ao espectro político e ideológico de Centro e Esquerda. Em 2016, L.Z. participou de sua primeira eleição por meio do PT que, conforme ele, acolheu a sua orientação sexual dissidente à norma heterossexual e possibilitou que um sujeito autodeclarado gay se colocasse como uma candidatura viável para ocupar um assento no legislativo daquela cidade.

Para Santos (2016), este é um fator essencial para compreender as trajetórias de ativismo e mobilização de grupos subalternizados em suas relações e conflitos com as instâncias partidárias e eleitorais. Assim como L.Z. descreveu sentir-se aceito e estimulado em sua diversidade, Santos (2016) argumenta que os vínculos constituídos entre os movimentos sociais e estas siglas tendem a torná-las mais plurais.

> [...] quanto mais à esquerda do espectro ideológico o partido político se encontrar, maior será a probabilidade de nos depararmos com candidaturas abertamente “LGBT”. Tradicionalmente, as esquerdas, ao menos nos regimes democráticos ocidentais, têm sido mais “abertas” às novas temáticas e “acolhido” em suas estruturas partidárias setores marginalizados na sociedade e na política institucional. [...] Este dado é interessante, pois parece apontar para a importância dos direitos sexuais como um dos definidores das clivagens político-ideológicas entre os partidos políticos brasileiros, ao menos na arena eleitoral (Santos, 2016, p. 74-75).

A conexão entre partidos neste espectro ideológico e a maior amplitude à diversidade sexual e de gênero também é referendada por Carrara (2010), Facchini (2020), Feitosa (2022), Quinalha (2022) e Trevisan (2018). Estes autores/as ressaltam que, embora existam contradições e conflitos no interior destas legendas, especialmente no que tange à sexualidade normativa e suas dissidências, reside nesta esfera das relações políticas uma possibilidade de diálogo em que a diferença não é percebida, necessariamente, como algo a ser eliminado.

Facchini (2020), ao reconstituir os processos de cidadanização e composição de enquadramentos de um sujeito político LGBTQIA+, sustenta uma linha de reflexão também explorada por Feitosa (2022). Ambos defendem que as conexões entre os movimentos sociais dessa natureza e os partidos políticos dispostos a incluírem em seus conteúdos programáticos tais debates desafiam as instituições representativas e decisórias. Esses tensionamentos inserem a temática na agenda do debate público, viabilizando a ocupação destas instâncias por pessoas cuja orientação sexual e/ou identidade de gênero deslocam-se às margens do sistema sexo/gênero (Butler, 2020; 2024; Rubin, 2017, Wittig, 2022).

> Pensar em política sexual comporta pensar em um movimento e em contramovimentos. Apesar de algumas categorias circularem em ambos os campos *[do espectro ideológico partidário]*, como as de “direitos”, “liberdade de expressão” e “liberdade de pensamento”, entre outras, elas circulam com sentidos diferentes (Facchini, 2010, p. 35).

Distante 165 quilômetros de Marau, em Cruz Alta, E. M preparava sua campanha de reeleição diante de um quadro de intensas discussões sobre aspectos da vida política e social que o colocavam frente a um cenário de perseguição ideológica. Eleito, como relatado anteriormente, em 2012 pelo PSB, E.M. mudou de partido em 2014. Deslocando-se mais à Esquerda na esfera local, no PCdoB ele viu o seu mandato se transformar em um dos mais atacados naquele período entre a abertura do processo de impedimento e a derrubada da presidenta Dilma. Com uma trajetória construída junto aos movimentos comunitários e trabalhando com uma base de assuntos diversificados, E.M., até então, transitava com relativa facilidade nos ambientes institucionais da política.

A experiência legislativa, o compromisso com que desempenhava a função pública e a maneira de trabalhar as demandas da sociedade resultaram em um acúmulo de capital político para E.M. Com a experiência do primeiro mandato e buscando fortalecer as relações com amplos setores de Cruz Alta, o parlamentar afirma que sua orientação sexual era um elemento dentre outros tantos que as pessoas utilizavam para falar sobre ele. Mesmo o fato de ter obtido

o crédito de ser o primeiro vereador assumidamente gay eleito fora da região metropolitana e da capital do Estado, em 2012, não o tinham reduzido a uma única característica.

Como se depreende dessas manifestações, as relações políticas e a representação eleitoral (Área Temática 3) se combinam com a participação social (Área Temática 2) e com a dimensão da sexualidade (Área Temática 4), formando um quadro complexo e multifacetado em que a autodeclaração de E.M. se potencializava na medida em que os discursos e as pautas morais e de costumes se acentuavam. Essa condição é mais evidente neste trecho da entrevista:

> [...] A orientação sexual interfere na orientação política, porque querendo ou não é à Esquerda que tem essa pauta mais identificada, tem as melhores proposições de políticas públicas, uma abertura muito maior. Mas, também é claro que tem uma homofobia, uma LGBTfobia institucional muito grande. [...] O apoio vai até um determinado ponto, depois são os homens cis, brancos e heterossexuais que recebem os maiores investimentos e espaços dentro das legendas. E isso também tem reflexos do contexto social e político do período em que vivemos. Eu nunca tive muitos problemas partidários quanto a minha orientação sexual, mas estando na Câmara como um vereador gay enfrentei muitas coisas tensas. [...] Aqui *[em Cruz Alta]* é um lugar muito conservador e, no meu caso, a questão moral foi bastante pesada. A temática da ideologia de gênero foi terrível, diziam 'deixem nossas crianças em paz', que nós queríamos criar um banheiro único, enfim, coisas que nunca tinham sequer sido faladas na câmara de Cruz Alta. Foi bem difícil (E.M., 2024).

A simbiose entre as manifestações persecutórias e que imputavam a E.M. supostos comportamentos e iniciativas - criadas a partir de narrativas inseridas em uma ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ (Antra, 2024) - e o complexo contexto eleitoral de 2016 não culminaram em sua derrota nas urnas, mesmo que tenham provocado fissuras nas relações e trocas do político com a cidade de Cruz Alta. Um dos reflexos mais imediatos disso foi a queda do número de votos entre uma eleição e outra. Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, em 2012, E.M. conquistou 778 votos; em 2016, foram 534 - uma redução de 244 votos (-31,36%).

O resultado trouxe apreensão, mas não desestimulou o vereador reeleito. Entre informações falsas veiculadas por candidaturas concorrentes, o agravamento dos conflitos envolvendo seus posicionamentos na defesa da então presidenta Dilma, a dimensão de sua sexualidade e a construção de parcerias para seguir se movimentando no legislativo cruz-altense, E.M. terminará o segundo mandato, em 2020, reconhecido como um parlamentar que fez de seu gabinete uma extensão das demandas sociais, culturais e educacionais da cidade, embora, ao disputar um terceiro mandato, não tenha conseguido se reeleger.

Tais avaliações feitas pelo entrevistado se associam, por meio do uso dos Mapas (Spink, 2010), a Área Temática 1 e 3 (identidade de gênero e orientação sexual como elementos políticos e relações políticas e representação eleitoral, respectivamente). Isso porque ambas

demonstram como, em que pese a redução do número de eleitores, a forma de construir a política cotidiana e a sua própria permanência como um corpo gay em um espaço hegemonicamente preenchido por homens autodeclarados cisheterossexuais fortaleceram o reconhecimento da representatividade de E.M.

Nas relações sociais de poder e dominação que se constituem a partir de uma arquitetura moderna/colonial, os sujeitos sexo/gênero dissidentes são atravessados por categorias hierárquicas de classificação que indicam quais espaços estes corpos que se deslocam da matriz cisheterossexual podem ou não estar. No caso de E.M., os dois mandatos de vereador lhe outorgaram ascender a uma esfera político-partidária e eleitoral que o aproximava dos ambientes de tomada de decisões quanto mais normativa fosse a sua atuação. No pleito de 2012, por exemplo, com uma campanha mais aberta a temas como educação e assistência social e em um panorama nacional de fomento à diversidade, a votação obtida foi superior à de 2016. Nesse último, sua orientação sexual se tornou alvo de ataques e de tentativas de deslegitimá-lo perante as mesmas pessoas que o haviam apoiado anteriormente.

A ambiguidade dessas interações, sobretudo aquelas que se organizaram em torno de informações distorcidas e falseadas sobre a figura pública de E.M., é mais explícita quando ele comenta que, em 2024, passados oito anos desde aquele processo eleitoral e quatro desde que ele concorreu pela última vez (em 2020), pessoas afirmam, ao conhecê-lo, que tinham feito um juízo de valor equivocado a seu respeito a partir dos conteúdos que circulavam em aplicativos de mensagens e redes sociais.

> Muitas coisas inverídicas foram ditas sobre mim [...] nas redes sociais, tanto no processo eleitoral de 2016 quanto no de 2020. [...] Recentemente, na coordenação de campanha do *[candidato que ele apoiou em 2024]*, o primo dele, que é evangélico, tinha se recusado a trabalhar comigo, por causa de preconceito. O *[candidato que ele apoiou em 2024]* interveio e, em uma das últimas reuniões, essa mesma pessoa veio me pedir desculpas, dizer que tinha aprendido muito comigo e que eu não era nada daquilo que haviam falado. [...] Tem que ter uma estrutura psicológica e pessoal bem forte para enfrentar todos estes ataques [...], principalmente os das redes sociais, ali era muito forte (E.M., 2024).

Sob a perspectiva de Facchini (2020) e de Feitosa (2017), os efeitos de um sistema político-partidário e eleitoral que se organiza tendo como eixo basilar um modelo normativo e colonial de gestão e controle, podem assumir uma gama variada de sentidos e significados. Todavia, considera Feitosa (2017), todas estas repercussões tendem a afastar e a dificultar que grupos marginalizados, como as populações LGBTQIA+, consigam adentrar ou permanecer nestes ambientes de representação institucional, uma vez que a violência e as violações a própria condição de sujeito perpetuam a subalternização destas identidades.

> Esse cenário desigual resulta não apenas em sistemas políticos anômalos, ineficientes e incapazes de responder aos anseios da população como também em sentimento de frustração coletiva com o funcionamento das nossas instituições, além da descrença na política como instrumento de transformação social, de mediação dos conflitos de interesses e de conquista de direitos. Em face das instituições representativas estarem ocupadas basicamente por homens, ricos, brancos, heterossexuais que não representam a pluralidade e a diversidade de sujeitos, pensamentos e interesses do povo brasileiro, a luta política tem se dado por fora das instituições, nas ruas, em diferentes espaços públicos e, também, na esfera privada. De diversas maneiras (Feitosa, 2017, p. 121).

Complementarmente, Barros (2023) argumenta que a estratificação do poder no Brasil, que é, majoritariamente, conforme indica Cardoso (2022), retratada pela figura do homem, branco, autodeclarado cisgênero e heterossexual, não jovem e detentor de grandes patrimônios, reduz até mesmo as condições materiais de trânsito dos corpos e das identidades sexo/gênero dissidentes nestas esferas. Esse modelo de precarização contribui para uma reprodução contínua de um modelo de ocupação das estruturas decisórias, como é o caso dos legislativos municipais. Com efeito, Santos (2016) aponta que é, justamente, na disputa por cargos de vereança que há um volume maior de candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ no Brasil participando dos pleitos, demonstrando, segundo ele,

> [...] certa descentralização [e] [...] outra fundamental característica: a posição relativamente periférica das candidaturas LGBT no campo político brasileiro. Não podemos esquecer que o cargo de vereador é o mais "baixo" na hierarquia das carreiras políticas, visto que demanda do(a) candidato(a) o menor quantitativo de votos para o sucesso eleitoral e, consequentemente, tem menos influência política (Santos, 2016, p. 74).

Baseado em dados extraoficiais produzidos por organizações não-governamentais brasileiras entre os anos de 2000 a 2012, Santos (2016) evidencia que, embora não seja um fenômeno recente na política nacional, as candidaturas de pessoas que afirmam publicamente suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes vem se ampliando à medida que estas dimensões da sexualidade se configuram também como identidades políticas e passam a integrar um quadro de debates públicos acerca da reivindicação de direitos sociais e civis, além da proteção e da promoção da vida e dos direitos humanos destas populações.

Nesse contexto, a territorialização das candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ em cidades do Rio Grande do Sul potencializa a inclusão da temática da diversidade sexual e de gênero na agenda dos municípios, ampliando a visibilidade e a representatividade para as pessoas LGBTQIA+ nas localidades - ainda que sob critérios e classificações bastante rígidas, como frisou E.M. O político cruz-altense, que se tornou o primeiro vereador declaradamente gay a presidir a Câmara de Vereadores (em 2019) e a ter a experiência de comandar o Executivo

Municipal por uma semana no mesmo ano, reafirmou que as estruturas partidárias e institucionais criam engrenagens e configurações internas para proteger e priorizar um sujeito político que responde a um padrão hegemônico de detentor de cargos eletivos no Brasil. “O apoio que a gente recebe *[pessoas LGBTQIA+]* vai até aquele determinado ponto, sabe. Depois, entra em ação essa homofobia, essa LGBTfobia institucionalizada” (E.M., 2024).

A trajetória social e política de E.M., vereador em Cruz Alta por oito anos, reflete também as mudanças significativas no panorama político brasileiro. Eventos como o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, as reformas trabalhistas promovidas pelo governo Michel Temer (MDB) e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, marcaram um período de desvalorização da diversidade e enfraquecimento das pautas de direitos humanos (Afonso Rocha, 2023). Nesse contexto, E.M. experimentou pessoalmente aquilo que ele próprio descreveu como uma “homofobia, LGBTfobia institucionalizada” (E.M., 2024), evidenciando como essas estruturas impactam diretamente a vivência de sujeitos LGBTQIA+ na política.

Percebida como um mecanismo de discriminação e de violência física, psicológica, material e/ou simbólica (Feitosa, 2016; Peixoto, 2018) e tipificada, em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como um crime equivalente ao racismo, a LGBTfobia permeia o próprio ordenamento e a organização social, combinando-se com outros instrumentos de categorização e classificação dos sujeitos. Peixoto (2018), nesta linha de interpretação, observa a LGBTfobia não como um simples preconceito individual motivado por fobias às pessoas LGBTQIA+, mas a partir de um entendimento de sua sistematização estruturante das “relações sociais, por meio de uma base constitutiva histórica e cultural” (p. 8).

Na posição de vereador, E.M. relatou ter se defrontado, inúmeras vezes, com essa característica estrutural da LGBTfobia, sobretudo quando associada à violência e às violações de direitos (o que contempla, neste estudo, a Área Temática 5). Disse ele que “[...] em determinados períodos, eu tinha medo de chegar em casa depois das sessões plenárias, descer do carro e abrir o portão da garagem. Mas, nunca chegou a acontecer nada físico comigo. Era mais esse receio mesmo” (E.M., 2024).

O aspecto simbólico relacionado à forma como o preconceito e a discriminação são percebidos pelos sujeitos evidencia que os conflitos sociais e a imposição de uma gramática moral e sexual constituem mecanismos de controle e vigilância sobre os corpos. Esses mecanismos deslocam as dissidências para o que Hartmann (2022) classificou como um não-lugar de pertencimento para determinados grupos. Nesse espaço, simultaneamente material e imagético, as pessoas LGBTQIA+ têm suas possibilidades de atuação restringidas, reforçando

a análise de E.M. sobre a existência de um regime político-partidário e eleitoral que impõe limitações ao exercício e a ocupação destas esferas.

Sob as lentes das Epistemologias do Sul, a violência e as violações impostas às populações LGBTQIA+ - e, no caso específico deste estudo, às pessoas autodeclaradas que participam de processos eleitorais assumindo publicamente suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes - compõe um construto de segregação e classificação social que reproduzem as categorias alegóricas da modernidade/colonialidade. Nessas hierarquias, a distinção estabelecida entre aqueles que ascendem a própria condição de humano e os que, por seus desvios à norma construída como universal, se mantém como subalternos, é materializada em dispositivos de marginalização e periferização.

Em suas manifestações. E.M. ressalta como o clima nacional de instabilidade política vivido entre 2016 e 2020 (Nobre, 2022) fez com que, em Cruz Alta, a animosidade contra um mandato parlamentar LGBTQIA+ aumentasse e, em muitas situações, se desenrolasse em ataques e agressões verbais e nas redes sociais. "[...] Se tu andar na rua com uma bandeira LGBTQIA+ alguém vai se sentir confortável pra te xingar. Parece que tem um ódio liberado contra homossexuais, principalmente contra as pessoas travestis. Mas, também tem muito racismo e machismo" (E.M., 2024), analisa o político. Ele associa esse contexto a crescente liberalização discursiva contra a diversidade, que E.M. percebe iniciada em 2013 com os protestos contra a presidenta Dilma Rousseff. "[...] O ódio pela presidenta foi se espalhando de tal forma que ficou muito difícil para nós *[E.M. se referiu às lideranças políticas de Esquerda, sobretudo aquelas LGBTQIA+]*".

Justo por isso, na narrativa da liderança gay cruz-altense se destaca imbricada um complexo quadro de perseguição política institucional e social às identidades desviantes, fomentando um esvaziamento de pessoas LGBTQIA+ dispostas a se colocarem como protagonistas nestas esferas. "Muitos LGBTQIA+ acabam se sentindo desmotivados, porque, além do preconceito, da violência e da LGBTfobia, também tem as questões partidárias e de apoios que vão reduzindo, principalmente em cidades menores" (E.M., 2024), citou ele, reforçando que "[...] alguns colocam seus nomes apenas para compor as chapas *[partidárias]*, mas não tem apoio e pelo medo de violência, não se expõem muito".

Ao relembrar aspectos dos enfrentamentos vividos entre a ampliação de um conservadorismo e de um pânico moral (Machado, 2004), a partir de 2013, até o término do seu segundo mandato, em 2020, o político comenta um episódio que, por meio dos Mapas, nos permite associar as cinco áreas temáticas que atravessam a análise deste estudo: o fortalecimento dos discursos religiosos que capturam a pluralidade e a subjetividade dos

sujeitos e se desdobram em violência política (Área 5), no que significa ser LGBTQIA+ (Área 4), nas relações políticas e de representação eleitoral (Área 3), na participação social (Área 2) e na politização da orientação sexual e da identidade de gênero (Área 1).

De acordo com E.M., durante as discussões sobre projetos de lei relacionados aos temas da Escola Sem Partido (Farias, 2021) e da ideologia de gênero (Lionço, 2020), diversos movimentos favoráveis às iniciativas de lei foram feitos por legisladores ligados a um setor das igrejas evangélicas de Cruz Alta. As sessões, entre os anos de 2017 e 2018, eram tumultuadas e, a todo instante, as falas e pronunciamentos de E.M. eram interrompidos. Recorda ele que:

> [...] A igreja evangélica me atacava, não só nas redes *[em postagens como no Instagram e no Facebook]*, mas também na Câmara. Em 2018, eles iam de camiseta preta com a foto do Bolsonaro, não me deixavam falar, não deixavam ninguém da Esquerda discursar. Era um tipo de violência, né? [...] Beirava a um fanatismo (E.M., 2024).

No trecho acima, observamos como o sequestro de manifestações plurais de celebração ao sagrado e a imposição de um modelo único de religiosidade – tributário das relações coloniais de expropriação das subjetividades dos povos originários e da catequização forçada dos indígenas (Vainfas, 2022) – se articula, na contemporaneidade, a uma denominação evangélica que também desempenhou um papel no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff (Prandi e Carneiro, 2018). Esse modelo de devoção estabelece uma base que reforça um regramento rígido e fiscalizador sobre os papeis e performances de gênero, acentuando um binarismo dicotômico sexo/gênero. Nesse ordenamento, por sua vez, estão inseridos os elementos que Fernandes (2017, p. 26) classificou como a "colonização das sexualidades", ou seja, um processo de moralização e controle das expressões sexuais e de gênero que aciona os mecanismos da modernidade/colonialidade para reprimir a diferença.

Quando levado para o ambiente político-partidário institucional, essa diretriz reafirma distinções e categorias de universalidade dos sujeitos, estrutura relações sociais assimétricas de poder e ativa mecanismos de violência e violações contra dissidências. Em especial, atinge corpos gays, como é o caso de E.M., cuja atuação seria determinante para a rejeição de uma proposta que, em sua constituição, estabelecia uma reprodução ininterrupta de uma normatividade sócio-histórica e colonial.

> [...] Esses manifestos pararam quando eu assumi a presidência da Câmara, em 2019. Fui eleito até com voto do vereador que os organizou contra mim anteriormente. Eles *[os fiéis da igreja]* continuavam a ir nas sessões, mas ficavam em silêncio. Isso eu considero uma vitória, porque eu sempre tentei construir relações produtivas com as pessoas. Ter chegado à presidência do Legislativo em Cruz Alta foi uma

> demonstração disso. [...] Eu lembro de ter ido até em um culto deles para poder termos diálogo. Nessa igreja eles consideram que quem é eleito para alguma coisa é 'honrado', alguma coisa nesse sentido. Então, teve esse momento também (E.M., 2024).

Os tensionamentos, conflitos e contradições que permearam os dois mandatos de E.M. na cidade de Cruz Alta (2012 e 2016), e a primeira candidatura de L.Z. em Marau (2016), refletiram as condições estruturais de um sistema político-partidário e eleitoral profundamente influenciado tanto pela conjuntura quanto pelas conjecturas que dividiram o país. Esse panorama se intensificou após a destituição do mandato da então presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016. A eleição de Bolsonaro, em 2018, e os dois anos subsequentes até o pleito municipal de 2020, geraram novas turbulências, especialmente no âmbito das políticas de gênero, sexualidade e direitos humanos.

Todavia, como registra Facchini (2020), todo movimento é acompanhado, inevitavelmente, por contramovimentos que criam novos repertórios, acionam mecanismos de enfrentamento e dão contorno ao que Lugones (2014) considerou como uma articulação infrapolítica. Segundo a pesquisadora argentina, a colonialidade do poder e do gênero não podem ser compreendidas isoladamente; elas se inserem como eixos estruturantes de um sistema-mundo que padroniza as identidades, normatiza os corpos e regula as relações através de categorias hierárquicas. Neste sentido, a infrapolítica assinalaria uma "política de resistência, rumo à libertação (Lugones, 2014, p. 940)".

> [...] Ela mostra o potencial que as comunidades dos/as oprimidos/as têm, entre si, de constituir significados que recusam os significados e a organização social, estruturados pelo poder. Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica. Se estamos exaustos/as, completamente tomados/as pelos mecanismos micro e macro e pelas circulações do poder, a "libertação" perde muito de seu significado ou deixa de ser uma questão intersubjetiva. A própria possibilidade de uma identidade baseada na política e o projeto da descolonialidade perdem sua base ancorada nas pessoas (Lugones, 2014, p. 940).

Na esteira desses movimentos de oposição ao conservadorismo e de contestação ao recrudescimento dessas estruturas normativas, C.F.A. desponta, em Caxias do Sul, como uma figura pública assumidamente travesti e indígena motivada a seguir construindo políticas de promoção das identidades LGBTQIA+ na serra gaúcha. Natural do Mato Grosso, mas residindo há mais de 20 anos nesse município do Rio Grande do Sul, a artesã e bacharel em Direito se tornou candidata à vereadora em 2020 pelo PT, um dos partidos mais criticados e criminalizados pela opinião pública desde a abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff (Nunes e Trauman, 2023).

Ainda que alvo de uma ofensiva midiática e social, fortalecida, inclusive, por declarações feitas por Bolsonaro (Couto, 2023; Santos, Musse e Catani, 2020), presidente eleito da República em 2018, as legendas do espectro político e ideológico alinhado à Esquerda e ao Centro Esquerda se mantiveram como as esferas mais receptivas às pautas e demandas provenientes dos movimentos sociais. Assim como destacado anteriormente por Barros (2023), Facchini (2020), Feitosa Pereira (2022) e Santos (2016), apesar das contradições que permeiam os debates travados no interior destas próprias organizações em relação a temática do gênero, da sexualidade e das identidades, são estes espaços que costumam abranger as discussões sobre a inclusão de grupos socialmente subalternizados em seus quadros.

Para C.F.A, a política passou a ser um instrumento de transformação social a medida em que a sua história pessoal é também atravessada por mudanças fomentadas pela atuação nessa esfera. Espaço para reivindicar programas sociais de acesso ao ensino superior, educação técnica e profissional, ações em saúde voltadas para as pessoas travestis e transgêneros, parcerias e trabalhos através de organizações não-governamentais e, acima de tudo, materializar uma perspectiva de colocar-se à frente da disputa por avanços e direitos para a população LGBTQIA+: estar filiada a uma legenda partidária potencializava o seu ativismo, possibilitando a abertura de caminhos ainda pouco trilhados em uma região colonizada, majoritariamente, por imigrantes camponeses oriundos da Itália, no final dos anos 1800.

Em um contexto socioestrutural marcado pela violência — tanto física quanto discursiva — contra corpos dissidentes das normas sexo/gênero, as posições defendidas por C.F.A., especialmente em pautas transformadas pelas engrenagens institucionais conservadoras em discussões morais e fundamentalistas (Benevides, 2024; Silva, 2019), como a inclusão da diversidade sexual e de gênero no currículo escolar, fortaleceram a manutenção e a operacionalização da LGBTfobia como mecanismo de controle e regulação.

Nesse processo, Feitosa (2016) destaca as múltiplas faces de um preconceito, historicamente enraizado na formação do Brasil, que posiciona pessoas cujas orientações sexuais e identidades de gênero divergem do padrão cisheteronormativo como inferiores. Essa perspectiva dialoga com a interpretação das Epistemologias do Sul sobre como a modernidade/colonialidade utilizou hierarquias para categorizar sujeitos com base em raça, gênero e formas de conhecimento (Castro-Gómez, 2005; Quijano, 2005; 2009), contribuindo para um entendimento mais amplo de como as assimetrias no exercício do poder configuram as relações entre dominantes e dominados.

Dados levantados pela Antra (2024) e pelo Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (2024) revelam que o Brasil, em 2023, manteve, pelo 15º ano consecutivo, o incômodo

título de o país que mais matou pessoas trans* no mundo. As estatísticas, detalhadas no terceiro capítulo desta dissertação, evidenciam que a exclusão social e a precarização das posições destes corpos e identidades no tecido social brasileiro resultam em violências e marginalizações que culminam tanto na morte física quanto no apagamento simbólico de suas existências. Para Benevides (2024), a LGBTfobia, de forma geral, desestabiliza a vida das populações LGBTQIA+, agravando aspectos de saúde física e mental, dificultando acessos a serviços básicos e essenciais e comprometendo a garantia de emprego e renda.

Contudo, Benevides (2024), em diálogo com as reflexões de Bento B. (2017), argumenta que os efeitos de um ordenamento instituído por um modelo societal de padronização dos sujeitos, pautado em uma agenda binária e cisheteronormativa, são particularmente perversos para as identidades trans*. Esse formato de organização destitui estas populações de quaisquer traços de humanidade. No limite, esse raciocínio transforma as mortes violentas praticadas contra pessoas travestis e transgêneros e a sua deslegitimação social a uma problemática endêmica, institucional e histórica (Benevides, 2024).

Seguindo esta linha argumentativa, Bento B. (2017, p. 218), salienta que "a possibilidade de se reivindicar direitos humanos", neste cenário, é restrita "a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política" (Bento B, 2017, p. 218). Populações colonizadas, racializadas e re-identificadas pela atualização ininterrupta do ideário colonialista, amalgamado à colonialidade do poder e do gênero nos termos definidos por Lugones (2014), não compartilham dos predicados necessários para ascenderem sequer a condição de humano, como também defendem Missiatto (2021) e Zaffaroni (2022), ao destacarem que a subalternização e a dominação de um grupo por outro se fortalece na ausência desse reconhecimento.

Distanciados e apartados destas categorias universais da modernidade/colonialidade, os corpos trans* e as orientações sexuais dissidentes são instrumentalizados no cerne daquilo que Benevides (2024, p. 12) denominou de "um projeto político [...] que posiciona as pessoas trans como uma ameaça" - ainda que fantasmagórica (Butler, 2024) - a esse construto sócio-histórico no qual determinadas identidades e determinados sujeitos assumem, hegemonicamente, os espaços de representatividade e credibilidade. Nestas "ofensivas anti-trans e anti-gênero" (Benevides, 2024), Silva (2019) inclui a normalização das narrativas de ódio e de criminalização contra todos e todas aqueles e aquelas que se encontram às margens da matriz cisgênero e heterossexual e que conforma opressões sistêmicas e de estratificação nas esferas de poder e representação.

> Sob o influxo dessas dinâmicas, são elaborados os marcos simbólicos de uma cartografia subjetiva que toma como parâmetro de normalidade-moralidade-aceitabilidade-viabilidade os modos de subjetivação do colonizador. Por sua vez, segundo tal lógica, as experiências, os saberes, os desejos e os corpos dos sujeitos subjugados são significados sob o trânsito reiterado de atos de fala que projetam neles diferenças subalternizantes/racializantes, as quais, em última análise, efetuam a destituição de sua condição reconhecível de "humanidade". Como consequência desse processo, ficam justificadas diferentes modalidades de violência, praticadas a partir dos mais diversos quadros de poder – a exemplo do extermínio em massa, da escravização, da dominação, da proletarização, do epistemicídio – daquele considerado "o Outro", situado mais além dos marcos do humano, em uma zona exterior/inferior dos ditos modos de vida válidos (Silva, 2019, p. 34).

À luz de um regime de opressão e dominação, as esferas político-partidárias igualmente reproduzem os eixos de normalidade e centralização que atravessam as demais estruturas sociais. Com efeito, as vivências de C.F.A nos permitem, por meio dos Mapas (Spink, 2010), associá-las às áreas temáticas 2, 3 e 4 desta análise, uma vez que se inscrevem como partes de um complexo e multifacetado sistema em que a exploração e a subordinação das orientações sexuais e identidades de gênero desviantes interferem tanto na maneira e na forma como estes corpos transitam social e politicamente, quanto nas articulações necessárias para que consigam transitar institucionalmente pelos processos eleitorais.

No conjunto de ações coletivas, na politização de sua etnia indígena e de sua travestilidade e na disputa pública que o cruzamento destes elementos engendra, a mulher trans que foi expulsa de casa aos 11 anos, teve a sua infância violada em espaços de prostituição infantil até os 15, fugiu de uma região de garimpo ilegal e fixou residência em Caxias do Sul após desafiar as expectativas de vida de grande parte das populações transgêneros no Brasil (PT Caxias do Sul, 2024), impõem-se como uma candidatura que, além de pioneira na região da serra do Rio Grande do Sul, se revela apta a questionar não somente o esquema de ocupação legislativa local, mas também os ambientes aos quais são permitidos (ou negados) os acessos destes sujeitos.

Entre 2018 e 2020, durante o governo Bolsonaro, as temáticas relacionadas a gênero, identidade, sexualidade e direitos humanos foram alvo de intensas críticas e, em certos momentos, perseguidas e criminalizadas. Como destaca Afonso-Rocha (2023), o exercício de poder reivindicado pelo grupo político bolsonarista, materializa a truculência e a violência por meio da ridicularização de setores socialmente desvinculados das características hegemônicas que o unifica, acentuando a marginalização de populações historicamente subalternizadas, a exemplo das pessoas LGBTQIA+.

Pela ridicularização cômica e manipulação do debate público a respeito de temas como a educação sexual e de gênero no enfrentamento às violências LGBTfóbicas - transformadas

em uma falaciosa ‘ideologia de gênero’ (Santos Silva, 2019), por exemplo - o bolsonarismo, enquanto estrutura de gestão, imprimiu na agenda da sociedade brasileira uma ofensiva em desfavor destas pautas, estimulando, na outra ponta, projetos humanistas universalizantes. Tal interpretação se associa ao que afirma Afonso-Rocha (2023, p. 12) quando este declara que essa concepção mantém resquícios de um ideário colonial no qual a barbárie, a ojeriza e o pânico moral funcionam como eixos de uma estabilidade binarizante e reprodutora de distinções que fomentam “[...] uma guerra fantasmática produzida pela política de ressentimento como instrumento de punição dos ditos inimigos. Essa punição seria produzida, então, como justa, merecida e legítima”.

Com efeito, nessa batalha imaginária insuflada contra a pluralidade e a diversidade de pessoas que coexistem no país, o afeto mobilizado pelo conservadorismo latente assume um caráter de perversidade. A contrariedade que se estabelece pela não aceitação da diferença assume uma face hostil em que a negação de direitos e de pertencimentos socioestruturais efetivam o apagamento dessas identidades desviantes, justamente se considerarmos que “os diferentes carregam o peso secular do pecado gerado pela impossibilidade de se adequarem às referências ditadas pelo sujeito-norma” (Missiatto, 2021, p. 17).

A aparente incompatibilidade entre os perfis heterogêneos é um elemento ativo desta equação em que o desprezo do dominador pelo dominado é exaltado. Isso porque, constata Afonso-Rocha (2023, p. 12), “em sua produção de inimizade, o bolsonarismo irrompe contra as práticas, os saberes, as corporalidades e as *gnoses* negras, indígenas, LGBT+, quilombolas, feministas, das putas, do campo, das comunidades tradicionais, ribeirinhas, periféricas”, levando as relações com estes estratos à deterioração e a uma precariedade que se impõe sobre corpos e identidades que já se encontram mais “suscetíveis de serem marcados como alvos, visto que já habitam zonas de abjeção” (p. 13).

O pânico instalado contra pessoas sexo/gênero dissidentes e a manipulação de informações falseadas e disseminadas na opinião pública acionam - além de distintas formas de preconceito, como sugere Feitosa (2016) ao posicionar a contestação de direitos como o acesso à saúde e a educação ou as tentativas de se invalidar as uniões estáveis por pessoas do mesmo sexo entre as maneiras pelas quais se identificam a discriminação - a LGBTfobia como um mecanismo estrutural em que a colonialidade do poder e do gênero se mostram estruturantes de um princípio de poder que se organiza pela cisheterossexualidade compulsória e normativa.

Nas tessituras dessas esferas de participação, reconhecimento e validação sócio-históricas nas quais a diversidade é percebida como uma ameaça ao estatuto daquilo que se instituiu como a norma - extraída de uma alegoria universalista que concebeu o *homem* como

imagem e semelhança do sujeito europeu -, as bordas do tecido social foram sendo preenchidas pelos estratos alijados e deslocados deste centro estável de modulação dos sujeitos. Em seu interior, o colonizador; às suas margens, o colonizado.

Todo este contexto prospectou cenários de tensão e conflitos variados para as pessoas LGBTQIA+, especialmente aquelas que participaram ativamente de mobilizações sociais e se engajaram como candidatos/as nas Eleições de 2020 em suas cidades, como é o caso de três dos seis participantes desta investigação. Mesmo filiadas a partidos ideologicamente alinhados a um espectro político que compreende as disputas em torno da gramática moral e sexual (Quinalha, 2020) como ferramentas para a manutenção de um poder hegemonicamente gerido por homens, cisgêneros, heterossexuais, brancos, empresários e não-jovens (Cardoso, 2022) e conscientes dos interditos e contradições às suas orientações sexuais e identidades de gênero dissidentes, essas candidaturas não escaparam dos antagonismos que atravessaram os ambientes político-partidários e eleitorais e transbordaram para o cotidiano dos municípios brasileiros.

No município de Cruz Alta, E.M. vivenciou, durante essa campanha de 2020, os efeitos das oposições e do peso de uma institucionalidade binária, (re)produtora de papéis de gênero e de estereótipos que emergiram em 2016 e se intensificaram a partir de 2018. Nestas condições, os dois mandatos e os trabalhos desenvolvidos pelo parlamentar que geraram ações positivas para a comunidade - como a defesa da instalação de uma unidade da UERGS no município ou a série de projetos em prol da educação, da cultura e do esporte - foram reduzidos a uma disputa moral e comportamental acerca da orientação sexual e das bandeiras defendidas por ele (E.M., 2024).

Os desgastes político-partidários, a exposição de aspectos privados de sua vida, a decepção experimentada pela liderança com a conjuntura, as ofensas verbais e nas redes sociais dirigidas a sua figura, a defesa de uma educação plural e inclusiva sobre gênero e sexualidade (o que o colocou em rota de colisão com setores organizados da sociedade civil cruz-altense), e o crescimento do conservadorismo em Cruz Alta foram alguns dos tópicos apontados por E.M. que justificariam a sua não reeleição para um terceiro mandato legislativo. Ainda, como dito anteriormente pelo entrevistado, sua motivação para a campanha em 2020 era baixa, o que lhe tirava a disposição de enfrentar as disputas que cercaram o pleito.

Nas urnas, a votação e a queda em relação aos pleitos anteriores foram recebidas com certa naturalidade pelo político que, um ano antes, havia feito um mandato de presidente da Câmara elogiado, inclusive, pelas bancadas oposicionistas ao seu trabalho. “[...] Sempre fui de defender as bandeiras e pautas que acreditei. Fiz isso na presidência da Casa e consegui trabalhar articulado com os demais vereadores, mesmo que eles não me respeitassem por

completo" (E.M., 2024), comentou ele, analisando que o poder de comandar a Mesa Diretora lhe garantia condições de transitar pelos espaços institucionais e fazer valer sua representatividade, ainda que essa dimensão fosse, muitas vezes, suplantada pela sua orientação sexual: "[...] é aquilo, né, ser gay assumido e fazer disso também algo político tem um preço". As Eleições de 2020 encerraram com E.M. obtendo 301 votos, 233 a menos do que em 2016 (redução de 43,7%); em comparação a sua primeira eleição, em 2012, houve uma diminuição de 477 votos nesse processo de 2020 (61,3% a menos).

Em contrapartida, em Marau, L.Z. saiu fortalecido de 2016, embora não tenha atingido a votação necessária para assumir o mandato parlamentar e o panorama nacional para as pessoas sexo/gênero dissidentes estivesse adverso. Nas eleições de 2020, já filiado ao PSB, a liderança jovem viu sua imagem crescer na opinião pública - mesmo que, conforme ele, alguns dos motivos que o tornaram mais conhecido tenham sido controversos, a exemplo dos seus conteúdos publicados nas redes sociais fazendo paródias de músicas e de artistas aclamados pelo público LGBTQIA+ (L.Z., 2024).

Impulsionado pelas experiências anteriores e amparado por uma base social que, quatro anos antes, havia demonstrado interesse em renovar a representação na câmara, o político revela que fez da sua orientação sexual um dos marcos de sua eleição ao vencer as barreiras e os preconceitos internos contra sua homossexualidade. "[...] Eu ergui a bandeira *[LGBTQIA+]* de vez. Quando entrei no PSB, isso já era escancarado, até porque eu passei a ser visto como alguém que representava a diversidade local. Assumi essa questão e a campanha de 2020 foi muito LGBTQIA+" (L.Z., 2024).

Colocando em retrospectiva o pleito e a construção que o posicionou como o primeiro vereador autodeclarado gay eleito em Marau em 2020, L.Z. revela que o deboche da mídia local e dos setores tradicionais da política em relação a sua candidatura era um subterfúgio para camuflar a institucionalidade do preconceito que o atravessaria ao longo dos quatro anos em que esteve no Legislativo marauense. Em 2019, recordou ele, uma coluna de opinião publicada em um jornal da cidade ironizava as paradas do Orgulho LGBTQIA+ que ocorriam em diversas cidades brasileiras. No texto, o colunista escreveu que um evento similar estava sendo organizado no município para o mês de junho. L.Z. leu a informação e entendeu o que se passava:

> [...] Ficou claro que era deboche, porque a forma como essa pessoa escreveu e conhecendo o jornal, eu sabia que era uma ironia, eles estavam criticando os eventos. Mas, daquilo ali nasceu um grupo de *WhatsApp* que começou a se articular. Eu nem sabia, fui inserido no grupo depois que já estava quase tudo organizado. Fui entendendo que as pessoas leram a coluna, achavam que era mesmo verdade e daí um

> foi chamando outro e a Parada em Marau foi feita assim. Eu me somei e acabei sendo um porta voz da ação. [...] Marcamos um dia e fomos pra praça, cantamos, gritamos, foi interessante. A gente pegou uma brincadeira e transformou em ação concreta. Isso deu visibilidade para nós, LGBTQIA+. Depois daquilo a gente criou um movimento, seguiu fazendo pequenos encontros, rodas de conversa e trazendo mais pessoas que não se sentiam confortáveis na cidade. [...] Um pouco foi isso, eu acho que ter me assumido, ter feito uma coisa pública e, depois política, mostrou que dava pra tentar viver com mais liberdade mesmo em Marau. E é também por isso que eu amo uma parada LGBTQIA+, eu vou em todas, São Paulo, Porto Alegre… É festa, mas é também um ato político, enfim. O caso é que deu certo até quando veio a pandemia, daí paramos de nos encontrar, mas eu já tinha uma vitrine e um grupo disposto a se somar comigo nas eleições (L.Z., 2024).

Das ruas para a política institucional dos partidos, L.Z. precisou articular projetos e propostas para convencer a comunidade que suas bandeiras, apesar de estarem centralizadas na temática da diversidade e do atendimento das populações LGBTQIA+, eram para todas as pessoas. A estratégia funcionou: em 2020, com 910 votos - 579 a mais do que em 2016 (significando um crescimento de 174,92%) - uma das nove cadeiras na Câmara de Vereadores seria ocupada por um jovem assumidamente gay. "[...] Quando saiu o resultado, minha primeira reação foi pensar: então, é isso [...] não preciso mais me esconder, as pessoas aceitam um vereador gay. [...] Me senti orgulhoso, um tipo de orgulho que eu experimentava só quando ia nas paradas LGBTQIA+" (L.Z., 2024).

Na campanha, ao mesmo tempo em que sua orientação sexual era um diferencial estratégico para convencer uma parte do eleitorado acostumado a ver apenas candidatos/as reproduzindo perfis e discursos hegemônicos, L.Z. identificava um tipo de comportamento e de avaliação pública que marcariam a sua trajetória política a partir de então e que ele definiu como uma espécie de heterossexualização das pessoas gays. Em sua análise, a comunidade marauense o recepcionou sem tantos ataques violentos em 2020, porque suas propostas eram sérias, credíveis e sinalizavam para um modelo de trabalho que não era estranho ao que os munícipes já conheciam em termos de parlamento municipal.

O relato nos fornece uma concepção que intersecciona, novamente, as áreas temáticas que orientam a interpretação dos dados produzidos em campo e a vinculam ao referencial-teórico constituído nas primeiras seções desta pesquisa. Para o vereador eleito de Marau em 2020, assim como ocorre uma dinâmica de embranquecimento das pessoas negras e racializadas, com a orientação sexual se verifica algo similar. Na entrevista, L.Z., expõe essa leitura explicando que

> [...] senti que não precisava me esconder, que as pessoas até aceitavam um vereador gay, mas fui percebendo que também era dentro de algumas condições. Durante a campanha, não sofremos tantos ataques, conseguimos fazer coisas divertidas, engraçadas, que davam vontade das pessoas se somarem [...]. Também tinham aqueles

> que não acreditavam na gente e consideravam que éramos apenas mais um querendo entrar *[na Câmara de Vereadores]*. [...] E, tenho pensado nisso, uma parte *[das pessoas em Marau]* aceitava que eu fosse gay, votou em mim, mas porque eu trabalhava, tinha projetos, era comunicativo. Não sei dá pra entender [...], quero dizer que observei que a gente sofreu menos preconceito e ataques diretos na campanha porque dava pra ver que tínhamos algo pra dizer e isso deixaria minha orientação sexual em um segundo plano, quase a ponto de 'ah, ele é gay, mas tem um trabalho'. [...] Tá difícil acompanhar, né? Eu não sei tu vai entender o que eu quero dizer, mas tu já deve ter sentido isso, que as pessoas te tratam de um jeito como o fato de ser gay fosse algo secundário, elas te heterossexualizam, enfim [...] (L.Z., 2024).

Como se depreende da fala de L.Z., a LGBTfobia assume distintas concepções e formas de se manifestar na estrutura social e na institucionalidade. Feitosa (2016), ao expor partes destes mecanismos, sinaliza como o comportamento de sujeitos LGBTQIA+ são medidos pela matriz hegemônica e dominante da cisheterossexualidade, produzindo uma adequação intransigente e unilateral a um modelo normativo de pertencimento. Argumenta o pesquisador que esse rígido padrão organiza a sociedade de tal maneira que

> Não é à toa que a maioria das referências simbólicas sejam heterossexuais. Seja na escola, na família, na igreja, na televisão, nas leis e em distintas esferas sociais, a heterossexualidade é a referência e a única e legítima expressão de afeto, desejo e identidade produzida por um conjunto de práticas que a hipervalorizam em detrimento da invisibilidade, inexistência, negação ou condenação das homossexualidades (e das transexualidades. Nesse caso, o conceito de cisgeneridade é mais adequado para explicar as normas hegemônicas de gênero que oprimem pessoas trans e travestis) (Feitosa, 2016, p. 305).

De forma similar, quando analisado sob a perspectiva da reprodução deste estatuto da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsórias e normativas na esfera política, Santos (2016) sintetiza que as dissidências tendem a ter maior êxito eleitoral quanto mais próximas ou passíveis de serem lidas à luz dessa uniformidade estiverem. As categorias de identidade do 'masculino', 'cisgênero', 'heterossexual' ascendem sobre as demais, tornando-se instrumentos de classificação e de categorização dos sujeitos, tal como as alegorias de distinção criadas pela modernidade/colonialidade e inseridas pelos sistema-mundo moderno/colonial de poder e de gênero (Quijano, 205; 2009; Lugones, 2014; 2020) e sistema sexo/gênero (Butler, 2020; 2024; Rubin, 2017).

Após a eleição, porém, a condição de L.Z. passou de um jovem gay, ativista e militante social LGBTQIA+ para a de um vereador eleito para representar a cidade de Marau. E é nesse instante que as violências e as violações começam a se mostrar em toda sua dimensão. De acordo com a liderança, encerrado o período eleitoral, ainda em 2020, as ameaças e os ataques à sua vida e ao seu futuro mandato passam a ser significativas e a tomar forma no município. Em um grupo de *WhatsApp*, membros de diferentes entidades, instituições e representações,

inclusive pessoas de órgãos de segurança pública do Estado, trocam mensagens ofensivas, críticas e de intimidações a ele. Os conteúdos desses diálogos, resumiu em entrevista o político, reforçam estereótipos sobre as populações LGBTQIA+ e incitam a prática de violência física.

> As mensagens eram assustadoras. [...] Coisas como 'viado tem que morrer', 'viado não faz nada mesmo', 'vamos descobrir onde mora e dar uma camaçada de pau'. Esse nível pra baixo. Só os policiais que estavam no grupo não falavam coisas assim, acho que eles sabiam que era crime, né, não queriam se comprometer tanto, apesar de já estarem ali nesse grupo, enfim *[nesse momento, L.Z. solta uma gargalhada irônica*]. Bom, quando eu fiquei sabendo disso eu fui procurar um advogado, nós registramos ocorrência e pedimos uma audiência com o Ministério Público. Entregamos *prints* dessas mensagens e sabe o que aconteceu? Nada. O promotor, na época, entendeu que aquilo ali não era homofobia, porque era só mensagem em um grupo fechado de WhatsApp. E ainda disse pra mim e pro advogado pra gente ficar tranquilo, que Marau não era uma cidade de pessoas homofóbicas, [...] porque se eu tinha sido eleito, como poderia alegar uma coisa assim? Enfim. Não era a vida dele que estava sendo ameaçada, claro que ele não tinha com o que se preocupar. [...], Mas, fizemos o que estava ao nosso alcance e aquilo foi ficando pra trás. [...] Claro que eu fiquei com medo, mas não chegou a me acontecer nada do que prometeram ali *[no grupo de WhatsApp em que discutiam formas de agredi-lo]*, enfim. Toquei a vida, acabou o ano *[de 2020]*, tomei posse e fui trabalhar, cumprir com o que eu tinha dito que faria na campanha (L.Z., 2024).

Essa foi a primeira das vezes que L.Z. teria sua integridade física posta sob ameaça desde sua eleição, em 2020. Na Câmara, a partir de janeiro de 2021, o político movimentou-se em diversas áreas: saúde, educação e enfrentamento ao preconceito contra a diversidade estiveram entre os assuntos mais pautados pelo seu gabinete. Os ataques à sua figura pública também ficaram mais frequentes a medida que ele ampliou sua base popular e transitava por segmentos distintos.

Disposto a não aceitar a imobilidade provocada pelo medo, o político seguiu atuando para concretizar os compromissos do período eleitoral; sempre atento e alerta as movimentações que direcionavam ao seu mandato o ódio nutrido pelo conservadorismo despertado no município, a exemplo do cenário desenhado por E.M. em Cruz Alta. "[...] Tinha o entendimento que era uma raiva por eu estar em destaque e trabalhando, porque muitos vereadores só vinham para as sessões e deu. Mas, eu me cuidava como dava, porque não queria parar a vida", sintetizou L.Z. (2024) quanto a este episódio, destacando que conseguiu manter o bom humor mesmo diante de alertas que vinham de amigos e familiares. "As pessoas não entendiam muito como eu fazia brincadeiras enquanto tinham essas mensagens dizendo que iam me matar. Mas, eu ia fazer o que?".

Com a vida também exposta em Caxias do Sul, toda a trajetória de C.F.A. evidencia uma dinâmica ainda mais complexa em relação às vivências relatadas por E.M. e por L.Z. em suas respectivas cidades. Um corpo travesti, como posiciona Benevides (2024), conduz as suas

experiências e as suas atuações sempre a partir da impossibilidade de existir em espaços de segurança na sociedade brasileira. A normatividade que, historicamente, se impõe às orientações sexuais se torna ainda mais severa e rígida às identidades de gênero, naturalizando opressões e produzindo aquilo que Akotirene (2023) considera como a intersecção das camadas de desigualdades que se articulam e se nutrem mutuamente.

Em meio a uma quadra histórica em que a moralização incide diretamente no debate público, as dissidências de gênero são posicionadas nas fronteiras de um sistema-mundo moderno/colonial que hierarquiza e organiza quais identidades podem afirmar-se *humanos* e, portanto, sujeitos; e, do contrário, sobre quais recaem o fervor da padronização binária do sexo-gênero e de um conjunto hegemônico de valores no qual a cisgeneridade é elencada como a única condição possível (Bento B., 2017).

Nestes termos, a campanha de C.F.A, em 2020, foi atravessada por elementos que, ao final, lhe garantiram a votação necessária para que ela conquistasse a suplência do PT ao cargo de vereadora em Caxias do Sul: 1.045 votos. Em sua primeira candidatura, a mulher trans e indígena precisou costurar as próprias bandeiras para os eventos públicos, uma vez que os recursos financeiros destinados pela legenda partidária permitiram apenas o custeio das despesas com os serviços jurídicos, contábeis e de produção de material gráfico. “[...] Eu sou artesã, então acabei utilizando da minha arte para fazer muitos materiais que usamos na rua. As bandeiras eram fixadas em cabos de vassoura e eu tinha umas três, no máximo. Fiquei com o ombro marcado pelo peso” (C.F.A, 2024).

O reduzido apoio orçamentário dedicado pelos partidos às candidaturas LGBTQIA+ é um aspecto que Santos (2016) e Cardoso (2022) identificam como comuns na constituição destes espaços. Para os pesquisadores, as siglas aportam suas verbas de fundo partidário aos candidatos e candidatas que tendencialmente podem apresentar performances eleitorais capazes de garantir a ocupação de assentos nas esferas eletivas. Não de maneira aleatória, argumenta Cardoso (2022), quem detém os maiores volumes financeiros para as campanhas são os homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais e não jovens: o perfil dominante de sujeitos que simbolizam a classe política no Brasil.

De forma análoga, apesar de investigarem as razões socioestruturais que afastam pessoas pretas e pardas destas esferas, Campos e Machado (2014) defendem que a subalternização de grupos sociais no Brasil é sustentada por estratégias de poder e dominação que repetem, sistematicamente, as desigualdades econômicas e políticas e reiteram as posições de corpos e identidades não brancas, não cisgêneras e não heterossexuais em espaços de

subrepresentatividade. A re-identificação dos sujeitos, sob esta linha de interpretação, promove uma atualização das hierarquias que, secularmente, permeiam as relações de opressão no país.

Em que pese o panorama nacional, entre os anos de 2016 a 2020, tenha cultivado e direcionado o ódio à diversidade como um instrumento político (Solano, 2018), inflamando um eleitorado composto por pessoas predispostas a categorizar as identidades sexo/gênero dissidentes como uma ameaça, C.F.A não se deixou intimidar pela lógica de exclusão que mantém, estruturalmente, sujeitos como ela aquém dos ambientes decisórios nos quais, mesmo dentro dos limites de atuação na vereança, são formuladas propostas de proteção e promoção da vida de LGBTQIA+. Consciente das dificuldades e vigilante contra as violências e violações transfóbicas a que estava submetida, ela relatou que:

> Nós fomos a primeira candidatura autodeclarada trans de Caxias de Sul a fazer o debate político sobre as nossas existências, as nossas vidas. Não foi só isso, trabalhamos com muitas outras pautas, como a melhoria dos bairros, o acesso à educação e a saúde, o planejamento urbano. Mas, fizemos isso sem apagar ou deixar em segundo plano a condição de sermos uma candidatura trans e indígena discutindo a agenda da cidade. Mesmo com as dificuldades, foi um trabalho reconhecido e valorizado por muitas pessoas, inclusive dentro do partido. Nossa votação superou as expectativas, eu mesma não esperava aquele número *[de 1.045]*, porque foi uma campanha na pandemia, com poucos recursos financeiros, feita com ajuda de alguns amigos e voluntários e do meu esposo, que sempre me acompanha (C.F.A, 2024).

As falas afirmativas a respeito das deficiências socioestruturais enfrentadas pelas pessoas LGBTQIA+, os projetos de inclusão, acessibilidade e manutenção da diversidade em diferentes áreas sociais, o diálogo transparente sobre a necessidade de se proteger as populações em situação de vulnerabilidade e o histórico de militância e ativismo no município de Caxias do Sul, contribuíram para que C.F.A atingisse uma votação surpreendente até para ela mesma. O resultado do pleito de 2020 a levaria, em 2021, a se tornar a primeira mulher transgênero a assumir, por apenas alguns dias, o cargo de vereadora nesta cidade da Serra Gaúcha (CMVCS, 2021), consolidando seu nome como uma liderança comunitária em prol da conquista de direitos para estas populações.

Ao tomar posse como vereadora, C.F.A registrou nos anais da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul como seu corpo travesti e sua etnia indígena constituem ativos de mobilização social, contrapondo as narrativas dominantes sobre a marginalização destas identidades. Mais do que ocupar uma das 23 cadeiras do legislativo, C.F.A adentrou uma esfera cuja arquitetura se constituiu, historicamente, para deixá-la coadjuvante. No seu discurso na tribuna, registrado pelos veículos de imprensa, ela reiterou seu compromisso em trabalhar para que figuras como ela estejam cada vez mais presentes na vida da cidade.

> Estou aqui em nome das pessoas que possuem apenas as esquinas noturnas como alternativas, estou aqui em nome das diversas feminilidades que são violentadas todos os dias, estou aqui em nome de adolescentes que são expulsos de casa por serem quem são, estou aqui em nome de todas as minorias que, assim como eu, ainda não possuem um lugar justo de ocupação em nossa cidade. Sinto, com orgulho, que meu corpo e história são capazes de resgatar histórias inviabilizadas. (...) Minha presença anuncia a possibilidade de uma cidade que vive e celebra as diferenças, e encontra na pluralidade uma expressão da democracia e de um projeto de sociedade que se desenvolve com as mãos de todas as pessoas que a constitui. Estou aqui por nós. Estou aqui por todos nós. [...] Temos que impedir a violação de direitos e garantir a formulação de políticas públicas aos segmentos que mais precisam. Quero falar em nome de tantas vidas que não possuem protagonismo social (Serra em Pauta, 2021).

Na fala emocionada, C.F.A reivindica a ancestralidade como mecanismo de reparação histórica, introduz a urgência do enfrentamento aos preconceitos e discriminações e expõe a fragilidade e a sub-representação de certos corpos e identidades na esfera política caxiense. Em outro recorte de jornal, a liderança enaltece estes elementos ao declarar que:

> Meu corpo trans, de origem indígena, marcado por lutas que a sociedade impôs, hoje representa o corpo e a vida das pessoas que se assemelham a mim. [...] É muito importante que nossa cidade veja que existimos, que somos reais, que somos capazes de lutar a favor de um mundo melhor e comum a todos. Minha presença anuncia a possibilidade de uma cidade que vive e celebra as diferenças e encontra na pluralidade uma expressão da democracia e de um projeto de sociedade (O Pioneiro, 2021).

Para que C.F.A pudesse assumir a titularidade da vaga, ainda que por um curto período de tempo, a organização e a engrenagem partidária precisaram se movimentar: além da licença do vereador eleito, outros dois suplentes do PT declinaram de suas nomeações. A condução do processo indica que, por maiores que sejam as contradições internas das siglas, é no espectro ideológico do Centro e da Esquerda, como postulado anteriormente por pesquisadores como Facchini (2020), Feitosa (2017) e Santos (2016), que o agendamento das temáticas de gênero e sexualidade tendem a se desenvolver com maior amplitude e efetividade.

Sob esta perspectiva importa destacar ainda que a visibilidade pretendida por C.F.A assume a forma de um movimento de resistência, movido por um corpo trans e indígena em uma arena de disputas de sentidos e de (re)produções de narrativas de opressão imbricadas no tecido social brasileiro desde os processos de colonização (Irineu, 2014). Estas tensões provocadas pelo ingresso dessas populações nos ambientes institucionais fomentam uma ruptura nas rígidas normas de vigilância sobre as pessoas dissidentes, estimulando novos discursos e outras potencialidades de existência.

Santos (2016), igualmente, defende que, neste sentido, as pessoas LGBTQIA+ candidatas, principalmente as candidaturas de travestis e transexuais, ao autodeclararem suas orientações sexuais e identidades de gênero instauram uma fissura no estatuto social em que

imperam as hierarquias modernas/coloniais de universalidade do sujeito. Se distanciando das abstrações teóricas acerca da representatividade de estratos populacionais subalternizados e materializando suas existências no debate institucional local, tais grupos enfrentam o apagamento sócio-histórico e se posicionam como atores/atrizes protagonistas das discussões em que, pela reprodução ininterrupta deste ideário colonial, suas autonomias são invisibilizadas.

Um corpo trans* em movimento pleiteando a ocupação de espaços decisórios de poder, colocando-se a si como elemento de resistência as práticas discriminatórias que engendram as esferas públicas, contrapondo-se aos guetos de marginalização e posicionando-se como um corpo dissidente em meio a uma ótica naturalizada e naturalizante de sujeito: pesquisadores e pesquisadoras como Nascimento (2021), Marinho (2020) Pelúcio (2012), Podestá (2019) e Vaccari *et al.* (2022), entre outros/as, sinalizam como estas rupturas e provocações contribuem para ampliar as discussões sobre os arranjos que perpetuam uma identidade em detrimento das outras, tomando, neste caso, a cisgeneridade como a regra que sustenta o construto da normalidade.

Na esteira desse raciocínio, Pelúcio (2012) indica que às violações a que estão submetidos determinados tipos populacionais, como as pessoas trans*, recebem a legitimação de um estado forjado na exploração, subalternização e opressão contra a diversidade. Com efeito, Nascimento (2021, p. 18) atualiza esta afirmação ao observar que "[...] a vigilância binária dos gêneros produz violências constantes" que desqualifica, simbólica e fisicamente, as capacidades destas populações de estarem em posições de poder, a exemplo da atuação em ambientes político-partidários e institucionais.

Quando C.F.A narra as dezenas de vezes em que precisou, literalmente, lutar pela sua vida (PT Caxias do Sul, 2024) e destaca como a sua trajetória é permeada de inflexões contra o sistema hegemônico que organiza a sociedade brasileira, observamos de que maneira a politização de sua identidade trans e de sua ancestralidade indígena se convertem em elementos de (r)existência no interior de um ordenamento cisheteronormativo, patriarcal, machista e eurocêntrico. Seu ingresso na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, por mais breve que tenha sido, constitui-se como um episódio histórico não somente para a cidade gaúcha, mas e sobretudo, para um contexto nacional em que muitas iniciativas governamentais, nos diferentes níveis de poder, tem gestado uma ofensiva anti-gênero e anti-trans (Antra, 2024; Conectas, 2023).

Nas relações de poder e opressão que configuram o panorama social brasileiro, as políticas de Estado contra a diversidade foram sendo agravadas à medida em que a radicalização

de grupos identitários também se ampliou, como salientado por Afonso-Rocha (2023) ao comentar a chegada do bolsonarismo à presidência da República. Em um mapeamento acerca desta temática, a Conectas (2023) mostrou como a articulação entre o fundamentalismo religioso, o conservadorismo e a manipulação de uma gramática moral e sexual estreitaram os espaços de existência das populações LGBTQIA+ e das mulheres, inserindo-as em uma agenda robusta de cerceamentos e de restrições às questões de gênero e de sexualidade.

De acordo com a Conectas (2023), embora o quadro de proibições e interditos a esses debates tenham dado os primeiros sinais de fortalecimento público com os protestos contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2013/2014, é com a presidência de Bolsonaro que a vigilância às dissidências se torna mais severa. O documento elaborado pela organização, em parceria com uma dezena de entidades e instituições, salienta que entre 2018 e 2022, o Congresso Federal e a União debruçaram-se sobre a criação de instrumentos normativos, decretos, projetos de leis e outros dispositivos institucionais para reduzir a participação de corpos e identidades não cisgêneras e não heterossexuais na sociedade. O impacto disso, atesta o relatório, é percebido também nos municípios.

A descentralização das pautas contrárias a promoção de direitos para estas populações afeta a mobilidade social e a interação de pessoas LGBTQIA+ nas instâncias e nas esferas locais. As áreas temáticas definidas como variáveis de interpretação deste estudo demonstram, a seu tempo, como esse agendamento conservador é limitante e desencadeador de preconceitos e discriminações de caráter LGBTfóbico - sempre compreendida não como uma simples fobia às pessoas cuja orientação sexual/identidade de gênero desviam da matriz heterossexual e cisgênera, mas, principalmente, como um mecanismo socioestrutural, sistêmico e coletivizante de segregação e violência aos direitos humanos destas populações.

Quanto a esse apontamento, a Conectas (2023, p. 12-14) pondera que

> No Brasil, assim como em outros países latino-americanos, as ofensivas anti-gênero se assentaram, basicamente, sobre redes mais antigas, sobretudo católicas, de oposição ao direito ao aborto. São formações muito heterogêneas, [...] que se alimentam de fontes ideológicas heteróclitas ou mesmo contraditórias, cuja mobilidade e contornos são difíceis de captar e nos confundem. Seu núcleo central é tanto ultra católico como evangélico fundamentalista e, em torno a ele, orbita uma instável e variada gama de atores institucionais e sociais [...], mas, no caso do Brasil, também se contabiliza a presença de militares [...]. Esse conjunto de forças contribuiu de maneira inequívoca para a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, o que também significou a instalação de diretrizes anti-gênero no arcabouço de políticas públicas federais com inevitáveis rebatimentos sobre outras esferas da gestão pública e a própria dinâmica sócio-política relacionada a questões de gênero e sexualidade. [...] Esse deslocamento drástico tornou o Brasil um dos poucos países do mundo onde a ideologia anti-gênero está decididamente enraizada no aparelho estatal.

No lastro desse contexto, a atuação político-partidária, social e eleitoral de E.M., L.Z. e de C.F.A tensionaram as instituições que regulam e controlam o funcionamento das arenas em que as decisões são tomadas. Se movimentando das margens ao centro, estas pessoas autodeclaradas em suas orientações sexuais e identidades de gênero possibilitaram que uma parcela da sociedade, em suas respectivas cidades, percebessem uma eventual transição representativa - o que, de fato, ocorreu em 2016 quando E.M. foi reeleito vereador em Cruz Alta e, em 2020, com a primeira eleição de L.Z. para o legislativo em Marau.

Entre 2020 e 2024, não obstante que apenas L.Z. tenha conquistado efetivamente o assento de vereança, esses deslocamentos dissidentes irromperam no tecido social dos municípios, originando não, necessariamente, um cenário favorável a essas identidades; mas propiciando um trânsito público acerca da presença de sujeitos desviantes nos ambientes institucionais. As fissuras no tecido estrutural do sistema revelaram como essa organização simbiótica do poder, modulada em critérios hierárquicos de validação, se mantém operando pelas distinções e na diferença colonial que, há mais de cinco séculos, oprimem e reprimem a diversidade de forma a não permitir o acesso ou a expurgá-la de seus eixos.

É o que uma parcela da Câmara de Vereadores de Marau tentou executar em 2022, instaurando um processo disciplinar por suposta quebra de decoro parlamentar contra o mandato de L. Z[65]. O primeiro vereador autodeclarado gay da história do município enfrentou, durante cerca de seis meses, entre novembro de 2022 a maio de 2023, investigações que extrapolaram a denúncia de uma possível irregularidade cometida pelo legislador ao se posicionar contrário aos acampamentos que proliferaram pelo país após a derrota de Bolsonaro no segundo turno eleitoral de 2022, e favorável ao presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva.

No decorrer das atividades da Comissão de Ética, instalada na Casa em regime de urgência especificamente para averiguar os fatos narrados nas acusações, as atribuições políticas do vereador, suas falas e posicionamentos - públicos e privados -, as condutas dentro e fora do Legislativo e a sua maneira de se expressar estiveram no centro das discussões sobre o que a banca de juristas contratada para defendê-lo classificou, à época, não como um processo responsável e credível à luz do Direito, mas um estado permanente de perseguição ideológica, moral e comportamental.

[65] Tendo em vista a dimensão do processo e de todas as singularidades que permearam a condução dos trabalhos da Comissão de Ética, instalada no Legislativo de Marau especificamente para apurar e julgar o caso, além do fato de que algumas das etapas ocorreram em sigilo de Justiça, o relato exposto tem o objetivo de ilustrar uma das questões discutidas nesta pesquisa, que é a de como a LGBTfobia opera como um mecanismo institucional e estrutural para limitar ou cercear a participação de pessoas LGBTQIA+ nestes ambientes. O assunto, portanto, não será abordado detalhadamente, sob pena de, ao fazê-lo, ampliarmos o escopo do estudo para outras perspectivas que, embora tenham relevância, exigiriam análises específicas sobre causas e consequências.

> [...] Os advogados disseram isso desde o começo, que a abertura do processo de ética tinha vários vícios legais e que a pressão social estava fortemente presente nas denúncias. Pra mim, era nítido que era uma violência contra mim, contra o fato de eu ser gay e ter dito coisas que foram mal interpretadas por aqueles setores extremamente conservadores da cidade. [...] E como, geralmente acontece, essas pessoas se protegem; eles nunca iam admitir que era por eu ser LGBTQIA+, mas todas as ofensas e críticas que eu ouvia tinha esse fundo, carregavam essa coisa de eu ser um homem viado em uma câmara de vereadores. [...] Inclusive, uma vereadora lá que sempre me jogava indireta fez um boletim de ocorrências contra mim por difamação, porque eu disse que a fala dela era homofóbica (L.Z., 2024).

A menção de L.Z. a advertência antecipada proferida pelos advogados quanto a origem de todo o procedimento nos remete a outubro de 2022, no término do segundo turno das eleições presidenciais, quando o episódio começou a se desenrolar, elevando o nível de violência dirigida a ele e o obrigando a deixar a cidade por alguns dias devido às ameaças de agressão e de morte recebidas. "[...] Foi muito pior do que em 2020, quando fui eleito. Naquela vez, as ameaças vieram, mas eu não senti tanto medo. [...] Precisei sair com escolta policial da Câmara dessa vez, tem noção disso? Eu, lindo, dentro do carro da polícia e as pessoas querendo me bater" (L.Z., 2024), recordou o parlamentar.

Naquela noite de 31 de outubro, L.Z. subiu à tribuna para falar sobre o resultado do processo eleitoral e a vitória do então candidato do PT à presidência da República. Pela primeira vez na história democrática do Brasil, o presidente que disputou a reeleição foi derrotado pela oposição. Nos meses que antecederam o pleito, críticas e contestações às urnas eletrônicas e a segurança da apuração dos votos, além da instalação de um clima de ataque às instituições democráticas (Couto, 2023), acentuaram a instabilidade política no país e contribuíram para exacerbar os ânimos já exaltados do eleitorado (Nunes e Trauman, 2023).

Com uma camiseta vermelha estampada com o rosto de Lula, L.Z. disse que os resultados das eleições deveriam ser respeitados e que as urnas eram seguras; que contestações deste tipo fragilizavam a democracia e que os acampamentos de descontentes que começavam a ser montados eram ações de pessoas desocupadas. Ainda, o legislador falou sobre a reeleição do governador Eduardo Leite (PSDB), que havia se autodeclarado gay antes do início das eleições daquele ano, comentando que, apesar de divergências ideológicas, sentia orgulho em viver em um Estado chefiado por um homem gay.

> [...] é um orgulho para a comunidade LGBTQIA+ termos lideranças ocupando cargos de tomada de decisões políticas, tal qual faço eu nesta Câmara de Vereadores, muito embora alguns *[vereadores]* não gostem que eu esteja aqui, mas fui eleito democraticamente pela vontade popular e sempre reafirmo isso: sou gay, me assumi antes de ser eleito e essa é uma bandeira que sempre erguerei, que sempre terei como orgulho, porque, inclusive, a gente mostra que é muito mais competente do que muitas outras pessoas que não nos aceitam, que não nos querem aqui dentro. A gente faz,

> sim, um ótimo trabalho aqui dentro, trabalha para o povo marauense e não apenas para a comunidade LGBTQIA+, como eu já venho demonstrando nestes dois anos de mandato [...] (L.Z., 2022).

Nas suas manifestações, o parlamentar marauense reivindicou que os demais vereadores dialogassem com suas bases e tentassem mostrar que a vitória de Lula foi democrática e reconhecida internacionalmente; também pedia que as pessoas, em sua cidade, não proliferassem os acampamentos contrários a esse resultado, porque eles não eram efetivos e iriamcolocar em risco à segurança das pessoas. Em determinado momento de sua fala, L.Z. usa da ironia e do deboche para comentar que muitos dos que estavam indo para as rodovias eram os mesmos que classificavam os militantes de partidos e movimentos sociais de Esquerda de 'vagabundos'.

Os ânimos, já inflamados pelas declarações e informações falseadas distribuídas nacionalmente por aplicativos de mensagens e redes sociais, explodiram e partes editadas do vídeo em que L.Z. fala sobre sua orientação sexual, ironiza os acampamentos e pede respeito a eleição de Lula viralizam em organizações de apoiadores de Bolsonaro em Marau. Na semana seguinte à sessão ordinária de 31 de outubro, a rua em frente ao prédio em que está instalada a Câmara de Vereadores foi fechada; os corredores, lotados de eleitores bolsonaristas, dificultavam a passagem até dos vereadores ao plenário. Um telão foi instalado na parte externa para a transmissão da reunião semanal dos legisladores.

Entre o discurso inicial e a ocupação da Câmara, sete dias transcorreram com grupos se mobilizando para contestar as afirmações feitas por L.Z. Cartazes, gritos e assovios contrários ao parlamentar interrompiam, a todo instante, a sessão. Lideranças comunitárias e partidárias alinhadas ao espectro ideológico da Direita exigiam que o legislador se desculpasse publicamente pelas intervenções e pelas opiniões manifestadas; ofensas verbais a sua orientação sexual atravessavam as falas do público que se fez presente.

> Dava pra ouvir que eles falavam da minha bandeira *[na mesa de trabalho de L.Z. há uma pequena réplica da bandeira LGBTQIA+ que ele deixa como elemento visual],* que diziam coisas como 'tinha que ser quem é', 'só podia ser viado', 'a gente tinha era que ter dado uma camaçada de pau mesmo'. Eu não conseguia falar, mas tentei explicar que haviam distorcido a minha fala; não tinha chamado ninguém de vagabundo. O que eu falei foi que era contraditório esses acampamentos, porque as pessoas que estavam neles eram as mesmas que nos criticavam quando fazíamos qualquer mobilização e paralisação. Na vez deles, não era vagabundagem? Enfim [...] foi a pior segunda-feira da minha vida. Meus assessores ficaram com medo que eu fosse morto; eu não conseguia pensar. Eles *[os assessores]* chamaram a Brigada Militar e eu tive que sair escoltado depois do meu discurso. Eu estava me *borrando* de medo, mas mesmo assim subi na tribuna e tentei argumentar. Não pedi desculpas como eles queriam que eu fizesse, não retirei minha opinião. Busquei explicar o mal

> entendido. Não funcionou, aparentemente, porque depois fizeram o que fizeram (L.Z., 2024).

Após deixar o prédio da Câmara sob escolta policial, L.Z. precisou se afastar das suas atividades de trabalho e parlamentares. Por cerca de 10 dias, ele deixou a cidade e foi para um espaço restrito, com pouco acesso às redes sociais e cuja localização poucas pessoas sabiam com precisão. "Parecia uma medida extrema, mas o nível e o volume das ameaças subiram muito, achamos que era o melhor a se fazer [...], enfim. Teve toda essa situação, um abaixo-assinado contra meu mandato e a abertura do processo disciplinar na sequência" (L.Z., 2024), contou.

O cenário político-eleitoral de 2020, no qual L.Z. foi eleito por 910 votos, seguiu tensionado nos anos posteriores e culminou com as violações de direitos humanos, sociais, civis e políticos do parlamentar, que foi obrigado a optar por evadir-se de Marau por alguns dias, em 2022, enquanto a institucionalidade operava, pelas vias legais, visando a tentativa de cassação do seu mandato. Nas declarações da liderança e nos fatos registrados pelos advogados constituídos para representá-lo no caso, é possível identificar, novamente, como a intersecção entre a violência política, a orientação sexual dissidente, o avanço da instrumentalização do ódio à diversidade como estratégia de intimidação, as relações sociais e de representação política de uma pessoa LGBTQIA+ produzem uma marginalização das identidades desviantes do *cis*tema[66] normativo - atravessando, mais uma vez, as cinco áreas temáticas utilizadas como eixos de análise neste estudo qualitativo.

A abertura do processo disciplinar contra o vereador, que teria sido motivado por uma suposta quebra de decoro parlamentar atribuída às suas falas na tribuna, reverberou nacionalmente, sobretudo nos veículos de imprensa alinhados aos movimentos sociais e aos partidos políticos de Centro e Esquerda. Nas entrevistas concedidas e em seus posicionamentos públicos, L.Z. destacava que suas palavras não tinham caráter ofensivo e estavam inseridas em um contexto de representação popular e social, uma vez que seu trabalho no Legislativo e sua eleição, dois anos antes, haviam sido garantidos também por eleitores ideologicamente afiliados ao conteúdo de suas falas[67].

---

[66] A exemplo de autores como Afonso-Rocha (2023), Mombaça (2023) e Silva (2019), entendemos pertinente, em alguns trechos desta dissertação, alterar a grafia da palavra 'sistema' para 'cistema' como uma maneira de provocar a reflexão acerca da normatividade cisheterossexual que se impõe como regra e padrão. No caso, o prefixo 'cis' faz alusão a cisgeneridade como identidade de gênero elencada como a norma.

[67] Em entrevista ao jornal Brasil de Fato, por exemplo, L.Z. destaca que o processo instaurado e toda a sua tramitação não passavam de perseguição política. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2023/01/03/vereador-do-psb-relata-perseguicao-politica-e-pode-perder-mandato-em-reduto-bolsonarista-no-rs. Último acesso em 05 dez. 2024.

O fato de ser um vereador autodeclarado gay, em um partido de Centro Esquerda e com posições distintas da maioria de seus colegas na Câmara, na perspectiva do legislador, foram decisivos para que a Comissão de Ética fosse constituída e recomendasse como única alternativa a sua cassação. Sob este raciocínio, se pode aferir como as instituições e a estrutura sócio-política reproduzem as opressões e desigualdades que, historicamente, atravessam os corpos e as identidades sexo/gênero dissidentes, deslocando-as a um contexto de apagamentos e de invisibilidades.

Durante os meses de dezembro de 2022 a maio de 2023, as ações políticas e comunitárias do parlamentar estiveram sob o interdito da insegurança, do medo e da possibilidade latente de que alguma agressão, física ou simbólica, lhe ocorreria. Nas oitivas e juntadas de documentos, a Comissão de Ética, nomeada para investigar as denúncias de supostas irregularidades, segundo argumentou a defesa do parlamentar, atuou de forma parcial e favorável ao que a opinião pública manifestava no município, que era a derrubada de L.Z. do espaço legislativo, compondo o eco das manifestações que o haviam feito sair da Câmara sob a tutela da Brigada Militar.

L.Z. (2024) descreve desta forma o desfecho da história, em maio de 2023:

> [...] Então, teve tudo isso, né? As minhas falas geraram aquele tumulto, fizeram um abaixo-assinado pedindo minha cassação, trouxeram [...] denúncias de um outro processo na esfera civil que eu respondia, vasculharam muita coisa e não indicaram nenhum tipo de punição além da minha cassação. Pois bem [...], os advogados apresentaram provas, trouxeram testemunhas, destacaram as perseguições políticas, algumas testemunhas até falaram que caracterizava homofobia [...]. Levaram *[a Comissão de Ética]* adiante e iam colocar em votação um relatório que dizia que eu tinha que ser cassado [...], estava tudo desenhado já. Daí, a gente conseguiu um mandado de segurança impedindo a sessão em que seria votado o relatório e, no judiciário, conseguimos comprovar as irregularidades e insuficiências da Comissão de Ética [...] na condução do procedimento, desde a abertura. O clima na Câmara, que nunca foi excelente, ficou tenso por alguns meses após o desfecho, mas eu não deixei isso me abalar mais e segui tentando fazer meu trabalho, mostrando porque tinha sido eleito [...] Sim, claro que foi complicado, passei muito nervoso [...]. O juiz que analisou o caso entendeu que a minha fala foi feita num espaço em que os vereadores têm certa autonomia para se manifestar, declarar o que pensam e o que pensam as pessoas que eles representam. Então, o que na minha fala incomodou tanto? Talvez, [...] se eu não fosse gay teria sido diferente? Impossível responder com certeza [...], pode ser que sim. Enfim, vencemos na justiça e seguimos no mandato (L.Z., 2024).

Nestes meses em que seu mandato esteve sob julgamento público, L.Z. disse ter percebido como a LGBTfobia é, por vezes, silenciosa, mas, por tantas outras, explícita. Na institucionalidade, sua eleição, em 2020, forjou uma nova representação para uma parcela invisível da sociedade de Marau, tornando as pessoas LGBTQIA+ protagonistas em decisões políticas e administrativas que impactam a vida de todos os moradores do município. Ao mesmo

tempo, porém, a própria organização e o ordenamento hegemônico que domina os espaços de representação buscaram instrumentos para reduzir e/ou extirpar essa representatividade da arena política local.

Uma disputa que sintetiza o histórico apagamento destas identidades, permeada por inflexões e conflitos que, apesar do desfecho jurídico de 2023, não se encerraram ali. Enquanto L.Z., em Marau, se reorganizava para dar sequência ao mandato, em Cruz Alta a situação de E.M. estava politicamente indefinida. A sua não reeleição em 2020 o deixou à margem da institucionalidade, porém o permitiu retornar às suas bases, fortalecendo nele a convicção de que o município poderia avançar em áreas nas quais ele poderia contribuir novamente. Da mesma forma, em Caxias do Sul, C.F.A., após a experiência inédita de tornar-se a primeira mulher trans e indígena a assumir um assento, ainda que temporário, na Câmara, se articulava com a disposição renovada de planejar uma cidade para todos, todas e *todes*.

Desafios imensos para lideranças autodeclaradas LGBTQIA+ já acostumadas a enfrentar as arbitrariedades de um *cis*tema que classifica, hierarquiza e determina, estruturalmente, quais sujeitos podem estar nestas esferas. As costuras e as tessituras destes ciclos terão impacto nas Eleições de 2024, a primeira na trajetória do Brasil em que os candidatos e as candidatas puderam, oficialmente, autodeclarar sua orientação sexual e identidade de gênero.

4.4 BOTO MEU POVO NA RUA PRA TE PROCURAR: AS ELEIÇÕES DE 2024, O VOTO AUTODECLARADO LGBTQIA+ E OS NOVOS REPERTÓRIOS DAS DISSIDÊNCIAS

A ausência de dados oficiais acerca da situação e da condição das pessoas LGBTQIA+ no Brasil extrapola as subnotificações vinculadas a segurança pública e aos aspectos sociodemográficos que as constituem. Enquanto estrato social, estas populações ainda não estão quantificadas e mapeadas por órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, que não incluiu a dimensão da orientação sexual e da identidade de gênero no Censo Demográfico de 2022 justificando que a inserção dos questionamentos inviabilizaria o recenseamento da população brasileira naquele ano (Híbrida, 2022).

O cenário deflagrado pela inexistência de bases sólidas e concentradas de indicadores acerca das realidades experimentadas por estes sujeitos, acentua o apagamento e a invisibilidade socioestrutural e histórica que impede, inclusive, a produção de políticas de enfrentamento às violências e violações que incidem sobre os próprios processos de cidadanização de lésbicas,

gays, bissexuais, pessoas trans*, travestis, intersexos, *queers* e das demais camadas de identidades que sustentam o contingente de indivíduos sexo/gênero dissidentes (Galbieri, 2021; Facchini, 2020).

Sob este mesmo signo de omissão e silenciamentos do Estado brasileiro, até as Eleições de 2024 as informações a respeito do volume, dos locais de inserção e das intersecções que atravessam as candidaturas não cisgêneras e não heterossexuais eram coletadas, sistematizadas e divulgadas de forma autônoma, independente e através de diferentes plataformas, por organizações não-governamentais e instituições da sociedade civil, como é o caso da VoteLGBT. Desde 2014, a entidade atua na mobilização e na gestão de levantamentos extraoficiais acerca da movimentação de pessoas LGBTQIA+ nas esferas político-partidárias e eleitorais com o objetivo de posicionar na agenda do debate público a representatividade (e a sua falta) na arena das instituições legislativas e do Congresso Nacional.

Foi também pela existência e pressão de coletivos como a VoteLGBT que o Tribunal Superior Eleitoral, em fevereiro de 2024, reconheceu a vulnerabilidade sociopolítica desta população e aprovou, por meio de Instrução Normativa que alterou resoluções eleitorais, a inclusão dos campos ‘orientação sexual’ e ‘identidade de gênero’ no registro de candidaturas dos candidatos e candidatas que disputariam, em outubro, as Eleições Municipais[68]. Divulgada poucas semanas antes do início do processo eleitoral, em agosto, a medida foi mantida sob contenção do TSE para que os movimentos conservadores e a ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ em curso no Brasil (Antra, 2024; Conectas, 2023) não interferissem na decisão, conforme destacaram os ministros da Corte às vésperas de os partidos darem início às suas convenções (Reforma Política, 2024).

Em um ambiente socioestrutural avesso à diversidade e a multiplicidade de orientações sexuais e identidades de gênero como sujeitos de representação política, a decisão do TSE em manter fora dos holofotes a instrução normativa que garantiria mais transparência às candidaturas LGBTQIA+ corrobora os argumentos apresentados por pesquisadores e pesquisadoras como Afonso-Rocha (2023), Barros (2023), Cardoso (2022), Facchini (2020), Feitosa (2017; 2019; 2022), Peixoto (2018) e Silva (2019) quanto ao caráter estrutural, sistemático e histórico da LGBTfobia, uma vez que a simples coleta de dados oficiais quanto a

[68] A medida da Instrução Normativa que alterou a resolução sobre registros de candidaturas eleitorais está disponível em: https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2024/Fevereiro/eleicoes-2024-tse-aprova-todas-as-resolucoes-que-regerao-o-pleito. Último acesso em 07 dez. 2024.

presença e participação destes corpos em espaços eleitorais poderia suscitar levantes e interditos proibitórios a este mapeamento.

Na prática, destacam Afonso-Rocha (2023), Facchini (2020) e Peixoto (2018), que as violências e violações de direitos humanos contra grupos sociais marginalizados tendem a se intensificar à medida que esses segmentos ganham visibilidade e, paradoxalmente, avançam na conquista de direitos sociais e civis. No Brasil, por exemplo, pautas relacionadas à identidade, como o direito ao casamento homoafetivo, a criminalização da LGBTfobia, o acesso à adoção homo parental, a união estável com divisão patrimonial de bens e a retificação de nome social sem a exigência de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual, têm sido garantidas principalmente por decisões judiciais das Cortes superiores. Esse cenário ressalta o protagonismo do Judiciário frente à inação legislativa, historicamente contrária à discussão de normas que poderiam consolidar esses indivíduos como sujeitos de direitos no país (Cardoso, 2022; Bezerra *et al*., 2024).

Além disso, pode-se argumentar que a resistência institucional em tornar as esferas de representatividade abrangentes, populares e heterogêneas, fazendo-as um reflexo mais fidedigno do que é a sociedade brasileira em sua composição, se revela de forma perspicaz nas estratégias que produzem hierarquias de classificação e distinção acerca de quais posições essas pessoas podem acessar. Quando vistas sob as experiências descritas por E.M, em Cruz Alta, L.Z., em Marau, e por C.F.A., em Caxias do Sul, em relação às suas vivências político-partidárias e eleitorais entre os anos de 2016 a 2020, tais formulações indicam uma operacionalização da rigidez normativa que ancora a matriz cisgênera, heterossexual e branca, hegemônica nestes ambientes.

Com efeito, os movimentos e contramovimentos (Facchini, 2020) que atravessam o tecido social fomentando tanto a construção de novos atores na disputa por avanços para as populações periféricas — no caso específico deste estudo, as LGBTQIA+ — quanto os conflitos e ofensivas contrárias a eles. Diante disso, a inclusão de questões relacionadas a autodeclaração da orientação sexual e da identidade de gênero nos registros oficiais das candidaturas a cargos eletivos assume relevância, pois sinaliza que, apesar da reprodução contínua de um ideário que sustenta o ordenamento cisheteropatriarcal e machista nas instituições de poder, há tensionamentos capazes de ampliar as margens dessas organizações.

São essas mudanças nas normas institucionais que, potencialmente, contribuíram tanto para viabilizar a produção de estatísticas e indicadores oficiais quanto a participação de corpos e identidades sexo/gênero dissidentes nos pleitos eleitorais dos mais de cinco mil municípios brasileiros em 2024. No ano em que o eleitorado foi convocado a ir às urnas escolher quem

seriam os/as ocupantes das funções de prefeito/a, vice-prefeito/a, vereador/a, a população LGBTQIA+ pode se enxergar com maior nitidez na disputa pelos rumos de suas cidades. Ainda que a autodeclaração relacionada a identidade sexual não tenha assumido caráter de obrigatoriedade nestas eleições, a opção de realizá-la possibilitou um maior reconhecimento quanto a inserção deste estrato na esfera da política-partidária estrutural.

Convém salientar que, em paralelo a mudança nas resoluções do TSE quanto aos registros de candidatos/as, a VoteLGBT, em conjunto com outras entidades e organizações, como a Antra, por exemplo, já vinha estruturando mecanismos para mapear candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ em todas as regiões do Brasil, seguindo metodologias de busca e confirmação adotadas em anos anteriores[69]. A medida, tornada efetiva em julho de 2024, servia a um duplo propósito: 1) identificar, sistematizar e dar visibilidade a estes sujeitos para que seus nomes, trajetórias e projetos pudessem ser conhecidos (e votados) pela sociedade; e 2) pressionar lideranças políticas e órgãos dos poderes Judiciário para que atentassem ao fato do apagamento e da invisibilidade sócio-histórica a que estão submetidas essas populações e, assim, adotassem ferramentas afirmativas de inclusão e cidadanização política (Facchini, 2020).

O alinhamento entre os objetivos da VoteLGBT e o trabalho articulado com movimentos sociais e agentes públicos gerou impactos significativos. Nas redes sociais, ações informativas sobre representatividade LGBTQIA+ e afirmação das identidades sexo/gênero dissidentes alcançaram ampla repercussão. Além disso, a iniciativa serviu como uma forma de reivindicar o aumento das bancadas legislativas compostas por pessoas LGBTQIA+, consolidando um movimento de ocupação dos espaços de poder e de tomada de decisões que influenciam diretamente políticas públicas e a vida da população como um todo.

Na convergência entre a intenção e a interação da sociedade civil com a atualização do regramento eleitoral por parte do TSE é que se pode dimensionar a presença destas candidaturas no cenário das eleições municipais de 2024. Os números ainda denotam tanto o progresso quanto às limitações dessa inclusão LGBTQIA+ nas esferas político-partidárias, oferecendo elementos concretos para analisar o impacto das alterações recentes nos próprios mecanismos deste ordenamento engendrado por um padrão universalista de sujeito. Ao compará-los em relação aos pleitos de 2016 e 2020, é possível conjecturar padrões e transformações, situando

[69] Em nota, a VoteLGBT (2024) explicou que a iniciativa era parte do projeto "Cidades +LGBT", desenvolvido em conjunto com a Antra para potencializar e ampliar a visibilidade de pessoas LGBTQIA+ com pré-candidaturas e, posteriormente, candidaturas aprovadas por seus partidos para concorrer às eleições de 2024. Os dados foram coletados, de acordo com a entidade, por 16 articuladores, em todo o Brasil, através de manifestações publicadas em redes sociais, informativos partidários e veículos de imprensa. Em uma segunda etapa, as informações foram categorizadas por orientação sexual, identidade de gênero, legenda partidária e região do país e publicadas em um site vinculado à VoteLGBT.

os desafios enfrentados e as conquistas alcançadas por essas populações na busca por acessos aos espaços de poder.

Seguindo a linha dessas reflexões observamos que em um sistema político-partidário complexo e multifacetado como o brasileiro (Coelho, 2023), composto por 29 legendas com capacidade de disputar as eleições em 2024, a presença de pessoas candidatas LGBTQIA+ ainda é bastante reduzida, apesar de se encontrar distribuída nos espectros ideológicos que transitam entre o Centro, Centro Esquerda, Esquerda, Direita, Centro Direita e Extrema-Direita. Os dados oficiais do TSE mostram que das 463.394 candidaturas registradas nos mais de cinco mil municípios brasileiros, apenas 3.427 autodeclararam sua orientação sexual e/ou identidade de gênero não normativas, em 24 agremiações e em apenas 1.442 cidades. O número representa menos de 1% do volume total de candidaturas registradas no Brasil, conforme demonstra o Gráfico 01:

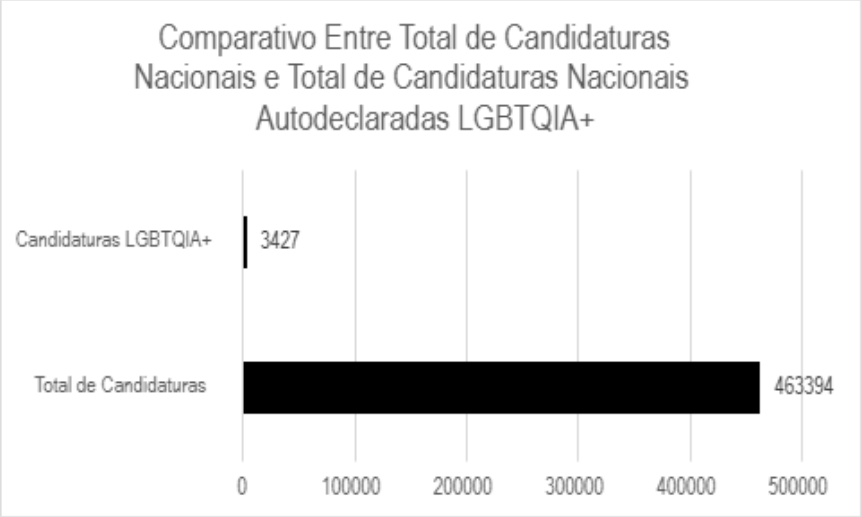


Gráfico 01 - Comparativo entre total de candidaturas no Brasil e candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ em todo o território nacional, conforme dados do TSE. Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Desse quantitativo nacional de 3.427 pessoas que autodeclararam sua orientação sexual e identidade de gênero não normativas ao TSE em 2024, 2.458 referem-se à orientação sexual (lésbicas, bissexuais, gays, assexuais e pansexuais), de acordo com o Gráfico 02:

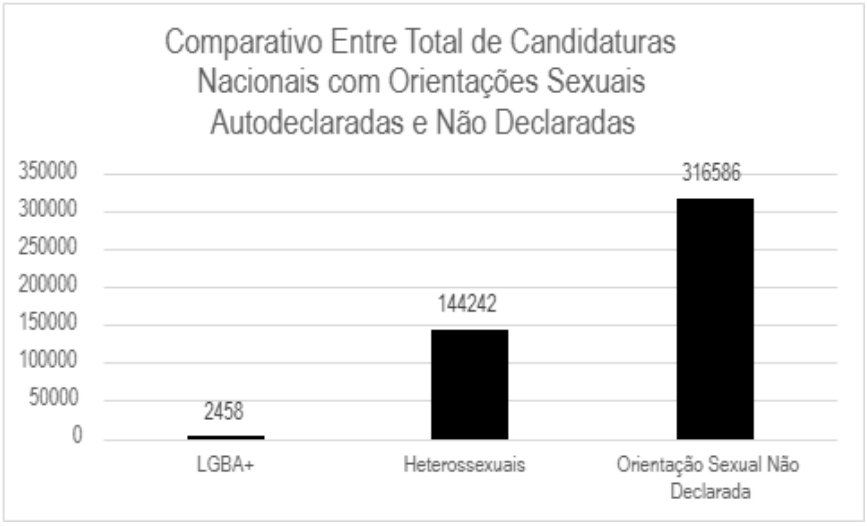


Gráfico 02: Comparativo entre as orientações sexuais autodeclaradas ao TSE em 2024. Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Em relação a identidade de gênero, 969 pessoas autodeclararam serem transgêneros, como indica o Gráfico 03:

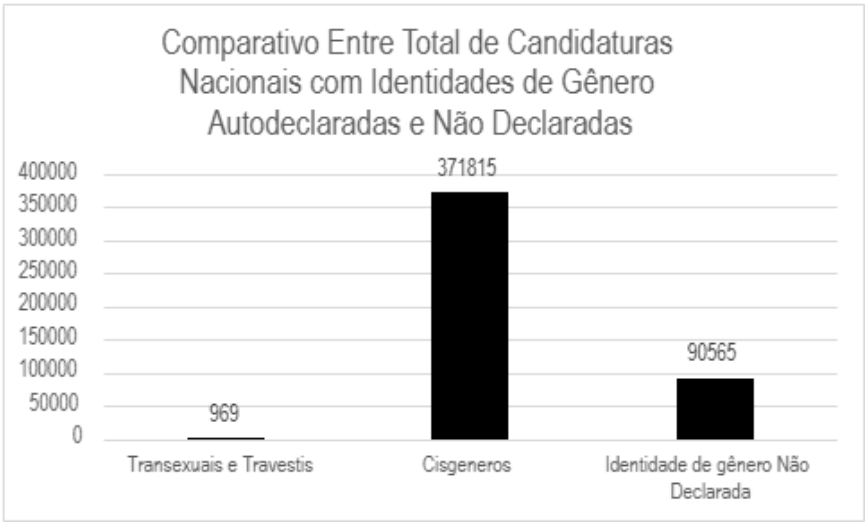


Gráfico 03: Comparativo entre as identidades de gênero autodeclaradas ao TSE em 2024. Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Ao decompormos as orientações sexuais autodeclaradas, temos 197 pessoas assexuais, 463 bissexuais, 1.064 gays, 661 lésbicas e 73 pansexuais, conforme ilustrado no Gráfico 04. Em contrapartida, se autodeclararam cisgêneras 371.815 candidatos/as (80,24%) e 144.242 (31,13%) se afirmaram heterossexuais. Outro dado significativo diz respeito às pessoas que optaram por não declarar nenhum dado relativo à sexualidade: 90.565 (19,54%) preferiram não

informar a identidade de gênero, enquanto 316.586 (68,32%) não divulgaram sua orientação sexual[70].

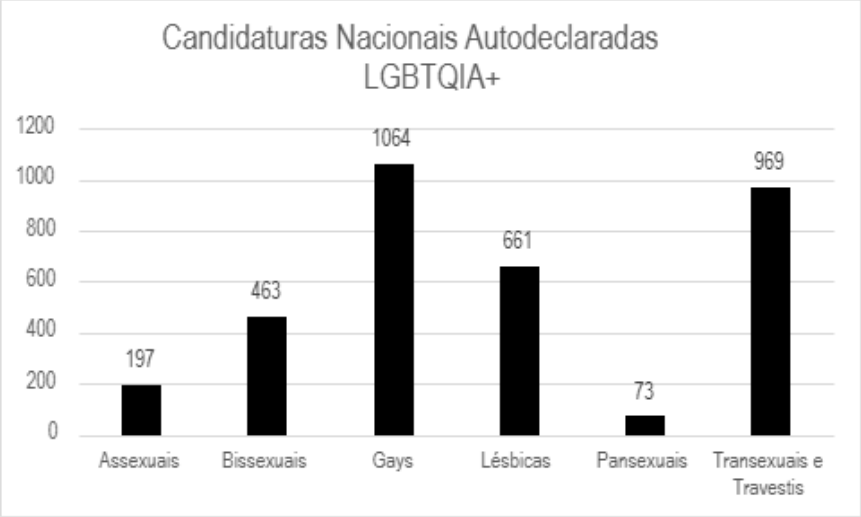


Gráfico 04: Candidaturas nacionais autodeclaradas LGBTQIA+, com base nos dados do TSE. Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Apesar do ineditismo e da importância histórica da decisão do TSE em coletar estes dados, Paulino *et al.* (2024) alertam para a subnotificação dos registros e para a falta de informações disponíveis para a sociedade de forma geral e, especificamente, para os partidos políticos, quanto às temáticas de orientação sexual e identidade de gênero. Conforme as pesquisadoras, ainda que o Brasil tenha sido o primeiro país a incluir estes elementos de forma institucional, há lacunas que precisam ser superadas visando a instrumentalização dessa medida e a completa cidadanização destes sujeitos nas estruturas político-partidárias e eleitorais. Argumentam elas que

> [...] tem sido um longo caminho para as LGBT+ serem reconhecidas oficialmente nos números do Estado, tão longo quanto o da nossa redemocratização inacabada. O reconhecimento ainda não veio pelo Censo, já que não sabemos quantas somos na população brasileira, mas sim pela Justiça Eleitoral. [...] E isso é sintomático do quanto as LGBT+ estão conseguindo conquistar a sua cidadania pelo Judiciário e não pela garantia de leis e políticas públicas amplas e contínuas. Nas eleições de 2024, nos deram só um número, sem ainda dizer quem somos. Diferente dos tradicionais dados já coletados de raça e gênero (feminino e masculino), e até mesmo das conquistas recentes das identidades quilombola e etnias indígenas das candidaturas, a Justiça Eleitoral não divulgou em suas bases de dados quem são as candidaturas LGBT+, mesmo com o consentimento expresso para a divulgação de suas autodeclarações de identidade de gênero (cis ou trans) e orientação sexual (gay, lésbica, bissexual, pansexual, assexual e heterossexual). A informação sobre quem era LGBT+ foi revelada de forma esparsa, nos perfis individuais das candidaturas na Justiça Eleitoral (DivulgaCand), mas não foi consolidada nas planilhas públicas do

[70] Os dados foram filtrados no repositório do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 08 de dezembro de 2024.

> TSE (Portal de Dados Abertos). Estávamos mais uma vez espalhadas na multidão, sem a possibilidade de sermos reconhecidas em dados. Recebemos poucos recursos? Tivemos muitos votos? E se quisermos conversar com as eleitas para saber quanta violência política sofreram? (Paulino *et al.*, 2024).

Tendo como ponto de partida o levantamento oficial do TSE, a VoteLGBT concentrou as informações recebidas por meio de uma plataforma, elaborada em parceria com a Antra, para produzir uma triangulação. Esse cruzamento de dados visou ampliar a verossimilhança dos números em relação a realidade social das candidaturas LGBTQIA+. Na articulação entre sociedade civil e Justiça Eleitoral, a entidade mapeou um total de 3.524 candidaturas sexo/gênero dissidentes, das quais 250 foram eleitas em 197 municípios brasileiros. Como aponta Galbieri (2021), essas informações são fundamentais para subsidiar a formulação de políticas e iniciativas que combatam as diversas formas de violência enfrentadas por essa parcela da população. Nesse sentido, Paulino *et al*. (2024) destacam: "[...] o contraste entre o que a sociedade civil conseguiu produzir sozinha, durante as eleições de 2020, e o que identificamos em 2024, em colaboração com o TSE, é impactante".

Outro indicador se refere aos cargos pleiteados por esses sujeitos. Os cargos de vereança estão entre os mais concorridos, reforçando o raciocínio de Santos (2016) sobre as exigências da função e sua capacidade de acolher o maior número dessas candidaturas. Na estratificação, observa-se o seguinte cenário: duas pessoas assexuais concorreram a prefeito/a, 190 a vereador/a e cinco a vice-prefeito/a; entre as pessoas bissexuais, foram registradas sete candidaturas a prefeito/a, 442 a vereador/a e 14 a vice-prefeito/a; entre gays, 19 candidaturas a prefeito/a, 1.024 a vereador/a e 21 a vice-prefeito/a. Quanto às pessoas lésbicas, houve uma candidata a prefeita, 650 a vereadora e 10 a vice-prefeita. Já entre as pessoas pansexuais, registrou-se uma candidatura a prefeito/a, 71 a vereador/a e uma a vice-prefeito/a.

Nas eleições de 2020, quando L.Z. foi eleito vereador em Marau, C.F.A. obteve a suplência em Caxias do Sul, e E.M. não conquistou a reeleição em Cruz Alta; e em 2016, quando E.M. chegou ao segundo mandato e L.Z. não atingiu a votação mínima para ocupar um assento, os dados são pulverizados e produzidos por fontes não oficiais. Esses dados foram organizados a partir de chamadas públicas em redes sociais e de conexões entre entidades de promoção de direitos LGBTQIA+ com movimentos sociais e partidos políticos. Um desses levantamentos, coordenado pelo programa Voto com Orgulho, da Aliança Nacional LGBTI+, mostrou que, em 2020, foram registradas 585 candidaturas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros em todo o Brasil. Deste total, a Antra (2020) destacou a candidatura de 294 pessoas trans*.

Em um outro levantamento, a VoteLGBT informou que, em 2020, o Brasil teve 556 candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ disputando espaços nos parlamentos e prefeituras municipais de todo o país. A diferença nos números, explicou Cardoso (2022), refletem a dinâmica da ausência de mecanismos estatais e concentrados de coleta de dados, uma vez que, nessa época, não haviam mecanismos de registros de candidatos/as às associando a sua orientação sexual e identidade de gênero. Já em 2016, um diagnóstico da ABGLT reportou um total de 377 candidaturas de pessoas dissidentes em relação a sexo/gênero no país[71], sendo 89 delas de pessoas trans*, conforme mapeamento elaborado pela Antra.

4.5 ARRANQUE SEU BIGODE, GAÚCHO TAMBÉM PODE: NÃO TEM QUE DISFARÇAR[72]

O contexto econômico, sócio-histórico e político do Rio Grande do Sul é atravessado por um imaginário que reitera os ideais de uma masculinidade hegemônica, estruturalmente consolidada pela construção de personagens que se destacaram ora como revolucionários, ora como liberais ou conservadores. Esses indivíduos, muitas vezes economicamente ligados às estâncias de gado e a condição de senhores de escravos, reproduziram uma lógica oligárquica e patrimonialista na condução e na organização do sistema político-partidário (Oliveira, 2018). Nesse ambiente, a diferença colonial se solidificava nas relações de poder e opressão que sustentaram tanto a vinda de imigrantes europeus para ocupar as regiões produtivas quanto a exploração do trabalho escravo imposto a negros e indígenas.

As sucessivas mudanças políticas nacionais (Nobre, 2022; Nunes e Trauman, 2023; Ribeiro, 2021; Santos, Musse e Catani, 2020) também refletiram nas articulações e construções gaúchas, posicionando o Rio Grande do Sul como um dos espaços em que a disputa pelo acesso ao poder institucional e a ampliação da representatividade de grupos historicamente marginalizados se dá pelo tensionamento das esferas locais em que as decisões são tomadas, como é o caso das câmaras municipais de vereadores. Elemento importante neste estudo, tais

[71] Os levantamentos escassos envolvendo os anos de 2020 e 2016 são reflexos diretos da inexistência de políticas de promoção da cidadania dos sujeitos LGBTQIA+, de acordo com as observações de Facchini (2020) e de Santos (2016). Para ambos os pesquisadores, os processos sociais de produção dessas identidades enquanto elementos políticos são marcados pelos estigmas e pela precarização de suas inserções nas arenas em que se disputam acessos e pertencimentos aos ambientes político-partidários. A síntese proposta nesta reflexão se mostra factível com os relatos feitos pelos entrevistados que, desde o pleito de 2016, se organizavam política e partidariamente em seus municípios. Oriundos de movimentos sociais, tais sujeitos transformaram suas orientações sexuais em fatores de politização a partir de suas disposições particulares e, mesmo que não tenham enfrentado resistências significativas nas legendas as quais estavam vinculados, também não foram totalmente contemplados com apoios institucionais.

[72] O subtítulo desta seção faz alusão a música ‘Robocop Gay’, produzida e interpretada pelo grupo artístico Mamonas Assassinas, em 1995.

arenas decisórias se efetivam como um *lócus* de ocupação e produção de sentidos socioestruturais nas cidades, sobretudo naquelas em que as marcas da colonização europeia se mantiveram ativas, como veremos adiante nas manifestações de T.M., uma das pessoas ouvidas nesta pesquisa qualitativa.

Antes de adentrarmos na análise do momento eleitoral vivenciado pelos sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ em 2024, é importante reportar as estatísticas divulgadas pelo TSE sobre o número de candidaturas que declararam orientação sexual e identidade de gênero dissidentes neste pleito. Além disso, é pertinente observar, em retrospectiva, os indicadores referentes às eleições de 2020 e 2016. Em 2024, 20 partidos no RS acolheram candidaturas LGB+, mas em apenas 17 as pessoas trans* sentiram-se confortáveis para disputar os cargos eletivos, mostrando que as questões vinculadas à cisgeneridade e a transexualidade ainda carecem de debates efetivos nas estruturas internas das agremiações para potencializá-las e torná-las aptas a agregar estes indivíduos.

No Estado, o TSE registrou um total de 29.020 candidatos/as para as funções de prefeito/a, vice-prefeito/a e vereador/a nestas Eleições. Destas, 24.479 (84,35%) pessoas se autodeclararam cisgêneras, 4.466 (15,39%) optaram por não informar sua identidade de gênero e apenas 75 (0,26%) afirmaram serem trans*. Em relação à orientação sexual, o dado mais expressivo refere-se às pessoas que preferiram não a informar: 19.206 (66,18%). Das que o fizeram, 9.622 (33,16%) declararam ser heterossexuais, 16 (0,06%) assexuais, 39 (0,13%) bissexuais, 82 (0,28%) gays, 45 (0,16%) lésbicas e seis (0,02%) pansexuais, conforme resume o Gráfico 05 ao comparar o volume total de candidaturas com as que declararam serem LGBTQIA+:

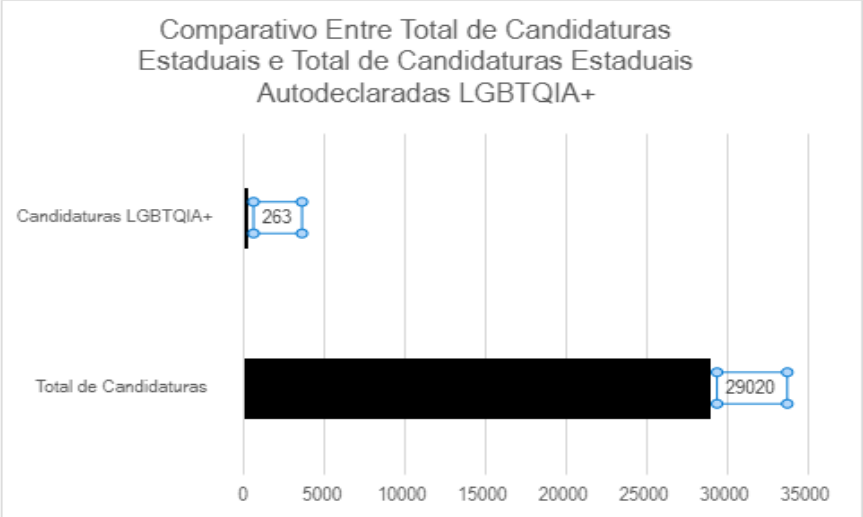


Gráfico 05: Comparativo entre total geral de candidaturas e candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ no RS, com base em dados do TSE. Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Com base nos relatórios públicos do TSE também é possível combinar as informações entre a orientação sexual e a identidade de gênero dos sujeitos. Assim, podemos confirmar que são as pessoas cisgêneras as que participam de maneira mais ativa dos espaços político-partidários e eleitorais. Entre os assexuais, 15 afirmaram serem cis; 36 bissexuais, 68 gays, 38 lésbicas e duas pessoas pansexuais divulgaram sua cisgeneridade. Entre os heterossexuais, a normatividade também é elevada: 9.268 pessoas; 15.048 dos/as cis preferiram não informar a orientação. Quando a identidade de gênero em questão é a transexualidade, 38 pessoas preferiram não a informar. Já aqueles/as que assumiram essa condição, 25 se afirmaram heterossexuais, uma bissexual, cinco gays, três lésbicas e três pansexuais.

De forma similar ao que se verificou em relação ao cenário nacional, no Rio Grande do Sul a maioria das pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ concorreram nas Eleições de 2024 para vagas em câmaras de vereadores. Do total de 263 pessoas[73] sexo/gênero dissidentes registradas junto ao TSE para o pleito nos municípios gaúchos (representando menos de 1% do total de candidaturas no RS), 251 delas (sendo 177 LGB+ e 74 trans*) - cerca de 95% - disputaram um assento em legislativos. Dentre estas, 27 (10,76%) obtiveram êxito - sendo seis delas/es pessoas trans*.

As movimentações e os enfrentamentos protagonizados por estes sujeitos em suas cidades ampliam o potencial da política enquanto instrumento de mudanças sociais, como indicam Feitosa (2017) e Santos (2016). Inserindo-se nos debates locais e colocando as suas identidades dissidentes como elementos ativos em um cenário hegemonicamente ocupado por homens, presumidamente cis e heterossexuais, estas populações subalternizadas produzem rupturas nas estratégias e nas formas de se operacionalizar a representatividade dos grupos marginalizados.

Nas câmaras de vereadores, o exercício do poder político, ainda que restrito e limitado a extensão municipal e as prerrogativas de fiscalização atribuídas ao cargo, confere a estes sujeitos uma posição de confiabilidade representativa que, conquistada por meio do voto popular, amplia a sua visibilidade e a autonomia decisória para legislar em nome de um grupo. Imbuídas dessas funções, estas populações vocalizam o distanciamento entre os estratos sociais que, historicamente, participam das esferas administrativas - constituídos como imagem e modelo do colonizador, atualizando os atributos de um sujeito universal - e os que dão contorno à multiplicidade de perfis étnicos, raciais e de identidade que compõem a sociedade brasileira - e que, tradicionalmente, transitam entre os não lugares do sistema normativo.

[73] O número representa a soma entre as autodeclarações de orientação sexual e de identidade de gênero.

Ao buscar estabelecer eixos de interpretação também a partir de elementos quantitativos, nos defrontamos com restrições nas quais a invisibilidade socioestrutural destas populações se mostram ainda mais perceptíveis. Mesmo que as Eleições de 2024 tenham gerado uma quantidade significativa de dados quanto a participação das populações LGBTQIA+, o panorama é outro quando tentamos reunir informações relativas aos anos de 2020 e 2016. Como dito anteriormente, este foi o primeiro pleito na história do Brasil em que a Justiça Eleitoral possibilitou a autodeclaração de temas ligados à sexualidade (orientação sexual e identidade de gênero). Com efeito, a discrepância nas estatísticas associadas às eleições anteriores reflete a debilidade de uma estrutura cisheteronormativa e binária que normatizou a produção de indicadores vinculados às categorias dominantes e universalistas de sujeito, excluindo a possibilidade de pertencimento e o reconhecimento das dissidências à matriz dominante.

Os números, por conseguinte, de candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ em 2016 e 2020 no Rio Grande do Sul respondem a levantamentos elaborados por organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, como a Antra, a Aliança Nacional LGBTI+ e a VoteLGBT. Nestes mapeamentos, o cruzamento dos dados não nos permite chegar a um indicativo exato de candidatos/as que autoafirmaram suas orientações sexuais e identidades de gênero. Além da subnotificação estrutural, amplamente denunciada por estas mesmas instituições, há também os aspectos privados de cada sujeito, uma vez que tornar público um elemento íntimo exige uma série de resoluções que podem interferir na afirmação da sexualidade.

Diante desse aspecto, ao olharmos para os períodos anteriores a 2024, é necessário adotarmos cautela na análise para evitarmos interpretações enviesadas e/ou equivocadas que possam sugerir, por exemplo, que as candidaturas de pessoas LGBTQIA+ sejam extemporâneas ou que estejam ancoradas apenas aos debates de identidade. Pesquisadores/as como Afonso-Rocha (2023), Barros (2023), Facchini (2020), Feitosa (2017; 2019; 2022), Green (2018), Quinalha (2020), Santos (2016) e Trevisan (2018), por exemplo, situam estes movimentos de ativismo e de tentativas de ocupação institucional do poder político por corpos e identidades dissidentes desde os anos 1980, no Brasil.

Posto isso, em 2020, conforme estatísticas divulgadas pelo programa Voto com Orgulho, da Aliança Nacional LGBTI+, cerca de 40 pessoas LGBTQIA+ concorreram às funções eletivas no RS. A Antra, no mesmo pleito, reportou que 13 candidaturas trans* foram registradas no Estado. Em relação a 2016, um diagnóstico da Antra indicou seis candidaturas autodeclaradas trans*, enquanto os mapeamentos de entidades como a Aliança Nacional e a ABGLT não apresentam dados quantitativos específicos acerca do percentual de candidaturas

gaúchas. Nestes estudos, são destacadas figuras públicas da região metropolitana de Porto Alegre e das maiores cidades do Estado. A partir disso, conjectura-se que pelo menos 15 pessoas tenham autodeclarado sua orientação sexual e identidade de gênero neste pleito. Em função da instabilidade destas bases de dados não é exequível decodificar os números para extrair quantas LGBTQIA+ tenham se candidatado ao cargo de vereador/a.

São sob estas condições sócio-históricas nas quais as estruturas de dominação e opressão inseridas pela modernidade/colonialidade se reproduzem, que a penetração de sujeitos LGBTQIA+ nos espaços político-partidários e eleitorais se revela significativamente inferior quando comparada à de pessoas cisgêneras e heterossexuais. Os movimentos e os conflitos gerados nas e pelas tentativas destes corpos e identidades não normativos adentrar em tais ambientes, refletem também as próprias dinâmicas dos aparatos institucionais que chancelam ou invalidam tais participações no interior do sistema.

As articulações internas que levaram E. M. a desistir de sua pré-candidatura ao Executivo de Cruz Alta reforçam o sentido atribuído ao argumento acima. No ano de 2024, depois de oito anos ocupando uma vaga na Câmara de Vereadores e de ter sido um dos parlamentares que mais sofreu ataques oriundos das ações conservadoras e morais que pautaram o debate em muitas cidades nas eleições de 2020 - o que, de acordo com ele, teria sido um dos principais fatores para a sua não reeleição -, o seu objetivo era apresentar um projeto alternativo para a gestão do município que o viu se transformar de uma liderança estudantil para o primeiro vereador autodeclarado gay eleito em um município com menos de 100 mil habitantes do RS.

O resultado daquele processo eleitoral fez com que E.M. reconsiderasse alguns aspectos de sua trajetória político-partidária, inclusive a sua permanência na legenda pela qual ele havia sido reeleito em 2016. A burocracia, o dogmatismo e a forma de gestão centralizada do PCdoB foram reduzindo a sua disposição em participar ativamente da política local, embora ele percebesse que, com a mudança do governo federal, em 2022, algumas discussões começavam a tomar novos encaminhamentos - apesar de uma realidade social ainda bastante tensionada e controversa em relação às pautas de gênero e diversidade.

> [...] Após as eleições de 2020 e tudo o que passei naqueles quatro anos, me dediquei a alguns projetos pessoais que havia adiado. [...] Mantinha ainda alguma ligação com a política partidária, mas sem aquele ânimo. Na eleição do Lula, eu decidi retornar ao PT, que foi o partido que me acolheu no início da minha militância estudantil, nos anos 1990. Então, vieram as discussões para 2024 *[às Eleições Municipais]* e eu senti que podia colocar meu nome para concorrer ao Executivo, porque tinha maturidade pra isso e também apoio de algumas correntes. [...] Para encurtar a história, quando foi se aproximando o prazo das convenções, eles optaram por indicar um outro nome, pouco conhecido na cidade, com menos apoio interno, mas que era de uma tendência mais forte. Quer dizer, eles falam isso, justificaram que era por tendências e correntes,

> mas acho que não, é. Na minha perspectiva e olhando para todo o cenário local, acredito que pesou nessa decisão uma homofobia, assim, institucional, dessas mais veladas que a gente sabe que tá sendo preterido por outra pessoa porque temos algum marcador que nos coloca em desvantagem. Ser gay é um desses *[marcador social]*, né? (E.M., 2024).

A alternativa oferecida pelo partido foi garanti-lo como candidato a vereador, mais uma vez. Porém, essa não era a vontade de E.M. que, em sua manifestação, evidencia mais uma característica que atravessa as áreas temáticas constituídas como ferramentas para a interpretação dos dados produzidos em campo ao longo do estudo: a hereditariedade com que as funções políticas são transmitidas, sobretudo em cidades com baixa densidade populacional, simbolizando uma hegemonia no exercício do poder. Destaca a liderança que:

> [...] o trabalho de vereador é fundamental, mas eu tinha outros projetos e a recusa do partido me desestabilizou um pouco. Eu fui eleito e reeleito em uma cidade conservadora em que a política passa de pai para filho. É muito comum [...] isso aqui, tu vê o sobrenome e já identifica de onde veio a pessoa. Não tive isso, minha família não tinha história nos partidos, nós sempre fomos do movimento de bairro, de querer o melhor para as comunidades. Ser vereador foi algo que conquistamos com muito trabalho [...] e dedicação. Tenho orgulho de ter sido o primeiro vereador assumidamente gay eleito em Cruz Alta, de ter sido o primeiro vereador gay a presidir o Legislativo e o primeiro gay a assumir a prefeitura durante meu mandato na Câmara. Então, senti que essa trajetória não chegou a ser levada em consideração agora *[em 2024]* e optei por não concorrer a nada (E.M., 2024).

De volta ao convívio social e comunitário, descontente com o que considerou uma arbitrariedade do partido ao qual havia retornado para militar e disposto a fazer política fora da institucionalidade, E.M. recebeu a visita de um jovem que, na adolescência, havia sido estagiário de um órgão público da prefeitura quando ele atuava como coordenador de área. Na conversa, o homem falou de sua filiação ao MDB, de sua pretensão de ser vereador para defender a pauta do esporte e da educação e do apoio que gostaria de receber do ex-parlamentar.

> Já conhecia ele e como aconteceu esse episódio no PT, decidi apoiá-lo. Assumi a comunicação dele e a coordenação de campanha e tem sido uma experiência interessante, convivendo com outros grupos. Estamos animados, mas sabemos como a estrutura também é cruel com as pessoas negras e que dispõem de poucos recursos financeiros para construir a campanha. Eu disse ao *[nome do candidato]* que, assim como ocorre com as pessoas LGBTQIA+, tem um limite que esses setores partidários nos deixam ir, ainda mais em legendas como o MDB que a gente sabe como é organizado e o histórico. Eles querem os votos que o *[nome do candidato]* faz nas vilas, porque é onde ele atua. Só que isso não vem acompanhado de muitos recursos e nem de tanto apoio. É uma luta para levar um de nós para dentro, seja um de nós gay ou uma pessoa negra (E.M., 2024)[74].

[74] Quando E.M. concedeu esta entrevista, a campanha eleitoral de 2024 havia começado há poucos dias, por isso a fala dele fazia menção ao ânimo de um início de trabalho. O tempo verbal foi respeitado nesta transcrição. O candidato apoiado por ele não atingiu a quantidade necessária de votos para ser eleito e como a sua movimentação

Eleito em 2012, reeleito em 2016 e sem mandato desde as eleições de 2020, E.M. observou - e experimentou - as oscilações no comportamento do eleitorado cruz-altense por quase uma década. Neste período, as transformações políticas nacionais impactaram diretamente no clima e no convívio social e comunitário em sua cidade. Pautas morais e conservadoras, como as citadas anteriormente por ele, além de uma perseguição às identidades sexo/gênero dissidentes se materializaram nos municípios gaúchos conforme o panorama brasileiro também se mostrava fechado a estas temáticas.

A gestão contraditória e antagônica aos direitos humanos, orientada por Bolsonaro, estimulou uma severidade na normatização das relações sociais, historicamente gendradas, binárias e coloniais (Afonso-Rocha, 2023; Silva, 2019). Como um dos reflexos desse ordenamento, as redes de opressão se fortaleceram em todo o país, transferindo os holofotes dos problemas nacionais para as populações minoritárias, como as LGBTQIA+ - criminalizadas e marginalizadas pelos mais de 500 anos de colonialismo e colonialidade.

Com efeito, ao se associar eleitoralmente a um homem negro, morador de periferia e sem nenhum tipo de apadrinhamento político, E.M. também pode visualizar como os marcadores sociais das diferenças e as categorias hierárquicas que tomam a raça como base de distinção, atuam em conjunto na produção de desigualdades socioestruturais que atravessam os sujeitos, os re-identificando, na contemporaneidade, com as mesmas alegorias da modernidade/colonialidade que foram impostas aos povos originários. Ainda que ambos estivessem inscritos nas categorias universais do homem/cis/masculino, a orientação sexual, no caso de E.M., e a condição étnico-racial do candidato apoiado por ele, os situavam em uma condição de inferioridade societária.

Sendo um dos mecanismos que operacionaliza o preconceito e a discriminação contra as dissidências normativas ao padrão sexo/gênero, a LGBTfobia, no caso de E.M., se revela um elemento intrínseco a sua atuação social, política, partidária e eleitoral. Ocupando um assento de vereança ou se predispondo a disputar o mais alto cargo na tomada de decisões administrativas municipais, o ex-legislador é atravessado por uma matriz cisheterossexual que organiza o funcionamento e o controle sobre quais corpos e identidades podem integrar e pertencer a estes ambientes, asfixiando suas ambições ao ter as suas possibilidades de acesso e intervenção delimitadas externamente.

No plano real, a participação sociopolítica e eleitoral das populações sub-representadas nas esferas de poder, especificamente as LGBTQIA+, neste estudo, é limitada tanto por

---

eleitoral não é o objeto de análise deste estudo, omitimos a sua identidade utilizando a expressão em itálico *[nome do candidato]*.

condições materiais quanto simbólicas que as imobilizam diante de um quadro hegemônico de perfis que ascendem a estes espaços. Em suas declarações, E.M. faz uso da palavra "sufocados" para expressar como tem percebido os debates que versam sobre a temática da diversidade sexual e de gênero, seja no interior dos partidos, nas instituições de ensino ou na sociedade de maneira geral. "Sinto que, em muitos espaços, ainda é um assunto delicado. A pauta está sufocada e nós estamos sufocados no meio disso, tentando levar adiante uma agenda de combate ao preconceito, mas tendo que enfrentar toda uma estrutura social que não nos quer ali" (E.M., 2024).

Apesar disso, os indicadores mostram um crescimento constante e expressivo do número de candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ entre os processos eleitorais de 2016, 2020 e 2024, sendo este último cerca de 16 vezes maior do que os registros extraoficiais de 2016. Ainda, se denota que as pessoas candidatas tem se pulverizado em partidos de diversos espectros ideológicos[75], evidenciando que existe cooptação da temática entre as variadas agremiações partidárias no país. Sob estas circunstâncias há, pelo menos, duas especificidades significativas que contribuem para entendermos como a politização da sexualidade pode ser atribuída: 1) a mobilização e o fortalecimento dos ativismos institucionais, além da pressão dos movimentos sociais que atuam junto a estas populações; 2) o reconhecimento de que tanto a orientação sexual quanto a identidade de gênero são características intrínsecas aos sujeitos e que sob elas recaem discursos, práticas, modelos e normas de sujeição que tanto as qualificam quanto às precarizam.

Combinadas, estas duas variáveis sinalizam que os tensionamentos em torno da temática produzem efeitos de resistência aos pânicos morais e a retórica normativa imposta pelo avanço de uma política conservadora e atroz com as dissidências de sexo/gênero. O engendramento das relações sociais, o binarismo que permeia as identidades sexuais e a violência imposta a estes corpos se mantém como estruturas ativas de regulação e controle da sociedade, mas encontram a objeção de setores organizados que desencadeiam movimentos públicos de confronto ao estatuto da cisheteronormatividade.

---

[75] Barbabela (2024) argumenta que as conexões entre as pautas de direitos humanos, como a da auto afirmação da orientação sexual e da identidade de gênero, e as filiações a partidos alinhados a distintos espectros ideológicos não é um fato isolado em 2024. O pesquisador aponta que as dinâmicas e interações sociais são significativamente diferentes quando se comparam o cenário político-partidário federal e os seus desdobramentos em nível municipal. Destaca ele: "Em nível estadual e federal, a dimensão ideológico-partidária ocupa uma posição relevante no cenário político. Nos municípios brasileiros, há uma inversão dessa lógica. O partido é entendido como um aparato necessário para se alcançar a institucionalidade, em um processo constante de dupla instrumentalização. Por um lado, os partidos buscam diversificar seu 'catálogo' de candidaturas, a fim de acumular votos nas eleições proporcionais, por outro, quem se candidata escolhe o partido que tem ferramentas e recursos que garantam seu sucesso eleitoral".

É o que produziu o mandato de L.Z. em Marau. Como dito anteriormente, o legislador foi eleito em 2020 com 910 votos depois de ter experimentado um processo eleitoral desgastante, em 2016. Seu trabalho legislativo e a sua orientação sexual de homem gay foram inerentemente transformadas em um elemento único, tornando a sua existência política um sinônimo de sua sexualidade, e vice-versa. Com efeito, ao se posicionar contrário a uma gestão federal que regularizava e normalizava as violações de direitos a grupos subalternizados, L.Z. teve a sua figura pública e a sua presença legislativa ameaçadas, tanto de morte quanto de cassação.

Na institucionalidade, o procedimento disciplinar instaurado contra o vereador foi arquivado no primeiro semestre de 2023. No cotidiano da cidade, as acusações de quebra de decoro parlamentar foram interpretadas como verdadeiras pelo grupo político que insuflou os ataques a L.Z., e desconsideradas pelo eleitorado que o acompanhava em suas tarefas políticas, segundo a percepção do próprio entrevistado. “O peso disso foi maior no início, depois, conforme fomos vencendo as etapas e o processo foi arquivado, só quem já não gostava de mim seguiu falando do assunto” (L.Z., 2024).

A dimensão estrutural e os desdobramentos persecutórios de uma comissão de ética, aberta para investigar supostas irregularidades em um pronunciamento protegido pela garantia constitucional da imunidade parlamentar, solidificam determinados mecanismos acionados para desestabilizar mandatos cujos titulares são pessoas oriundas de grupos e/ou movimentos de populações sub-representadas nos ambientes políticos. A depreciação do trabalho legislativo, a descredibilização dos resultados obtidos na função, a penalização social de responder a um processo ético-disciplinar e o isolamento induzido pelo contexto que se estabelece, são agravados pela orientação sexual dissidente à norma heterossexual.

Em entrevista, L.Z. comentou que muitas das críticas que recebeu, sobretudo as que eram feitas nas redes sociais, continham uma perspectiva LGBTfóbica, a mesma que o acompanhava desde o término das eleições de 2020, quando, em um aplicativo de mensagens, ele recebeu as primeiras ameaças de violência física. “[...] Tinha sempre algo ligado ao fato de eu ser gay, mesmo que fosse mais velado [...], coisas como ‘só podia ser *esse daí’* [L.Z. muda o tom de voz para reforçar que o comentário se referia ao fato dele ser gay] eram bem comuns tanto na câmara quanto nos comentários das pessoas que claramente me condenavam por ser homossexual” (L.Z., 2024).

As implicações da LGBTfobia foram sentidas pelo legislador também na esfera individual. Por meses, mesmo após o arquivamento do processo e a diminuição das menções ao fato, ele evitou frequentar alguns espaços em Marau, trocando os ambientes que costumava

frequentar. Além disso, reduziu suas publicações nas redes sociais e ampliou a diversificação dos temas abordados na Câmara, numa tentativa de amenizar a perda de prestígio e recuperar tanto a confiança quanto a sensação de segurança. No entanto, o efeito dessas mudanças não foi o esperado, conforme ele relata:

> [...] meu mandato nunca foi só sobre temas LGBTQIA+. Eu falava de segurança pública, de educação, atendia as demandas dos bairros. Mas a pauta da diversidade, dos nossos direitos estava sempre presente nos meus discursos. Tentei dosar melhor isso. Busquei me encontrar com lideranças de setores que eu não tinha tanto diálogo, porque poderia ser bom mostrar que eu podia trabalhar com todos os grupos. Me expus menos, falei de formas diferentes das que eu sempre usava pra me comunicar [...]. Sabe o que aconteceu? Quase nada. Eu continuava sendo gay e as pessoas que me detestavam por isso continuaram me odiando. E isso me fez perceber que eu estava deixando de ser eu pra provar que nós, gays, podemos ser tão ou mais qualificados do que as pessoas heterossexuais, entende [...] eu não sei tá entendendo. É aquilo que eu já disse sobre termos que nos heterossexualizar para sermos respeitados, enfim [...]. Eu sentia isso com frequência, mas só recentemente eu acho que consegui dar um nome a essa sensação [...] (L.Z., 2024).

Os relatos de L.Z. indicam que, apesar de sua absolvição na instância jurídica, ele enfrentou uma condenação pública às suas falas. Sob as lentes das Epistemologias do Sul e das perspectivas que ancoram o marco referencial-teórico desta pesquisa, podemos aferir que sobre a condição de um corpo re-identificado pelas alegorias da modernidade/colonialidade, o legislador adentrou um ambiente cuja estrutura reproduz, ininterruptamente, os marcadores sociais da diferença como elementos de exclusão.

Como defende Missiatto (2021), um dos problemas centrais das sociedades colonialistas modernas é a sistemática violação a que estão submetidos os diferentes. A aridez da normatividade isola a diversidade e a inferioriza de tal maneira que a invisibilidade e a desumanização desses "contingentes humanos [...] permanentemente tensionado às margens sociais é fundamento necessário para que a estrutura de segmentação de privilégios, historicamente legada à branquitude masculina, cisheterossexual e burguesa, seja mantida" (p. 19-20).

O aparato mobilizado pela matriz normativa e controladora do sexo/gênero, neste caso, incidiu não apenas sobre a trajetória privada de L.Z. Os efeitos desse sistema gendrado se fizeram visivelmente perceptíveis nas relações político-eleitorais do vereador. Em 2024, na sua terceira disputa à Câmara de Vereadores, diante de um contexto local ainda inflamado pelas rupturas eleitorais de 2022, sua presença no legislativo constrangia manifestações explícitas de discriminação, mas a campanha contrária à sua reeleição, nas ruas e em grupos virtuais de mensagens instantâneas, se ampliava à medida que a data do pleito se aproximava.

> [...] Recebi *prints* de conversas em grupos que diziam que tinham que me tirar da câmara, outras que faziam as pessoas acharem que eu tinha sido cassado naquele processo disciplinar e, por isso, não adiantava votar em mim. Teve até um outro candidato que pegou fotos antigas minhas e espalhou entre os contatos dele [...] Foi uma campanha difamatória pesada, tanto que eu tive que ir a público, nas minhas redes, desmentir vários boatos e informações falsas. E a minha equipe ficava dizendo 'vamos fazer a nossa campanha, explicar o que for preciso, mas vamos seguir nosso trabalho'. [...] Esse suporte eu tive, também recebi recursos financeiros e doações para conseguir fazer uma campanha alegre, bonita e o mais importante [...] foram as proposições, porque eu trabalhei muito nos quatro anos, então, eu tinha o que mostrar enquanto metade aqui *[referindo-se aos vereadores que também disputavam as eleições e uma parte dos candidatos que o criticavam]* não apresentou uma ação concreta, enfim [...] Por orientação da minha equipe, arquivei muita coisa do meu Instagram e do meu Facebook, porque eles pediram pra eu ter mais cuidado, mas isso foi meio que me incomodando um pouco [...], isso de que eu tinha que ser quase hétero para poder disputar a reeleição, sendo que eu nunca escondi de ninguém que eu sou gay [...], tem uma bandeira gay na minha mesa, a minha foto oficial nesta Câmara, inclusive ela é histórica [...], é com uma gravata borboleta nas cores do arco-íris, enfim [...] Quando eu tentei a primeira eleição, em 2016, eu não tinha tanta segurança e confiança em mim mesmo. Lá, eu não usei tanto a pauta LGBTQIA+. Em 2020, foi muito diferente [...]. Então, não fazia sentido esconder algo que era público. Mas, entendendo a dimensão do que tinha acontecido no fim de 2022 e início de 2023, acatei o conselho de dosarmos um pouco essa expansividade que eu tenho. [...] Não funcionou muito, porque seguiram usando essa homofobia institucional para falar de mim, colocar a minha orientação sexual como algo ruim [...] (L.Z., 2024).

Para L.Z., a política somente faz sentido se ela puder ser construída com alegria e diversão. As campanhas eleitorais, segundo ele, são parte do processo democrático, mas ser eleito não é um fim em si mesmo. As relações que se constitui no caminho e a busca em mostrar que é possível ser LGBTQIA+ e ainda assim ter visibilidade em um ambiente hegemonicamente masculino, branco, cisgênero, heterossexual e não jovem, são o estímulo que ele utiliza como ferramenta para vencer as barreiras e reduzir o preconceito que o segrega a determinados espaços.

Este cruzamento entre a discriminação, a violência e a vontade de reafirmar uma identidade não normativa responde também a como os sujeitos dissidentes se movimentam nestas arenas que os oprimem. "A campanha, pra mim, é uma oportunidade de também chamar atenção para o problema do apagamento que a gente sofre, sabe? Eu gosto de estar na rua, de sentir o que as pessoas falam, mesmo que tome uns *corridão* e soltem os cachorros em mim, às vezes *[risos]"* (L.Z., 2024), observou ele, acrescentando que é neste panorama complexo que tendem a surgir estratégias criativas para conquistar o voto do eleitorado nas cidades, principalmente as do interior em que os debates sobre sexualidade e identidade política costumam ser marcadamente conservadores e associados a moralidade.

> [...] Como é que um gay é eleito vereador em 2020, depois que o Bolsonaro foi eleito presidente em 2018, em uma cidade conservadora como Marau? Certamente mostrando que a política não é só esse lado perverso, de violência, de falta de empatia,

> de individualismo. [...] a gente apresentou uma alternativa, falamos com a comunidade tentando tirar o ódio do centro da discussão, discutindo política na cidade, sobre a vida no dia a dia do município (L.Z., 2024).

Consciente dos desafios estruturais, amplificados pela tentativa de interrupção do seu mandato em 2022 e pelas informações falseadas que circulavam nas redes digitais acerca do assunto, mas buscando garantir a representatividade de uma parte da população marauense no Legislativo, L.Z. conectou sua estratégia de campanha, em 2024, aos resultados do seu trabalho e a sua capacidade de articulação com diversos segmentos. A orientação sexual seguiu como um componente central de suas ações, auto afirmando a sua identidade, mas a pauta foi mais abrangente. Em uma destas ações, ele trouxe familiares para falar sobre as iniciativas, sua responsabilidade e competências e, acima de tudo, sua humanidade. Os conteúdos, publicados em redes sociais, continham histórias narradas pelo pai e pela madrasta.

Inserido em um sistema que, para tornar legítima e justificável a violência, desumaniza a diversidade, a intenção de L.Z. em explorar a sua orientação sexual dissidente à norma como uma característica positiva objetivava ressignificar uma identidade historicamente deslocada e estigmatizada. A ideia apresentada pelo parlamentar nos permite interpretar que a valoração do sujeito não residiria na reprodução ou na mera interrupção de um padrão heterossexual atribuído, secularmente, como aceitável, mas na constituição de uma outra forma de pertencimento na qual a diferença (a sua homossexualidade) não seria um critério hierárquico que classificaria os indivíduos em superiores ou inferiores.

Os vídeos, segundo L.Z., atingiram uma parcela considerável do público que o acompanhava virtualmente. Porém, o vereador reconheceu que é impossível dizer com nitidez a relevância desta produção em específico para reduzir os estereótipos e a mácula impressa nas orientações sexo-dissidentes. No seu entendimento, as eleições municipais são momentos em que os debates sobre as questões locais de cada cidade ficam mais evidentes, mesmo entre as pessoas que, costumeiramente, se dizem apolíticas ou pouco afeitas a acompanhar essas questões. Justo por isso, algumas características tendem a se tornar mais palpáveis, como um olhar mais atento da população ao que realizaram os eleitos nos pleitos anteriores.

> [...] As pessoas querem falar, mesmo que, durante os quatro anos de mandato, elas se sintam alheias ao que acontece na câmara de vereadores. Esse é um exercício que eu tento fazer, de escutar e buscar entender quais as demandas daquele momento. Nessa campanha *[de 2024]* eu andava pelas ruas e pensava: o que eu tô fazendo, uma parte dessa gente queria me matar há dois anos e agora eu tô aqui ‘oi, tudo bom, pega aqui meu material’. Sabe? Mas, a gente saiu igual, foi pra todos os bairros, tentou apresentar cada proposta, cada resultado obtido nos quatro anos que estive ali. No geral, eu não posso dizer que fui mal recebido. É claro que [...] nem tudo foi bom, tive que sair meio rápido de alguns lugares? Tive. Ouvi alguns xingamentos muito

> homofóbicos? Sim, também [...] Mas, eu tinha a noção que não importava o que eu fizesse, tinha uma parte do eleitorado que nunca ia votar em mim. Eu tinha que encontrar aqueles que votariam e outros que eu poderia me apresentar (L.Z., 2024).

Estas interações entre os problemas concretos das cidades e as pautas morais e conservadoras que avançaram durante os anos da gestão de Bolsonaro na presidência da República (Afonso-Rocha, 2023; Conectas, 2023), nas quais estão incluídas as temáticas da diversidade sexual e de gênero, irrompem no espaço público como eixos fundamentais de um debate que, na esteira do que sugere Feitosa (2017), evidencia como alguns corpos e identidades são deslegitimados nestes ambientes, enquanto outros se perpetuam como as únicas vozes capazes de representar os anseios da população.

> Entendendo esse cenário, não fica difícil de compreender a exclusão de LGBT na arena política e o estrangulamento da ambição política desse público. Primeiro porque é difícil, em um contexto de educação cerceada como o nosso, as pessoas perceberem que a sexualidade e a identidade de gênero, mais do que meras características humanas, são marcadores sociais que definem valores, lugares e desigualdades. Para a população LGBT em si, situada em culturas cis-heteronormativas, suas identidades e preferências devem ser mantidas na clandestinidade e na intimidade, já que "publicá-las" seria uma exposição vergonhosa, sujeita a violências mais intensas. Assim, politizar a sexualidade é a primeira barreira para tornar a vida mais digna, plena de vivências [...]. A cis-heternormatividade opera mesmo antes de LGBT pensarem em entrar na política tradicional, desencorajando-os/as a participarem de redes organizadas [...] (Feitosa, 2017, p. 145).

Por consequência deste contexto, candidaturas que adotam discursos progressistas e pró-LGBTQIA+ tendem a ser categorizadas como identitárias e sectárias, uma vez que, na esteira dessas narrativas monolíticas e dominantes, a defesa de direitos para os grupos sociais minoritários e marginalizados se constituiria em uma plataforma que instrumentalizaria a garantia de privilégios para estes estratos populacionais em detrimento a um trabalho que deveria promover benefícios para todos, indistintamente. Tal argumento, porém, não encontra respaldo nas declarações dos sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ ouvidos neste estudo, indo na contramão do que demonstraram E.M., L.Z. e C.F.A. em suas atuações sociais e comunitárias.

Produzindo intersecções contrárias à premissa de que candidatos/as sexo/gênero dissidentes priorizariam exclusivamente legislações e iniciativas voltadas à diversidade sexual e de gênero, C.F.A., em Caxias do Sul, articulava, desde a campanha de 2020, estratégias semelhantes às adotadas em Marau e Cruz Alta para ampliar o diálogo e a proximidade com o público. No caso da artesã e ativista caxiense, além de destacar a visibilidade das pessoas trans* como sujeitos que necessitam de direitos validados no município, suas iniciativas buscavam

ampliar sua inserção social e, assim, aumentar sua votação para, em 2024, conquistar uma cadeira efetiva no legislativo.

Embora cientes de que o bloco conservador e mais alinhado aos espectros da Direita e da Centro Direita do eleitorado dificilmente mudaria sua concepção de mundo, C.F.A. e L.Z. manifestaram-se em suas campanhas enfrentando a discriminação por meio de narrativas nas quais suas orientações sexuais e identidades de gênero não deveriam ser vistas como obstáculos ou deméritos para a realização das funções outorgadas por um mandato na câmara de vereadores. Na eleição de 2020, C.F.A ficou na suplência da vereança do PT com um total de 1.045 votos. Ter assumido a titularidade do assento, mesmo que por um curto período de tempo, a projetou localmente como uma forte candidata a adentrar como eleita em 2024.

No intervalo entre um pleito e outro, ela seguiu atuando junto às populações LGBTQIA+, através da organização não-governamental por ela administrada, reivindicando um ambulatório para atendimento médico e acompanhamento psicossocial da comunidade sexo/gênero dissidente e promovendo ações de formação e empregabilidade. Somado a isso, a mulher trans que se tornou a primeira vereadora travesti de Caxias do Sul e uma das primeiras a graduar-se em Direito na Serra Gaúcha, manteve suas atenções voltadas para a inclusão e a permanência de crianças e adolescentes em transição nas escolas da rede municipal e estadual da cidade, fortalecendo vínculos com familiares e pais destes jovens. Alvo da transfobia desde a infância e com uma trajetória de vida marcada pelo enfrentamento ao sistema de exploração e abjeção que atravessa as corporalidades trans* (Bento B., 2017), C.F.A acredita na educação, mais do que na política, como instrumento de transformação da realidade para pessoas como ela[76].

[76] Encontrei C.F.A., presencialmente, em um fim de semana agitado de campanha, em setembro. Já tínhamos conversado por *WhatsApp* e eu estava ansioso para vê-la, pois conhecia parte de sua história pelas relações construídas no movimento social. A trajetória de lutas e reivindicações dela são potentes inspirações para quem está no ativismo LGBTQIA+. Combinamos de tomar um café e depois conversarmos, porém, durante a semana, ela me disse que estaria com a agenda lotada, mas eu poderia acompanhá-la em agendas de rua, caso eu quisesse. No dia marcado, cheguei em Caxias do Sul com o clima indicando chuva, mas o que se seguiu foram horas de calor e sol intenso. Nosso ponto de encontro foi uma praça, em um bairro periférico. Dali, sairíamos em caminhada, fazendo campanha. Ao encontrá-la, pedi um adesivo da sua candidatura e material gráfico para ajudá-la. C.F.A estava acompanhada apenas do seu esposo, com quem tem uma relação de mais de uma década. Ela parecia confortável ali, mesmo diante de alguns olhares que transitavam entre a curiosidade e a ironia. Não era a primeira vez que isso acontecia - e, tampouco, seria a última. Como C.F.A. me disse durante a caminhada, um corpo trans e indígena precisa colocar-se em movimento diariamente. Conversamos e caminhamos por muitas quadras nas ruas íngremes daquela região da cidade. Apesar de estar habituado a eventos como aquele e a fazer ativismo em movimentos de base com pessoas LGBTQIA+, acompanhar C.F.A trouxe uma nova perspectiva sobre os tensionamentos que um corpo trans produz no tecido social. Todos os dias. Separar o que é a subjetividade do pesquisador daquilo que a realidade mostra factualmente, no caso específico dessa entrevistada, talvez tenha sido um dos maiores desafios desta análise. Mesmo que não seja esta a função do estudo e, tampouco, tenha qualquer tipo de compromisso com a pesquisada, espero que o texto faça justiça aquilo que C.F.A. é para todos e todas nós LGBTQIA+.

> [...] Se tem problema na escola, as mães, geralmente são elas, as mulheres, que me procuram na ONG. Elas vão desesperadas porque a escola não aceita o nome social, tem a questão dos banheiros, o preconceito da própria instituição, dos colegas, professores. Cansei de ir até a coordenadoria de educação, na secretaria municipal de educação, reivindicar o direito à educação. E quando não consigo pela conversa, eu parto pra manifestação. Vou às reuniões do conselho de educação e não saio de lá até ser ouvida. Eles não querem nossos corpos nas escolas; eles nos querem nas esquinas, objetificando o corpo, ou mortas. E é por isso que eu luto, por isso que eu estou na política. Isso daqui pra mim não é o fim, isso aqui é uma plataforma. Terminou a campanha, eleita ou não eleita, eu sigo fazendo aquilo que acredito (C.F.A., 2024).

A defesa intransigente da educação como direito básico a todas as pessoas é uma diretriz que também unifica as trajetórias de C.F.A., L.Z. e E.M. em suas construções políticas. As três lideranças afirmam que suas perspectivas de ação incluem o acesso a um ensino de qualidade, livre de preconceito e que enfrente a discriminação LGBTfóbica. Contraditoriamente, o avanço do conservadorismo e das políticas bolsonaristas de ataque à diversidade (Afonso-Rocha, 2023; Medeiros, 2019) afetam a pluralidade da educação brasileira ao sugerir que pessoas trans* e homossexuais estariam formando e transformando crianças heterossexuais em sujeitos sexo/gênero dissidentes, como alegam os defensores da falaciosa ideologia de gênero (Conectas, 2023. Lionço, 2020).

No contexto dessas candidaturas, o combate à LGBTfobia se traduz não apenas por meio dos mecanismos legais que a criminalizaram em 2019, mas também pela oportunidade de debater como a estrutura sócio-histórica brasileira transforma sexualidades e identidades sexo/gênero dissidentes em alvos de perseguição e subalternização, agravando as desigualdades entre os sujeitos ao manipulá-las como instrumentos de opressão e dominação. Nesse sentido, ao propor iniciativas político-legislativas voltadas para tornar a educação municipal mais plural e inclusiva, esses candidatos/as desafiam a naturalização do preconceito e seu enraizamento nas organizações sociais – o que influencia diretamente a forma como corpos e identidades são acolhidos em uma tessitura que, no Brasil, está profundamente vinculada a um projeto colonial e universalista de produção de subjetividades.

Apesar de não ocupar uma posição central na análise desta pesquisa, a educação é identificada pelos sujeitos do estudo como uma variável de significado pedagógico, uma vez que é pelos processos de escolarização que novas sociabilidades podem ser construídas, formatando outras perspectivas acerca das populações LGBTQIA+. Na esteira dessa reflexão, o corpo travesti e a etnia indígena de C.F.A, interseccionam dois marcadores que, no Brasil, são geradores de violências e violações aos direitos humanos, exigindo a adoção de posturas diversificadas em ambientes distintos, como ela própria argumenta ao dizer que “[...] preciso ensinar muitas coisas, o tempo todo; o uso do meu nome, os pronomes no feminino, a falarem

de nós, pessoas trans*, como sujeitos que existem na sociedade. E isso não só aqui na política, mas em praticamente todo lugar" (C.F.A., 2024).

A pedagogia de um corpo trans* em um país que, há pelo menos 15 anos, lidera o ranking de assassinatos contra essas populações (Antra, 2024) se revela na ocupação cotidiana de espaços como um ato político de resistência a uma matriz cisgênera e excludente (Bento B., 2017; Louro, 2020; Nascimento, 2023; Marinho, 2016; Pelúcio, 2012). Desde os processos coloniais que uniformizaram diferenças e subjugaram subjetividades (Núñez, 2023), práticas de gestão e normatização sexual seguem hierarquizando sujeitos e identidades e delimitando existências. É nesse contexto que o corpo trans* emerge como uma força insurgente, desafiando a cisnormatividade e reconfigurando as dinâmicas de poder.

Nas estruturas partidárias, essa insurgência assume novas configurações, desafiando normas institucionais ao introduzir demandas que desestabilizam os eixos de normalização e ampliam os limites do debate político. Como argumenta C.F.A., em linha com a análise de Facchini (2020) sobre a cidadanização e a reivindicação de direitos que contemplem as singularidades deste estrato social, os movimentos e contramovimentos das pessoas LGBTQIA+ nessa arena ocorrem de maneira horizontal, interseccional e interconectada.

> [...] Os movimentos que a gente precisa fazer são internos, no partido, com a direção, os filiados, a militância; e externos, levando as discussões para a sociedade. A nossa existência trans e travesti tem que ser reafirmada frequentemente e essa tarefa não deveria ser apenas nossa *[de pessoas trans]*. Mas, é esse caminho que fazemos. Teve uma situação, inclusive, dentro do partido que eu precisei, mais uma vez, dizer que existíamos. As lideranças falavam sempre da importância das candidaturas de mulheres, de pessoas negras, da diversidade. Mas, faltava expressar verbalmente a nossa presença, a presença LGBTQIA+, a presença trans. Pedi espaço de fala e argumentei que eles tinham que dizer que iriam apoiar as nossas candidaturas LGBTQIA+, as candidaturas trans. Tudo para nós é um ato político e não podemos aceitar que nos invisibilizem. Essas intervenções são sempre necessárias, porque elas nos posicionam, não dão o lugar que precisamos ocupar. Depois disso, agora toda vez que eles falam em diversidade, eles falam em mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas LGBTQIA+ [...] (C.F.A., 2024).

Uma das questões mais sensíveis para C.F.A. nas articulações que ela produz enquanto candidata é a salvaguarda da dignidade humana. Suas experiências pessoais são preenchidas e se conectam pelos e aos marcadores sociais que a tornam uma pessoa política vulnerável a violências e violações que as outras candidaturas LGBTQIA+ ouvidas neste estudo não enfrentam. Não se trata de sobrepor e hierarquizar as desigualdades e opressões, uma vez que uma das ferramentas de interpretação adotadas na investigação é, justamente, a interseccionalidade, mas de compreender que as vivências de uma mulher trans, de etnia

indígena e que fez oposição a um governo conservador e anti-LGBTQIA+ em uma cidade do Rio Grande do Sul, são distintas e, por vezes, mais severas.

> Eu me coloco nessa posição de ativista, de candidata, de uma pessoa que acredita e defende a igualdade porque, pra mim, a dignidade humana tem que vir acima de tudo. Não é nem só mais por mim, que agora posso dizer que me sinto mais segura, dentro daquilo que uma pessoa trans pode entender como segurança. Mas, na ONG, por exemplo, recebemos casos, todas as semanas, de agressões físicas e simbólicas, de exclusões, de adolescentes expulsos de suas casas, de pessoas trans que acabam tendo que ir para as ruas e se prostituir, porque a sociedade é cruel com elas, com a gente. Estar aqui levando uma candidatura com o meu nome, estar num partido que faz esse debate, por mais difícil que seja, é algo que eu vejo como um meio de garantir avanços para essas pessoas, para todas as pessoas. [...] Porque, assim, se a gente *[pessoas LGBTQIA+]* tem meios de se desenvolver, todas as pessoas, independente da orientação *[sexual]* ou da identidade de gênero também vão ter [...], eu penso assim e defendo isso. Os homens, cis, brancos, heterossexuais, esses tem projetos e estruturas que os defendem, sempre os defenderam e vão continuar os defendendo. Eu quero ter essa oportunidade de fazer isso pela nossa gente também, mas sem excluir ninguém [...] Dignidade humana é algo grande (C.F.A., 2024).

Na esteira dessa reflexão, C.F.A. afirma que o acesso das pessoas LGBTQIA+ aos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal para serem aplicados sem distinções aos brasileiros, como saúde, educação, segurança e habitação, não está garantido no país. Essa realidade exige o fortalecimento e a ampliação das alianças entre os movimentos sociais e as instituições político-partidárias, com vistas a uma atuação institucional - ainda que, argumente ela, seja preciso reiterar, no interior destas estruturas, a existência da diversidade como um elemento ativo nas disputas que ocorrem nas agremiações. Justo por isso, o fio condutor de suas ações é a luta pela dignidade humana enquanto dispositivo gerador de formas de mobilização e de atuação social para gerar resultados efetivos para estes grupos.

> [...] Quando eu parei a plenária de discussão do PME [Plano Municipal de Educação, que discutiu, em todas as cidades brasileiras, a inclusão das temáticas de gênero e diversidade nos currículos escolares] batendo nas cadeiras até que eles [vereadores e conselheiros de educação que conduziam a sessão] escutassem, foi para garantir que a nossa dignidade fosse levada em consideração. [...] Fiz isso e faria de novo, porque vocês[77] não fazem ideia de quantas mães eu recebo na ONG com relatos de exclusão e evasão escolar. A gente sai da escola não porque não quer estudar, mas porque nos falta condições de permanecer. Como vamos ter dignidade num ambiente que não nos respeita? (C.F.A., 2024)[78]

[77] C.F.A. relembra que essa manifestação ocorreu em 2015, quando todos os municípios brasileiros discutiam seus planos municipais de educação.

[78] Começamos a conversar em uma praça, antes de iniciar a atividade oficial que ela iria acompanhar e na qual distribuiria seu material de campanha. Além do meu companheiro, Renan, que viajou comigo para me dar suporte enquanto eu produzia os dados em Caxias do Sul, o diálogo e as falas cadenciadas, mas fortes, de C.F.A começaram a gerar curiosidade nas pessoas que estavam à nossa volta. Em poucos minutos, quase uma dezena de pessoas pararam para ouvi-la compartilhar seus relatos e experiências na defesa dos interesses das pessoas LGBTQIA+. Outras candidaturas aliadas e próximas a C.F.A. também a escutaram e a reconheceram como uma das principais vozes contrárias ao conservadorismo. Se trata disso também a pedagogia de um corpo trans*, apresentada no corpo

Nas ruas de Caxias do Sul, assim como relatado por E.M. em Cruz Alta e por L.Z. em Marau, as adversidades de se fazer uma campanha eleitoral centrada em um tema controverso e ainda permeado por estigmas e preconceitos — como o de assegurar direitos sociais e civis a um estrato historicamente marginalizado da sociedade, a exemplo das populações LGBTQIA+ — foram se moldando de formas distintas, influenciadas por contextos socioestruturais variados. As três lideranças enfatizam que, em suas trajetórias, nunca houve um momento em que esta temática tenha sido trabalhada sem resistências e enfrentamentos públicos. No entanto, o desmantelamento de políticas de promoção e proteção da diversidade, somado ao avanço das ofensivas anti-gênero e anti-LGBTQIA+, conduzidas no governo Bolsonaro, aprofundaram os desafios, abafando ainda mais a agenda.

> Fácil nunca foi [...], mas tiveram momentos em que nós conseguimos dialogar melhor sobre essa nossa pauta, principalmente com a sociedade. Na estrutura pública do governo, sempre foi complicado [...] Na pandemia, a campanha foi difícil, a gente tinha que usar máscara, as pessoas tinham ainda mais medo, havia aquele pânico da doença e também o pânico sobre a gente *[C.F.A. faz referência a mobilização de discursos de ódio que posicionaram as pessoas LGBTQIA+, sobretudo os corpos e identidades trans*, como responsáveis por um ataque moral à nação, tornando-os mais vulneráveis à violência]*. O Bolsonaro foi um período terrível, de terror mesmo, porque as pessoas sentiam-se confortáveis para nos agredir, xingar. E a gente ali, enfrentando isso, buscando apoio para manter a ONG, fazendo uma campanha com poucos recursos, quase sem ajuda [...] Mesmo no partido eram poucas as pessoas que acreditavam na gente. [...] E ainda assim, fiquei na suplência. Foi importante [...] o enfrentamento é importante, porque quando eu me coloco é também pelas pessoas que ainda não conseguem fazer isso sozinhas. Tem muita gente que precisa da nossa luta para que elas possam existir (C.F.A., 2024).

Para C.F.A., os quatro anos entre sua primeira candidatura e as Eleições de 2024 lhe permitiram adquirir experiência e novos repertórios políticos e partidários para transitar institucionalmente, além de lhe potencializar as iniciativas de mobilização em torno do seu nome como uma liderança representativa da comunidade sexo/gênero dissidente em Caxias do Sul. Ainda que outros/as candidatos/as LGB+ tenham se apresentado para o pleito municipal autoafirmando suas orientações sexuais - o que C.F.A avaliou de forma positiva - o acúmulo de suas interlocuções a tornaram uma referência para outras pessoas, muitas delas transexuais e travestis que se somaram a sua campanha, participando das bancas de distribuição de materiais e em eventos nos quais ela participava. “Eu trago comigo [...] essas pessoas, porque nós nunca andamos sós, a visibilidade é importante, nós existimos e eu quero que isso fique evidente, somos muitas [...] A questão é que somos, geralmente, apagadas da história” (C.F.A., 2024).

---

desta dissertação. A atuação social dela revela, de forma incontornável, um caráter político, que atravessa não apenas as estruturas internas de um partido, mas toda a sociedade.

O apagamento a que se refere a liderança política advém de uma série de aspectos sócio-históricos e estruturais, amplamente discutidos nos capítulos anteriores, e que vão resultar tanto nos cenários de invisibilidade destes corpos e identidades quanto nos altos índices de violência e assassinatos cometidos contra estes sujeitos (Antra, 2024). Importa reiterar, no entanto, que o enredo que cerca essas exclusões se materializam e se manifestam, cotidianamente, nas barreiras que afetam a mobilidade e o trânsito de pessoas como C.F.A. por entre os diferentes espaços que dão contorno a essa sociedade.

No caso específico dessa mulher trans* e indígena que faz de sua identidade e ancestralidade suas bandeiras políticas, os entraves se acentuam à medida em que o seu corpo tensiona adentrar as esferas de representatividade e exercício do poder político. Barros (2023), Cardoso (2022), Feitosa (2017) e Santos (2016), inclusive, argumentam que as disputas eleitorais no Brasil, que já tendem a ser bastante complexas para determinados grupos, como é o caso das mulheres, pessoas negras e indígenas, culturalmente alijados dessa arena, tornam-se ainda mais excludentes quando observadas a partir da perspectiva das dissidências sexuais e de gênero, fazendo com que essa "corrida eleitoral [seja] desigual desde a origem" (Feitosa, 2017, p. 128).

Cardoso (2022), neste sentido, amplia a análise de Feitosa (2017) ao destacar que as candidaturas LGBTQIA+ se defrontam com as barreiras de um sistema político e eleitoral historicamente estruturado por e para homens, cisgêneros, brancos, heterossexuais e não jovens. Esse cenário também contribui para alimentar o descrédito e a desmotivação do eleitorado diante da baixa capilaridade e representatividade de formas dissidentes de atuação política nesses espaços. Para a pesquisadora, a relação entre o número de candidaturas dissidentes e o de pessoas LGBTQIA+ efetivamente eleitas revela uma dinâmica arbitrária e desproporcional que reflete o modo como o sistema, a cada ciclo político, reafirma os privilégios de quem já está enraizado no centro dessa estrutura de poder.

O fato de o TSE ter incluído a possibilidade da autodeclaração de orientação sexual e identidade de gênero no pleito de 2024, seguindo a mesma linha de raciocínio, é uma mudança importante para assegurar transparência e visibilidade a estas populações. Contudo, quando nos debruçamos sobre as questões materiais que envolvem uma campanha eleitoral, como a distribuição de recursos financeiros, por exemplo, nenhuma medida foi apresentada visando expandir a representatividade deste grupo minoritário e, desta maneira, buscar caminhos que possam reverter os mais de 500 anos de invisibilidade e violações a que estes sujeitos estão submetidos no país.

> O apagamento das pessoas LGBT+, a negligência com seus direitos e necessidades, foi o que desde sempre motivou pessoas LGBT+ a reivindicarem maiores espaços na sociedade. Podemos entender que a luta LGBT+ sempre existiu, se pensarmos que cada vida que ousou viver sua realidade desafiando os padrões da sociedade foi uma forma de luta política. [...] Foi apenas após a redemocratização (1984) que começamos a ter mudanças mais visíveis no cenário *[institucional de disputas por candidaturas não hegemônicas]*, ingressando aos poucos mulheres, pessoas negras, indígenas, a classe trabalhadora e também pessoas LGBT+. [...] A pressão popular aliada às articulações estratégicas fazem com que toda a conjuntura política se sinta pressionada a enxergar as demandas da nossa população (Cardoso, 2022, p. 11).

Se a ocupação dessas esferas político-partidárias e eleitorais vem ocorrendo de forma lenta e gradativa na história recente do país, como posicionam Barros (2023) e Cardoso (2022), a urgência em combater o preconceito e a marginalização destas identidades, propondo iniciativas efetivas para atenuar as desigualdades sociais e suas derivadas, está na ordem prioritária da agenda das candidaturas que autodeclaram suas orientações sexuais e identidades de gênero. Como argumenta C.F.A., não é possível que as pessoas marginalizadas e postas em situação de vulnerabilidades em decorrência de suas sexualidades desviantes, continuem sendo deslocadas para as periferias desse sistema, enquanto as esferas decisórias seguem sendo loteadas entre os mesmos sujeitos que, há séculos, sustentam esse regime normativo de morte e violência.

> [...] Nós temos que reivindicar, gritar, brigar pelo que é nosso de direito. Para que tenhamos direitos, inclusive. Moradia, educação, saúde, segurança alimentar, nada disso deveria ser um privilégio, mas acaba sendo, principalmente se você for uma pessoa LGBTQIA+. E essas exclusões são maiores ainda quando olhamos para a realidade das pessoas trans. Em todos os espaços, aqueles que têm poder se protegem e atuam em conjunto para manterem esse poder entre eles, nós que ficamos de fora. E nesse estar de fora, nossas vidas é que estão em risco. Por isso, acredito na política e nos partidos como esses instrumentos que podem nos ajudar a melhorar, institucionalmente, o acesso aos direitos. Mas, ao mesmo tempo, não podemos nos enganar em relação a esses espaços, eles não são nossos; nós entramos porque forçamos nosso ingresso. [...] Na frente, eles *[as lideranças partidárias]* são amistosos, alguns se esforçam para serem receptivos, mas basta virarmos as costas para que eles ajam pensando neles próprios [...] A política não é a minha profissão e, mesmo se eleita, ela não será. Eu estarei vereadora a serviço da população que me elegeu[79], mas eu não vou ceder a profissionalização da política, tenho isso bem claro (C.F.A., 2024).

Em um país que assassina pessoas trans* e travestis com requintes de crueldade, que torna abjetos seus corpos e identidades, as exclui das esferas de representatividade, as empurra para trabalhos precarizados e para a prostituição, as obriga a evadir da escola antes de completarem o ensino fundamental e as desumaniza como uma estratégia para justificar a

[79] Quando disse estas palavras, C.F.A. estava em campanha há cerca de duas semanas. O tempo verbal da frase foi mantido em razão do conteúdo.

imposição da violência, C.F.A. conta com orgulho da sua trajetória no ensino superior, com a graduação em Direito, e em como o artesanato salvou a sua vida, garantindo a ela uma profissão. Estar na política-partidária, colocar-se candidata assumindo e autoafirmando uma identidade de gênero transgênero, denominar a si mesma de travesti e carregar consigo outras tantas pessoas dissidentes à norma, transforma o seu ato individual em um movimento politicamente coletivo e que, por essência, confronta toda a formatação desses padrões dominantes e supremacistas.

O confronto às estruturas hegemônicas que forjam opressões sistemáticas e os conflitos nos ambientes institucionais provocados por estes sujeitos autodeclarados LGBTQIA+ ao produzirem suas candidaturas à vereança, aliás, tensionam e fomentam novas perspectivas de ruptura com o ideário da colonialidade que atualiza e re-identifica a sociedade contemporânea com as categorias alegóricas que a modernidade/colonialidade implantou no Brasil. Mesmo que os resultados das urnas, em 2024, mais uma vez, não tenham permitido a C.F.A. obter a titularidade de um mandato no legislativo de Caxias do Sul, seus 1.681 votos (636 a mais do que em 2020, totalizando um crescimento de 60%) demonstram a capacidade de articulação e a relevância da sua participação pública para uma parcela do eleitorado caxiense.

Também em Marau, o resultado do pleito não assegurou a reeleição de L. Z[80]. Depois de arquivado, em 2023, o processo ético-disciplinar instaurado contra o seu mandato, superadas as perseguições políticas e o cerceamento de seus espaços de representação e atuação e diminuídas as constantes ameaças de agressão e de morte a ele dirigidas, o vereador viu sua votação reduzir dos 910 votos conquistados em 2020, para 493 em 2024 (417 a menos, uma redução de cerca de 45%). O político, que levantou a bandeira e as pautas LGBTQIA+ de forma inédita naquele município, terminou os quatro anos de mandato com o título de vereador que mais apresentou e aprovou projetos de lei para a cidade, mas apenas com a primeira suplência de seu partido na câmara.

Tais indicadores demonstram como, na prática das campanhas e do contexto eleitoral, os corpos e as identidades sexo/gênero dissidentes estão atravessadas e são permeadas por uma série de questões que se interseccionam na produção destes resultados. Tanto em Marau quanto em Caxias do Sul, são múltiplos os fatores que levaram a não obtenção dos assentos e da titularidade dos mandatos de L.Z. e de C.F.A., respectivamente. Ambas as candidaturas avaliam suas participações como ferramentas importantes para ressignificar o espaço das dissidências

[80] Ainda em dezembro de 2024, após a formação da nominata de secretários municipais que atuariam na composição do Executivo Municipal, L.Z. assumiu uma das cadeiras do PSB tendo em vista que o vereador titular aceitou coordenar uma das pastas na Prefeitura.

neste ambiente político-partidário e eleitoral. As performances eleitorais, argumentam eles, costumam estar conectadas não apenas a maneira como são construídas e executadas suas estratégias de campanha, mas a fatores macroestruturais que penetram na agenda pública das cidades, incorporando, em maior ou menor grau, os discursos que circundam o tecido social brasileiro.

As ofensivas anti-gênero e anti-LGBTQIA+ que se fortaleceram nos quatro anos de um governo conservador, autoritário, patriarcalista e que mobilizou um arcabouço moral e de vigilância contra a diversidade sexual, como foi o de Bolsonaro (Afonso-Rocha, 2023), não cessaram após a vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em 2022. A reabertura do debate público, interditado até então, trouxe novas possibilidades de se articular institucionalmente a retomada de ações de enfrentamento ao preconceito e as violações de direitos humanos destas populações. Porém, o tecido social seguiu acirrado e esfacelado pelos ataques às formas dissidentes de sexualidade, sobretudo nas cidades localizadas em regiões fora das capitais dos estados brasileiros, a exemplo daquelas em que residem os entrevistados deste estudo qualitativo.

Fora da disputa eleitoral em 2024 por divergências partidárias internas - o que sugere corroborar como a LGBTfobia é também um mecanismo de gestão e regulação sobre os corpos que podem ou não acessar determinadas esferas, além de sinalizar para a sustentação desta política de violência e ataque as sexo/gênero dissidências - E.M., na cidade de Cruz Alta, seguiu contribuindo com o desenvolvimento de propostas para o fortalecimento da diversidade e de inclusão para os cruz-altenses, mesmo que tenha sido através do apoio e do trabalho realizado em uma candidatura de um homem, cisgênero, negro e heterossexual. Sua experiência como o primeiro vereador autodeclarado gay em uma cidade com menos de 100 mil habitantes do Rio Grande do Sul, em 2012, o notabilizou como uma liderança capaz de produzir avanços para que outras pessoas LGBTQIA+ também passassem a considerar a política como uma frente necessária de atuação.

Interseccionalizadas, as vivências de E.M., L.Z. e C.F.A. na arena político-partidária e eleitoral podem ser compreendidas como fissuras em uma estrutura rígida, normativa, colonial, gendrada e sob a qual o controle hegemônico é estabelecido e, posteriormente, exercido, por um modelo de sujeito que responde aos critérios hierárquicos que, a partir da colonização, passam a operar originando relações assimétricas de poder e dominação. Sobretudo, tais sujeitos, ao tornarem suas orientações sexuais e identidades de gênero elementos políticos, irrompem um sistema excludente e tornam possível que outras pessoas LGBTQIA+ tenham

disposição para se envolver no ambiente da institucionalidade, como veremos na seção seguinte.

4.6 NOVOS ATORES, NOVAS PERSPECTIVAS: EM 2024, O ARMÁRIO NÃO NOS PROTEGE

M.L.K.K. (28 anos) e T.M. (21 anos) ilustram como os espaços abertos e trabalhados nas eleições anteriores por outros sujeitos autodeclarados LGBTQIA+, podem dilatar as esferas da política institucional, acentuando a inclusão da temática da sexualidade no debate público das cidades brasileiras - independentemente do tamanho da sua população e de sua organização administrativa. Oriundos do movimento estudantil, eles se conheceram construindo lutas em defesa do protagonismo da juventude nas tomadas de decisões que afetam tanto as agremiações partidárias quanto a sociedade de forma geral. Nos encontros de militância e nos protestos em que reivindicavam mais recursos para a educação pública, investimentos para a cultura e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), atenderam ao chamado para transformar a revolta em uma ação estruturada e ancorada em candidaturas que levassem essas pautas para seus municípios.

Em 2024, orientações sexuais e identidades de gênero não normativas, apesar de terem se tornado mais presentes no cotidiano e na agenda brasileira, continuavam submetidas ao julgamento público, moral e político. Essa maior visibilidade, portanto, não reduziu o grau de violência e exclusão enfrentado pelas populações LGBTQIA+. Pelo contrário, os efeitos de uma perseguição às dissidências e da sistematização de um pânico conservador mantiveram o Brasil como um dos países mais hostis a essas pessoas, restringindo seus acessos a direitos sociais e civis e reforçando tentativas frequentes de subalternização e deslegitimação (Afonso-Rocha, 2023; Bento B., 2017; Conectas, 2023; Medeiros, 2019; Santos, 2016).

Essas práticas se alimentam de estereótipos e estigmas que atravessaram mais de cinco séculos de colonização, colonialismo e colonialidade (Fernandes, 2017; 2019). Nesse contexto, a ruptura das relações de civilidade – constituídas, segundo Afonso-Rocha (2023), Peixoto (2018) e Silva (2019), sobre bases universalistas e eurocêntricas que carregam categorias hierárquicas e classificatórias – agravou as opressões. Assim, mesmo quando essas violências deixam de ser percebidas como extraordinárias, sua naturalização no cotidiano reafirma os mecanismos de marginalização e subjugação, amplamente mobilizados na gestão de Bolsonaro, conforme salienta Medeiros (2019, p. 289) ao argumentar que o então presidente da República (2018-2022) “incorpora um tipo de conservadorismo encontrado em várias fatias da população

brasileira, que visa à manutenção de privilégios de gênero, sexualidade, raça e classe aos já privilegiados e à revogação de direitos conquistados por minorias sociais".

A disputa entre essas concepções e interpretações de mundo também atravessou os momentos sócio-históricos em que os sujeitos autodeclararam suas sexualidades dissidentes e as politizaram. Diferentemente do cenário experimentado por E.M., L.Z. e por C.F.A. entre os anos de 2010 e 2020, quando se afirmam como lideranças LGBTQIA+ em suas cidades, M.L.K.K. e T.M. adentram nas esferas partidárias estimulados a construírem suas narrativas já com essa dimensão tornada uma característica fundamental nas suas plataformas de atuação. A política de ambos os jovens nasce em paralelo às suas afirmações como homem gay e mulher bissexual, respectivamente. "[...] A questão, pra mim, foi mais no âmbito da família mesmo do que na política. Nos espaços de militância sempre foi aberto o fato de eu ser gay, então não era algo que eu escondia ou precisava explicar. Era e pronto. Sempre fiz política assim", afirma M.L.K.K (2024).

Natural de Chapecó, Santa Catarina, M.L.K.K. se mudou para o Rio Grande do Sul ainda na adolescência para fazer a graduação em Relações Públicas, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Filho de pais que já tinham uma trajetória no movimento sindical, ele passou a se mobilizar politicamente com mais interesse a partir do momento em que viu a universidade pública ser sucateada na gestão bolsonarista. Os constantes ataques à educação, além da precarização da vida do trabalhador, lhe mostraram que um dos caminhos para frear os retrocessos era se somar a movimentos e a partidos organizados que defendiam as bandeiras em que ele acreditava. Foi assim que ele ingressou no Partido dos Trabalhadores (PT).

Nestes movimentos de base, o ainda estudante conheceu outras lideranças e presenciou a dimensão da sexualidade ser posta como tema de diversas discussões internas. As articulações e as funções dentro desta arena também o levaram a ocupar cargos de comissão em mandatos legislativos - o que terminou o posicionando como uma figura capaz de defender um projeto de gestão popular em Palmeira das Missões, município para o qual ele se mudou com a família depois de ter passado um período também em Porto Alegre.

Por isso, M.L.K.K. avalia que as estruturas partidárias precisam estar conectadas com as demandas da sociedade, mantendo suas linhas ideológicas, mas dispostas a se atualizar e, assim, incorporar temas insurgentes, como é o enfrentamento à discriminação sexual e de gênero. Sob esta perspectiva, as manifestações do jovem atravessam as áreas temáticas 1 e 4 (identidade de gênero e orientação sexual como elementos políticos e ser LGBTQIA+, respectivamente) mobilizadas para interpretá-las à luz dos objetivos deste estudo.

São estas dinâmicas internas, presentes em algumas legendas, que viabilizaram tanto a candidatura de M.L.K.K. quanto a de T.M., em Novo Xingu. Aos 21 anos, acadêmica do curso de Enfermagem, na UFSM *campus* Palmeira das Missões, filha de agricultores familiares que fundaram o PT naquele município, a jovem cresceu em manifestações organizadas por sindicatos de trabalhadores rurais e entidades ligadas ao setor agrícola. Piquetes, caminhadas, manifestações em frente a instituições financeiras, trancamentos de rodovias: a organização popular fez parte da infância e da adolescência de T.M.

Assim como relatado por M.L.K.K., a militante estudantil passou a compreender de que forma os processos de exclusão social de parcelas significativas da sociedade estavam atrelados ao exercício do poder por um grupo restrito e hegemônico de sujeitos. Acompanhando as conversas em casa e nos sindicatos, frequentando protestos públicos junto com a família e observando como as políticas públicas poderiam ser transformadoras, quando aplicadas, T.M. adquiriu consciência de que havia uma ausência significativa de diversidade nas esferas decisórias, inclusive nas entidades às quais ela se vinculava.

> [...] Todos os ambientes da política são masculinos, heterossexuais e, aqui na nossa região, brancos. Eu comecei a ver isso quando o movimento estudantil me apresentou a realidades diferentes da que eu estava acostumada. Meus pais, meu pai, principalmente, sempre fez questão de conversar sobre política comigo. Ele me falava que a gente tinha que ocupar espaços para defender os interesses dos agricultores familiares. A gente sofria muito com a falta de um plano de financiamento econômico, por exemplo, ou de meios que garantissem as safras quando tinha estiagem. [...] A minha mãe participava, às vezes, mas geralmente ficava em casa. E agora eu entendo melhor o porquê isso acontecia: às mulheres sempre cabe o espaço privado, o lar, o cuidado com a casa e com a família. Ela dizia que não gostava muito de ir em protesto, mas hoje eu me pergunto se era uma escolha mesmo [...]. De toda forma, consciência política foi algo que aprendi em casa e sou grata por isso, porque quando passei a militar no movimento estudantil, eu sabia da nossa tarefa histórica, dos enfrentamentos que tínhamos que fazer, as coisas que precisávamos tentar assegurar. A política é isso, um partido serve a esse fim, no meu entendimento (T.M., 2024).

Ao aceitarem a tarefa de candidatar-se aos cargos de vereança em suas respectivas cidades nas Eleições de 2024, as duas jovens lideranças apostaram no protagonismo e na capacidade de mobilização que suas trajetórias, embora recentes, haviam gerado em seus municípios. Habituados a fazerem movimentos de naturalização de suas orientações sexuais, os dois autodeclararam suas homossexualidades à VoteLGBT, a organização não-governamental que, desde 2014, vem produzindo levantamentos e indicadores sobre a participação das populações LGBTQIA+ em processos eleitorais no país. No site da entidade, candidaturas sexo/gênero dissidentes distribuídas nacionalmente apresentavam-se com um pequeno resumo de identificação. “Fizemos o cadastro juntos, porque construímos nossas campanhas em

paralelo, um apoiando o outro. Eu e o M.L.K.K. nos conhecemos em Palmeira, no movimento estudantil, e não nos largamos mais", revela T.M (2024).

Foi por meio desse diagnóstico independente e extraoficial da VoteLGBT que esta pesquisa localizou os jovens militantes das regiões Noroeste/Missões do Rio Grande do Sul. As autodeclarações de um homem gay e de uma mulher bissexual em cidades com baixas densidades demográficas e populacionais mostram um cenário relevante para se visualizar em que medida tais identidades passaram a também serem operacionalizadas como ativos políticos em áreas distantes dos centros urbanos mais populosos. Em Novo Xingu, por exemplo, a orientação bissexual de T.M., na sua perspectiva, é um marcador menos discriminatório do que o fato de ser mulher, por mais contraditório que isso pareça até para ela própria, conforme destacado:

> Se tu me perguntar por qual identidade eu sinto uma maior perseguição aqui *[em Novo Xingu]*, vou te dizer que é por ser mulher. [...] A política-partidária é totalmente masculina. São os homens que estão nos espaços de gestão partidária, são eles que concentram o poder e decidem até quem se candidata e quem não [...] Eu mesmo tenho certeza que a minha candidatura aconteceu porque tinha apoio do Estadual e da juventude *[dos diretórios]*, porque se fosse contar com as formulações locais, talvez eu não teria me lançado agora. E isso é muito ruim, porque as mulheres acabam sendo procuradas apenas para preencher as cotas. Eu sempre disse que quando me candidatasse seria para apresentar projetos alternativos para o desenvolvimento da cidade e não só porque o partido precisa fazer o equilíbrio previsto na lei. [...] Sim, muito provavelmente o fato de eu ser bissexual em uma cidade que muitas pessoas, talvez, nem saibam exatamente o que isso representa, me traz alguns problemas e gera comentários negativos, mas a discriminação que eu mais sinto é por ser mulher. [...] (T.M., 2024).

Na realidade objetiva de T.M., a intersecção entre dois marcadores sociais da diferença faz com que um deles assuma uma maior relevância na segmentação e na discriminação identificada por ela. A bissexualidade, acredita a liderança, está entre as orientações sexuais que também foram invisibilizadas dentro dos próprios movimentos LGBTQIA+, ocasionando não apenas um desconhecimento sobre o tema, mas também um apagamento social dessas existências. "[...] Eu vejo que ser mulher me coloca em espaços de subalternidade em que ser ou não bissexual não é tão significativo. A campanha contra mim aqui *[em Novo Xingu]* invalida minhas competências justamente porque eu não sou homem, mas não pela minha orientação" (T.M., 2024), aponta.

Apesar disso, a jovem que se candidatou a vereadora em Novo Xingu buscando constituir propostas que fomentassem avanços nas áreas da educação, da cultura, do esporte e do lazer, além de criar alternativas locais que qualificassem a rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, não descarta a latente LGBTfobia que circunda o panorama municipal da

política institucional e da própria cidade. Sob este aspecto, T.M. observa que o preconceito a diversidade sexual está enraizado nos comportamentos machistas e patriarcais que organizam a sociedade xinguense desde a sua fundação.

> [...] os papéis de gênero aqui são muito bem delimitados. Nas escolas ainda têm a fila dos meninos e das meninas, as brincadeiras também tem gênero, então, vai se criando isso desde a infância. [...] Os homens são ensinados que eles precisam se relacionar com uma mulher, e vice-versa. Outras possibilidades não são cogitadas, não tem visibilidade. [...] Isso não quer dizer que não existam pessoas LGBTQIA+ aqui, mas elas são invisíveis, muito mais do que em outras cidades. Então, essa forma de organizar a vida ocorre também na política e nos partidos, é tradicional. Quando eu assumo a minha bissexualidade, eu provoco uma confusão neles *[na sociedade em geral]*, porque eles não entendem direito o que significa. Eu gosto de mulher? Gosto de homem? Gosto dos dois? É complicado pra essa realidade que a gente tá. Então, eu acredito que é mais fácil ser atacada por ser mulher, porque nisso eles conseguem identificar e apontar onde estariam as minhas fragilidades. Foi assim com todas as candidatas mulheres, mesmo com a que foi eleita vereadora. Ela teve que enfrentar muito preconceito, até dentro do PT [...] E ela me chamou pra conversar, disse que tem orgulho do que eu estou fazendo, que a cidade precisa de renovação [...] (T.M., 2024).

Outra singularidade presente nas declarações e análises de T.M. em relação ao cenário político-partidário e eleitoral que ela enfrenta por ser uma mulher bissexual pleiteando um cargo eletivo em Novo Xingu, diz respeito exatamente a composição e a formação do município. Em que pese este dado careça de uma interpretação com maior grau de aprofundamento, o que não será factível nesta investigação dadas as limitações de pesquisa, cabe mencioná-lo para que um estudo posterior possa vir a ser realizado acerca do recorte. Na argumentação da líder estudantil, transparece a suposição de que a colonização alemã do território e os processos que levaram ao processo de ocupação e povoamento da região, produziram um ordenamento e uma gramática social que segrega e inferioriza outras etnias e sujeitos alijados deste que seria o grupo ancestral responsável pela fundação da cidade.

Criado por lei apenas em 1996 e tendo a primeira eleição municipal ocorrida no ano 2000, Novo Xingu surge na historiografia brasileira no final do século XIX, em 1897, como uma colônia adquirida pelo antropólogo alemão Hermann Meyer que, em conjunto com outros pesquisadores da Universidade de Berlim e de outras instituições europeias, tinha interesse em estudos científicos sobre as populações nativas e os territórios do Brasil. Em uma destas incursões pelas regiões centrais do país, principalmente ao Mato Grosso e a região amazônica do Xingu, Meyer intenta ampliar suas investigações para as áreas mais ao sul, buscando compor cenários paralelos para seus estudos. Para isso, o antropólogo europeu nomeia como seu procurador o guia, naturalizado brasileiro, mas descendente de alemães, Carlos Dhein, que adquire os lotes de terra no noroeste do Rio Grande do Sul. Ali, organiza-se uma comunidade

em forma de colônia, gerida por Dhein sob as prerrogativas de Meyer, que recebe o nome de Colônia Xingu, em homenagem à expedição inicial do cientista europeu em solo brasileiro (PMNX, 2024).

Diante desta narrativa sócio-histórica e do referencial teórico mobilizado nos capítulos anteriores desta dissertação, se pode comprovar como os processos coloniais, o colonialismo e a colonialidade inserem, preservam e sustentam a estrutura política das sociedades nas regiões e áreas colonizadas. Por meio da diferença colonial e da produção ininterrupta de marcadores de classificação que hierarquizam as populações, se tem um quadro em que a diversidade e as dissidências a uma matriz hegemônica e dominante são descaracterizadas e inferiorizadas. No caso específico de Novo Xingu e sua interação com o relato de T.M., observamos uma categorização que interdita, mesmo na contemporaneidade, a existência de corpos e identidades que não estejam alinhadas a um determinado padrão de conduta e de pertencimento.

> [...] Talvez, seja só uma questão de percepção, mas a divisão na cidade é nítida entre as etnias alemã e italiana. Não chega a ser uma inimizade declarada, mas há conflitos, até quando a gente vai fazer política [...] Meu pai falava isso, que tinha um lado da cidade que era mais difícil conscientizar, porque eles se achavam ricos, achavam que por descender do fundador da cidade, eles tinham mais direitos ou não precisavam tanto assim de políticas públicas [...] Claro, teria que investigar melhor isso, mas eu, por exemplo, sou da cultura italiana e a gente tende a ser culturalmente mais aberto, mais flexível, menos rígido. Não tão liberais, é verdade *[risos]*, mas a gente consegue lidar melhor com a diversidade. Até geograficamente a cidade é separada, tem uma região dos alemães e outra dos italianos. Isso deve ter algum impacto político, com certeza (T.M., 2024).

Um dos impactos desse divisionismo colonial que T.M. consegue exemplificar diz respeito a declaração de voto que ela recebeu de um amigo. De acordo com ela, na fala desta pessoa a descendência italiana seria um impeditivo para que sua candidatura recebesse apoio vindo de pessoas descendentes da etnia alemã.

> [...] Sim, aconteceu isso. Eu também fiquei surpresa, não esperava, mas ele *[esse amigo da candidata]* disse que votaria em mim, mas que não faria uma campanha aberta, porque o fato de eu ter descendência italiana poderia me prejudicar, além do fato de eu ser mulher e bissexual. Quer dizer, um combo, né? Não deixa de ser impressionante que a gente tenha pessoas de 20, 30 anos com uma mentalidade tão retrógrada e conservadora, que ainda se apegam a um elemento histórico e colonial. Parece que ainda somos colônia. Por isso que eu não acredito tanto que teremos uma mudança de pensamento a partir da transição geracional. Quer dizer, os jovens estão permanecendo aqui no interior e sendo bombardeados por uma educação que não é plural, não é diversa e que tem sido sustentada por esses pensamentos que separa a cidade em etnias. Então, como as próximas gerações serão diferentes? É um pouco triste isso, porque eu queria muito poder mostrar que a política transforma, que podemos ter um município desenvolvido não só na economia, mas também na cultura, que reduza o machismo, o racismo, a LGBTfobia, esse acumulado de preconceitos que vão se cruzando [...] Cenário complexo, né? (T.M., 2024).

Nessas complexidades de Novo Xingu, o eleitorado - composto por um total de 1.612 pessoas aptas a votar em 2024, conforme dados abertos do TSE - e as coordenações partidárias se fundem em uma concepção similar acerca de quais corpos, identidades e sujeitos podem exercer a função de representatividade social e popular. Produzindo sínteses sobre as perspectivas de cidade desenhadas pela candidatura de consenso construída pelas legendas para administrar o município a partir de 2025, T.M. se sentiu isolada e prejudicada pelos movimentos internos do partido que, há algumas décadas, seus pais ajudaram a fundar. Exclusões, atrasos no repasse de financiamentos públicos, comentários negativos acerca de suas identidades (mulher e bissexual), além de outros elementos que, em sua opinião, tiveram impacto na baixa votação recebida por ela em sua primeira candidatura a vereadora.

Ao avaliar o resultado - T.M. obteve um total de 53 votos -, a candidata não aponta um único elemento que possa justificá-lo. O resultado, sob sua interpretação, é reflexo de um ecossistema de invisibilidades e apagamentos que acentuam o deslocamento de alguns sujeitos no interior dos ambientes partidários e eleitorais. Comenta ela:

> [...] Nem de perto é o resultado que eu esperava. [...] Meu pai ficou desolado, ele fundou o PT anos atrás, sempre trabalhou muito para eleger pessoas sérias e, quando eu me candidatei, ele apoiou cada etapa do processo. O partido foi lá e, na mesma comunidade que eu moro, colocou outro candidato. Foi complicado, e foi só uma das questões discutíveis. Eu fiquei chateada, óbvio, mas o meu sentimento é de revolta, de raiva, de querer fazer algo. Meu pai não quer que eu me envolva mais na política de Novo Xingu [...], ele diz que tenho projeto e posso ter sucesso em uma cidade que não seja fechada como é a nossa, mas eu ainda não sei. Por enquanto, eu tenho a tarefa de construir mais lideranças jovens e de seguir militando [...] porque as eleições são uma parte da vida democrática, a gente tem que estar na ativa sempre, pautando o que a gente acredita. No fim, estou feliz com que eu apresentei, porque meus projetos e minhas propostas não eram vazias, elas tinham sentido no enfrentamento à violência, na promoção da saúde, da cultura, de uma educação menos fechada [...] Isso também deve ter incomodado, porque como eu disse os partidos ali *[em Novo Xingu]* procuram as mulheres para preencher cotas e eu nunca colocaria meu nome para isso. Eu milito a muito tempo pra me colocar nessa posição, então eles sabiam que se eu entrasse no Legislativo teríamos muitas mudanças. É um processo (T.M., 2024).

Solidário à revolta de T.M., M.L.K.K., no entanto, argumenta que o papel social desempenhado pela candidatura de sua companheira de militância política e partidária expõe as contradições do próprio sistema que o engendra. Na percepção dele, que também enfrentou dilemas organizacionais e sentiu o peso de um ambiente cisheteronormativo sobre sua campanha, o tensionamento provocado por uma mulher, jovem, bissexual, mais à esquerda do que o partido pelo qual ela disputou o pleito opera em Novo Xingu, irrompe o estatuto da normalidade e da centralidade que as outras pessoas candidatas adotaram em seus projetos. Mesmo sem obter êxito eleitoral, as proposições e a inserção da diversidade na agenda da cidade

de T.M. terão reflexos na esfera intra e extrapartidária à medida em que, como observa Cardoso (2022), essas provocações encontram ressonância em segmentos do eleitorado cada vez mais descontentes com os estratos que ascendem aos ambientes de representatividade.

Na esteira desse raciocínio, Barros (2023) sustenta que as derrotas eleitorais das populações LGBTQIA+ não podem ser consideradas e interpretadas como fracassos políticos, uma vez que, como apontado anteriormente por Facchini (2020), Feitosa (2017; 2019) e Santos (2016), as desigualdades sistêmicas que atravessam o ambiente da política-partidária institucional tendem a ser ainda mais severas quando observadas pela ótica do acesso e das condições de produção e manutenção de uma candidatura que represente setores marginalizados e subalternizados, como é o caso das pessoas sexo/gênero dissidentes. Em razão disso, Barros (2023, p. 177) alerta que

> [...] Os grupos sub-representados sofreram e têm sofrido situações de exclusão, opressão e injustiça em nosso país. Entretanto, não devemos assumir uma postura fatalista e definitiva, mas compreender que através dos espaços de luta, essa perspectiva de que determinados grupos não têm o direito de existir em alguns espaços pode e deve ser desnaturalizada. O termo sub-representados pode ser relacionado justamente com o fato destes grupos serem entendidos como não-pertencentes em alguns espaços e são colocados, muitas vezes, em situação de opressão pelas relações de poder estabelecidas.

As assimetrias que caracterizam essas relações de poder e dominação e que se demonstram palpáveis quando associadas aos dispositivos de periferização de parcelas significativas de brasileiros, foram experimentadas por M.L.K.K. em Palmeira das Missões, ao longo dos 51 dias de campanha em 2024. Primeiro candidato autodeclarado gay do município, sua autoafirmação na ONG VoteLGBT foi um dos movimentos feitos para desacomodar o cenário eleitoral palmeirense. Consciente dos desafios e da responsabilidade em conduzir uma campanha nestes termos, o jovem trabalhou em uma plataforma diversificada, apresentando alternativas para fomentar a cultura, a educação e a proteção das pessoas em situação de vulnerabilidade no município.

> [...] A LGBTfobia, o preconceito, ele é estrutural, né? É um equívoco quando consideramos que essa discriminação ocorre só a partir de um indivíduo. Ela é muito maior, é parte de um sistema. E, por isso, muitas vezes, ela é tão velada. A gente sofre isso desde sempre. É a exclusão, a violência, a necessidade de assumir para a sociedade, todos estes aspectos vão interferir na maneira como nos posicionamos publicamente. Inclusive na política [...] Aqui em Palmeira, por exemplo, eu fui o primeiro e único candidato a autodeclarar ser gay, mesmo que a gente saiba que tem outros candidatos e candidatas LGBTQIA+ que nunca vão dar esse passo, porque estão em partidos que abominam esse debate ou porque tem questões sociais para manter [...] (M.L.K.K., 2024).

Um dos exemplos citados por M.L.K.K. para justificar seu argumento antecede o período eleitoral, mas diz respeito também às contradições que permeiam as instâncias partidárias que acolhem a diversidade. Quando atuava como assessor parlamentar de um deputado petista, seu salário era inferior ao de outro assessor que desempenhava a mesma função, mas com uma carga horária menor. Ao questionar a disparidade, teria ouvido que a diferença na remuneração se devia ao fato de que o outro profissional "tinha família, mulher e filhos (M.L.K.K., 2024)".

> [...] Eu lembro que isso me chateou muito, porque estávamos falando de relações familiares ou de trabalho, de carga horária? Isso demonstra como, mesmo nos partidos em que transitamos, estamos sujeitos a essa estrutura que é LGBTfóbica e discriminatória. E também é por isso que nós, pessoas LGBTQIA+, precisamos nos posicionar. As organizações mudam quando nós pressionamos por mudanças. E a minha candidatura também é uma resposta a esse cenário de exclusão a que estamos submetidos (M.L.K.K., 2024).

Nestes enfrentamentos, a candidatura do jovem líder estudantil assumiu as cores da diversidade e um discurso plural e abrangente, buscando manter a sua orientação sexual como um elemento, mas não o único. Essa segmentação de que candidaturas LGBTQIA+ se dedicam a construir políticas exclusivas para pessoas LGBTQIA+ é, no entendimento de M.L.K.K., uma falsa constatação. Para ele, a ausência de compreensão de que as categorias homem, branco, cisgênero e heterossexual também são identitárias prejudica o debate sobre avanços na pauta de direitos para todas as pessoas.

> [...] Sempre nos colocam como os identitários e tentam reduzir nossa agenda a um aspecto da sexualidade. Sim, nós queremos e precisamos construir espaços em que possamos ser e amar quem nós quisermos, mas, sobretudo, demandamos acessos à saúde, moradia, educação, trabalho. [...] Então, acho fundamental indicar que todos estamos atravessados por categorias de identidade e reduzir a discussão apenas a dimensão da sexualidade é ignorar que, no capitalismo, tudo gira em torno das opressões. Esse deveria ser o nosso ponto de consenso, a luta e o enfrentamento às opressões que fragmentam a sociedade e tornam o Brasil um dos países mais desiguais do mundo (M.L.K.K., 2024).

As dissidências a essa matriz hegemônica e dominante, que se constitui a partir dos processos de imposição colonial, fazem uso de instrumentos distintos para consolidar e potencializar os movimentos de ocupação de espaços aos quais os acessos nunca são dados, mas construídos. Quanto a isso, as candidaturas autodeclaradas LGBTQIA+ inscritas nos pleitos municipais sublinham a urgência de posicionamentos atrelados à contestação de ofensivas e ataques que deslegitimam essas participações. Justo por isso, nas eleições de 2024,

a manutenção dos direitos destas populações, assegurados pelo Poder Judiciário, e o confronto ao conservadorismo latente nos municípios penetraram nas narrativas eleitorais destes sujeitos.

Para Afonso-Rocha (2023), essas táticas discursivas colidem com a retórica, amplamente difundida nos quatro anos de governo Bolsonaro, da naturalização da violência e de uma masculinidade inata, dominadora e reguladora tanto das relações quanto dos espaços sociais. Nas cidades de menor densidade demográfica e eleitoral, como é o caso de Palmeira das Missões (cujo número de eleitores aptos a votar em 2024 foi de 24.429, conforme o TSE), a ação política se sustenta também desnaturalizando esses dispositivos que legitimam as violações de direitos a que grupos minoritários estão mais suscetíveis.

> Tudo aquilo que não é representativo do homem, branco, cisgênero, heterossexual é, automaticamente, posto como a dissidência, como o diferente. [...] Tentamos mostrar caminhos alternativos de inclusão, discutindo uma cidade que seja receptiva à diversidade, pautando questões econômicas que impactam no dia a dia das pessoas e que podem ser equacionadas com uma atuação legislativa. Então, quando a gente conversa com o setor cultural, com os sindicatos, com os trabalhadores, com as igrejas, nós estamos falando com a população que usa serviços públicos, que precisa de qualidade nisso. Falamos enquanto cidadãos, não só como LGBTQIA+. Não há uma segmentação entre o que é mais importante, se a questão prática do cotidiano ou a temática da sexualidade, porque elas também estão interligadas (M.L.K.K., 2024).

Não obstante essa pluralização de assuntos, levada a cabo com intuito de diversificar a base de apoiadores, M.L.K.K. reflete que a orientação sexual não heteronormativa é um aspecto que o eleitor leva em consideração na hora de definir o voto. Segundo ele, diversos fatores contribuem para essa tomada de decisão: os estereótipos de promiscuidade associados às pessoas LGBTQIA+, as tensões morais e religiosas, as ofensivas e os ataques às identidades trans*, a falta de informações sobre as questões identitárias, o reconhecimento da humanidade destes sujeitos que não reproduzem um padrão normativo de sexualidade e a disseminação do ódio às diferenças. Somados, estes pontos funcionam como mecanismos de valoração entre as opções que são apresentadas aos votantes.

> [...] A gente fica com essa questão, que é quase uma certeza, de que se não fossemos uma candidatura LGBTQIA+ poderíamos ter um número mais expressivo de votos, mais espaço nas instituições, atribuições e responsabilidades nos ambientes decisórios. [...] Mesmo que não seja verbalizada essa condição, há barreiras que se mostram mais concretas. [...] É a estrutura, é o momento em que a LGBTfobia se mostra mais efetiva, porque nos impede de acessar ou de permanecer nos ambientes, porque eles se tornam hostis. Mas, ao mesmo tempo, nós que optamos por assumir a nossa orientação *[sexual]* e levar adiante um projeto que é inclusivo, que é diverso, que é jovem, que dialoga com o trabalhador, porque entende que só falar sobre a temática da sexualidade não resolve os problemas de quem não tem alimento pra família, nós também somos uma ameaça, sabe? Sinto isso quando vejo algum candidato tentando tirar votos que foram declarados pra mim. [...] Eles não querem

> perder os espaços que eles ascenderam e nós somos uma ameaça não só a eles, mas ao sistema [...] (M.L.K.K., 2024).

A defesa de uma melhora na qualidade de vida da população estar sendo pautada por uma candidatura autodeclarada LGBTQIA+ chegou a ser classificada como radical e extrema em Palmeira das Missões, conforme relata M.L.K.K. ao comentar que as suas manifestações favoráveis a um projeto de emancipação social e de oposição a uma candidatura à prefeitura encabeçada por lideranças alinhadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), suscitaram divergências mesmo entre os/as demais candidatos/as petistas.

> [...] Defendi um projeto de governo, uma proposta alinhada àquilo que estadual e nacionalmente compunha o conteúdo programático do PT para as eleições municipais e critiquei a oposição, porque entendia que o que eles propunham seria ruim para a cidade. Fui chamado de radical por isso e por outros fatores que fui observando depois. Mas, tranquilo. Tenho certeza que fiz aquilo que minha militância me preparou para fazer. Não considero, em momento algum, que tenha adotado um tom radical. Compreendo que o radical, para eles, foi ter assumido ser quem eu sou, foi ter declarado que sou um homem gay disputando um cargo para vereador, enquanto tantos outros ficaram escondidos nos armários. O armário não nos protege mais [...]. Pode ficar escondidos, mas a violência continua acontecendo. Radical é ser quem a gente é de verdade? (M.L.K.K., 2024).

Essa radicalidade de assumir-se gay - ou LBT+, como ocorreu com as demais pessoas entrevistadas neste estudo - e se expor como uma candidatura a um cargo eletivo em um município gaúcho, evidenciou o quanto as estruturas político-partidárias e eleitorais atuam para assegurar que os ambientes de representação sejam ocupados e mantidos por aqueles sujeitos que performam as alegorias identitárias e classificatórias, introjetadas no tecido social pela modernidade/colonialidade. Assim como ocorreu com L.Z., em Marau, C.F.A., em Caxias do Sul; e T.M., em Novo Xingu, as urnas não retornaram com resultados positivos para M.L.K.K, que obteve um total de 286 votos em sua primeira eleição como candidato[81]. A experiência de se posicionar como uma alternativa em um cenário hegemonicamente dominado pelos mesmos estratos sociais que, no Brasil inteiro, se proliferaram nas câmaras de vereadores, porém, foi marcadamente satisfatória para a jovem liderança.

> [...] Não ser eleito faz parte do jogo democrático. Como uma candidatura jovem, com poucos recursos e ainda assumidamente LGBTQIA+, tínhamos consciência que seria difícil. Mas, termino esse processo com a certeza de que não foi em vão; essas 286 pessoas confiaram em mim, me viram como uma pessoa com projetos e com potencial. Como eu disse em relação a *[T.M]*, é um movimento importante esse que a gente fez (M.L.K.K., 2024).

[81] Em janeiro de 2025, com a composição do governo municipal, M.L.K.K. assumiu a vaga de suplência na Câmara, uma vez que a vereadora titular foi indicada para exercer a atividade de secretária.

No entroncamento entre as rodovias que conectam Palmeira das Missões e Novo Xingu, distante menos de 50 quilômetros de cada uma destas cidades, em um município reconhecido nacionalmente pelas fontes de água mineral, uma outra candidatura autodeclarada LGBTQIA+ experimentava a sensação de enfrentar não apenas a dimensão estrutural da LGBTfobia, mas também os impactos de ser oposição a um grupo político que há anos se reveza na condução da administração municipal. Em Barra Funda, C.P. (38 anos), articulava sua candidatura ironizando os gastos da gestão e divulgando informações que obtinha nos corredores dos prédios públicos para pontuar que, em sua perspectiva, era preciso modificar a forma de governar.

Tudo isso em grupos de *WhatsApp*, por meio de paródias de músicas infantis e canções que povoaram o imaginário social nos anos 1990 e 2000. "[...] Eu não sei dizer se eles não gostam de mim porque sou gay e estou candidato ou porque sou gay e os incomodo com as minhas criações e com a maneira como critico eles", pondera C.P. (2024) ao explicar como se tornou a principal figura pública contrária ao governo municipal em uma cidade com 2.770 eleitores aptos a votar em 2024, segundo dados do TSE.

A internet possibilitou que as suas ideias se ampliassem em um município que não possui nenhum veículo de comunicação local, conquistando apoiadores e uma forte reação de resistência. "O impacto que isso provoca em uma cidade como Barra Funda é imenso, porque as famílias aqui são muito tradicionais e conservadoras, elas não podem ser contestadas. E eu tô fazendo isso de um jeito irônico" (C.P., 2024).

Maquiador, cabeleireiro, modelo, ator de teatro, redator: são muitas as atividades às quais C.P. vem se dedicando nos últimos anos. Natural de Barra Funda, ele recorda que a sua orientação sexual passou a ser um elemento de sua identidade pública ainda na adolescência, quando não foi mais possível esconder que as suas histórias eram vividas por um personagem que ele criou para sobreviver em uma sociedade excludente e na qual não havia outras representações que indicassem a possibilidade de existir para além de um modelo cisgênero e heterossexual.

> [...] Não ser heterossexual era um horror, uma coisa péssima [...] Não existia isso em Barra Funda [...]. Quer dizer, a gente não enxergava, porque as famílias que tinham recursos financeiros mandavam seus filhos embora, para a capital. Bastava o menino ser mais sensível ou a menina dar sinais que gostava de outra menina, os pais exportavam os adolescentes para estudar fora. E essas pessoas nunca mais voltavam. Não tínhamos uma modelo para existir fora desse padrão. Até que eu passei a entender que tudo era uma mentira, que em outras cidades tinham pessoas como eu, com as quais eu me identificava. E elas existiam, mesmo com muitas dificuldades [...] Talvez, tenha sido nesse mesmo período que eu compreendi a importância do estudo e da política, porque tudo era uma relação de poder. Quem manda e quem obedece, quem

> atua e quem dirige, quem pode criticar e quem não pode. Sair do armário foi algo libertador, em muitos aspectos (C.P., 2024).

O processo de se assumir LGBTQIA+ em meio a uma estrutura social que condena moralmente as dissidências e torna a sexualidade um mecanismo de controle e vigilância da cisheteronormatividade é, ao mesmo tempo, individual e coletivo. Individual porque cada pessoa fará esse movimento a partir de uma série de condições objetivas e subjetivas; algumas poderão fazê-lo a seu tempo, escolhendo a oportunidade de se afirmar em momentos que considerar mais propício, enquanto outras serão levadas a isso porque suas expressões, performances ou a própria corporalidade (sobretudo no caso de pessoas trans*) as obrigarão a se confrontar com o ordenamento posto. Da mesma forma, é um gesto coletivo porque coloca o sujeito em oposição a uma matriz que, historicamente, endossa um padrão binário e gendrado sob o qual se organizam os papéis de gênero, as tarefas reprodutivas e a sustentação de um discurso universalista e homogêneo de pertencimento.

Neste sentido, como apontado pelas seis pessoas ouvidas neste estudo, se tornar um sujeito LGBTQIA+ é um ato político, mesmo quando se assumir não é uma ação realizada de forma consciente e com esta finalidade. Com efeito, politizar essa identidade e a inserir como um elemento de mobilização e articulação eleitoral pode ser compreendido como uma decisão voluntária, uma vez que a autodeclaração ainda é a única forma de oficializar a dissidência no centro dos ambientes político-partidários.

Esta é, inclusive, outra similaridade presente nas manifestações ouvidas para este estudo: haveria dezenas de outras candidaturas nestas cidades pesquisadas em que as pessoas candidatas são LGBTQIA+, embora tais indivíduos tenham optado por esconder ou ignorar essa condição para evitar a exposição e os reflexos que essa declaração poderia gerar - muitos dos quais foram experimentados pelos/as seis candidatos/as acompanhados/as nesta investigação. “[...] Ninguém escolhe sofrer violência. A gente não pediu para ser excluído, sofrer perseguição, ser ameaçado, agredido, xingado, enfim [...]. Mas, também optamos por não ficar escondidos. Nos assumimos e lidamos com as consequências dessa escolha”, disse L.Z. (2024) durante uma de suas atividades de campanha, em 2024.

No caso específico de C.P., a decisão de construir uma candidatura que apresentasse uma oposição ao grupo político local que administraria Barra Funda a partir de 2025, seguiu uma lógica semelhante às demais. Quando percebeu que suas reivindicações encontravam ressonância em uma parcela da sociedade barra-fundense, ele procurou um partido com o qual se identificava e que poderia acolher as suas insatisfações. Foi assim que C.P. filiou-se ao PDT, a agremiação que, naquele município, operava alinhada a um espectro ideológico posicionado

ao Centro. “A educação é uma bandeira que os pedetistas têm aqui e que eu concordo, então foi a minha opção. Eu entendo que há um movimento que pode levar a legenda mais para a Direita, mas enquanto pudermos fazer um debate plural, ainda faz sentido ser um militante brizolista” (C.P., 2024).

Ao longo do processo eleitoral de 2024 em Barra Funda, o primeiro a ter uma candidatura autodeclarada LGBTQIA+ na história do município, C.P. relata ter produzido uma série de reflexões que, embora não tivessem como foco exclusivamente estas populações sexo/gênero dissidentes, eram permeadas por uma perspectiva diversa e inclusiva. O argumento do candidato se associa ao que também defenderam as demais candidaturas: falar sobre os problemas da cidade a partir de uma posição de quem não se sente pertencente ao espaço público torna os discursos e as propostas mais abrangentes.

> [...] Quando eu falo de saúde, de educação, de moradia, de lazer, de acesso ao esporte ou quando eu digo que o governo municipal gasta demais com coisas desnecessárias, enquanto a pobreza vai aumentando nos bairros mais periféricos, eu estou afirmando isso como um homem gay que pensa a cidade a partir de um ponto de vista da exclusão. [...] Então, nem sempre vou dizer que meus projetos são para a comunidade LGBTQIA+, até porque, em Barra Funda, o número de pessoas que se afirmam como tal é bem pequeno [...]. Eles que tentam nos colocar nestas caixinhas, nos rotulam, mas o que eu busco é combater a desigualdade para todas as pessoas (C.P., 2024).

Na correlação de forças entre a possibilidade de diversificar a representação popular no legislativo ou a manutenção de um mesmo perfil de sujeito autoassumido heterossexual e cisgênero que, tradicionalmente, ocupam esses espaços institucionais, a candidatura de C.P. foi a opção de 108 pessoas em Barra Funda, assegurando ao candidato a segunda suplência de seu partido. O resultado, da mesma maneira como nas demais cidades das candidaturas analisadas, não pode ser atribuído a uma única razão. Assim como os marcadores sociais da diferença se interseccionam e produzem desigualdades que se combinam, também os mecanismos que subsidiam a decisão do eleitorado pulverizam-se entre critérios que transitam pelos mais diversos motivos.

De 2016 a 2024, o Brasil passou por intensas e profundas transformações políticas, econômicas e sociais. Da primeira eleição de E.M., em Cruz Alta, naquele ano, até as suplências conquistadas pelas candidaturas em 2024, os contextos estruturais da política-partidária e das eleições sofreram fortes influências de um autoritarismo conservador que, enraizado em um passado historicamente marcado pela violência colonial, atualizaram e ampliaram a vigilância e o controle sobre os corpos e as identidades dos sujeitos, os re-identificando com as categorias hierárquicas da modernidade/colonialidade.

Sob esta perspectiva, a presente pesquisa se dedicou a investigar como estes processos sócio-históricos coloniais apagaram as identidades sexo/gênero dissidentes e institucionalizaram, no tecido social, um preconceito discriminatório e violento contra estes sujeitos. Na contemporaneidade, estes marcadores se inscrevem como eixos fundantes de uma LGBTfobia, acionada como um mecanismo que exerce o mesmo poder regulador e opressor que as formas de controle implantadas pela modernidade/colonialidade. Nesse ideário, a minimização representativa destas populações nas esferas de poder tendem a resultar em invisibilidades e no déficit de acesso à direitos constitucionais e a proteção de direitos humanos, inclusive nos ambientes políticos.

A escuta de seis pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que atuam neste panorama eleitoral e partidário foram fundamentais para se observar, em que medida e sob quais condições, movimentos de ocupação ocorrem com e através dessas dissidências. Os objetivos traçados inicialmente possibilitaram organizar o estudo a partir de critérios científicos e rigorosos sem que, para isso, fosse preciso abdicar da subjetividade do pesquisador. Na interpretação dos dados produzidos em campo, nas seis cidades visitadas durante o período eleitoral de 2024, se comprovou que, de fato, a institucionalização da LGBTfobia impacta diretamente nos movimentos políticos de pessoas LGBTQIA+, reduzindo a capilaridade e a densidade representativa da diversidade sexual e de gênero nos ambientes de poder local, como é o caso das casas legislativas.

Ainda, é possível aferir que a violência política praticada contra estas populações interditam a manutenção dos seus trabalhos, uma vez que incidem sobre elas uma alta carga de exclusões, opressões e ameaças. Nestes contextos, a permanência dos corpos e identidades não normativos se torna uma problemática que se soma a hostilidade comum e naturalizada contra qualquer pessoa que não esteja incluída na matriz cisheteronormativa, introduzida como a única possibilidade de existência e pertencimento social.

Seja em cidades com índices populacionais menores, como em Novo Xingu, ou nas com ocupações urbanas similares a regiões metropolitanas, como em Caxias do Sul, o crescimento das ofensivas anti-LGBTQIA+ se mostram significativas e como impeditivos para que estes indivíduos conquistem, eleitoralmente, as votações necessárias para assumir a titularidade de mandatos parlamentares nos legislativos destes locais. Por meio de levantamentos estatísticos oficiais, extraoficiais e independentes, também se observa que as relações de abjeção e a produção de desigualdades se agrava à medida em que os marcadores da diferença se interseccionam, acentuando o grau de vulnerabilidade e exposição de determinadas populações LGBTQIA+.

Mas, como manifestado por Barros (2023), é necessário fugirmos dos fatalismos. No decorrer desta investigação nos deparamos com experiências, vivências e relatos que ressignificam a politização destas identidades e elevam em importância e urgência a participação estrutural e sócio-política desses atores LGBTQIA+. A política, percebida por todos/as eles/as como um instrumento para a promoção de transformações sociais, é capaz de gerar novas interfaces de envolvimento coletivo, tornando essas esferas mais abrangentes e menos sectárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência deflagrada pela Igreja Católica ao longo dos processos de colonização e das primeiras décadas da formação do Brasil Colônia não foram capazes de cumprir com o objetivo moral, religioso e político de extinguir a prática do pecado nefando da sodomia. Nem mesmo o gesto concreto de desumanizar um indígena da etnia tupinambá, desidentificá-lo e a ele imputar apenas o predicado de *tibira*, amarrá-lo à boca de um canhão e fazê-lo exemplo de como a tentação das relações homoeróticas e do livre exercício do sexo e da sexualidade seriam tratadas pela Coroa, surtiram o efeito esperado.

Tibira do Maranhão, como ficou conhecido este personagem histórico brasileiro assassinado nos anos 1600, teve seu corpo dilacerado para, conforme os registros historiográficos, purificar o território dos costumes que, pelo olhar do europeu autodenominado de civilizado, letrado e cristão, somente poderiam ser classificados como devassos, incompreensíveis e demoníacos. Os dogmas conservadores e hierárquicos que se estabeleciam na europa foram também utilizados como armas para sequestrar a vida e a pluridiversidade dos povos originários. Como destacou Romano (1995), seja pela fé, pela religião ou pela espada, a conquista da América fez uso da moralidade como mecanismo de dominação e controle.

E se ninguém escapava da normalidade imposta e erigida pelas classificações dicotômicas da Modernidade/Colonialidade, como defenderam Grosfoguel (2008; 2020), Mignolo (2020) e Quijano (2005; 2009), também é verdade que do sexo e do desejo não havia salvação. É possível conjecturar, por conseguinte, que iniciativas adotadas para padronizar o comportamento em um molde heterossexual, como a morte de Tibira, tenham fracassado porque, como afirma Vidarte (2019), as bixas, as travestis e as sapatonas sempre existiram, ainda que para isso tenha sido preciso fundir-se ao tecido social, colocar-se às margens, ocultar-se, produzir a si próprio em meio às dissidências e sobreviver as violências e violações constituindo lugares de pertencimento em meio a um não-lugar de existência socioestrutural.

Justo por isso, essa dissertação conclui-se para além da norma – esse requisito castrador que fragmenta e separa o sujeito do objeto da ciência, mesmo quando este objeto e este sujeito estão intimamente conectados no fazer científico. Haraway (1995) nos ensina a pensar em saberes situados e conhecimentos localizados, mas não nos oferece uma receita para transcender as rígidas regras às quais nós, sujeitos dissidentes e marginalizados por esta mesma norma, obedientemente precisamos seguir. Tamanha é a rigidez que reserva e determina sob quais espaços e territórios podemos transitar que, ao concluir a primeira etapa desta extensa investigação, recordo de ter solicitado anuência para, nestas Considerações Finais, subverter a

ordem e me posicionar como um sujeito-viado-pesquisador que, tal como nos fala Vidarte (2019), não pode nunca não se comprometer e implicar-se como um sujeito-viado sob pena de tornar-se um falso opressor que adere a uma estrutura feita para nos ferir.

Neste gesto, condicionado por comportamentos apreendidos ao longo de décadas de sociabilização em ambientes e espaços cisheteronormativos, estava contido, mesmo que de forma implícita, uma tentativa de adequar-me a uma gramática performática que restringe e aniquila outras formas de existir e pertencer em sociedade. Sob esta mesma perspectiva, o período compartilhado ao lado das seis pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que, em seus municípios, politizaram suas identidades de gênero e orientações sexuais, evidenciou que tais tentativas de validação e aceitabilidade continuam sendo insuficientes e/ou limitadoras de todas as potencialidades que advém quando nós, sujeitos-LGBTQIA+, promovemos fissuras nesse constructo.

Ainda que conduzida com o mesmo rigor metodológico e científico em todas as suas etapas e tendo sido, em sua integralidade, orientada pela objetividade necessária para contribuir com a produção de um conhecimento original acerca deste fenômeno em específico, a presente pesquisa é atravessada e responde também a dois momentos distintos da história social, política e cultural de um país que, há mais de 500 anos, invisibiliza, cria e atualiza estratégias de esvaziamento e apagamento das dissidências e da diversidade.

No primeiro deles, como apresentado nas Considerações Iniciais, portanto, nos debruçamos na investigação da movimentação e do tensionamento de pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ em espaços representativos político-partidários e eleitorais em municípios do Rio Grande do Sul. De forma introdutória, abriu-se este estudo costurando-se elementos interdisciplinares que, via de regra, não foram apenas somados ou sobrepostos, mas sim colocados em intersecção, interligados para que destes campos do conhecimento se gerassem formas outras de interpretar a complexidade do fenômeno social problematizado neste Programa de Pós-Graduação.

Mais do que um direito humano garantido pela Constituição Federal do Brasil e pelos pactos e declarações dos quais o país se tornou signatário nas últimas décadas (e que pouco ou quase nada refletem na proteção efetiva da população LGBTQIA+ brasileira), participar da vida política e social, votar e ser votado, exercitar o livre direito à orientação sexual e identidade de gênero, assumir a cidadania assegurada a todo cidadão, não deveriam ser condições passíveis de discussão. Porém, ainda os são. Desde 1500, desde o assassinato de Tibira do Maranhão, desde a subalternização imposta às mulheres e às pessoas que não se enquadravam ao padrão heterossexista e cisgênero, desde a implementação de uma gramática moral que moldou papéis

de gênero, desde que a primeira pessoa trans* foi degolada em um crime de ódio, desde que continuamos, anualmente, sendo o país que mais nos mata – mata a nós, estes sujeitos não normativos, dissidentes, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transgêneros.

Como se a violência e os índices de letalidade que nos transformam em alvos cotidianos de uma sociedade persecutória à diversidade não fossem motivos suficientes para embasar uma pesquisa sobre a situação desta população no Brasil, buscou-se, também nas Considerações Iniciais, demonstrar a relevância social e acadêmica deste estudo, com o alinhamento de informações oficiais e institucionais do Estado – o mesmo Estado que tem se negado, veementemente, a nos inserir nos censos demográficos, a constituir leis de promoção e proteção à vida e que, a cada ciclo econômico e político, faz das nossas pautas itens de barganha com as bancadas evangélicas e conservadoras. Quem tem mais voto define como será a vida dos LGBTQIA+ no Brasil da ocasião.

Metodologicamente, a pesquisa se define como qualitativa, mesmo que números tenham sido mobilizados para comprovar que, sim, as denúncias feitas pelos movimentos sociais e ativistas tem lastro e comprovação histórica. Neste aspecto, constituiu-se, ao longo dos três primeiros capítulos, um complexo arcabouço teórico e conceitual que, ao resgatar os processos de colonização fortaleceu o entendimento de que o colonialismo e a colonialidade do poder são indissociáveis da situação de dominação e exploração a que são submetidos os corpos na contemporaneidade – logo, deriva disso o conceito de re-identificação que se insere no problema analisado e perpassa diferentes momentos deste texto.

Ainda nas Considerações Iniciais, as dinâmicas de exploração e as redes de opressões que transbordam das relações de poder e se interseccionam no cotidiano destas populações, são delineadas com o intuito de estabelecer um quadro geral para as análises que foram aprofundadas nas seções posteriores. Importa salientar que é também neste item que os objetivos Geral e Específicos são introduzidos, tornando possível ao leitor acompanhar os seus desdobramentos a medida em que o problema é visto sob as lentes das Epistemologias do Sul e dos instrumentos metodológicos adotados, cumprindo-se, com isso, um alinhamento técnico, teórico e epistêmico.

No capítulo dois, dando continuidade a esta linha de raciocínio, oferecemos uma abordagem em que recuperamos a formação colonial do Brasil como elemento para compreender de que forma a imposição de uma gramática colonialista é introduzida, se sustenta e dá suporte a uma série de regulações sexuais, morais e comportamentais. Dessa maneira, foi possível obter subsídios para se enquadrar como as nossas orientações sexuais e identidades de gênero foram, historicamente, moldadas para serem apagadas e invisibilizadas.

Não obstante que, com o advento dos ideias de uma modernidade dita civilizada e a sua consequente transposição para um pacto que se imagina civilizatório e pelo qual se expõem uma arquitetura de dominação – do qual a ilusão de um progresso científico e, em paralelo, humanista, são tributárias -, os corpos de pessoas LGBTQIA+ não foram mais amarrados à boca de nenhum canhão e deixaram de ser, literalmente, explodidos em praça pública. Contudo, as referências discutidas ao longo desta pesquisa demonstram ser inequívoco que as estratégias utilizadas para acentuar e, sistematicamente, excluir estes sujeitos do tecido social remontam a esse período. Embora os canhões tenham desaparecido, outras ferramentas têm sido manipuladas para perpetuar crimes e capturar a subjetividade destas populações.

A exemplo do que ponderou Núñez (2023), a conexão entre território/corpo dos povos nativos é bruscamente rompida na esteira dos processos de colonização. Com isso, a ocupação europeia em solo originário não expropria apenas a materialidade das condições de vida, mas sequestra as dimensões espirituais e de convivência, além de fraturar os laços que davam sentido a pluridiversidade de relações interpessoais, étnicas, amorosas e sexuais que geriam as suas existências.

Tal reflexão assume relevância neste estudo, pois indica como o constructo dessa Modernidade/Colonialidade é binária, rígida e homogênea, uma vez que estabelece como única alternativa aos povos colonizados a assunção forçada – forjada na violência e na diferença colonial – a parâmetros entendidos como normais, aceitos e validados no cerne de um movimento eurocêntrico de padronização socioestrutural que acompanha cada nova invasão promovida pelos europeus. Neste sentido, a exortação das relações homoeróticas, o desejo e as suas distintas manifestações, a corporalidade e a interconexão com a natureza, a introdução dos conceitos de sagrado/profano, pecado/redenção, se situam como eixos indissociáveis da expansão econômica e cultural europeia e contribuem para forjar uma sociedade que, mesmo abaixo dos trópicos, se assemelharia a qualquer outra sob a contenção dos colonizadores.

Justo por isso, as dimensões do colonialismo e da colonialidade são apresentadas na sequência, trabalhadas a partir da perspectiva de importantes sociólogos e filósofos do campo das Epistemologias do Sul. Pensadores como Castro-Gómez (2005), Dussel (2020), Grosfoguel (2008; 2020), Mignolo (2005; 2020) e Quijano (2005; 2009) ancoraram este alicerce e possibilitaram a inclusão de outros pesquisadores e pensadores brasileiros, oriundos dos povos originários que tiveram seus corpos, culturas e ancestralidades colonizadas pela europa em 1500. Além da grandeza intelectual de pessoas como Nêgo Bispo [Santos] (2023), Núñez (2022; 2023) e Krenak (2019), a possibilidade de conhecer o que pensam as vítimas deste genocídio motivou essa seleção de autoras/es.

Outro elemento situado no capítulo dois refere-se à imposição de preceitos ético-religiosos para moldar aquilo que, historicamente, se consolidou como o sujeito *universal*. A Modernidade/Colonialidade, ao promover a raça como critério hierárquico por excelência deste novo espaço/tempo, conforme defende Quijano (2005), atribui ao homem europeu todos os predicados civilizatórios e as características que, a um só tempo, deveriam ser introjetadas em todos os povos colonizados. O empreendimento colonial, neste aspecto, se constituiu em diversas frentes e em muitos níveis, o que, por consequência, nos leva a considerar que o ideário que o formata é significativo para interpretarmos o espaço social ocupado pelos indivíduos não-normativos.

Fazendo uso de autores conceituados como Romano (1995) e Vainfas (2022), se buscou apresentar, neste segundo capítulo, tanto visões pactuadas historicamente, como as apontadas pelo primeiro, quanto investigações mais recentes acerca dos impactos da religiosidade, da ritualística e dos cultos ancestrais nesse complexo sistema de organização social, a exemplo das pesquisas de Vainfas (2022). Acredita-se, com isso, se ter produzido fatores e elementos consistentes e factíveis para as interpretações que, na posterior análise dos dados coletados nos campos da pesquisa empírica, foram mobilizados.

Também sob este ângulo é que se estrutura o capítulo três. Articulando pesquisadoras da área dos Estudos de Gênero, das epistemologias feministas e da decolonialidade, investigou-se como o gênero é uma categoria de análise tão significativa quanto a raça. Em especial, a partir de Lugones (2014; 2020), foi possível compreender que, assim como a colonialidade é o lado obscuro da modernidade, segundo o entendimento de Mignolo (2005), o gênero não pode ser reduzido a uma mera condição acessória para se interpretar os fenômenos sociais em contextos coloniais. Isso porque, explicitam as autoras de referência trazidas para este debate, o gênero, entendido como uma construção sócio-histórica que permeia e é permeado pela cultura e pela política, reflete um eixo de dominação e subalternização no qual estão alocadas algumas das diferenças coloniais mais expressivas para se verificar a reprodução ininterrupta das violências praticadas pelos colonizadores em detrimento dos colonizados.

Neste capítulo teórico, o desafio central foi o de posicionar o gênero como conceito, tendo em vista que, por não haver consenso quanto a uma definição precisa, o termo segue em disputa entre as mais distintas linhas argumentativas dos feminismos. A alternativa metodológica encontrada foi a de se trabalhar, a partir das Epistemologias do Sul e em diálogo com a interseccionalidade, um entendimento interpretativo que tornasse viável aplicá-lo como ferramenta de análise. Desta forma, situou-se o gênero dentro das seguintes acepções: 1) não se trata de uma característica essencialista e inata aos sujeitos, pois, como sugerem Bento B.

(2017) e Haraway (1991), não há nenhum atributo que possa ser considerado *essencialmente* masculino/homem ou *essencialmente* feminino/mulher; 2) é resultado de processos sócio-históricos, atravessados pela cultura, refletindo com e por meio disso as dinâmicas de poder, opressão e dominação (Butler, 2020; 2024; Connell e Pearse, 2015; Rubin, 2017); 3) não pode ser percebido como um marcador social isolado para a interpretação de fenômenos sociais, pois sua concepção ancora-se na intersecção com a raça e a classe, tornando-o, por excelência, uma categoria interseccional de análise (Andrade e Santos, 2020; Gomes, 2018; Lugones, 2014; 2020; Segato, 2003; Vigoya, 2023); 4) as normas de gênero, suas performances e ordenamentos se efetivam como constituições sociais, normativas e hegemônicas, respondendo às relações sociais de dominação de um gênero sobre o outro (Butler, 2020; 2024); 5) é uma categoria permeada, permeável e permeante no tecido social.

Isso posto, compreendeu-se como o gênero se torna um marcador social repleto de significados para se observar a realidade dos corpos re-identificados neste ideário do colonialismo. De forma similar, teórica e conceitualmente, adotou-se a intersecção como um método analítico potente para evitar a hierarquização das categorias sociais – sobretudo diante dos dados produzidos nas entrevistas e nas observações diretas ocorridas durante as interações com as pessoas ouvidas para o estudo.

Ainda nesta seara, por conseguinte, fez-se uma aproximação entre dois sistemas de ordenamento e controle dos sujeitos colonizados: o sistema-mundo moderno/colonial, tomando emprestado referências de Grosfoguel (2008; 2020), Mignolo (2020) e Wallerstein (2001); e o sistema sexo/gênero, resultado de uma profícua discussão iniciada ainda nos anos 1970 por Rubin (2017) e atualizada por Butler (2020; 2024). Essa interligação entre os sistemas se mostrou um elemento singular e interessante na medida em que oferece uma contribuição para pensarmos como essas estruturas organizam e orientam não apenas a formatação social e cultural, mas também as questões políticas que atravessam a totalidade desse debate. Vista como uma contribuição de análise, a esta proposição cabe, todavia, uma ampliação investigativa que se pretende dar sequência em uma proposta de tese para futuro doutoramento.

Em perspectiva, a conjugação destes sistemas citados acima, além da constituição de um marco teórico e referencial envolvendo os aspectos que delinearam a colonização e impuseram um determinado conjunto de regras, normas e padrões, produzindo e reproduzindo hábitos, comportamentos e regulações morais para a existência dos sujeitos, respondem as indagações contidas nos objetivos Específicos deste estudo, sobretudo os que se estruturaram em torno da identificação e da caracterização deste ideário do colonialismo e da colonialidade na constituição da estrutura sociopolítica do Brasil.

Como fundamentado nas seções dois e três deste estudo, as concepções de sociedade e seus eixos de organização, nos países colonizados a exemplo do Brasil, estão profunda e intrinsecamente enraizadas na trajetória de um poder que é exercido por coerção e violência. Neste panorama, as pessoas sexo/gênero dissidentes se tornam figuras secundárias na participação social, ocupando espaços de sub-representação e transitando às margens dos ambientes decisórios e de governança. Justo por isso, a pesquisa ora apresentada propôs como linha interpretativa a superação da LGBTfobia como um mero preconceito de ordem individual. Argumenta-se, para isso, que a discriminação contra as dissidências às normas de sexo/gênero são artificialmente naturalizadas com a finalidade de se preservar tanto uma matriz cisheteronormativa que oprime e reprime outras manifestações no campo da sexualidade, quanto a arquitetura de ingresso e permanência nos ambientes de representação político-partidária e eleitoral.

Adotando este raciocínio pode-se aferir, portanto, que a LGBTfobia se configura como um mecanismo de poder e dominação no Brasil, se interseccionando aos sistemas mundo-moderno/colonial de poder e de gênero e ao de sexo/gênero a medida em que sob ela recaem os ordenamentos e as compulsoriedades de uma estrutura social, política e cultural que se alimenta de um padrão historicamente engendrado e formatado. Tais conclusões se tornam mensuráveis ao olharmos para outro objetivo definido para este estudo e que se relaciona a compreensão sobre como a criminalização da LGBTfobia, em 2019, pelo Supremo Tribunal Federal, apesar de ter sido um marco jurídico e uma garantia de proteção a estas populações, não atenua as violências e as violações de direitos humanos a que estão expostas em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero não normativas.

Em outra frente de investigação, esta dissertação pretendeu se aproximar de sujeitos autodeclarados/as LGBTQIA+ que, ao transformarem suas orientações sexuais e identidades de gênero em elementos políticos, mobilizaram diferentes repertórios de atuação e de movimentação nas arenas político-partidárias e eleitorais de suas cidades. Estes tensionamentos, como se demonstrou no capítulo quatro, atravessaram e foram, justo por isso, também atravessados, pelas mudanças na política brasileira entre os anos de 2016 a 2024. O ódio às pessoas sexo/gênero dissidentes e as manifestações (tanto simbólicas quanto materiais) de deslegitimação destas lideranças revelaram-se significativas de uma conjuntura de perseguição e de enclausuramento da diversidade no país.

A construção de seis campos de pesquisa, em seis cidades do Rio Grande do Sul, tendo em cada cidade uma pessoa autodeclarada LGBTQIA+ participante do estudo, indicou que as posições ocupadas por estas identidades estão suscetíveis e são condicionadas pelo rigor com

que a temática da sexualidade é abordada no tecido social. Seja em Barra Funda, Caxias do Sul, Cruz Alta, Marau, Novo Xingu ou em Palmeira das Missões, os dados apontam para uma tensão permanente quanto a participação política e eleitoral destes sujeitos. A contraditoriedade que permeia estas relações também se mostra latente, uma vez que ao anunciarem, publicamente, suas dissidências sexuais e de gênero, estas pessoas rompem laços de pertencimento ao mesmo tempo em que produzem outras possibilidades de inserção.

Com discursos pautados em temas que extrapolam a dimensão de suas identidades LGBTQIA+, as pessoas ouvidas no estudo transitam entre as margens e o centro do poder político, orbitando uma dimensão na qual a inclusão e a exclusão constituem a mesma face de um processo que as classifica e as hierarquiza menos pelas suas potencialidades individuais de produzir transformações e mais pelas características estereotipadas socialmente atribuídas às dissidências. É o que se observou em muitas das situações relatadas por C.P., C.F.A., E.M., L.Z., T.M. e M.L.L.K., cujas descrições compõe a quarta seção deste estudo.

Durante o processo eleitoral de 2024, o primeiro na história democrática do Brasil em que as candidaturas puderam autodeclarar, de forma oficial, suas orientações sexuais e identidades de gênero, a estreita (e, por vezes, perversa) simbiose entre pertencer/não pertencer a qual estão (estamos) submetidas as pessoas LGBTQIA+ trouxe à tona, mais uma vez, a fragmentação e o esfacelamento da capacidade social em absorver a diferença como uma possibilidade de avanço e de enfrentamento às desigualdades que perpassam a todos nós, esse conjunto populacional e demográfico que se convencionou categorizar de povo brasileiro.

A medida do TSE, aliás, de tornar viável às candidaturas declarar estes aspectos da dimensão da sexualidade humana é uma demonstração das contradições que tornam concreta a relação entre o pertencimento e o não pertencimento socioestrutural das populações LGBTQIA+. Como mencionado no capítulo em que se discutiu a adoção desta iniciativa pelo Tribunal, ainda que a decisão de incluir as questões tenha sido deferida em fevereiro, foi apenas uma semana antes do início das convenções partidárias, em julho, que ela foi anunciada. A postergação, defenderam, à época, os ministros, se deveu ao momento político vivido no Brasil em que qualquer indicativo de conquista à comunidade sexo/gênero dissidente poderia ser contestada pelos setores conservadores e reacionários do Congresso.

Pertencer a uma sociedade excludente e arbitrariamente violenta promove, em paralelo, um não pertencer que transborda em todos os aspectos da vida destas populações. A ofensiva anti-gênero e anti-LGBTQIA+ mapeada por entidades e organizações não-governamentais tem no Congresso Federal do Brasil um dos seus palcos centrais. E é também por este fator que esta dissertação se justifica: reside na política institucional um dos caminhos para a produção de

políticas públicas que possam assegurar a existência cidadã de pessoas LGBTQIA+. Independentemente do nível de participação e representatividade, respeitadas as limitações de cada função eletiva, por óbvio, o ingresso destas populações nas esferas decisórias de poder contribui não somente para a discussão de temas vinculados a diversidade (tão evidente na população brasileira), mas – e principalmente – para a contestação de uma hegemonia de caráter universalista que, há séculos, detém o monopólio da representação nestes ambientes.

As informações obtidas junto às pessoas acompanhadas nesta pesquisa qualitativa e a sua posterior análise e interpretação podem ser compreendidas não como uma generalização das situações experimentadas por todos os sujeitos políticos LGBTQIA+ - embora os relatos de cada uma delas se assemelhem em muitos momentos e aspectos -, mas indicam os percalços que, ao fim e ao cabo, dificultam ou impossibilitam que estas populações tenham condições de ascender a essas funções. Neste sentido, convém reforçar que, com base no exposto no decorrer de toda a investigação, parece não restar dúvida da capilaridade estrutural em que a LGBTfobia está inscrita no país.

Por fim, cumpre afirmar que o caminho deste estudo não seguiu uma linearidade usual e, tampouco, acomodou-se com uma distante interação entre sujeito-viado-pesquisador e sujeitos-LGBTQIA+-pesquisados. Não houve, como não poderia haver, uma separação inócua, higienizante, pretensamente neutra, entre cientista e o fenômeno a ser descrito e analisado. A adoção de técnicas, métodos e procedimentos rigorosos para a produção de dados e as suas interpretações não esvaziaram o sentido da construção coletiva e da sensibilidade que um tema desta envergadura exigiu. A concepção teórica-referencial alinhada às Epistemologias do Sul tornou factível olhar para as situações cotidianas relatadas, em um segundo momento, desde um ponto de vista de quem também vivencia a dualidade pertencer/não-pertencer. O impacto disso mostra-se nos conceitos, recortes e enfoques dados a cada elemento mobilizado nesta investigação.

Os resultados eleitorais das pessoas acompanhadas na campanha de 2024, em um primeiro momento, não atenderam às expectativas de cada sujeito que se colocou na linha de frente de um enfrentamento que nunca é apenas político para as pessoas LGBTQIA+. Na medida, porém, que os governos municipais iam se organizando, pelo menos dois deles assumiram assentos legislativos e vão poder, em seus mandatos, trabalhar para garantir a visibilidade de pautas que, tradicionalmente, nestas cidades de pequeno e médio porte, são ignoradas. Quanto aos demais, a sensação manifestada é de que as eleições são uma parte da vida democrática e um eixo de suas militâncias; elas não são o fim. Os partidos políticos, os cargos e funções eletivas, as posições em espaços de gestão são, para todos e todas,

instrumentos e caminhos a serem trilhados, nunca o fim da luta e da defesa de uma sociedade menos violenta para com a diversidade[82].

Mais do que oferecer uma perspectiva de conhecimento original e inédita para a interpretação de como estes sujeitos autodeclarados/as LGBTQIA+ produzem tensões e movimentos em realidades duras e violentas em suas respectivas cidades, esta pesquisa se encerra também não como um ponto final, mas como um passo de uma longa caminhada em que a reivindicação pelo direito de existir em plenitude enquanto sujeito LGBTQIA+ é permanente, duradoura e inegociável.

[82] No momento em que produzia as últimas alterações e revisões deste texto de defesa da dissertação do mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Mark Zuckerberg, diretor executivo da Meta (empresa detentora das três grandes redes sociais utilizadas globalmente – Facebook, Instagram e WhatsApp), anunciou a mudança na política de gestão de conteúdos de suas empresas. Além de remover as funções de checagem de informações e priorizar determinados assuntos em detrimento de outros, os discursos de ódio contra a diversidade sexual e de gênero passaram a ser validados e entendidos como mera liberdade de expressão. Termos pejorativos como *traveco*, por exemplo, não poderão mais ser denunciados, assim como conteúdos associando pessoas LGBTQIA+ a transtornos mentais e de saúde não serão mais removidos das plataformas. Uma ofensiva global anti-gênero e anti-LGBTQIA+ que é apenas o prenúncio de uma vertiginosa e acentuada queda de direitos sociais e civis a que estaremos submetidos. Mais um episódio em que o ideário do colonialismo e da colonialidade revela-se fortemente presente e ativo, carecendo de análises e estudos aprofundados para serem interpretados.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Ngozi Chimamanda. **O perigo de uma história única.** 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AFONSO-ROCHA, R. Brasil: deixando de ser país de viado? Análise do discurso da ideologia de gênero no cis-héterobolsonarismo. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, n. 39, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/Mq3NJwv4WGBjCw9nCcnTTGv/?lang=pt. Acesso em: 10 nov. 2025.

AGUIÃO, S. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003 - 2015). *Cadernos Pagu*, v. 51, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/vRH79HFFWGSmXLF5WXmfPND/?lang=pt. Acesso em 4 out. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

anahata, jamille[83]. A binariedade é uma arma colonial. *Revista Cult*. São Paulo, n. 304, 2024.

Antra. Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023. *Associação Nacional de Travestis e Transexuais*, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://Antrabrasil.org/assassinatos/. Acesso em 06 fev. 2024.

ANDRADE, G. D. S; SANTOS, D. M. Gênero: Três Perspectivas Introdutórias. *Kalagatos*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 122–136, 2021. DOI: 10.23845/kalagatos.v17i1.6443. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/kalagatos/article/view/6443. Acesso em: 17 mai. 2024.

ATAÍDES, Fernanda Barros; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Anair Araújo de Freitas. A etnografia: uma perspectiva metodológica de investigação qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 48, 17 out. 2021. Disponível em: https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2601. Acesso em: 10 nov. 2024.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*; Rio de Janeiro: IPEA, 2023. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/234. Acesso em 20 mar. 2024.

BALESTERO, G. S.; BAHIA, A. M. F. M. Minorias sexuais e homofobia no direito brasileiro: breves delineamentos constitucionais. *Revista Videre*, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 148–176, 2018. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/6829. Acesso em: 8 out. 2023.

BARBABELA, Pedro. Candidaturas LGBTI+ e eleições municipais. *Gênero e Número*, 2024. Disponível em: https://www.generonumero.media/artigos/lgbti-eleicoes-municipais/. Acesso em 21 nov. 2024.

BARCELOS, V.; MADERS, S. Habitantes de Pindorama – de nativos a estrangeiros. *Revista Pedagógica*, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 119–142, 2013. DOI: 10.22196/rp.v14i28.1362.

83 A autora utiliza seu nome com letras minúsculas em suas publicações.

Disponível em: https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1362. Acesso em: 19 abr. 2024.

BARROS, D. D. A representatividade da comunidade LGBTQIA+ na política brasileira: reflexões para uma leitura e escrita de mundo com matemática. *Revista Paranaense de Educação Matemática*, [S. l.], v. 12, n. 28, p. 175–197, 2023. DOI: 10.33871/22385800.2023.12.28.175-197. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/rpem/article/view/7143. Acesso em: 22 jun. 2024.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. de A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, [S. l.], v. 31, n. 4, 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/22221. Acesso em: 18 jun. 2024.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

BENEVIDES, B. G. Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023. Brasília: Distrito Drag; *Antra*, 2024. Disponível em: https://Antrabrasil.files.wordpress.com/2024/01/dossieAntra2024-web.pdf. Acesso em 29 jan. 2024.

BEZERRA, T. G.; RIBEIRO, P. T. C. S.; ALMEIDA, T. M. C. de. Direitos LGBTI+ e o protagonismo judicial no Brasil: a LGBTIfobia é reconhecida como crime. *Simbiótica. Revista Eletrônica*, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 156–180, 2024. DOI: 10.47456/simbitica.v11i1.44759. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/44759. Acesso em: 4 jun. 2024.

BENTO, Berenice. **Transviad@s. Gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, B.; PELÚCIO, L.. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 569–581, maio 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/GYT43pHGkS6qL5XSQpDjrqj/abstract/?lang=pt. Acesso em 15 nov. 2024.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRANDÃO, Juliana. Dissensos sociais e respostas penais – racismo, injúria racial e violência contra LGBTQIAPN+. *In*: ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, ano 18, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em 10 dez. 2024.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Using thematic analysis in psychology**. ResearchGate, 2006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/235356393_Using_thematic_analysis_in_psychology. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário*. *Serviço Social & Sociedade*, n. 128, p. 85–103, jan. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/abstract/?lang=pt. Acesso em 11 nov. 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, Judith. **Quem tem medo do gênero?** São Paulo: Boitempo, 2024.

BUSS, G.; BARBOZA, E. M. de Q. A estratégia do neoconservadorismo revelada em suas intervenções como *amici curiae* no STF: da autoridade moral religiosa à luta contra a "doutrinação" LGBTQIA+. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1224–1261, 2022. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/66755. Acesso em: 8 jun. 2024.

CÂMARA, Cristina. Pecado, doença e direitos: a atualidade da agenda política do grupo Triângulo Rosa. In: GREEN, James N. *et al*. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

CÂMARA DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL. **Cleo Araújo é empossada como a primeira vereadora transexual da história de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 2021. Disponível em: https://www.camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/22910. Acesso em 05 dez. 2024.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 125-142, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/cjdqGh6Hv6rZ3SQndZnXfFF/. Acesso em 1 out. 2023.

CARDOSO, E. A política LGBTI+ brasileira: entre potências e apagamentos. [livro eletrônico]. São Paulo: *#VoteLGBT*, 2022. Disponível em: https://www.votelgbt.org/s/2022-PT-A-POLITICA-LGBT-BRASILEIRA.pdf. Acesso em 02 jun. 2023.

CARVALHAES, F. F. de; FRANCISCO, M. da S. O dispositivo (des)atualizado: análise da colonialidade de gênero no DSM-V. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 19, p. 343–356, 2023. DOI: 10.9771/peri.v1i19.51417. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/51417. Acesso em: 17 maio. 2024.

CARRARA, S. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2316. Acesso em: 6 out. 2023.

CARVALHO, J. Como surgem e se espalham os projetos de lei contra LGBTQIA+ no Brasil. *Adiadorim*, 2024. Disponível em: https://adiadorim.org/reportagens/2024/05/como-surgem-e-se-espalham-os-projetos-de-lei-contra-lgbtqia-no-brasil/. Acesso em: 21 jun. 2024.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da "invenção do outro". In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005. p. 80-87. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf. Acesso em: 21 jun. 2024.

CEDOC/GRUPO DIGNIDADE. Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, *Grupo Gay da Bahia. Centro de Documentação Prof. Dr. Luiz Mott/Grupo Dignidade*, 2024. Disponível em: https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/. Acesso em 20 mar. 2024.

CERQUEIRA-NETO, S. P. G. de. Epistemologias do Sul e a nova Geografia: por uma Geografia Popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 68–88, 2018. DOI: 10.21680/1982-5560.2017v18n1ID13957. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/13957. Acesso em: 21 abr. 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COELHO, Josafá da Silva. **Partidos políticos no Brasil: os dilemas entre a cláusula de barreira e o hiperpartidarismo**. Curitiba: Juruá, 2022.

COLLING, L. A emergência dos artivismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Sala Preta*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 152-167, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684. Acesso em: 6 out. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. BIRGE, Silma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONECTAS. **Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, Legislação e mobilização social.** São Paulo: 2023. Disponível em: https://www.conectas.org/publicacao/ofensivas-antigenero-no-brasil/. Acesso em 10 nov. 2024.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo**. 3ª edição. São Paulo: nVersos, 2015.

COMUNIDADE CATRILEO+CARRIÓN. Utopias mapuche não binárias para um presente epupillan. *Caderno de Leituras*, n.124. Edições Chão da Feira: Belo Horizonte, 2021. Disponível em: https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2021/03/cad124-utopiasmapuche.pdf. Último acesso em 10 de fevereiro de 2024.

COSTA, D. da; GONÇALVES, J. C.; CANTINO, R. C. G.; MOURA, R. da S. Sobre a Interdisciplinaridade como Conceito. *Revista Coleta Científica*, v.5, n.9, p.119-134, 2021. Disponível em: http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/59. Acesso em 21 de abril de 2023.

COUTO, Cláudio Gonçalves. O Brasil de Bolsonaro: uma democracia sob estresse. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cgpc/a/XncJc9VKCjpDS9mHjSst7YD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 dez. 2024.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. 4ª reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

CUBILLOS, J. J. L. Raza y género en el marco de la diferencia ontológica colonial. *CUHSO (Temuco)*, v. 31, n. 1, p. 445-465, jul. 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2452-610X2021000100445. Acesso em 17 mai. 2024.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen: ensayos**. 1ª ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

CURIEL, Ochy. **La Nación Heterosexual - Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropologia de la dominación**. Bogotá: 2013, Brecha Lésbica y en la frontera.

DUSSEL, Enrique. **Política da libertação. Arquitetônica - volume 2**. Passo Fundo: Editora Acadêmica do Brasil: 2020.

FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBT. In: GREEN, James N. *et al*. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. **Direitos em disputa: LGBTI+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. **Direitos em disputa: LGBTI+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEITOSA, C. As diversas faces da homofobia: diagnóstico dos desafios da promoção de Direitos Humanos LGBT. *Revista Periódicus*, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17193/11348. Acesso em 30 abr. 2023.

FEITOSA, C. Políticas públicas LGBT no Brasil: um estudo sobre o Centro Estadual de Combate à Homofobia de Pernambuco. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), n. 32, p. p. 90-118, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/PCnbLPz5FdVmDKDMqFLZxCy/?lang=pt. Acesso em 10 out. 2024.

FERNANDES, Estevão R. **Existe índio gay? A colonização das sexualidades indígenas no Brasil**. 1ª edição. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

FERNANDES, E. R. Um debate sobre feminismos decoloniais e suas repercussões para pesquisas em povos indígenas no Brasil. *Revista Ártemis*, [S. l.], v. 28, n. 1, p. 38–51, 2019.

DOI: 10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.45286. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/45286. Acesso em: 31 mai. 2024.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. 4ª reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

FERREIRA SOUZA, W. V.; FELICIANO, C. A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBT: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018. *Geografia em Atos (Online)*, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 121–140, 2020. DOI: 10.35416/geoatos.v1i16.7283. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7283. Acesso em: 26 mar. 2024.

FERREIRA, Dina Maria Martins; MACHADO, Lucineudo Irineu. Colonialidade do saber. *In:* LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (org.). **Suleando conceitos em linguagens. Decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, M. (2003) A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber. Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso em 20 mar. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em 10 dez. 2024.

FRACCAROLI, Yuri; VIEIRA, Helena. Violência e dissidências: um breve olhar às experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: GREEN, James N. *et al*. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GALBIERI, J. O. Das letras aos números: as estratégias “estatativistas” do movimento LGBTI+. *Simbiótica Revista Eletrônica*, v. 10, n. 3, p. 186–206, 26 dez. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/39948. Acesso em 20 de abr. 2024.

GARCIA, Amanda Kovalczuk de Oliveira. Interseccionalidade ou consubstancialidade: faz diferença para pensar a diferença? *Novos Rumos Sociológicos*, [s.l.], v. 10, n. 18, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/23842. Acesso em: 21 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. Como Classificar as Pesquisas? In: GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. de M. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas: revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 65–82, 2018. DOI: 10.15448/1984-7289.2018.1.28209. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/28209. Acesso em: 01 jun. 2024.

GOUVÊA, Viviane. **Extermínio. Duzentos anos de um Estado genocida**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

GOULART, Nicole. LGBTfobia: subnotificação de dados reflete falta de política criminal do Estado. *Humanista*, 2023. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/2023/08/07/lgbtfobia-falta-de-dados/. Acesso em 03 nov. 2024.

GREEN, James N. Além do carnaval. **A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. 2ª edição. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades. Repressão, resistência e a busca da verdade**. 4ª reimpressão. São Carlos: EduFSCar, 2021.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/697. Acesso em 20 jan. 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 10 mai. 2024.

HARTMAN, Saidiya. **Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e *queers* radicais**. São Paulo: Fósforo, 2022.

HÍBRIDA. IBGE: *Censo 2022 não terá questões sobre a população LGBTI+*. 2022. Disponível em: https://revistahibrida.com.br/brasil/ibge-censo-2022-lgbti-2/. Acesso em 15 out. 2024.

HIJA DE PERRA. Interpretações imundas de como a Teoria Queer coloniza nosso contexto sudaca, pobre de aspirações e terceiro-mundista, perturbando com novas construções de gênero aos humanos encantados com a heteronorma. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 291–298, 2015. DOI: 10.9771/peri.v1i2.12896. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/12896. Acesso em: 17 mai. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Novo atlas do IBGE traz mapas com o Brasil no centro do mundo. *Agência de Notícias IBGE*, 2024. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39706-novo-atlas-do-ibge-traz-mapas-com-o-brasil-no-centro-do-mundo. Acesso em: 18 abr. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. Territorialidades LGBTQIAPN+. *Instituto Pólis*, 2024. Disponível em: https://polis.org.br/projeto/territorialidades-lgbtqiapn/. Acesso em 10 mai. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. **Violência LGBTfóbica na cidade de São Paulo: limites ao direito à cidade da população LGBTQIAPN+** [livro eletrônico] / organização Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, Vitor Coelho Nisida. Instituto Pólis: São Paulo, 2024. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2024/06/RESUMO_EXECUTIVO_FINAL_jun24.pdf. Acesso em 12 jun. 2024.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, [S. l.], v. 12, n. 34, 2015. DOI: 10.12957/rep.2014.15088. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/15088. Acesso em: 10 nov. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. *Revista Docência e Cibercultura*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817. Acesso em: 1 mai. 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação. Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13. Acesso em 14 mar. 2024.

LELIS, Rafael Carrano. **A orientação sexual na Constituinte de 1987-88: constituição performativa de sujeitos LGBTI+ na Constituição da nação brasileira**. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=53536&idi=1. Acesso em: 20 nov. 2024.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, v. 6, n. 73, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176. Acesso em: 01 set. 2023.

LEGISLATIVO virou trincheira antiLGBTQIA+. *Adiadorim*, 2023. Disponível em: https://adiadorim.org/opiniao/2023/06/legislativo-virou-trincheira-antilgbtqia/. Acesso em: 21 jun. 2024.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico. A pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt#. Acesso em 6 out. 2023.

LIONÇO, Tatiana. "Ideologia de gênero" como elemento da retórica conspiratória do "globalismo". *In:* FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora (org.). **Direitos em disputa: LGBT+. Poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2020.

LOPES, Reinaldo José. **1499: o Brasil antes de Cabral**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

LOPES LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

LOPES LOURO, Guacira. **Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

LUCCA, B. Influencers usam discurso religioso para fazer apologia à 'cura gay'. *Folha de S. Paulo*: 2024. Disponível em: https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/influencers-usam-discurso-religioso-para-fazer-apologia-%C3%A0-cura-gay/ar-BB1mz5Kg. Acesso em 10 jun. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577. Acesso em: 30 abr. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje. Perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 2020.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

MACHADO, C. Pânico Moral: Para uma Revisão do Conceito. *Interações: Sociedade e as novas modernidades*, [S. l.], v. 4, n. 7, 2004. Disponível em: https://www.interacoes-ismt.com/index.php/revista/article/view/125. Acesso em: 16 jun. 2024.

MAGNOLI, M. M. Verde-Amarelo em Pindorama: a sociedade brasileira, a apropriação do território e o patrimônio ambiental. *Paisagem e Ambiente*, São Paulo, Brasil, n. 37, p. 199–239, 2016. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.v0i37p199-239. Disponível em: https://www.periodicos.usp.br/paam/article/view/113789.. Acesso em: 19 abr. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson;

GROSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. São Paulo: Autêntica, 2020.

MARINHO, Silvana. Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas. *Argumentum*, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 86–101, 2020. DOI: 10.47456/argumentum.v12i3.31355. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355. Acesso em: 15 nov. 2024.

MARTINS, J. R. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? *Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales* (V), pp. 95-108, 2015. Disponível em: https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/. Acesso em 20 mai. 2024.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial. Raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

McRAE. Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". *In*: GREEN, James N. et al. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MEDEIROS, E. S. Necropolítica tropical em tempos pró-Bolsonaro: desafios contemporâneos de combate aos crimes de ódio LGBTfóbicos. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 13, n. 2, 2019. DOI: 10.29397/reciis.v13i2.1728. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1728. Acesso em: 05 jun. 2024.

MENDES, W.G.; SILVA, C.M.F.P. Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: Uma Análise Espacial. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 2020. Disponível em: https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/homicidios-da-populacao-de-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-transexuais-ou-transgeneros-lgbt-no-brasil-uma-analise-espacial/17498?id=17498. Acesso em 28 mar. 2024.

MENDES, W. G.; DUARTE, M. J. O.; ANDRADE, C. A. F.; SILVA, C. M. F. P. Revisão sistemática das características dos homicídios contra a população LGBT. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 11. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.33362020>. Acesso em 28 mar. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil. Da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo. O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Buenos Aires: *CLACSO*, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf. Acesso em 20 set. 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar.** Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **Disque 100 registra aumento de mais 300% em denúncias de violações contra pessoas LGBTQIA+ nos primeiros cinco meses de 2023.** Brasília, DF: 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/disque-100-registra-aumento-de-mais-300-em-denuncias-contra-pessoas-lgbtqia-nos-primeiros-cinco-meses-de-2023. Acesso em 05 jun. 2024.

MISSIATTO, Leandro Fonseca. **Colonialidade normativa.** Curitiba: Appris, 2021.

MOIRA, Amara. **Museu da Diversidade Sexual: dando pinta no Brasil Colônia. 2024**. Disponível em: https://www.museudadiversidadesexual.org.br/programacao/dando-pinta-no-brasil-colonia. Acesso em: 20 abr. 2024.

MONICA, E. F. A hegemonia do discurso liberal sobre direitos homossexuais no STF. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1358–1390, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50211. Acesso em: 8 jun. 2024.

MOTT, L. **A inquisição no Maranhão**. Edufma, 1995. Disponível em: http://snh2017.anpuh.org/resources/download/1245522207_ARQUIVO_luizmott.pdf. Último acesso em 01 mai. 2023.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. *Revista USP*, [S. l.], n. 49, p. 40-59, 2001. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32907. Acesso em: 21 de abril de 2023.

MOTT, Luiz. O imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. In: GREEN, James N. *et al*. **História do movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

MOTT, Luiz. História cronológica da homofobia no Brasil: das capitanias hereditárias ao fim da Inquisição (1532 – 1821). *In:* QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil.** São Paulo: Elefante, 2023.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NOBRE, Marcos. **Limites da democracia**. De junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.

NOGUEIRA, Leonardo; PEREIRA, Maysa; TOITIO, Rafael. **O Brasil fora do armário. Diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

NUNES, J. A. O resgate da epistemologia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 45-70, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270038650_O_resgate_da_epistemologia1. Acesso em 10 de abr. 2024.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do abismo. Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2023.

NÚÑEZ, Geni. **Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude**. 132 p. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) –

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/241036?show=full. Acesso em 21 mar. 2024.

NÚÑEZ, Geni. **Descolonizando afetos. Experimentações sobre outras formas de amar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

NÚÑEZ, Geni. Perspectivas guarani sobre binarismos da colonização: caminhos para além das monoculturas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 15, n. 40, p. e0101, 2023. DOI: 10.5965/2175180315402023e0101. Disponível em: https://periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315402023e0101. Acesso em: 23 abr. 2024.

NÚÑEZ, Geni Daniela; OLIVEIRA, João Manuel de; LAGO, Mara Coelho de Souza. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesania narrativa indígena. *Teoria e Cultura*, v. 16, n. 3, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/34439. Acesso em: 24 abr. 2024. DOI: https://doi.org/10.34019/2318-101X.2021.v16.34439.

NYN, Juão. **Tybyra: uma tragédia indígena brasileira**. Ilustrações de Denilson Baniwa. São Paulo: Selo doburro, 2020. 110 p. [e-book].

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. Dossiê denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. *Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil*, 2024. Disponível em: https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2023/. Acesso em 30 mai. 2024.

OCANHA, Rafael Freitas. Repressão policial aos LGBTs em São Paulo na ditadura civil-militar e a resistência dos movimentos articulados. *In*: GREEN, James N. et al. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de. Os Sistemas Partidários do Rio Grande do Sul: do Império à Nova República. *Revista Brasileira de Ciência Política* (Brasília), n.º 35, pp. 87-132, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-335220182503. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/svGXZCHzkkPsFBnJyqjwn3t/. Acesso em 15 de nov. 2024.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021.

OYHANTCABAL, L.M. Los aportes de los Feminismos Decolonial y Latinoamericano. ANDULI. *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, [S. l.], n. 20, p. 97–115, 2021. DOI: 10.12795/anduli.2021.i20.06. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/anduli/article/view/10942. Acesso em: 17 mai. 2024.

PACHECO, D. A produção ativa da invisibilidade dos crimes de ódio através de dados que (não) informam. *In*: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/fbsp/57. Acesso em 15 fev. 2024.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Cleo Araújo: A vida quis dar-lhe lições, mas ela acabou dando lições de vida**. Caxias do Sul, 2024. Disponível em: https://www.ptcaxiasdosul.org.br/p/entrevista-cleo-araujo.html. Acesso em 25 out. 2024.

PAULINO, Alciana; BRANDÃO, Beta; CARLLA; CARDOSO, Evorah. Brasil é pioneiro em gerar dados oficiais sobre LGBT+ na política. *Gênero e Número*, 5 nov. 2024. Disponível em: https://www.generonumero.media/artigos/brasil-pioneiro-dados-lgbt-politica/. Acesso em: 20 nov. 2024.

PEIXOTO, V. B. Violência contra LGBTs no Brasil: premissas históricas da violação no Brasil. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 10, p. 7–23, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i10.28014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/28014. Acesso em: 22 abr. 2024.

PEIXOTO, V. B. Crimes contra LGBTS no Brasil e o discurso do Estado pelos órgãos de segurança pública e jurídicos. *Revista Gênero*, v. 20, n.2 (2020). DOI: https://doi.org/10.22409/rg.v20i2.44576. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/44576. Acesso em 27 mar. 2024.

PELÚCIO, Larissa. Toda quebrada na plástica: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *Campos - Revista de Antropologia Social*, v. 6, 2005. DOI: 10.5380/cam.v6i0.4509. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/4509. Acesso em 07 ago. 2024.

PIONEIRO. **Toma posse a primeira vereadora trans de Caxias do Sul.** Caxias do Sul, 2021. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/politica/noticia/2021/09/toma-posse-a-primeira-vereadora-trans-de-caxias-do-sul-cktk5tu38000r0193pulgafmw.html. Acesso em 04 dez. 2024.

PIRES LIMA, M.; SAMPAIO, P. M. Pederastas e meretrizes: trabalho, crime e cotidiano nos jornais de Manaus (167-1972). *In*: GREEN, James N. et al. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

PODESTÁ, L. L. de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 11, p. 363–380, 2019. DOI: 10.9771/peri.v1i11.27873. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/27873. Acesso em: 10 dez. 2024.

PORTO, Alexandre Vidal. **Sodomita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João Luiz. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/?lang=pt. Acesso em: 14 nov. 2024.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano. Crônicas da travessia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PREFEITURA DE NOVO XINGU. Nossa história. *Site institucional*. Disponível em: https://www.novoxingu.rs.gov.br/municipio/historia. Acesso em 10 de nov. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *Clacso, Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales*. Buenos Aires: 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Último acesso em 27 abr. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes. A ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+. Uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil.** São Paulo: Elefante, 2023.

RAMALHO, A. da S.; COSTA, H. T. da S; ARAÚJO, J. C. de. Interdisciplinaridade e decolonialidade em diferentes tempos e espaços. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 26, n. esp. 4, p. e022111, 2022. DOI: 10.22633/rpge.v26iesp.4.17125. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17125. Acesso em: 20 fev. 2024.

REFORMA POLÍTICA. **Pela primeira vez, candidatos puderam indicar sua orientação sexual ao fazer o registro na Justiça Eleitoral**. 2024. Disponível em: https://reformapolitica.org.br/2024/10/02/pela-primeira-vez-candidatos-puderam-indicar-sua-orientacao-sexual-ao-fazer-o-registro-na-justica-eleitoral/. Acesso em 02 dez. 2024.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de Legitimidade - 1964-1984**. [livro eletrônico] Londrina: Eduel, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuítos.php. Acesso em 20 mar. 2024.

RIBEIRO, R. D. Interseccionalidade: uma introdução a partir de Patrícia Hill Collins. *O Manguezal – Revista de Filosofia*, v. 1, n. 16, jan./jun. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/omanguezal/article/view/20342. Acesso em 15 jun. 2024.

RODRIGUES GOMES, A. Machocracia, negacionismo histórico e violência no Brasil contemporâneo. *Revista Ñanduty*, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 146 a 158, 2019. DOI: 10.30612/nty.v7i10.10303. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/10303. Acesso em: 19 mai. 2024.

RODRIGUES, Rita de Cassia Colaço. De Denner a Chrysóstomo, a repressão invisibilizada: as homossexualidades na ditadura. *In*: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. 4ª reimpressão. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

ROCHA, Cássio Bruno de Araújo. Homoerotismo, sodomia e vida cotidiana no Brasil Colonial (séculos XVI-XVIII). *In:* QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023.

RODRIGUES PINTO, Matheus. A sodomia no mundo luso-brasileiro do século XVII: entre o delito e a espécie. *In:* QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil.** São Paulo: Elefante, 2023.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da Conquista Colonial**. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ROSA, L. S. da; MACKEDANZ, L. F. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, v. 16, 2021. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>. Acesso em: 22 out. 2023.

ROSA, A. de O. Espelho, espelho meu... a ferida narcísica de um colonialismo falocêntrico. *PerCursos*, Florianópolis, v. 22, n. 48, p. 061–082, 2021. DOI: 10.5965/1984724622482021061. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/18972. Acesso em: 17 mai. 2024.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. São Paulo: UBU Editora, 2017.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 22ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SANTOS, G. G. da C. Diversidade Sexual e Política Eleitoral: analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Revista Latino Americana Sexualidad, Salud Y Sociedad*, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sess/a/bb84mwdz8Dc8VphrwfpHXvD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 30 abr. 2023.

SANTOS, G. G. da C. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21. Brasília, pp. 147-186, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mMSQSYVHs5XpW9TpmbLhYYb/abstract/?lang=pt. Acesso em 20 abr. 2023.

SANTOS, Emily Silva dos; SANTANA, Ygor Santos de. Colonialidade do poder. *In:* LANDULFO, Cristiane; MATOS, Doris (org.). **Suleando conceitos em linguagens. Decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: UBU Editora/PISEAGRAMA, 2023.[84]

SANTOS, Éverton de Jesus; SILVA, Carlos André Lima. Quem a homotransfobia matou hoje? Uma leitura comparada dos relatórios de mortes violentas de LGBT+ (2011-2019). *Diversitas Journal*, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1220–1242, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-

[84] No texto, esta referência aparece como Nêgo Bispo [Santos], pois é desta forma que o autor quilombola costumava se apresentar.

v6i1-1725. Disponível em: https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1725. Acesso em: 05 jun. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violência. Ensayos sobre género entre la antropologia, el psicoanálisis y los derechos humanos**. Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SERRANO, T. F. Exílio LGBTI+: O que restou da opressão?. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 12, p. 183–203, 2020. DOI: 10.9771/peri.v1i12.33411. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/33411. Acesso em: 29 mar. 2024.

SERRA EM PAUTA. **Cleo Araújo é a primeira vereadora trans da história de Caxias do Sul.** Caxias do Sul, 2021. Disponível em: https://www.serraempauta.com.br/noticia/cleo-araujo-e-a-primeira-vereadora-trans-da-historia-de-caxias-do-sul. Acesso em 02 dez. 2024.

SILVA, M. R. da; BARBOSA, M. A. de S.; LIMA, L. G. B. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em administração: explorando a análise temática. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 14, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/pca/article/view/38405. Acesso em 20 out. 2023.

SILVA LEITE, G. C. DA.; TRINDADE JÚNIOR, S.C. C. DA. "Geografias do Sul": descentramento, transescalaridade e espacializações no pensamento miltoniano. *Geosul*, v. 35, n. 76, p. 39–65, 27 out. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/71278. Acesso em 20 de abr. 2024.

SILVA, H. P. da. Pindorama antes do Brasil. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/6950. Acesso em: 25 jun. 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v11i2.6950.

SILVEIRA, E. V. da. **Populismo punitivo e movimento LGBT: uma análise da percepção da criminalização da LGBTfobia junto ao grupo marginalizado do extremo sul catarinense.** Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2023. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/10081. Acesso em 15 fev. 2024.

SOBRINHO, W. P. Brasil matou 8 mil LGBT+ desde 1963; governo dificulta divulgação de dados. *UOL Notícias*, São Paulo, 20 fev. 2019. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm. Acesso em 30 mar. 2024.

SOLANO, Esther. **O ódio como política – a reinvenção das direitas no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **O fim do império cognitivo. A afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 72 p. Disponível em: https://books.scielo.org/id/w9q43. Acesso em: 21 set. 2024.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Omissão por Inconstitucionalidade (ADO) 26.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf. Acesso em 29 mar. 2024.

TEIXEIRA, Thiago. **Decolonizar valores. Ética e diferença**. Salvador: Devires, 2021.

TRENTINI, T. B. **O direito achado na rua: a luta do gueto pela densificação do reconhecimento.** Dissertação (Direito) – Universidade de Brasília (UNB), 2022. Disponível em: http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/45415. Acesso em 10 mar. 2024.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso. A homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

V., viviane. Trans* Sexualidade: Reflexões sobre a mercantilização do sexo desde uma perspectiva transgênera. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 174–190, 2014. DOI: 10.9771/peri.v1i1.10154. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10154. Acesso em: 5 fev. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios. Catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

VALENCIA, S.; VILELA, F. M.; AXT, B. Do Queer ao Cuir: Geopolítica do estranhamento e Epistêmica do Sul Global. *Caderno Espaço Feminino*, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 14–35, 2023. DOI: 10.14393/CEF-v36n1-2023-3. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/69849. Acesso em: 23 abr. 2024.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Mobilização judicial pelos direitos da diversidade sexual e de gênero no Brasil. *In*: GREEN, James N. *et al*. **História do movimento LGBT no Brasil.** São Paulo: Alameda, 2018.

VIDARTE, Paco. **Ética bixa. Proclamações libertárias para uma militância LGBTQ**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

VIEIRA, A.; EFREM FILHO, R. O rei está nu: gênero e sexualidade nas práticas e decisões no STF. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1084–1136, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/50699. Acesso em: 8 jun. 2024.

VIGOYA, Mara Viveros. Interseccionalidad, Giro decolonial y comunitario. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: *CLACSO*, 2023. Disponível em: https://www.clacso.org/interseccionalidad-giro-decolonial-y-comunitario/. Acesso em 24 set. 2023.

VITALI, M. M.; VEFAGO DE SOUZA, L. Sofrer além do corpo: o sofrimento ético-político na vivência LGBTQIA+: the ethical-political suffering in the LGBTQIA+ experience.

Psicologia Argumento, [S. l.], v. 41, n. 115, 2023. DOI: 10.7213/psicolargum.41.115.AO09. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/30763. Acesso em: 01 jun. 2024.

VOTE LGBT. 34 candidaturas LGBT+ não foram eleitas por conta do desempenho de seus partidos no quociente eleitoral. *#VoteLGBT*, 2022. Disponível em: https://docs.google.com/document/d/1OqkSQop7solwqN2CLzBYbjo22iu19yD-RespEBV4vuo/edit. Acesso em 02 jun. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo II. Quito, Equador: Ediciones Abya-Yala, 2017. Disponível em: https://archive.org/details/walsh-c.-pedagogias-decoloniales.-practicas-insurgentes-de-resistir-reexistir-y-revivir.-tomo-ii/page/n3/mode/2up. Acesso em 15 jan. 2024.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **À esculta da aldeia: marcadores sociais e a memória nas comunidades indígenas no Brasil Meridional**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2019.

WOSNIAK, F. Discurso de Hija de Perra na marcha de 2013 pela diversidade sexual em Arica. *Revista Apotheke*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 104–109, 2023. DOI: 10.5965/24471267922023104. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/apotheke/article/view/24059. Acesso em: 17 mai. 2024.

ZAFFARONI, E. Raúl. **Colonialismo e direitos humanos: apontamentos para uma história criminosa do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2023.

ENTREVISTAS

C.P. Entrevista concedida ao pesquisador. Barra Funda, 2024.

C.F.A. Entrevista concedida ao pesquisador. Caxias do Sul, 2024.

E.M. Entrevista concedida ao pesquisador. Cruz Alta, 2024.

L.Z. Entrevista concedida ao pesquisador. Marau, 2024.

M.L.K.K. Entrevista concedida ao pesquisador. Palmeira das Missões, 2024.

T.M. Entrevista concedida ao pesquisador. Novo Xingu, 2024.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa — CEP/UFFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DO APAGAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO À OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS ELEITORAIS: REFLEXOS DA LGBTFOBIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES LGBTQIA+ EM LEGISLATIVOS DO RIO GRANDE DO SUL NOS ANOS DE 2016 E 2020

Prezado/a participante,

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa **"Do apagamento sócio-histórico à ocupação de espaços políticos eleitorais: reflexos da LGBTfobia na movimentação de corpos e identidades LGBTQIA+ em Legislativos do Rio Grande do Sul nos anos de 2016 e 2020",** desenvolvida por Cristian Anderson Puhl, discente do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) — campus de Erechim, na linha de pesquisa Saberes, Processos e Práticas Sociais, sob orientação da professora doutora Thais Janaína Wenczenovicz.

O objetivo central do estudo é analisar a trajetória sócio-histórica-jurídica da LGBTfobia e a ocupação de espaços representativos político-partidários e eleitorais por corpos e identidades autodeclaradas LGBTQIA+ em câmaras de vereadores de municípios do Rio Grande do Sul, eleitos e eleitas entre 2016 e 2020, ou que obtiveram a primeira suplência. Tal objetivo justifica-se pela importância deste resgate, tendo em vista o tensionamento e a mobilização político-partidária que estes sujeitos impõem às estruturas políticas do país, considerando a história de sucessivas tentativas de invisibilização e apagamento destes indivíduos.

Ainda, consideramos este um estudo relevante para situar as tensões sociais que ocorrem quando diferentes projetos políticos e de construção da sociedade estão em disputa. Esta pesquisa se estrutura também a partir de um referencial teórico que nos permite compreender como a orientação sexual e a identidade de gênero são produtos de uma construção social, tornando esta investigação um instrumento de discussão bastante saudável para a democracia e para a sociedade na totalidade.

O convite para que você participe se deve à sua atuação destacada em esferas estruturais de poder, tendo autodeclarado sua orientação sexual e/ou identidade de gênero nos processos eleitorais de 2016 e/ou 2020, obtendo assento como vereador/vereadora titular e/ou suplente no Poder Legislativo de sua respectiva cidade. Por meio de suas contribuições pode-se entender

como se processa a disputa de poder e, também, se a LGBTfobia impacta na maneira como estes corpos são recebidos nos espaços político-partidários em municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Para a sua realização serão adotados os seguintes procedimentos: primeiro, você receberá um e-mail do pesquisador responsável com dados e informações sobre o estudo, seus objetivos e importância, além de dados sobre a instituição e ao Programa de Pós-Graduação a que este projeto está vinculado. Neste primeiro contato você será convidado/a a participar do estudo. Após sua devolutiva, em caso afirmativo, você receberá uma nova mensagem para o agendamento de um primeiro encontro presencial, conforme a sua agenda de trabalho e de organização pessoal.

Quando este encontro previamente agendado ocorrer, o pesquisador responsável conduzirá o diálogo a partir de temas centrais para o estudo: participação político-partidária, processos eleitorais, experiências políticas, atuação e percepção do cenário político; também serão realizados questionamentos sobre sua orientação sexual e identidade de gênero, no âmbito da vida pública. Reitera-se que questões de caráter íntimo e privado não fazem parte deste estudo, não havendo necessidade de abordá-las. Esta conversa será gravada, a partir de sua anuência, e transcrita posteriormente; e terá duração de 50 a 60 minutos

No mesmo dia desta entrevista, o pesquisador gostaria de acompanhá-lo/a em alguma atividade pública da qual você irá participar. Essa dinâmica é importante para o estudo, pois permitirá ao pesquisador ter contato com a sua realidade política e pública. Novamente, temas ligados ao foro íntimo serão descartados. Estima-se que esse acompanhamento levará entre duas e três horas, a depender da sua agenda e de sua disponibilidade. Para garantir a proteção de sua identidade e evitar situações que possam expô-lo/a a qualquer tipo de constrangimento e/ou ação vexatória, você terá toda a liberdade de indicar em quais espaços irão ocorrer tanto a entrevista quanto o acompanhamento de sua agenda pública.

Estes encontros serão previamente acertados apenas entre o pesquisador e o/a participante da pesquisa, reduzindo com isso a possibilidade de que terceiros possam ter conhecimento desta interação. Os contatos se darão por e-mail, preferencialmente, sendo remetente o pesquisador e o destinatário única e exclusivamente o/a participante da pesquisa. Caso o/a participante avalie positivamente, esses contatos também podem acontecer por meio de ligação telefônica e/ou mensagem instantânea de WhatsApp. Estas opções serão apresentadas pelo pesquisador, mas a definição será por livre e autônoma decisão do/a participante do estudo.

As informações coletadas pelo pesquisador nestas entrevistas e encontros presenciais estarão sob sigilo, conforme apontado neste documento, sendo utilizadas única e exclusivamente como instrumento para a cientificidade do objeto de estudo e não serão divulgadas em outros locais sem o conhecimento prévio e autorização expressa do/a participante do estudo. Quanto à proteção da identidade e informações do/a participante, o pesquisador compromete-se a utilizar nomes-fantasia e/ou pseudônimos, também ao guardar estes dados em arquivos digitais, em pastas com senhas, o qual o único acesso é o do pesquisador – a menos que você opte em não ter a sua identidade mantida sob anonimato, devendo, para isso, sinalizar isto.

É possível acontecerem os seguintes riscos: você gastará tempo para conversar sobre o trabalho que desenvolve; talvez apresente um pouco de cansaço ao responder às perguntas. Determinados aspectos relativos à sua atuação político-partidária e temas que atravessam sua orientação sexual e identidade de gênero podem lhe causar ansiedade, angústia e desconforto. Ao manifestar tal sentimento, você poderá, sem quaisquer constrangimentos, optar por encerrar a conversa e/ou não responder ao questionamento. Existindo a necessidade de atendimento, você e o pesquisador podem considerar, juntos, a melhor opção para o momento, lhe encaminhando a um serviço que atenda a sua demanda, público ou privado.

Dada a natureza desta investigação, também pode haver o risco de politização da pauta, uma vez que abordaremos fatores que, aberta e publicamente, o/a participante da pesquisa já tornou de conhecimento público, como sua orientação sexual e identidade de gênero. Identificando-se este elemento, o/a participante da pesquisa terá total autonomia para definir se permanece ou não compondo o estudo, sem que isso acarrete nenhum tipo de prejuízo e/ou sanção para o/a participante. Além deste caráter mitigatório deste indício de risco, o pesquisador e o/a participante podem, em comum acordo, discutir o fato com as instâncias partidárias aos quais se vinculam o/a participante para serem tomadas providências outras, estas sob a responsabilidade dos partidos políticos.

Havendo ataques e ofensas de caráter LGBTfóbico, o/a participante será aconselhado a procurar a Delegacia de Polícia Civil para registro de ocorrência, uma vez que a LGBTfobia é crime no Brasil, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). O acompanhamento do caso perante a estrutura policial poderá ser feito por meio da Defensoria Pública do Estado, que dispõem de pessoal técnico e qualificado para tanto, ou por profissional a livre escolha e custeio do/a participante da pesquisa.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem

necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois permitirá compreender com maior profundidade a organização da sociedade brasileira e seus imperativos de marcadores sociais.

Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidos tratamento adequado às suas informações, sendo descartadas quaisquer fatos e/ou relatos que possam vir expô-lo/la às situações constrangedoras e/ou de descrédito com sua trajetória. As entrevistas serão gravadas somente para a transcrição das informações e somente com a sua autorização. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, em um drive virtual, vinculado a conta de e-mail do pesquisador, ao qual somente ele terá acesso. Os arquivos não levarão a qualquer nome e/ou elemento que identifiquem o/a participante da pesquisa. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo digital, por um período de cinco anos. Transcorrido esse período, estes dados serão deletados por completo.

Assinale a seguir conforme sua autorização, em relação à gravação da entrevista, nos termos descritos acima:

[ ] Autorizo gravação [ ] Não autorizo gravação

[ ] Mantenha anonimato da minha identidade [ ] Autorizo uso do meu nome ou identidade

As informações desta pesquisa serão confidenciais; divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre o pesquisador responsável pelo estudo e sua orientadora, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação, sob quaisquer circunstâncias. Para a garantia deste anonimato, as agendas entre o pesquisador e você serão mantidas em sigilo, sem divulgação prévia ou posterior destes contatos. Também, o/a participante tem ampla e irrestrita autonomia para definir os locais e espaços nos quais o pesquisador poderá estar presente, garantindo com isso a segurança e a tranquilidade do/a participante. Os seus dados de contato também serão preservados e mantidos sob sigilo, com a garantia de que não serão repassados a terceiros e/ou divulgados em qualquer lugar, por qualquer meio.

Como dito anteriormente, o principal benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é o de contribuir para o fortalecimento das pesquisas científicas no campo das Ciências Humanas, reforçando o compromisso com a pluralidade acadêmica e o tensionamento de estruturas que, pela sua construção histórica, reproduzem violências e apagamentos sociais dos sujeitos subalternizados. Além disso, este estudo planeja identificar como há possibilidades de constituição de políticas públicas feitas a partir da pluridiversidade que marca este país e este Estado, mas cuja institucionalidade tem sido, majoritariamente, ocupada por um modelo de sujeito universal (homem, branco, cisgênero, não jovem). Sua participação também é importante para contribuir com o campo teórico das Epistemologias do Sul, uma vez que as análises serão realizadas tendo como base, autoras/es que pensam o sujeito a partir do Sul Global.

Após a etapa de coleta de dados e sua posterior interpretação e inclusão na dissertação, você receberá um resumo acerca dos itens abordados no texto. Além disso, você será convidado/a a acompanhar as atividades de defesa desta dissertação, como um sujeito político LGBTQIA+, uma vez que sua identidade será preservada, conforme descrito acima. Se entender pertinente sua participação, será informado do dia, horário e local. Por fim, após todas as etapas institucionais deste PPGICH, você receberá uma cópia definitiva deste trabalho, podendo utilizar, desde que citada a fonte, trechos ou partes para a produção de políticas públicas e projetos de Lei que venham beneficiar a sociedade, sobretudo na garantia de direitos das populações LGBTQIA+.

Estes contatos, tanto para o agendamento das entrevistas e acompanhamento de atividades que você permitir a presença do pesquisador quanto para a devolutiva dos resultados, serão feitos apenas entre o pesquisador e o/a participante, por e-mail, individualmente. Seus contatos telefônicos e de e-mail não serão incluídos em listas de transmissão e em nenhum outro formato que possibilite acesso a outras pessoas que não o pesquisador.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito, em qualquer dia e horário, através do **e-mail: crispuhll@gmail.com; ou do telefone (54) 98114-4152.** Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, pelo telefone (49) 2049-3745; e-mail: cep.uffs@uffs.edu.br. Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS — Comitê de Ética em Pesquisa da UFFS, Rodovia SC 484 km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899, Chapecó — Santa

Catarina — Brasil). O Comitê de Ética é um órgão independente constituído por profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao concordar com este termo de consentimento, você não renuncia a nenhum direito legal que teria de outra forma. Não concorde com este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas. Se você concordar em participar deste estudo, você marcará aceito participar e ficará com cópia deste Termo de Consentimento.

Ao concordar com este termo, você, de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar todas as informações para finalidade de pesquisa e realização deste estudo.

Eu, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado/a, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido/a, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.

( ) Eu aceito participar deste estudo. ( ) Eu não aceito participar deste estudo.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante:

Assinatura:

CAAE: 76963124.7.0000.5564

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFFS: 6.765.352

Data de Aprovação: 15 de abril de 2024.

Caso você tenha outras dúvidas, contate o pesquisador responsável pelo estudo, em qualquer momento, através dos seguintes canais de contato:

Cristian Anderson Puhl / pesquisador responsável Telefone: (54) 9 8114-4152 (WhatsApp)

E-mail: crispuhll@gmail.com

Endereço para correspondência: Rua José Reolon, 921 — Apto 808, Centro — Passo Fundo–RS. CEP: 99010-464.

APÊNDICE B – Critérios de inclusão e exclusão

A partir dos levantamentos e indicadores públicos definiu-se como critérios de inclusão na pesquisa: pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que tenham sido eleitas/os a cargos de vereador/a em municípios do Rio Grande do Sul entre o período de 2016 ou 2020; pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que tenham conquistado a primeira suplência de seus partidos políticos para cargos de vereador/a em municípios do Rio Grande do Sul entre o período de 2016 ou 2020; pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que tenham sido eleitas/os ou que tenham obtido a posição de primeira suplência de seus partidos políticos em municípios do Rio Grande do Sul entre o período de 2016 ou 2020 e aceitem participar do estudo, respondendo ao e-mail que será enviado ao pesquisador informando os objetivos da pesquisa; pessoas que autoafirmaram sua orientação sexual e/ou identidade de gênero ao TSE, em 2024.

Já os critérios de exclusão definidos foram: pessoas LGBTQIA+ que não autodeclaram sua orientação sexual e/ou identidade de gênero; pessoas heterossexuais e cisgêneras que ocupam espaços político-partidários em setores de diversidade sexual e de gênero destas estruturas; pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ eleitas/os em seus municípios do Rio Grande do Sul em 2016 ou 2020, mas que se afastaram de seus cargos eletivos durante o tempo de duração de seus mandatos; pessoas autodeclaradas LGBTQIA+ que tenham sido eleitas/os ou que tenham obtido a posição de primeira suplência de seus partidos políticos em municípios do Rio Grande do Sul entre o período de 2016 e/ou 2020, mas que optaram por não responder ao contato inicial e/ou decidirem por não falar sobre a temática de orientação sexual e identidade de gênero em sua atuação política; pessoas que, em 2024, não autoafirmaram suas orientações sexuais e/ou identidades de gênero ao TSE.

Os/as participantes inseridos nos critérios de inclusão serão contatados, primeiro, por e-mail, recebendo informações sobre os objetivos, a proposta e como se dará o estudo. Os que retornarem, positivamente, receberão um novo contato com mais detalhes e informações para seja possível iniciar a organização da pesquisa de campo.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado CEP/UFFS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: DO APAGAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO À OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS ELEITORAIS: REFLEXOS DA LGBTFOBIA NA MOVIMENTAÇÃO DE CORPOS E IDENTIDADES LGBTI+ EM LEGISLATIVOS DO RIO GRANDE DO SUL

Pesquisador: CRISTIAN ANDERSON PUHL

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 76963124.7.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.765.352

Investigador

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não